

(CC BY NC) Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

Referência

ALVES, Cláudia de Oliveira et al. (org.). **Psicologia e relações étnico-raciais**: diálogos interdisciplinares para o presente-futuro. Brasília: Tecnopolitik, 2024. 312 p., il.

PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

**diálogos
interdisciplinares
para o presente-futuro**

Cláudia de Oliveira Alves
Pedro Henrique Antunes da Costa
Sheila Giardini Murta
Silvia Lordello

Organização



TECHNOPOLITIK

PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

**diálogos
interdisciplinares
para o presente-futuro**

Cláudia de Oliveira Alves
Pedro Henrique Antunes da Costa
Sheila Giardini Murta
Silvia Lordello

Organização



TECHNOPOLITIK

Brasília/DF
2024

Technopolitik – Conselho editorial

Ana Lúcia Galinkin - Universidade de Brasília

Antonio Nery Filho - Faculdade de Medicina/Universidade Federal da Bahia

Claudiene Santos - Universidade Federal de Sergipe

Eroy Aparecida da Silva - Afip/Universidade Federal de São Paulo

Marco Antônio Sperb Leite - Universidade Federal de Goiás

Maria Alves Toledo Burns - Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto

Maria Fátima Olivier Sudbrack – Universidade de Brasília

Maria Inês Gandolfo Conceição – Universidade de Brasília

Maria das Graças Torres da Paz - Universidade de Brasília

Raquel Barros - Instituto Empodera

Telmo Ronzani – Universidade Federal de Juiz de Fora

Projeto gráfico, capa e diagramação: Ars Ventura Imagem e Comunicação.

Revisão final: Maurício Galinkin/Technopolitik

V974 Psicologia e relações étnico-raciais: diálogos interdisciplinares para o presente-futuro / Organização, Cláudia de Oliveira Alves, Pedro Henrique Antunes da Costa, Sheila Giardini Murta, Sílvia Lordello .—Brasília, DF : Technopolitik 2024.

312 p.: il.

ISBN 978-65-86192-19-3

1. Psicologia. 2. Saúde mental e psíquica. 3. Racismo. 4. Antirracismo. 5. Relações étnico-raciais. I. Alves, Cláudia de Oliveira (Org.). II. Costa, Pedro Henrique Antunes da (Org.). III. Murta, Sheila Giardini (Org.). IV. Lordello, Sílvia (Org.).

CDU 159.91

Ficha catalográfica elaborada por Iza Antunes Araujo CRB1-079

© das autoras e autores

É permitida a reprodução para fins didáticos, desde que solicitada prévia autorização junto às organizadoras. Os textos, ilustrações e fotografias são de exclusiva responsabilidade dos autores e organizadoras, e expressam os pontos de vista, conceitos e opiniões das autoras e autores, não sendo, necessariamente, os do editor.

Maurício Galinkin/Technopolitik (MEI)

CNPJ 25.211.009/0001-72. Novo (CBL) ISBN 65-86192

Tel: (61) 98407-8262. Correio eletrônico: editor@technopolitik.com

Sítio eletrônico na internet: <http://www.technopolitik.com.br>



SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	9
SAÚDE MENTAL E PSÍQUICA: O DEVIR NEGRO E OS EFEITOS DO RACISMO NA SUA CONSTITUIÇÃO Maria Lúcia da Silva	17
VIOLÊNCIA E AUTODEFINIÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM <i>INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES,</i> DE CONCEIÇÃO EVARISTO Loyde Cardoso Renísia C. Garcia Filice	33
NÃO SOU EU DO CAMPO PSI? VOZES DE JULIANO MOREIRA E OUTRAS FIGURAS NEGRAS Clélia Prestes	57
O ESTADO DA ARTE DO CAMPO DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE Willamys da Costa Melo Lia Vainer Schucman	89
<i>TREM SUJO DA LEOPOLDINA: A REVANCHE DO TERRITÓRIO NA SAÚDE MENTAL, ÂLCOOL E OUTRAS DROGAS</i> Pedro Henrique Antunes da Costa	123
A LUTA ANTIRRACISTA NA INFÂNCIA: COMPROMISSO OU OMISSÃO? Sílvia Renata Lordello William Gualberto Gonçalves de Souza	159

SUPERVISÃO ANTIRRACISTA DE ESTÁGIO EM CLÍNICA PSICOLÓGICA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS	185
Jeane Saskya Campos Tavares Virginia Teles Carneiro	
ENCONTROS: TERAPIA NARRATIVA, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA	211
Cláudia de Oliveira Alves Isadora Bezerra Araújo Nathália Ferreira Honorio Renata Ramos de Souza Sílvia Beatriz Moreno Diniz	
SAÚDE MENTAL, RACISMO AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA ANTIRRACISTA	239
Rachel Gouveia Passos	
MUDANÇAS CLIMÁTICAS, SAÚDE MENTAL E RACISMO AMBIENTAL: AMEAÇAS GLOBAIS INTER(DES)CONECTADAS	255
Izabelle Luiza Moreira Lopes Renisia Cristina Garcia Filice Sheila Giardini Murta	
SOBRE AUTORAS E AUTORES	303



PREFÁCIO

Por **Flavia Rios**¹

O livro *Psicologia e Relações Étnico-Raciais: diálogos interdisciplinares para o presente-futuro* é publicado no Brasil num contexto histórico em que o tema da saúde mental preocupa as diversas áreas do conhecimento e tem ganhado cada vez mais destaque na sociedade brasileira. Trata-se de um fenômeno social que se apresenta de forma inexorável para diferentes instituições da sociedade e, por isso, tem chamado a atenção de círculos cada vez mais amplos, para além dos segmentos específicos das áreas de Saúde Coletiva, Psiquiatria ou Psicologia. O livro chega também em um contexto histórico singular no qual o tema do racismo também rompe fronteiras disciplinares e os tradicionais espaços dos movimentos sociais. Antes, tratado em áreas como a Sociologia, Antropologia, Educação e a História, o tema agora reverbera para áreas quase intocáveis. Sendo um desses exemplos o campo Psi.

O livro tem o mérito de reunir esforços de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões do país com um único objetivo: reparar – ainda que tardiamente – o grande silenciamento sobre o racismo no campo da psicologia, psicanálise e saúde coletiva no Brasil. Notável é o esforço de colocar em diálogo diferentes perspectivas que têm amadurecido nas últimas décadas a partir de pesquisas históricas, clínicas e teóricas. Notável também é o arranjo intergeracional que congrega nas páginas do livro, compondo uma colcha de retalhos, costurada por múltiplas mãos marcadas por experiências singulares, porém coletivas.

1 Flavia Rios é socióloga e Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

Cabe notar que o livro não chega ao público sem trazer uma camada de tensões relacionadas ao longo período de silenciamento do campo Psi em relação à temática étnico-racial. Encoberto pelo manto da universalidade, o campo Psi julgou-se neutro para lidar com temáticas culturais, econômicas e psicossociais estruturadas pelo racismo. Furtou-se a crer que tais temáticas fossem estruturantes na construção das subjetividades dos indivíduos, jogando um tema central da sociedade brasileira para a lata do lixo.

O silenciamento sobre as questões étnico-raciais no campo Psi durante mais de um século levou não apenas à falta de discussões teóricas e terapêuticas para o enfrentamento do racismo nas vidas das pessoas negras, mas também acomodou privilégios de poder aos grupos socialmente reconhecidos como brancos. Tratado de forma marginal – ou sequer tratado pelas camadas dominantes da produção do saber do campo Psi – o tema do racismo só agora ganha espaço – ainda que limitado – nos debates acadêmicos brasileiros. Por essa razão, este livro se soma a algumas obras já notáveis sobre a temática nas duas últimas décadas.

É importante salientar que o referido silenciamento também encobriu histórias e perspectivas de homens e mulheres negros brasileiros que trabalharam para o desenvolvimento do campo Psi, muitos dos quais permanecem desconhecidos, outros, no entanto, somente nas últimas décadas foram tardiamente reconhecidos. Exemplos não faltam nas páginas desse livro, como Juliano Moreira, Virgínia Bicudo, Lélia Gonzalez e Neusa Souza Santos, dentre outras.

Esse movimento de trazer à cena o pensamento e as trajetórias de intelectuais para o desenvolvimento do campo Psi promove verdadeiramente um salto qualitativo na compreensão das subjetividades humanas, nos deixa também com aquele gosto ácido na boca de onde emerge a frase sábia e popular, dita pelos mais antigos, especialmente pelas nossas avós: antes tarde do que nunca!

Para que gerações presentes e futuras não concluam seus cursos da área Psi sem conhecer as possibilidades teóricas e analíticas das

relações raciais no campo da Psicologia, Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Coletiva, foi preciso que essas pesquisadoras e pesquisadores se reunissem com um objetivo norteador: produzir reflexões sobre os efeitos das relações raciais sobre a mente e comportamento humanos, bem como sobre os saberes produzidos acerca das relações subjetivas e a produção dos seus afetos em sociedade racialmente hierarquizadas.

Por fim, destaco que essa perspectiva interdisciplinar proposta pelo livro tem o seu valor metodológico, teórico e de aplicação clínica. Com efeito, para tratar das relações raciais exige-se ecletismo teórico-metodológico. Dialogar com áreas diversas com longa jornada no campo das relações étnico-raciais permite uma compreensão mais complexa da racialidade quando vista pela perspectiva dos seus efeitos sobre a psicologia humana, em particular em indivíduos e coletividades que foram formados em sociedades com legados da escravidão no seu mundo cultural e psíquico.

Por essas razões, este livro se apresenta como um marco em termos de iniciativas coletivas que desejam mudar o tradicional paradigma Psi no Brasil. Ele traz novos repertórios teóricos e analíticos, novas problematizações que muito têm a contribuir com esse o campo do saber e, sobretudo, com a própria sociedade que já ansiava há décadas por uma renovação transformadora nessa área do conhecimento.



APRESENTAÇÃO

Cláudia de Oliveira Alves
Pedro Henrique Antunes da Costa
Sheila Giardini Murta
Silvia Lordello

No ano de 2023, o Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB) completou 60 anos de existência. No mesmo ano, comemoramos 20 anos da adoção e implementação das cotas raciais na graduação da UnB, ressaltando também o pioneirismo da instituição na adoção, em 2020, das referidas políticas afirmativas no âmbito da pós-graduação.

Assim, em comemoração aos 60 anos do IP e ao dia das(os) Psicólogas(os), celebrado no dia 27 de agosto, propusemos um Encontro com o tema “Psicologia e Relações Étnico-Raciais: diálogos interdisciplinares para o presente-futuro”, marcando o reconhecimento da relevância de visibilizar essa temática na Psicologia. No encontro, convidamos profissionais e pesquisadoras/es de diferentes campos do saber-fazer (psicologia, sociologia, história, educação e antropologia, dentre outras), de modo a fortalecer e ampliar diálogos interdisciplinares que tomem a centralidade da questão étnico-racial na realidade brasileira e seus atravessamentos e implicações à psicologia.

Como continuidade desse diálogo, possibilitando que as trocas não se restrinjam ao evento em si, propusemos o presente livro. A proposta foi que as/os convidadas/os escrevessem textos baseados em suas falas ou que dialogassem com o tema geral do evento para compor o livro na forma de capítulos.

E assim buscamos dar continuidade e fortalecer a história da UnB, já idealizada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira enquanto universidade necessária. Foi na concretude das ações de seus sucessores que a UnB passou a protagonizar as primeiras ações antirracistas traduzidas nas suas

políticas institucionais. Agora, uma nova geração permanece inspirada por esse passado e formaliza, por meio dessa obra, a magnitude do tema das Relações Étnico-Raciais, escolhendo a Psicologia como área que não pode prescindir dessa discussão.

Nessa esteira, rememoramos nomes incontornáveis como Neusa Santos Souza, Maria Lúcia da Silva, Maria Aparecida Silva Bento, Isildinha Baptista Nogueira, entre muitas/os, bem como movimentos e instituições como o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), o Instituto Amma Pique e Negritude e a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSinep). Debruçados sobre os ombros destas/es - e de várias/os outras/os - gigantes, nos colocamos a enxergar mais além no horizonte, mirando a concretização de uma psicologia que não só se contente em abarcar as relações étnico-raciais que nos constituem enquanto indivíduos e sociedade, mas que se consolide como uma psicologia antirracista, contribuindo à construção de uma sociedade social e racialmente democrática.

Nessa esteira, a presente obra se apresenta sabendo que a sua relevância lembra, ao mesmo tempo, uma série de lacunas, apagamentos que conformam a própria psicologia e o seu desenvolvimento em nosso país. Assim, a importância deste livro diz respeito não só à fundamentalidade do(s) tema(s) que aborda. Logo, a presente obra é também uma denúncia, uma autocrítica necessária, como nos ensina Kabengele Munanga (2004). Mas ela é mais. É também um alerta: se a psicologia não se repensar e não for, concretamente, antirracista, tomando como central aquilo que é central em nossa realidade, o racismo, as relações étnico-raciais, ela cumprirá uma função social de manutenção desta ordem social que tem no racismo uma de suas estruturas. Grosso modo, será uma psicologia que compactua com o racismo e, portanto, é racista.

Implicadas/os por este desafio, a partir do resgate (auto)crítico do passado, de modo a pensar e transformar o presente e, nisso, projetar o futuro, temos as/os autoras/es deste livro e suas produções. Acreditamos que a maior riqueza da obra está na diversidade de temas e de chaves

de leitura, que contemplam as diferentes experiências das/os autoras/es. Cada capítulo espelha um profundo mergulho na temática, mas que não parte de uma visão academicista, dizendo de *práxis* concretas e de lutas contra o racismo na e pela psicologia e em nossa sociedade. Os textos articulam sensibilidade, provocação e muito conhecimento.

Abrindo a obra, a emblemática Maria Lúcia da Silva, ou Lucinha como é carinhosamente tratada e conhecida, psicóloga e psicanalista pioneira em tratar da relação entre racismo e psicologia, traz de forma incontornável em seu capítulo intitulado “Saúde Mental e Psíquica: o devir negro e os efeitos do racismo na sua constituição” uma impactante reflexão sobre como a psicologia se tornou cúmplice do racismo e o desafio contemporâneo dessa desconstrução. Seu texto é uma convocação ao combate às práticas eugenistas referendadas pela nossa ciência, revelando o impacto do racismo no processo de desenvolvimento de sujeitos negros e na promoção do sofrimento mental e emocional.

No capítulo “Violência e Autodefinição de mulheres negras em Insubmissas Lágrimas de Mulheres, de Conceição Evaristo”, Loyde Cardoso e Renísia Filice empreendem uma análise literária interseccional do conto “Insubmissas Lágrimas de Mulheres”, de Conceição Evaristo, evidenciando como mulheres negras, a partir de sua própria autodefinição, expõem e confrontam as imagens de controle que autorizam violência extrema contra elas. As autoras discutem que a autodefinição dessas mulheres – corpos mulheres – é um ato de resistência, muitas vezes envolvendo a recriação de seus nomes e a construção de relações de irmandade, que implica na atitude radical de desconstruir narrativas e reconstruir identidades. O capítulo explora a potência emancipatória desencadeada por essa postura que tem, a cada dia, unido cada vez mais mulheres negras no Brasil como uma forma de (re)existir.

“Não sou eu do campo Psi? Vozes de Juliano Moreira e outras Figuras Negras” é o capítulo seguinte com a autoria de Clélia Prestes, psicóloga do Instituto Amma Psique e Negritude e diretora da Matria, que em seu belíssimo capítulo enaltece e faz reverência ao legado de

diversas autorias negras de nosso passado que contribuíram de forma categórica para que o racismo passasse a ser visibilizado e combatido em nossa cultura. A autora brilhantemente critica a atualização dos manicômios ao mesmo tempo em que preconiza o aquilombamento como forma de nomear práticas de modo racializado, combater o epistemicídio negro e de representar lugar de luta e cuidado coletivo.

Willamys da Costa Melo e Lia Vainer Schucman realizam um estado da arte sobre o campo de estudos críticos da branquitude. Num exercício de fôlego, que vai muito além de uma apresentação panorâmica, o autor e a autora se debruçam sobre como o referido campo foi se construindo sistematicamente, trabalhando alguns de seus conceitos principais, como o de branquitude, privilégio branco e supremacia branca, e como esses estudos vêm sendo realizados no Brasil, podendo contribuir para a luta contra o colonialismo, o patriarcado, o capitalismo e o racismo.

Pedro Costa traz uma importante reflexão em seu capítulo “Trem sujo da Leopoldina: a revanche do território na saúde mental, álcool e outras drogas”. Partindo de um inquietante poema de Solano Lopes, o autor nos permite embarcar no trem sujo no qual há gente com fome e ao longo do texto desenvolve de forma ímpar a conexão entre território e a perspectiva da Geografia Crítica, como categoria praxica, apresentando a ideia de Milton Santos: território usado como chão mais identidade. O autor promove vários tensionamentos ao longo do texto sobre o quanto a desconsideração do território leva ao revide na saúde mental, álcool e outras drogas e o quanto o racismo pode afetar a produção de vida em seus diversos espaços. O texto propõe, nas belas palavras finais do capítulo, “uma *práxis territorializada* (e, portanto, racializada, classista, gendrada), que use e potencialize o território – e, nisso, as relações e indivíduos que o produzem e nele se fazem”.

Já Silvia Renata Lordello e William Gualberto Gonçalves de Souza, no capítulo “A luta antirracista na infância: compromisso ou omissão?”, trazem reflexões fundamentais sobre a constituição das crianças no/

pelo racismo, ao mesmo tempo em que estas mesmas crianças, suas produções de vida e lutas têm desempenhado um papel cada vez mais importante na superação do próprio racismo. Nesse sentido, ressaltamos as próprias palavras da autora e do autor, que indicam – acertadamente – que, independente da resposta à pergunta contida no título, e que orienta o capítulo, “o primeiro passo deveria ser aprender com as próprias crianças. Se interessar pelas suas vivências, pelas significações que atribuem a elas e sobre suas estratégias de subversão às práticas racistas pode ser a chave para essa mudança”.

Jeane Saskya Campos Tavares e Virginia Teles Carneiro, no capítulo “Supervisão antirracista de estágio em clínica psicológica: potencialidades e desafios em universidades públicas”, partem de suas experiências enquanto docentes em universidades federais para tecer reflexões sobre a formação em psicologia no contexto das relações de supervisão clínica/estágio supervisionado. A inclusão do debate racial na formação do psicólogo clínico é defendida como um imperativo contemporâneo, ético, técnico e político. Nesse sentido, as autoras discutem que, ao compreender as complexidades das experiências raciais, o profissional estará mais capacitado para oferecer intervenções culturalmente adequadas e promover um ambiente terapêutico inclusivo e não violento.

No capítulo “Encontros: terapia narrativa, relações étnico-raciais e a formação em psicologia clínica”, as autoras Cláudia de Oliveira Alves, Isadora Bezerra Araújo, Nathália Ferreira Honorio, Renata Ramos de Souza e Sílvia Beatriz Moreno Diniz nos legam um importante registro de experiência de estágio em psicologia clínica para pessoas negras e indígenas, a partir da perspectiva teórico-metodológica sistêmica da Terapia Narrativa e dos estudos críticos sobre relações étnico-raciais. Para além do próprio conteúdo e da sua relevância, destacamos o fato de que o capítulo se trata de uma construção coletiva entre docente e estagiárias, denotando uma construção horizontal, de ensino-aprendizagem dialógica, quebrando com hierarquias e desconsiderações infelizmente muito comuns na academia.

No capítulo seguinte, “Saúde mental, racismo ambiental e mudanças climáticas: caminhos para a construção de uma agenda antirracista”, Rachel Gouveia Passos empreende uma robusta análise sobre as relações entre as mudanças climáticas, o racismo ambiental e a saúde mental. Numa perspectiva interseccional, a autora escrutina o que é saúde mental e como ela não pode ser compreendida dissociada de uma produção de vida cada vez mais pautada pelo racismo ambiental. Esse escrutínio é fundamental para a necessária construção de uma agenda antirracista e ambientalista na Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas.

Abordando ainda a relação entre o racismo ambiental, as mudanças climáticas e a saúde mental – o que só denota a relevância dos assuntos em nossa realidade presente –, Izabelle Luiza Moreira Lopes, Renísia Cristina Garcia Filice e Sheila Giardini Murta fazem importante e cuidadosa revisão de escopo. A partir do levantamento da produção científica sobre os temas, as autoras analisam as convergências e os afastamentos entre os campos de sentido, no intuito de chamar ainda mais a atenção para a imprescindibilidade das problemáticas.

Referências

Munanga, K. (2004). Psicologia e racismo: uma autocrítica necessária. In M. V. O. Silva (Org.), **Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão**, pp. 89-94. São Paulo: Casa do Psicólogo; Conselho Federal de Psicologia.



SAÚDE MENTAL E PSÍQUICA: O DEVER NEGRO E OS EFEITOS DO RACISMO NA SUA CONSTITUIÇÃO¹

Maria Lucia da Silva

*“Era como uma onda gigante que tomava conta de mim.
Em instantes eu estava inundada de sentimentos confusos,
o nó na garganta impedia as palavras
e a lágrima insurgia sem pedir licença!
Encontrei-me nua e envergonhada ali,
na frente de todas aquelas pessoas
O sentimento de solidão era profundo, naquele momento,
nada e ninguém para me socorrer...
E as pessoas ali, todas me olhando, talvez sem saber o que fazer,
no entanto fazendo: um profundo
silêncio barulhento.
Aqueles olhares eram como o tiro que acertou o alvo, era como
um soco na boca do estômago.
Algo ali se despedaçou. Era sempre assim,
algo sempre se despedaçava
Ninguém para me acolher
Ninguém pra dizer que não era comigo,
Ninguém pra dizer que não era por minha causa
Ninguém pra dizer que não era nada em mim
A vergonha e solidão era minhas únicas companheiras”²
(Lucia Silva)*

-
- 1 Texto com revisões e alterações para apresentação na Conferência de Abertura do evento: Psicologia e Relações Étnico-raciais: diálogos interdisciplinares para o presente-futuro. Universidade de Brasília, 28/08/2023. Originalmente produzido para a palestra virtual em 29/01/2021, no curso “Direito e Questões Raciais” realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
 - 2 Memória de uma humilhação racial, por Maria Lucia da Silva, 2012. Mimeo.

Introdução

Saudação à ancestralidade e à Pombagira e Exu, senhora e senhor das encruzilhadas.

Em agosto de 2023 a Universidade de Brasília comemorou duas datas importantes: 61 anos da oficialização do Curso de Psicologia no Brasil e os 20 anos³ da instituição das ações afirmativas. Esses são dois marcadores extremamente relevantes: a Psicologia, um investimento necessário na qualificação da saúde da população brasileira e, em particular, das populações subalternizadas; e as Ações Afirmativas, um investimento político potente no enfrentamento à colonialidade que ainda vigora em nosso país.

Psicólogas e psicólogos, na sua maioria negros, reafirmaram em 2010:

[...] seu entendimento de que o racismo se constitui numa das questões mais fundamentais para a compreensão dos processos de exploração e dominação instalados na sociedade brasileira. [...] exigindo que todos os esforços sejam empreendidos no sentido do esclarecimento dos seus mecanismos que, engendrados em uma história marcada por séculos de escravização, resultaram em padrões de relações raciais que ocultam perversamente a violência sistemática imposta historicamente à população negra e seus descendentes. [...] constitui em um dos mais sofisticados e enigmáticos mecanismos que, operando por meio da violência sistemática e silenciada, agudizam a produção das desigualdades sociais, que no Brasil têm um viés eminentemente racial. [...] encontrando-se fortemente inscritos nas dinâmicas institucionais que regem o funcionamento da sociedade brasileira, [...] condição

3 Dia 6 de junho de 2003, seguindo o exemplo pioneiro da Uerj - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 2000.

responsável pela configuração de formas de subjetivação social que naturalizam práticas correntes, pautadas no racismo, na discriminação e no preconceito. (**Carta de São Paulo**. Associação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es, 2010).

Também reconheciam que

a psicologia brasileira, em seus processos históricos de institucionalização, foi cúmplice das concepções eugenistas e racistas se aliando ao mito da democracia racial e se omitindo frente à temática das relações raciais, [...] negligenciando o estudo dos aspectos subjetivos envolvidos nos processos identitários e no sofrimento psíquico decorrentes das práticas racistas vigentes na sociedade brasileira. (Idem)

Quadro cuja mudança só está sendo possível com a inserção e intervenção de ativistas psicólogas e psicólogos do Movimento Negro Brasileiro e dos povos originários tanto nas instâncias políticas de diálogo dessa categoria que é o Sistema Conselhos de Psicologia⁴; assim como nas Universidades públicas e privadas brasileiras, onde vêm desenvolvendo estudos e pesquisas, construindo novas epistemologias e aprofundando a compreensão, intervenção e qualificação desse campo da ciência.

Lacan (1998), nos primórdios de sua carreira, irá dizer que

o primeiro sinal dessa atitude de submissão ao real em Freud foi reconhecer que, dado que **a maioria dos fenômenos psíquicos no homem relaciona-se, aparentemente, com uma função de relação social**, não há por que excluir a via que, por isso mesmo, abre-lhe o acesso mais comum: a saber, **o testemunho do próprio sujeito desses fenômenos** (Lacan, 1998, p. 84, grifo da autora).

4 Formado pelo Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia estruturados em todas as regiões do Brasil.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que o racismo é o maior “acidente histórico sofrido pelos africanos e seus descendentes, pode ser descrito como um processo histórico e sistemático de negação pura e de desvalorização contínua e sistemática dos atributos humanos dos afrodescendentes, que os impede de exercitar plenamente a sua cidadania” (Silva; Miranda, 2001)⁵. Em relação às ações afirmativas, apesar das resistências ainda presentes na sociedade brasileira, as

... pesquisas provaram a inconsistência dos argumentos dos opositores à implantação das ações afirmativas e, hoje, é um fato notório que elas trouxeram, com o ingresso de negros, indígenas e pobres, um novo colorido, frescor, novos questionamentos, contribuições epistemológicas, mas também novas demandas às Universidades Públicas brasileiras. Mas isso não foi sem custo, inclusive de muitas vidas perdidas.” (Silva, 2021).

As mudanças produzidas pela adoção das ações afirmativas vêm acontecendo num curto espaço de tempo, pouco mais de 20 anos, em todos os campos da ciência, o que nos dá a dimensão do investimento intelectual e da força motriz das populações beneficiadas para produzir e transformar realidades historicamente negligenciadas. E é sobre e por isso, que a sociedade brasileira persiste em considerar o mérito como o marcador da diferença: mérito, no caso das populações negras e originárias é, para além de sobreviver, viver para contar e transformar sua história.

Os povos negros e indígenas no Brasil foram forçados na partilha em roda, no respeito à natureza e aos mais velhos e à ancestralidade, na construção coletiva e, nos últimos 500 anos, na luta pela preservação de sua história e sobrevivência. É necessário considerar que no Brasil podemos considerar mérito a ação da população negra e os povos

5 Texto apresentado na III Conferência Nacional de Saúde Mental, Brasília dez/2001. Mimeo

originários que construíram, literalmente, o Brasil e que seguem sustentando-o através de sua força de trabalho. O Brasil não será uma potência enquanto a sociedade não considerar o racismo como um impedimento nessa escalada.

O percurso histórico da população negra e originária tem sido lutar pela liberdade. O racismo é um impedimento de acesso integral à saúde, em especial saúde mental, pois para que ela se realize é imprescindível o acesso a condições materiais de existência dignas e políticas públicas efetivas de enfrentamento ao racismo. É necessário que o Estado cesse de matar vidas negras e indígenas, é preciso acesso a trabalho digno, é preciso enfrentar as violências e violações de direitos notadamente evidenciada pelo que se configura, na atualidade, a violência policial, o desemprego, os trabalhos análogos à escravidão⁶, entre outros. Apesar da violência cotidiana, o povo negro segue sendo cooperativo, alegre, criativo; segue fazendo música, arte, poesias, sendo a maioria que compartilha o pouco que tem com quem não tem nada, o período da pandemia deu uma mostra dessa solidariedade.

O relato de humilhação que abre o texto retrata de forma contundente e angustiante e mostra o caminho e impacto de um sofrimento produzido pela humilhação racial, potencializada por outros marcadores como gênero, classe, territorialidade. Fala de como um corpo ao ser atacado, se manifesta; fala da vivência do horror do silêncio compartilhado; fala também de como cada experiência dessa natureza rompe algo dentro do sujeito como um vidro estilhaçado e do profundo desamparo vivido por integrantes de grupos que vivem sob a égide da subordinação e, portanto, constantemente humilhados. Essa dinâmica nos dá dimensão dos efeitos do racismo na dinâmica psíquica, que demandará sistematicamente a busca de estratégias para se reorganizar e seguir vivendo.

6 Ver artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

Freud, em *O mal-estar da civilização* (1929/1969), tem como tema principal o antagonismo irremediável entre as exigências do instinto e as restrições da civilização. Ao investigar as raízes da infelicidade humana, nos alerta sobre a impossibilidade de cumprimento da máxima “ama teu próximo como a ti mesmo”, principalmente se o próximo for alguém desconhecido, que não ocupa nenhum papel em sua vida emocional; alguém que não faz parte de seus vínculos e que, portanto, não seja digno desse amor. Nessa obra, Freud define seus conceitos psicanalíticos de Eu, Supereu, pulsões de prazer e de morte, e a dimensão da cultura como um elemento fundamental na constituição do sujeito. Freud não opera a distinção entre cultura e civilização, ambas se articulam, se constituindo no índice de diferenciação entre o homem e os outros animais (Silva, 2017).-

Freud (1929/1969, p. 67) irá afirmar que

... os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas cujo dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa cota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo.

Sabemos que o papel da cultura é um elemento fundamental na constituição do sujeito. Nesse sentido, para falar dos efeitos do racismo na formação do sujeito é necessário levar em conta a história, não só do sujeito mas de seu grupo de pertença; compreender que o desenvolvimento do sujeito se dá a partir de relações estabelecidas dentro de diferentes contextos e dimensões, como o geopolítico, a qualidade das relações humanas estabelecidas na sociedade, no interior da família e

desta com a sociedade; nas condições de inserção socioeconômicas da família; em sua origem e sentimento de pertencimento étnico-racial; em suas bases sócio-histórico-cultural que demarcam, entre outras, a trajetória pessoal e coletiva. (Silva, 2017)

Freud dirá que a psicologia é, antes de tudo, social; nesse sentido as

... condições sócio-históricas são o pano de fundo sobre o qual se desenvolve a história pessoal e coletiva de um indivíduo e seu grupo étnico; esses aspectos são a estrutura, a base sob a qual será o indivíduo acolhido ou não em seu processo de desenvolvimento e onde se desenvolve, não só a percepção que o sujeito tem de si, mas também, como é visto e tratado pela sociedade." (Silva, & Correia, 2000, mimeo).

Ocupando lugares sociais diferenciados, negros e brancos são marcados diferentemente pela experiência do racismo: enquanto os brancos continuam ocupando o lugar de poder/dominação; negros/as e os povos originários seguem ocupando um lugar de subordinação/desvalorização. É bom lembrar que o processo de escravização marca a experiência de racismo vivido pelo povo negro na diáspora, "... um fenômeno ideológico complexo cujas raízes estão ligadas à necessidade e aos interesses de um grupo social conferir-se uma imagem e representar-se" (Cashmore, Bonton et al, 2000, p. 197).

A violência tem sido a base do percurso histórico de negras e negros na diáspora e a aparência física segue operando no estabelecimento de hierarquia entre os humanos, reafirmando um imaginário social com representações positivas sobre os brancos e negativas sobre a população negra e originária, estratégias essas onde desvalorização e desumanização irão compor a construção das subjetividades e impactar a forma de se ver e ser visto socialmente.

Souza (2021, p. 54) vai dizer que a instalação de um mito acontece "... sempre que a contingência se transforma em eternidade..." e que o mito

negro “... não é uma fala qualquer. É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em ‘natureza’. [...] é um efeito social [...] resultante da convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas.” E que se configura em “[...] um conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação”.

É nessa conjuntura de doutrinação e dominação que nos constituímos e nos desenvolvemos, condição que irá conformar nossa atuação no mundo. O conceito que temos sobre nós é construído através da forma como somos tratados; da linguagem verbal e corporal que nos é dirigida; assim como através do respeito ou não às nossas atitudes, manifestações, entre outros. Sendo o corpo a morada de nossas vivências e experiências, é nele que iremos experimentar tanto a dor física como psíquica.

Assim como o racismo estrutura a sociedade e as formas de relação, ele irá estruturar, também, as formas de pensamento, as percepções, os afetos, os nossos sentidos, como a forma de escutar, olhar e pensar o mundo. Os sentidos são diretamente afetados, podendo desenvolver determinadas sensibilidades, em função da maior ou menor exposição a essas ocorrências. É preciso levar em conta que o racismo é uma experiência de longa duração; ocorre desde a concepção, passando pelo nascimento até a morte; é uma violência que ocorre no corpo e que afeta a identidade pessoal e coletiva. Portanto, em alguma dimensão, irá impactar negativamente toda existência de uma pessoa negra. A aprendizagem do que é ser negro irá se iniciar antes mesmo do nascimento, desde o processo de concepção desse novo ser, atravessando toda sua existência até a morte.

O olhar é um elemento importante na constituição do sujeito. Ele é uma forma perversa e violenta de dizer para o outro sobre seu valor e existência. A forma e o significado estão implícitos quando se dirige o olhar para alguém. O olhar pode ter vários significados: desprezo, admiração, amor, desvalorização, destituição de seu lugar, não

existência, entre outros. Sendo o olhar uma das portas para olharmos e incorporarmos o mundo, ele poderá produzir toda sorte de conforto e/ou desconforto e sentimentos diversos, como: medo, tristeza, solidão, raiva, entre outros, assim como instituir e/ou intensificar sentimentos de inadequação e não pertencimento. Claudine Valcheret (2018) irá confirmar nossa hipótese, quando diz que: “As diferentes experiências que vivemos ao longo do nosso percurso deixam marcas impressas em nosso corpo, cuja memória convoca os sentidos e nos informa que não existe pensamento e imagem sem que todos os outros sentidos estejam presentes”.

Quando um homem e ou uma mulher negra chega em algum lugar, o que chega primeiro são os signos e símbolos que seu corpo carrega. Portanto, o que chega é sua história e seus significados. E quais são os significados do ser negro na atualidade? Quando um sujeito negro é discriminado, podemos considerar que esse ato tem como mira o seu grupo de pertença. Nenhum branco carrega em seu corpo a história de seu grupo; isso só acontece com grupos que historicamente foram e são subalternizados, inferiorizados. É nisso que se constituiu a universalização do branco: ele representa somente a si – é por isso que nenhuma bala perdida encontra o corpo de um jovem branco.

A nação brasileira, ao se recusar a considerar, efetivamente, os efeitos concretos da história da escravização e do racismo na forma como o país está estruturado, assim como de não considerar a violência processual que segue vigorando na forma como o Estado e suas instituições lidam diferentemente com os diversos grupos sociais, ao invés de cumprir seu papel como facilitador, ele dificultará os processos com vistas à implementação de mudanças necessárias. A negação do racismo fará com que a sociedade não ratifique as experiências de violência vividas e as colocarão na conta da incapacidade do indivíduo de processá-las. Assim como não terão ratificação na realidade mais ampla, sem falar que os fatos serão apresentados ora de forma depreciativa e/ou distorcidos, dificultando uma leitura da realidade que o sujeito estará vivenciando.

Demandará tempo e processos psíquicos para o sujeito decodificar que sua experiência está ligada à sua cor e não ao seu caráter.

A não existência da história de seu grupo de pertença poderá produzir dificuldade nos processos de identificação com seus pares e no próprio reconhecimento de sua identidade. E, nesse sentido, sua entrada na educação formal, independente se é maternal ou superior, irá se deparar com barreiras, negações, desvalorizações etc., e a forma como será visto e tratado, com base nas representações sociais negativas, o colocará sempre em desvantagem e em possíveis lugares de desvalorização/subordinação;

A suspeição que pesará sobre as pessoas negras sempre que alguma coisa grave acontecer ao seu redor, principalmente se for seja menino, jovem ou homem, passará pela experiência de ser enquadrado sistematicamente por agentes da Segurança Pública e pelo Sistema de Justiça, que demonstrarão a eficiência da filtragem racial que integra os procedimentos e condutas institucionais. Do mesmo modo, será reforçada sua vulnerabilidade e a sujeição à violência cometida em todas as dimensões: física, social, política, simbólica, sem falar no perigo de ser assassinado pelo simples fato de ser negro.

Viverá, sistematicamente, processos de exclusão sendo responsabilizado sempre que algo desaparecer, momento que os olhares de desconfiança se voltarão para ele etc. Essas situações poderão produzir estados de angústias e ansiedade, sempre que alguma situação o colocar diante de dilemas vividos, mas não elaborados, sem que tenha um nome para dar a este estado. Como representante de um grupo subalternizado, estará sempre na mira dos ataques, mesmo que não saiba o porquê; e dificilmente ocupará um papel de destaque e, quando isso acontecer, será considerado o negro/negra único, uma exceção, e raramente estará entre seus pares.

Não nos enganemos com o processo que estamos vivendo de personalização materializado pela nova realidade produzida pelas mídias sociais. Poucos negros terão uma projeção social onde sua

identidade e história deixará de exercer impacto sobre sua carreira, sendo provável que estará, na maioria das vezes, no lugar da representação da diversidade étnica como se a sociedade tivesse superado sua vocação atávica pelo diferente.

De toda forma, negras e negros seguem vivenciando a constante presença solitária nos espaços tradicionalmente frequentados por brancos, onde fica ou muito destacado e solitário ou invisível, sendo acompanhado pelos olhares furtivos ou pela negação da presença. Assim como o descrédito em relação a sua capacidade, que poderá ser sistematicamente checada, sendo apresentado através de seu currículo e/ou conquista, cujo recado implícito se reduz a: é negro, mas é capaz. Ter que provar constantemente quem e o que é ou o que não é; de corresponder às expectativas sobre si; de estar pronto para servir; saber dançar, fazer todo mundo rir, entre outros; são momentos muito desgastantes, que geram ansiedade, raiva, vergonha e, muitas vezes, fazem com que o sujeito abra mão de coisas importantes para si, para não precisar reviver constrangimentos, desvalorização e discriminação dessa natureza.

Podemos considerar que a maior vitória do racismo está em sua dimensão psicológica, na medida que sua lógica é sempre colocar o outro em situações de constrangimento e rebaixamento: reduzir, invisibilizar, criminalizar, subalternizar, inferiorizar pessoas, grupos e povos reduzindo-os a uma condição sub-humana. Gaulejac (2006) irá afirmar que:

Quando se é socialmente definido por uma falta [...] é difícil manter uma “boa imagem de si” e afirmar uma identidade positiva”. E ao explorar os enquadres de vergonhas vivenciados pelas pessoas considera que “... a vergonha é um sentimento doloroso e sensível sobre o qual é preferível não falar. Ele engendra o silêncio, o fechamento em si até a inibição. [...] é preciso circunstâncias bem específicas para enfim ousar dizer, ousar contar. [...] Quando se é habitado pela vergonha,

sentimo-nos inúteis, incompreendidos, desvalorizados e sozinhos. Procuramos dissimulá-la a qualquer preço. Estamos pouco inclinados a contar nossa experiência. Pensamos que ela não serve para nada, que nossa própria existência é vazia e sem interesse. O silêncio e o fechamento em si são os sintomas deste sentimento que mistura impotência e perda de confiança. (p. 17)

O racismo, o preconceito e a intolerância estruturam a forma como as relações se estabelecem na sociedade brasileira: materializam-se no convívio social, assim como no acesso, permanência e mobilidade nas instituições que a compõe e irão provocar, nas pessoas negras, registros afetivos adversos e ambíguos. A ambivalência segundo Laplanche e Pontalis (1989, p. 15) é a “presença simultânea na relação com o mesmo objeto de tendências e atitudes de sentimentos opostos fundamentalmente de amor e o ódio”; é um componente sempre presente nas relações entre brancos e negros, uma marca do racismo.

O racismo é um elemento que, ao estruturar a subjetividade, atravessará todos os nossos sentidos. Não é por acaso que alguns negros e negras se queixam de analistas que interpretam seus relatos, queixas e ou angústias como delírios paranoicos/persecutórios ou complexo de inferioridade. Essas devolutivas assinalam que a escuta dos analistas, recortadas pela branquitude, não conseguem articular o pertencimento racial do sujeito à queixa que está trazendo. Nesses momentos de desencontros podemos considerar que o sujeito revive, no *setting* analítico, no lugar que ele foi buscar ajuda, as experiências e violência que vive em seu cotidiano. A grande maioria de analistas não tem escuta para o sentido do racismo e nem para apreender as nuances nos relatos de seus analisandos, demonstrando sua alienação histórica relativa ao país em que vivem e, por consequência, alienação produzida pelo privilégio da branquitude que permeia suas instituições de formação.

Questões que nos inquietam, quando refletimos sobre a violência psíquica que o sujeito negro brasileiro vive, é não só a incorporação

dos valores e ideais da branquitude, assim como os atributos negativos criados a seu respeito, ligados a uma condição de inferioridade e à destruição de sua identidade e pertencimento racial; algumas vezes, uma quase impossibilidade de identificação com seus pares que, com negação de seu pertencimento que o coloca numa condição de solidão e isolamento, diria num quase suicídio em vida. Identificação é um “termo empregado em psicanálise para designar o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam” (Roudinesco, 1998, p. 363). E como efeito desse processo, a ferida narcísica incidira negativamente sobre seu autoconceito.


Segundo Freud (1910, p. 54) “só os fatos da infância explicam a sensibilidade aos traumatismos futuros e só com o descobrimento desses restos de lembranças, quase regularmente olvidados, e com a volta deles à consciência, é que adquirimos o poder de afastar os sintomas.” Nesse sentido, em relação à questão racial no Brasil e os efeitos psíquicos negativos para população negra, pede uma decisão coletiva de recordar essa história, para poder elaborar, compreendendo que na elaboração possam se estabelecer corresponsabilidades na busca de caminhos de superação.

De toda forma cabe a indagação de: como vencer as resistências psíquicas na direção da elaboração com parte da sociedade se negando a isso? como elaborar sozinho uma história que é coletiva e que se materializa cotidianamente? é bem verdade que quando vamos para o divã levamos tudo que nos cerca, mas como resolver o paradoxo quando a escuta do analista está interceptada pela sua branquitude?

Referências

- ANPSinep – Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es (2010). **Carta de São Paulo**. Resultado do I Encontro Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (I Psinep), reunidas/os nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2010.
- Cashmore, Ellis, Bonton, Michael et al. (2000). **Dicionário de Relações étnicas e raciais**. Tradução: Dinah Klevel. São Paulo: Selo Negro.
- Freud, Sigmund (1930 [1929]/1969). **O mal-estar da civilização**. ESB [Edição Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud], v. 14. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, Sigmund (1916-1917/1969). **O Sentido dos Sintomas**. Conferência XVII. ESB [Edição Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud], v. 14. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, Sigmund (1910) / 1996. **Cinco lições de psicanálise**. In Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud – Volume XVII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.
- Gaulejac, Vincent de (2006). **As origens da vergonha**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Via Lettera, 2006.
- Lacan, Jacques (1998). **Escritos I Jacques Lacan**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Laplanche, Jean, & Pontalis, Jean-Bertrand (1989). **Vocabulário de Psicanálise**. Trad. Maria Ângela Santa Cruz. São Paulo: Escuta.
- Roudinesco, Elisabeth & Plon, Michel (1944/1998). **Dicionário de psicanálise**. Tradução Vera Ribeiro e Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antônio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar.
- Silva, M. L. da (2021). Racismo e Universidade. In Andréa Máris Campos Guerra, & Fabio Santos Bispo (Orgs.), **Ocupar a Psicanálise: por uma clínica antirracista e decolonial**, ilustrado por Thiago Balbino. São Paulo: N-1 edições. (Texto publicado na Editora N-1 dentro do Projeto Decolonização e Psicanálise. <https://www.n-1edicoes.org/universidade-e-racismo/>)
- Silva, M. L. da, & Correia, S. L. (2000). **Autoestima e Educação**. Temas Pedagógicos, Escola Multirracial e Popular. Ceneg – Centro Nacional de Cidadania Negra. Mimeo.

- Silva, M. L. da & Miranda, D. (2001). Saúde Mental e Racismo. Texto apresentado na **III Conferência Nacional de Saúde Mental**, em dezembro de 2001. Brasília.
- Silva, M. L. da (2017). Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In Kon, N. M., Abud, C. C. & Silva, M. L. da (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva.
- Souza, Neusa Santos (2021). **Tornar-se negro ou as Vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão**. Prefácio de Maria Lucia da Silva e Jurandir Freire Costa. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Vacherett, Claudine Vivier (2018). Figuras da Diferença e Dispositivo Psicanalítico de Grupo. **II Colóquio da Rede Interuniversitária Grupos e Vínculos Intersubjetivos**, e **I Simpósio Internacional da Associação Brasileira de Psicanálise de Casal e Família**, realizado na Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 18, 19 e 20 de abril de 2018. Mesa 3: Dia 19/4 - Auditório Ruy Barbosa – Tema: O grupo e o objeto mediador: uma sinergia específica num quadro adaptado a casos difíceis.



VIOLÊNCIA E AUTODEFINIÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM *INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES, DE CONCEIÇÃO EVARISTO*

**Loyde Cardoso
Renísia C. Garcia Filice**

Introdução

O racismo, em interação com o sexismo e a opressão de classe, é uma parte estruturante da violência social que cria uma realidade brutal para pessoas negras, como sinaliza o que Lélia Gonzalez chamou de neurose cultural brasileira. Um dos efeitos dessa neurose é a defasagem entre o ego negro e o ideal do ego, vinculando-o a uma ideologia branca que impõe imagens de controle que autoriza e naturaliza inúmeras violências, em especial às mulheres negras. Assim sendo, a autodefinição dessas mulheres – corpos mulheres – é um ato de resistência, muitas vezes envolvendo a recriação de seus nomes e a construção de relações de irmandade, que implica na atitude radical de desconstruir narrativas e reconstruir identidades para confrontar o pensamento binário que constitui as dicotomias sujeito/objeto, homem/mulher, que sustenta a opressão. Nesse contexto, a escrivência de Conceição Evaristo se instaura como uma abordagem teórica que contrasta com a escrita narcísica de si. Nesse capítulo empreendemos uma análise literária interseccional do conto *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, de Conceição Evaristo, evidenciando como mulheres negras, a partir de sua própria autodefinição, expõem e confrontam as imagens de controle que autorizam violência extrema contra elas. Ao associar o espelho de Narciso à tradição ocidental e colonial, Evaristo destaca o abebé de Oxum e Iemanjá como seus próprios

espelhos, representando a valorização do pertencimento étnico, o reconhecimento de suas próprias vozes e a importância da relação de mulheres negras umas com as outras. Esse artigo explora a potência emancipatória desencadeada por essa postura que tem a cada dia unido cada vez mais mulheres negras no Brasil como uma forma de (r)existir.

Interseccionalidade e violência

O racismo compõe parte estruturante da violência social, e, em interação com outras estruturas de dominação como o sexismo e a opressão de classe, substancia uma realidade brutal a que pessoas negras são submetidas dia a dia. Essa interação de opressões não é cumulativa, mas interseccional, e gera efeitos específicos. Conforme adverte Kilomba (2019) – e como queremos colocar em perspectiva na discussão que desenvolveremos aqui – o impacto simultâneo das opressões de raça e gênero leva a formas de racismo únicas que constituem as experiências de mulheres negras e de outras mulheres racializadas, e podem gerar cicatrizes psíquicas.

Em seu célebre ensaio, *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, Lélia Gonzalez (2020b) realiza uma incisiva análise psicanalítica da realidade social brasileira, profundamente permeada pelo persistente mito da democracia racial. Para fundamentar suas reflexões, Gonzalez recorre a figuras como Fanon, Freud, Lacan e Jacques-Alain Miller, em abordagem psicanalítica particularmente aplicada às análises das mulheres negras, cuja representação histórica esteve por muito tempo vinculada a perspectivas socioeconômicas determinadas pela raça. Nessa construção, surgem noções como “mulata”, “doméstica” e “mãe preta”, que, usando o termo de Patricia Hill Collins (2019), podem ser identificadas como “imagens de controle”.

Essas imagens de controle, embora aparentemente limitadas a uma análise socioeconômica, deixam escapar um elemento crucial, um “resto” que permanece subentendido. Esse “resto” é o que fica oculto nos

discursos da democracia racial, mas que revela muito mais do que o que tenta dissimular. A análise de Gonzalez sugere que a neurose cultural brasileira, camuflada pela consciência, tem no racismo seu principal sintoma. Quando aliado ao sexismo, esse fenômeno imprime uma violência marcante sobre as mulheres negras, resultando em uma dupla, por vezes tripla, opressão. Essa abordagem psicanalítica destaca a necessidade urgente de desvelar as camadas mais profundas da sociedade brasileira, reconhecendo e confrontando as complexas interações entre racismo e sexismo que moldam a experiência das mulheres negras, em particular.

Visando compreender essa dinâmica que rege práticas discriminatórias contra mulheres negras no Brasil, é que recorreremos à interseccionalidade, enquanto sensibilidade teórica-metodológica que instrumentaliza a indissociabilidade entre racismo, capitalismo e o cisheteropatriarcado (Akotirene, 2019).

Nas palavras de Kimberlé Crenshaw, que cunhou o termo interseccionalidade, trata-se de:

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (2002, p. 177)

Assim sendo, essa abordagem nos oferece uma lente analítica essencial para desvelar as complexas inter-relações de sistemas de opressão e suas implicações nas experiências das mulheres negras, fornecendo um caminho crítico para a compreensão e enfrentamento de desigualdades estruturais. Em especial, queremos apreender, através

da análise literária interseccional de contos de Conceição Evaristo, como mulheres negras, a partir de sua própria autodefinição, expõem e confrontam as imagens de controle que autorizam violência extrema contra elas.

Em *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), seu primeiro livro de contos, Conceição nos apresenta as histórias de mulheres negras de diversas idades e posições sociais, que têm em comum os traços marcantes da violência perpetrada contra seus corpos, que, contudo, não sucumbem, mas resistem cada uma a sua maneira. Nessas histórias, racismo, sexismo, abandono, agressões, solidão, estupros, configuram-se em micropoderes, processos disciplinares, impostos por uma sociedade patriarcal e racista que não pode permitir ou compreender aqueles corpos – por isso “corpos abjetos” (Julia Kristeva apud Canto, 2009) – que vivem à sombra do direito de ser.

Para Vanessa Canto (2009), a situação das mulheres negras é naturalizada pelos discursos racistas e sexistas, contribuindo para que não sejam pensadas em termos epistemológicos, e tampouco ontológicos. Em sua dissertação de mestrado, a autora propõe o devir mulher negra “enquanto possibilidade ontológica e epistemológica construída a partir de atos subversivos do gênero e da abjeção corpórea, enfim como proposta política (biopolítica), que resiste às investidas do biopoder” (Canto, 2009, p. 31).

Na contramão da resolução colonial, o devir mulher negra – ao contrário do *ser* que aprisiona o corpo e o destitui do desejo – constitui-se em um tornar-se/vir a ser mulher negra no mundo, resistindo e subvertendo a ordem do gênero e da raça. O que encontramos nos contos de *Insubmissas* é uma expressão desse devir – chamado por Conceição de *corpos mulheres* – que contrariando as determinações ontológicas, nos coloca a par das possibilidades de viver e ser outramente ao que é imposto pela hegemonia cisheteropatriarcal e racista.

Essa análise encontra-se em total consonância com a da professora Rita Segato (2012) ao afirmar que, de acordo com o padrão colonial

moderno e binário, qualquer elemento para alcançar plenitude ontológica deverá ser equalizado, ou seja, equiparado/resolvido a partir de uma grade de referência comum ou equivalente universal, de modo que qualquer manifestação da alteridade constituirá um problema, e só deixará de fazê-lo quando peneirado pela grade equalizadora de particularidades e idiosincrasias. Por isso, mulheres e homens negras/os aparecem na literatura canônica, na maioria das vezes, e na leitura que muitos fazem da vida, naturalmente, como pessoas subalternas. A naturalização das diversas formas de injustiças sociais, como o racismo, o sexismo, a pobreza, advém então de imagens de controle que as justifiquem, como afirma Patricia Hill Collins (2019).

Mas, de acordo com Butler apud Prins e Meijer (2002, p. 161), “o domínio da ontologia é um território regulamentado: o que se produz dentro dele, o que é dele excluído para que o domínio se constitua como tal, é um efeito do poder”. Confrontar e expor esse poder (ou esses micropoderes) e como ele incide sobre os processos pelos quais esses corpos se tornam mulheres negras é já parte de atribuir ontologia a quem tem sido sistematicamente destituída dessa possibilidade de existir, que alguns, equivocadamente, chamam “privilégio”. Para importantes intelectuais do pensamento feminista negro, como Gonzalez (2020) e Collins (2019), o poder de tornar-se sujeito – por mais complexo que seja esse termo, como nos orienta Kilomba (2019) – e falar de si é um modo definitivo de confrontar os alicerces das opressões interseccionais. Assim sendo, empreendemos aqui uma análise da prática subversiva de Conceição Evaristo ao suscitar em seu texto corpos-mulheres que constroem para si novas imagens contra as imagens sociais que lhes imprimiam objetificação e violência.

Narciso acha feio o que não é espelho

A frase contida na música Sampa, de Caetano Veloso, nomeia esse item e nos conecta ao ano de 1949, quando Agostinho Neto – que viria

a ser presidente de Angola – ainda estudante de medicina em Lisboa, escreveu o poema *Confiança*, que recentemente foi musicada por Mateus Aleluia. Desse poema emerge a figura de um “homem disperso” e seu paradoxo, a partir de um sentimento de distância do sujeito de seu verdadeiro eu na diáspora:

O oceano separou-me de mim
enquanto me fui esquecendo nos séculos
e eis-me presente
reunindo em mim o espaço
condensando o tempo

Na minha história
existe o paradoxo do homem disperso
Enquanto o sorriso brilhava
no canto de dor
e as mãos construíam mundos maravilhosos

John foi linchado
o irmão chicoteado nas costas nuas
a mulher amordaçada
e o filho continuou ignorante

E do drama intenso
duma vida imensa e útil
resultou certeza

As minhas mãos colocaram pedras
nos alicerces do mundo
mereço o meu pedaço de pão.
(Neto, 1974, p. 67)

Um importante poema que exprime uma história marcada pelo paradoxo de um homem disperso de sua própria identidade, separado de si pelo oceano, vivendo a disparidade de sentir a dor de ter seu mundo destruído enquanto, com suas mãos, constrói outros mundos maravilhosos. Sua dispersão não abrange só o esfacelamento de sua subjetividade, uma vez que ele vai esquecendo dele mesmo, e isso já seria suficiente. Mas a separação violenta de si para si enseja outras violências, como é evidenciado pela quarta estrofe: o linchamento, o chicote, a mordaca, a ignorância. Uma existência paradoxal, em que o eu-lírico está presente e disperso ao mesmo tempo.

Os processos políticos da colonização, como afirma o professor Wanderson Flor do Nascimento (2021), são relacionados intrinsecamente com a colonização do imaginário e da subjetividade. De acordo com este autor, a colonização, seja ela política, imaginária ou subjetiva, atua através de uma espécie de gramática social que está centralizada no racismo que, essencialmente, aprisiona a diferença em hierarquias opressivas, distribuindo de maneira desigual os lugares de poder, imaginação, existência, ação e conhecimento do sujeito.

Em tornar-se negro, Neuza Santos Souza (2019) discorre sobre a construção de um ego atual de pessoas negras em flagrante defasagem com o Ideal do Ego. Este último, de acordo com a psicanalista, é a instância que estrutura o sujeito psíquico, vinculando-o à lei e à ordem, um modelo ideal de constituição do sujeito, que busca recuperar o narcisismo original perdido. Quanto mais proximidade entre o ego atual e o ideal do ego, maior a tranquilidade e a harmonia interna do indivíduo; quanto maior a tensão entre esses dois, maior o sentimento de inferioridade e a culpa. A constituição do sujeito negro em uma sociedade racista e narcísica dá-se, então, em termos neuróticos:

O negro de quem estamos falando é aquele cujo ideal de Ego é branco. O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a

ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo. (Souza, 2019, p. 81).

Esse estado de defasagem atribuído ao sujeito negro por Neuza Santos Souza e cujos efeitos vimos no poema de Agostinho Neto, é ampliado à cultura por Lélia Gonzalez que, como afirmamos no início, expõe a neurose cultural brasileira.

Em outro texto bastante conhecido, *A categoria político-cultural de amefricanidade*, publicado na revista Tempo Brasileiro em 1988, Gonzalez (1988) reforça sua ideia da formação histórico-cultural do Brasil enquanto uma neurose cultural de ordem geográfica e da ordem do inconsciente, porque geograficamente está longe da Europa, mas a formação de seu inconsciente identifica-se como branca e europeia. Um ego atual (Souza, 2019) distante, a milhares de quilômetros de seu ideal do ego. Um corpo longe de seu espírito ideal. Para a filósofa, a principal sintomática dessa neurose é o racismo que, em articulação com o sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Gonzalez demonstra como as imagens de “mulata”, “doméstica” e “mãe preta” naturalizam violências imputadas a essas mulheres desde a formação da nossa ideia de nação, com o mito da democracia racial, construída a partir do estupro de mulheres negras por seus senhores brancos, encoberto pela narrativa de nação, aceita por anos e veiculada pelo luso-tropicalismo de *Casa Grande Senzala*, de Gilberto Freyre (1933; 2003), por exemplo.

Nas palavras de outra autoridade sobre o assunto, a filósofa Sueli Carneiro:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as

últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance”. (Carneiro, 2003, p. 01)

O recalçamento dessa realidade por meio da negação, erotização e romantização, como destacado por Sueli Carneiro, ilustra de forma contundente a dinâmica entre consciência e memória, um conceito habilmente desenvolvido por Gonzalez em *Racismo e Sexismo* (2020b). A consciência, como camada superficial do diálogo nacional, empenha-se incessantemente em apagar a história da negritude, valendo-se do racismo, da naturalização das opressões, da objetificação, da infantilização e da romantização da violência. Contudo, esses elementos permanecem latentes, operando, por exemplo, nas imagens de controle que incidem sobre os corpos das mulheres negras.

A memória emerge como uma força contrária, empenhada em resgatar a história não escrita, destacando-se através das narrativas de mulheres negras que assumem o papel de sujeito do discurso. É a partir dessa memória que procuramos compreender uma verdade muitas vezes estruturada como ficção. As narrativas sobre mulheres negras refletem um espelho narcísico impossível, pois o ego atual, condicionado por expectativas e exigências brancas, não reflete o idealizado ego branco. Essa reflexão ressalta a necessidade urgente de desconstruir e reconstruir narrativas, promovendo uma compreensão mais ampla da identidade e da história negra.

Conforme Collins (2019) argumenta, essas formas de opressão são fundamentadas por ideias básicas que partem de um pensamento binário, um maniqueísmo que considera brancura/negrura, masculino/

feminino, sujeito/objeto, razão/emoção como partes completamente excludentes, dando forma a uma compreensão de diferença humana. Assim, cria-se um outro inferior, passível de ser objetificado. E o objeto, por não ser humano, passível de ser violado.

Tornar-se sujeito, contrariar as histórias contadas a seu respeito, quebrar um espelho que não reflete seu rosto, se constitui como um ato subversivo dessas mulheres que pode nos levar à compreensão de outras formas de ser e viver, contra toda violência. Grada Kilomba (2019), ao escrever *Memórias da Plantação* a partir da realidade psicológica do racismo cotidiano com base em relatos de mulheres negras, reflete sobre o papel político de sua escrita e da sua própria voz. Para ela, escrever é um ato de descolonização, no qual quem escreve se opõe a posições coloniais, tornando-se escritor/escritora e, que ao reinventar a si mesmo, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente, ou que sequer fora nomeada anteriormente. Assim sendo, falar de si envolve os dois processos, pois não basta falar de si, é preciso reinventar-se. Criar-se novamente, não mais como objeto, mas como sujeito, e para isso é necessário quebrar alguns espelhos que, distorcidos, não refletem nossa imagem real.

O abebé de Oxum e a autodefinição de mulheres negras

Em seu depoimento em a *Escrevivência e seus subtextos* (2020), Conceição contrapõe a Escrevivência, como aparato teórico, à escrita de si, criando um contraste definitivo entre a tradição e o imaginário mítico da cosmogonia africana e a narrativa pertencente à tradição ocidental de Narciso, a escrita narcísica:

Afirmo que a Escrevivência não é uma escrita narcísica, pois não é uma escrita de si, que se limita a uma história de um eu sozinho, que se perde na solidão de Narciso. A Escrevivência é uma escrita que não se contempla nas águas de Narciso, pois o espelho de Narciso

não reflete o nosso rosto. E nem ouvimos o eco de nossa fala, pois Narciso é surdo às nossas vozes. O nosso espelho é o de Oxum e de Iemanjá (Evaristo, 2020, p. 38-39)

Segundo a autora que cunhou o termo *escrevivência* a partir do reconhecimento de uma escrita que valoriza o pertencimento étnico-racial, principalmente do sujeito mulher negra, é no abebé de Oxum que nos descobrimos belas e contemplamos a nossa própria potência.

Encontramos o nosso rosto individual, a nossa subjetividade que as culturas colonizadoras tentaram mutilar, mas ainda conseguimos tocar o nosso próprio rosto. E quando recuperamos a nossa individualidade pelo abebé de Oxum, outro nos é oferecido, o de Iemanjá, para que possamos ver as outras imagens para além de nosso rosto individual. Certeza ganhamos que não somos pessoas sozinhas. Vimos rostos próximos e distantes que são os nossos. O abebé de Iemanjá nos revela a nossa potência coletiva, nos conscientiza de que somos capazes de escrever a nossa história de muitas vozes. E que a nossa imagem, o nosso corpo, é potência para acolhimento de nossos outros corpos. (Evaristo, 2020, p. 38-39)

É impossível não conectar a relação feita por Evaristo entre o abebé de Oxum e a subjetividade de mulheres negras com o conceito de oxunismo elaborado por Oyeronke Oyěwùmí. Conforme explicita Flor do Nascimento (2021), Oyěwùmí propõe o oxunismo como movimento que seja capaz de ler as experiências das mulheres africanas na resistência à imposição do gênero pelo patriarcado colonial:

Nossa autora retoma as representações autóctones desvencilhadas das imagens coloniais desta divindade para nos apresentar uma sociedade na qual a figura de Oxum encarna — na interpretação da autora, sem genericização — potências de uma subjetividade

e de uma organização política em que a liderança comunitária, a espiritualidade organizadora — metafísica e politicamente —, a criação inventiva, a responsabilidade pelo coletivo e a ausência de binarismos hierárquicos, seja na política seja na produção do conhecimento. (Flor do Nascimento, 2021, p. 8)

Em *Insubmissas lágrimas de mulheres*, o segundo livro de contos de Conceição Evaristo, a história de Lia Gabriel sintetiza as dores de tantas mulheres ao mesmo tempo em que nos dá um vislumbre da ideia de um *corpo mulher*, ou seria de um devir mulher negra, como explicitamos anteriormente, que converge para um posicionamento oxunista a partir de uma potência criadora, inventiva, responsiva, não excludente/binária, guerreira, negociadora:

Enquanto Lia Gabriel me narrava a história dela, a lembrança de Aramides Florença se intrometeu entre nós duas. Não só a de Aramides, mas as de várias outras mulheres se confundiram em minha mente. Por breves instantes, me veio a imagem da Mater Dolorosa e do filho de Deus pregado na cruz, ficções bíblicas, a significar a fé de muitos. Outras deusas, mulheres salvadoras, procurando se desvencilhar da cruz, avultaram em minha memória. Aramides, Lia, Shirley, Isaltina, Daluz e mais outras que desfiavam as contas de um infinito rosário de dor. E, depois, elas mesmas, a partir de seus corpos mulheres, concebem a sua própria ressurreição e persistem vivendo. (Evaristo, 2011, p. 81)

Nessas histórias, mesmo em meio a constantes violências, físicas, sexuais, psicológicas, os corpos mulheres se presentificam a despeito da objetificação dirigida por seus algozes. Em um processo que em nada se assemelha à condição do ser que aprisiona o corpo e suprime o desejo. Pelo contrário, constitui-se como um contínuo tornar-se e vir a ser mulher negra no mundo, resistindo e subvertendo as normas

estabelecidas pelo sistema de gênero e raça, os objetos tornam-se sujeitos e se reinventam. Nenhuma daquelas mulheres, ao se olharem no espelho, veem a “mulata”, a “doméstica” ou a “mãe preta”.

Lia Gabriel, cuja história sintetiza os corpos mulheres de suas iguais, sofreu violências físicas e psicológicas, incluindo uma seção de tortura, junto com seus filhos, dos quais o mais novo ficou com severos problemas psicológicos devido à violência do pai. Quando decide abandonar o homem que a violentara, mesmo sem o apoio de sua mãe, passa a trabalhar para sustentar sua família, e abre uma pequena loja de conserto de eletrodomésticos com o nome “Tudo tem Conserto”: “Tudo tem conserto. E tem. Consertei a minha vida, cuja mola estava enferrujando. Eu mesmo imprimi novos movimentos aos meus dias.” (Evaristo, 2011, p. 99). Essa capacidade de conserto e de ressurreição parte desse devir mulher que não se identifica com o rosário de dores ou com o martírio da cruz. Mas, antes, são salvadoras de si mesmas, concebem a sua própria ressurreição e permanecem vivendo. Essas são as vivências de mulheres negras que emergem, resistem e se ressignificam num cotidiano opressor que as tenta anular, mas não consegue, jamais conseguirá.

A objetificação é a fonte de muitas das violências sofridas por essas personagens. Aramides Florença, que intitula o primeiro conto, sofre estupro conjugal. Essa violência ocorre após um parto recente e a chegada do primeiro filho que deixa o marido, antes devoto e amoroso, enciumado pela eminência da perda daquela que era considerada sua posse. Como diz Aramides: “era esse homem que me violentava, que machucava meu corpo e a minha pessoa, no que eu tinha de mais íntimo. Esse homem estava me fazendo coisa dele, sem se importar com nada...” (Evaristo, 2011, p. 18). No entanto, esse corpo que, aos olhos do marido era coisa sua e digno apenas de violência, uma vez que estava se voltando para a realização de outras vivências que não se relacionavam diretamente a ele, era capaz de ser também um corpo alimento que provia o único alimento que o filho de menos um ano

aceitava, capaz de produzir um corpo extensivo ao seu, sua prole. A cumplicidade de mãe e filho, deixaram patentes à narradora, a alegria de um para com outro e a satisfação pela ausência daquele homem violento que os deixara.

Tanto nas histórias de Lia de Gabriel como de Aramides Florença, o casamento aparece como um espaço de coação e subjugação ao poder colonial, que pressupõe que mulheres são seres fracos e merecem a marginalização social. Violentadas física, sexual e mentalmente, vendo essas violências se estenderem à sua prole, essas mulheres resistem a partir de uma força motriz ligada ao oxunismo: a matripotência que, para Oyèwùmí, é o modo autóctone iorubá de pensar a experiência da maternidade fora dos registros patriarcais de gênero ocidentais, com desdobramentos políticos para organização social de maneira não unitária, não binária e sempre coletiva, como afirma Flor do Nascimento:

[...] Oyèwùmí (2016a, p. 59-78) nos apresenta as características matripotentes de Ìyá: vínculo metafísico com sua prole, sendo indefinidamente responsável por ela, uma vez que ela é, junto com a divindade da criação dos seres humanos, a co-criadora, produtora de beleza e bom-caráter, multiplicadora da comunidade e da própria humanidade, liderança política, fonte da ideia de solidariedade, de provimento material e moral. (Flor do Nascimento, 2021, p. 11)

Dentro de nossa história colonial, o corpo das mulheres negras escravizadas foi instrumentalizado para satisfação e volúpia dos senhores brancos. Como afirma Abdias Nascimento (2016), o preço da herança patriarcal portuguesa é pago por essas mulheres, não só durante a escravidão. A alcunha de mulher fogosa, hipersexualizada será cobrada todas as vezes que essas mulheres dirigirem o seu desejo para fora dos limites patriarcais. Em outra história, a de Isaltina Campo Belo, o estupro corretivo é o expediente biopolítico que subjuga o corpo de uma mulher negra que não se sente atraída por outros homens.

A incompreensão de seu pretendente parte de uma ideia que gerava expectativas que não podiam ser contrariadas: “E afirmava com veemência, que tinha certeza de meu fogo, afinal, eu era uma mulher negra, uma mulher negra.” (Evaristo, 2011, p. 64). O estupro corretivo surge com a justificativa, autorizada por imagens de controle, de que aquele corpo foi feito para a satisfação sexual, independente do desejo, do afeto e do consentimento daquela mulher. Mediante tal violência, sua subjetividade é reduzida a nada: “Sentia-me como o símbolo da insignificância. Quem eu era? Quem era eu?” (idem, p. 65). A reconstituição desse “eu” surge, posteriormente, com a assunção de um corpo mulher que se permite amar uma igual, justamente porque a negação desse desejo e desse consentimento estão na gênese de diversas violências marcadas por gênero e raça. Isaltina conhece a professora de sua filha (gerada de uma violência), e se apaixona. Em mais de um momento, e em diversas obras, Conceição Evaristo exalta o afeto, o desejo e consentimento de mulheres como parte essencial de sua autodefinição e modo de estar no mundo, a partir de um abebé que, diferente do espelho de narciso, reflete um sujeito que transcende as hierarquizações ocidentais como as dicotomias eu/outro, matéria/espírito e até a distinção dicotômica entre masculino/feminino, que foram definitivas para violência perpetrada contra Isaltina.

Também feita objeto, um “troço menina”, TroçoLeia Malvino Silveira, foi a última filha mulher dentre seus irmãos, todos varões. Seu pai a rejeitou por considerá-la o resultado de uma traição, seja do corpo de sua mulher seja de seu próprio corpo, que antes só produzira filhos machos: “De seu corpo não podia ser, de sua rija semente jamais brotaria uma coisa menina” (Evaristo, 2011 p. 20). O nome TroçoLeia denunciava todo esse desprezo e desumanização, condenando-a a ser nomeada por algo que não representava sua humanidade. Mas essa personagem provoca o desejo de escuta de nossa narradora/entrevistadora, justamente porque foi capaz de se autoneostrar. TroçoLeia foi capaz de criar para si um novo nome: Natalina Soledad. Desde criança, tendo sido chamada

por um nome que a desprezava, Natalina “Tinha um só propósito. Um grande propósito. Inventar para si outro nome. E, para criar outro nome, para se rebatizar, antes era preciso esgotar, acabar, triturar, aquele que lhe haviam imposto” (Evaristo, 2011, p. 22).

Dar-se um novo nome, rebatizar-se implicava uma ação combativa. O que Patrícia Hill Collins (2019) chama de autodefinição se consubstancia como atos de resistência organizados e anônimos: “Para as mulheres negras, resistir fazendo algo que ‘não se espera’ delas não seria possível se não rejeitassem as *mammies*, as matriarcas e outras imagens de controle. Quando combinados, esses atos individuais de resistência sugerem que as mulheres negras têm uma consciência coletiva específica.” (Collins, 2019, p. 181). É com uma atitude de resistência que Troçoieia vivia em uma casa e dentre uma família que a desprezava por ser mulher, e é com essa resistência e combatividade que abandona o antigo nome, e passa a chamar-se pelo nome que ela criou para a sua humanidade: Natalina Soledad.

Regina Anastácia, mais uma e última das mulheres de *Insubmissas Lágrimas*, também se autodefine a partir do reconhecimento de seu valor. Ela se autoanuncia: “A voz dela pausada e já marcada pelo correr de um tempo de noventa e um anos vividos, ao pronunciar o próprio nome, me soou como alguém que anuncia com respeito a chegada de uma pessoa especial, merecedora de toda reverência.” (Evaristo, 2011, p. 127). Regina, uma verdadeira rainha de congada, trazia consigo a realza de outras mulheres negras, em suas próprias palavras: “Tomei em minhas mãos o cedro do meu destino e dei o rumo que eu quis a minha vida” (idem, p. 128). Na juventude, apaixonou-se e casou-se com um homem branco e rico que fora pressionado pela família a fazê-la apenas de amásia. Advertida pela mãe, que o costume à época era de que os moços brancos conservassem os hábitos ainda do tempo da escravidão quanto à apropriação do corpo de mulheres negras, sob a imagem de mucamas - agora, imagem de mulata. Mas, Regina não seria a “mucama” de ninguém.

A história de Regina se contrapõe a uma forte imagem de controle que está no cerne do mito da democracia racial, o da mulata, que chegou a ser produto de exportação nacional. Em *O Genocídio do Negro Brasileiro*, Abdias Nascimento (2016), ao discorrer sobre o caráter brutal do mito da democracia racial, junta sua voz às vozes de mulheres como Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, denunciando que:

O mito da “democracia racial” enfatiza a popularidade da mulata como prova de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social exprime-se corretamente de acordo com o ditado popular. Nessa versão, há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. (Nascimento, 2016, p. 75)

Se, como afirma Sueli Carneiro, no Brasil e na América Latina, a violência sexual colonial contra mulheres negras é o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, recontar essas histórias sob um ponto de vista que denuncie essa violência ao mesmo tempo em que revela o que estava sendo ocultado, encaminha-nos para a construção de novas formas de saber e viver. Ao recusar o papel de mucama ou de mulata, Regina toma o cetro do seu destino, algo que aprendera com sua mãe, que também rejeitou as imagens de controle de doméstica ou de mãe preta, quando decidiu não trabalhar para a família rica da cidade, e sim fazer sua própria padaria. Como afirma Collins (2019) sobre a importância da autodefinição, desafiar as imagens de controle e substituí-las pelo ponto de vista de mulheres negras compõem uma forma essencial de resistência às opressões interseccionais, e mais ainda se pensarmos na presença

abundante dessas imagens sobre pessoas negras na literatura canônica e na constituição de nosso imaginário social.

Em mais uma história de *Insubmissas Lágrimas*, um outro aspecto da adefinição de mulheres negras se sobressai: a relação delas umas com as outras. O conto intitulado Shirley Paixão nos apresenta uma confraria de mulheres formada pela mãe e suas filhas, de sangue e do coração. A paixão de Shirley se manifesta na defesa impetuosa de sua enteada, Seni, que sofria abusos físicos e sexuais por parte de seu próprio pai, marido de Shirley. Livres do abusador, depois de alguns anos de prisão de Shirley pela tentativa de assassinado de seu marido, elas se recompõem da dor, cuidando umas das outras e sendo felizes, fortalecendo a irmandade com mais meninas netas. Seni, cuidando de si, tenta suplantar as dores do passado, e estende esse cuidado e proteção a outros, tornando-se médica. No conto, a personagem principal relata como a amizade entre ela, as filhas e as enteadas, se construía como uma feminina aliança que as fortalecia, a despeito das investidas do marido contra aquilo que ele considerava um complô, e que, ao final, acabou por ser a força destruidora de sua violência contra sua filha mais velha. Collins (2019), em sua análise sobre o poder da autodefinição, disserta também sobre a relação das mulheres negras entre si como espaço seguro para a construção de suas vozes individuais e coletivas: um espaço em que essas mulheres reafirmam a humanidade, o caráter e o direito de existir umas das outras. A autora ressalta o papel central que a ficção escrita por mulheres negras concede à amizade, além disso, a constituição dessas mulheres enquanto ouvintes ideais, se consideramos a problemática levantada por Gayatri Spivak (2018) em *Pode subalterno falar*, assim como a réplica de Grada Kilomba (2019), ao considerar o problema de “quem pode ouvir o que mulheres negras têm a dizer?”:

É possível escrever para um público sem nome e sem rosto, mas o ato de usar a voz exige que haja alguém ouvindo e, portanto, estabelece

uma conexão. Para as afro-americanas, o ouvinte mais capaz de romper a invisibilidade criada pela objetificação das mulheres negras é outra mulher negra. Esse processo de confiança umas nas outras pode parecer perigoso, porque somente as mulheres negras sabem o que significa ser mulher negra. Mas se não nos escutarmos umas às outras, quem vai escutar?" (Collins, 2019, p. 190).

Retomando uma fala de Conceição Evaristo que citamos anteriormente, o espelho de Narciso não reflete o nosso rosto. E nem ouve o eco de nossa fala, pois Narciso é surdo às nossas vozes (Evaristo, 2020, p. 38-39).

Em *Insubmissas*, essa cumplicidade perpassa todos os contos, pois a narradora tem o papel de entrevistar mulheres, ouvir histórias com as quais ela vai se identificando e se igualando. Sobre Aramides Florença, ela diz "Quando cheguei à casa de Aramides Florença, a minha igual estava sentada em uma pequena cadeira de balanço" (Evaristo, 2011, p. 9). Ao escutar a voz de Regina Anastácia, ela ouvia as vozes de outras mulheres: "Continuou a voz majestosa – narrando uma história de vida, na qual, em muitas passagens, eu escutava não só a dela, mas também a de muitas outras mulheres do meu clã familiar." (Idem, p. 128).

Pensar a autodefinição é pensar a elaboração de processos de subjetivação de mulheres negras a partir da construção de um "eu" que emerge da luta para substituir as imagens de controle pelo conhecimento autodefinido, muitas vezes essencial para a sua (a nossa) sobrevivência. Essas mulheres, ao rejeitarem as imagens de controle, reinventam-se, ressurgem e se reafirmam, que, a partir de uma agência matripotente, articulam, lutam, negociam, criam, alimentam, nomeiam, amam e organizam uma nova realidade. A capacidade de reconstruir a própria identidade, simbolizada pelos espelhos sagrados, revela uma resistência que desafia narrativas coloniais. Cada personagem, ao olhar-se no espelho, não se depara com Narciso, mas com uma imagem de força, dignidade, beleza e autenticidade.

Considerações finais

Em meio à tensão que se estabelece entre consciência e memória na constituição de uma narrativa social, em que a consciência tenta apagar a história da negritude, e a memória busca resgatar uma verdade amaçada com violência, os corpos mulheres emergem como sujeitos do discurso, desafiando as narrativas hegemônicas e buscando uma reconstrução de identidade que não se alinhe com as expectativas brancas, ao mesmo tempo em que expõem a complexa teia de opressões enfrentadas pelos negros e negras, confrontando os efeitos da neurose cultural brasileira, estabelecida na dissonância entre a identidade real e o ideal narcisista imposto pela sociedade racista e patriarcal. A neurose evidenciada por Gonzalez (2020b) é alimentada pelo racismo e pelo sexismo, com imagens de controle que naturalizam a violência contra mulheres negras desde a formação da identidade nacional e do mito da democracia racial: “doméstica”, “mulata” e “mãe preta”.

Mediante uma realidade de esfacelamento da identidade negra provocada e fomentada pela neurose cultural, a escrevivência, então, se estabelece como uma expressão literária que vai além da escrita narcísica, estabelecendo um contraste entre a tradição africana e a narrativa ocidental, forjada a partir da capacidade inventiva e matripotente de mulheres negras de se oporem às imagens de controle oriundas da naturalização das opressões de raça, gênero, sexualidade e classe que incidem sobre seus corpos. A reflexão sobre a subversão através do ato de escrever, como apresentado por Grada Kilomba (2019), enfatiza a importância de desconstruir narrativas opressivas e reinventar-se como sujeitos autênticos.

Através das histórias de Aramides Florença, Lia Gabriel, Troçoileia Malvino Silveira, Regina Anastácia e Shirley Paixão, Evaristo (2011) exalta uma tradição de resistência à objetificação e às imagens de controle impostas pela sociedade, destacando a capacidade de autorreinvenção e ressurreição de mulheres negras, que ao desafiarem estereótipos e

expectativas, afirmam sua humanidade. A resistência, a autodefinição e a solidariedade entre essas mulheres se tornam elementos fundamentais na desconstrução de narrativas coloniais e na construção de novas formas de saber e viver. Ao quebrarem o espelho que não reflete seus rostos, as mulheres negras, verdadeiras òyás, realizam um ato político de descolonização, reivindicando sua voz e redefinindo suas identidades em oposição às imposições coloniais.

Referências

- Akotirene, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- Canto, Vanessa Santos do (2009). **Devir mulher negra: subjetividade e resistência em tempos de crise do capitalismo**. Dissertação de Mestrado. PUC: Rio de Janeiro.
- Carneiro, Sueli (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, pp. 49-58. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em 20/02/2024.
- Crenshaw, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 171-188, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.
- Collins, Patricia Hill (2019). **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo.
- Evaristo, Conceição (2020). A escrevivência e seus subtextos. In Constância Lima Duarte, & Isabella Rosado Nunes, **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.
- Evaristo, Conceição (2011). **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê.
- Flor do Nascimento, Wanderson (2021). Em torno de um pensamento oxunista: òyá descolonizando lógicas de conhecimento. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, 382-397.
- Freyre, Gilberto (1933/2003). Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global.
- Gonzalez, Lélia (2020a). A categoria político-cultural de amefricanidade. In Flavia Rios, & Márcia Lima (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**, pp. 127-138. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gonzalez, Lélia (2020b). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In Flavia Rios, & Márcia Lima (Orgs.). **Racismo e sexismo na cultura brasileira**, pp. 67-83. Rio de Janeiro: Zahar.

- Gonzales, Lélia (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. In *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.), 69-82.
- Kilomba, Grada (2019). **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Nascimento, Abdias (2016). **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas.
- Neto, Agostinho (1974). **Sagrada Esperança**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Prins, Baujk; Meijer, Irene Costera (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. In **Estudos Feministas v. 10**, n.1. Florianópolis, 155-157. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vy83qbL5HHNKdzQj7PXDdJt/?lang=pt>. Acesso em: 04/07/2021
- Segato, Rita Laura (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. **E-cadernos CES** (Online), v. 18, 106 - 131.
- Souza, Neuza Santos (2019). **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. São Paulo: Editora LeBooks.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (2018). **Pode o Subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.



NÃO SOU EU DO CAMPO PSI? VOZES DE JULIANO MOREIRA E OUTRAS FIGURAS NEGRAS¹

Clélia R. S. Prestes

Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade.

(Neusa Santos Souza, Tornar-se negro, 1983, p. 17)

(...) nossa história nos assombra porque foi enterrada indevidamente. Escrever é, nesse sentido, uma maneira de ressuscitar uma experiência coletiva traumática e enterrá-la adequadamente.

(...)

Todo o processo alcança um estado de descolonização, isto é, internamente não se existe mais como a/o "Outra/o", mas como o eu.

Somos eu, somos sujeito, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es da nossa própria realidade.

Assim, (...) tornamo-nos sujeito.

(Grada Kilomba, Memórias da plantação, 2019, pp. 223 e 238)

1 Texto publicado como artigo, intitulado **"Não Sou eu do Campo Psi? Vozes de Juliano Moreira e outras figuras negras"** na Revista da ABPN, v. 12, n. Ed. Especial, Caderno Temático: "III ANPSinep- Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es", outubro de 2020, pp. 52-77.

Introdução

Reino Unido, final do século XVIII e início do XIX, uma campanha abolicionista adota a imagem que se tornaria famosa, de uma negra ajoelhada clamando por liberdade, com a frase “Am I not a woman and a sister?” (Não sou eu uma mulher e uma irmã?). Estados Unidos, 1851, em uma convenção pelos direitos das mulheres, os discursos as definiam por meio de características tidas como universais, que não contemplavam especificidades. O discurso de uma mulher negra e abolicionista, chamada Sojourner Truth, inspirado na frase acima, destoa para denunciar a incoerência de um discurso feminista que se entende libertário e falha por cair em outra opressão.

Brasil, 2020, um campo que inclui a psicologia, psiquiatria e psicanálise, e que costuma ser denominado como campo “psi”, pretensamente neutro, busca promover a saúde mental a partir de um referencial de psiquismo tido como universal. Conivente com algumas violências, aliado a outras, e violentando novamente quando não escuta outros referenciais e patologiza. Via de regra, desconsidera as relações raciais, enquanto procura invisibilizar figuras negras com contribuições notáveis. Não sou eu do campo psi?

Sou. Não me enxergando em sua imagem, todavia, decidi recontar histórias. Como psicóloga negra, farei eco para a voz de figuras (pessoas e organizações) negras invisibilizadas no campo psi, permanentemente atuando com resistência política para reconhecimento de nossa participação na construção da ciência e prática, e pela saúde mental da população brasileira, integralmente atingida pelos efeitos psicossociais do racismo e sexismo, dentre outros.

Começo lembrando o caráter (psico)terapêutico dos saberes e práticas tradicionais. Cosmogonias ameríndias e amefricanas, tratamentos energéticos, práticas religiosas, entre outras tecnologias de cuidado, valorizam a conexão saudável de cada ser humano com outros seres (humanos, da natureza e do cosmos em geral). Esses conhecimentos e

práticas são chamadas de tradicionais, complementares, alternativas, mesmo sendo originárias de grupos que são nativos ou a maioria no país, e trazem desde o passado conteúdos que geralmente não compõem os currículos eurocêntricos e brancos. Referências e figuras que historicamente têm sido removidas, apagadas, exterminadas ou abandonadas à própria (m)sorte.

Como exemplo de figuras negras comprometidas com o cuidado espiritual, cultural e psicológico, cito a primeira organização de mulheres negras no Brasil, a Irmandade da Boa Morte, criada nas primeiras décadas do século XIX e ainda atuante, exemplo de cuidado espiritual, integrado a outros, resistência política e compromisso social. Trazida para este artigo também porque suas funções incluem manter vivas memórias, garantir uma passagem digna a pessoas negras e elaborar a morte pela celebração das tradições e da vida.

Também na Bahia, agora no final do século XIX, mais precisamente em 1873, nasce Juliano Moreira, figura negra importantíssima na fundação da psiquiatria moderna no Brasil e responsável por aglutinar uma escola de psiquiatria e uma revisão das práticas psiquiátricas, além de precursor e promotor da psicanálise no Brasil. Figura excepcional ao longo de toda a sua história. Sua vida e obra foi registrada por diversas fontes teóricas, que serão a base para as informações deste artigo. É o caso de Oda (2000), Piccinini (2002) e Castro e Facchinetti (2015).

Aos 13 anos, perdeu a mãe, Galdina Joaquina do Amaral, mulher negra, que o criava sozinha e trabalhava na casa de Luís Adriano Alves de Lima Gordilho, o Barão de Itapuã. O pai, Manoel do Carmo Moreira Júnior, um português, funcionário público, só depois passou a assumi-lo. Ainda com 13 anos, entra na Faculdade de Medicina da Bahia. Além de sua inteligência, chama a atenção um adolescente negro entrar no curso de medicina três anos antes da abolição da escravatura. Isso se deu inclusive porque recebeu apoio do Barão de Itapuã, médico e professor na mesma faculdade que, como padrinho, investiu em cursos preparatórios e contribuiu para que o menino negro entrasse. Quando

se forma, em 1891, sua tese de conclusão, sobre sífilis, recebe divulgação e elogios em publicações científicas francesas.

No ano seguinte, segundo Antunes (1999), ocorreu o suicídio do padrinho de Moreira, e foi Raimundo Nina Rodrigues, professor recente no mesmo curso, quem fez a perícia e autópsia, concluindo que o ato foi consequência de desgosto e demência, que já havia um histórico de alucinações, proveniente de uma aposentadoria compulsória, problemas familiares, financeiros (depois da aposentadoria e de uma surdez, a clínica esvaziou-se), ao perder um filho pequeno por febre amarela e por acreditar que ele mesmo teria contagiado o filho, uma vez que atendera um paciente portador de febre amarela. Por ocasião dessa autópsia, e dos questionamentos da comunidade médica, Nina Rodrigues fez novo texto, com uma análise minuciosa e fundamentada de seu trabalho, apresentando inclusive em evento do campo em questão, e começou a se destacar como uma das figuras a teorizar sobre doenças mentais e aspectos sociais.

Entre 1895 e 1902, Juliano Moreira viajou por alguns países, procurando tratamento para a tuberculose, que contraíra graças a uma vida não muito regrada de muitos estudos sem cuidados pessoais. Nesse período, também passa por diferentes países europeus, fazendo cursos sobre doenças mentais e visitando hospitais psiquiátricos.

Em 1896, passou a ser professor de psiquiatria na faculdade onde se formou, tendo sido já professor assistente em 1893. Apesar de ser avaliado por uma banca escravocrata e de ter apenas 23 anos, contou com a simpatia de várias pessoas, e estas acompanhavam o processo. Foi aprovado ao conseguir 15 notas máximas. Em sua posse, discursou contundente e elegantemente, criticando os preconceitos de cor e castas e afirmando que o foco deveria recair apenas sobre a competência no trabalho, como descrevem Oda e Dalgarrondo (2000).

Como docente, tem como colega seu ex-professor, também autor da autópsia de seu padrinho, Nina Rodrigues. Até hoje lembrado como um dos grandes nomes da história do campo e disseminador de uma

escola de pensamento, foi um defensor da eugenia, afirmando, de modo essencialista e equivocado, que o psiquismo de pessoas negras era prejudicado por características biológicas inatas responsáveis por uma incurável degeneração. Declarava, ainda, que a mestiçagem (que era defendida pelo governo como estratégia de embranquecimento e melhoria da população brasileira), na verdade, não resolveria, já que a mistura com pessoas negras se reverteria em prejuízos incontornáveis.

Aparece Juliano Moreira, então, desde o final do século XIX, como pesquisador negro, contestando os absurdos do racismo científico e argumentando que distúrbios psíquicos não são causados por elementos étnico-raciais, nem relativos ao clima tropical, mas por determinantes sociais.

Foi convidado pelo então ministro da saúde e pelo presidente Rodrigues Alves a dirigir, a partir de 1903, uma histórica instituição psiquiátrica. Um hospital que havia sido o Hospício de Pedro II (primeiro do Brasil, criado em 1852), depois viria a ser o Hospício Nacional de Alienados, e se tornaria, posteriormente, o Hospital Nacional de Alienados, até ser para outra instalação, onde passaria a ser denominado Centro Psiquiátrico Pedro II. Além da direção do hospital, Juliano Moreira assumiu uma instância pública de assistência a alienados (semelhante a uma Secretaria Estadual de Saúde Mental).

Suas atuações se deram nos âmbitos da ciência e da política. Por sua incidência, é aprovada uma nova lei federal que responsabiliza governos pela assistência a doentes mentais, mudando a perspectiva que vigorava, até então, religiosa, criminalizante, punitiva e prisional, para uma estratégia pública, asilar e de tratamento. A lei recebe críticas de Nina Rodrigues, seguidor das teorias de Lombroso, e defensor de uma responsabilização individual, explicações essencialistas e racistas, e de estratégias eugenistas. Antunes (1999) relata os debates científicos e o posicionamento de Juliano Moreira, que, mesmo estando no Egito em tratamento da tuberculose e triste por discordar de um colega por quem tinha carinho, fez questão de rebater e reafirmar o fundamento de suas propostas.

Inspirado pela psiquiatria em uso na Europa, principalmente pelo alemão Émil Kraepelin, promoveu mudanças na forma de se conceber os desajustes mentais, considerando-os uma psicopatologia, um desvio da normalidade encontrado em indivíduos, mas não ligado essencialmente a eles, seus grupos sociais, gêneros ou climas (Venancio, 2003, 2004).

Inovou ao coordenar uma ampla reforma no hospital, em 1904, e esta não se restringiu às estruturas do prédio. Começou por abolir grades, mas também investiu em recursos humanos qualificados e bem pagos, excluiu camisas-de-força, criou laboratórios para sofisticar diagnósticos e pesquisas, oficinas (de serviços e artísticas), organizou setores com diferenciação de geração e gênero, estabeleceu tratamentos específicos para diferentes quadros mentais, com hospitais urbanos, colônias agrícolas, assistência realizada por familiares (consanguíneos ou pessoas estranhas que pudessem cumprir essa função), entre outras inovações, como parte de uma reforma da teoria e prática psi, em nome de um tratamento humanizado, como documenta Facchinetti, Cupello e Evangelista (2010, pp.733-768). São efeitos de uma mudança de perspectiva, dado “o esforço de implantar um modelo teórico, político, administrativo e clínico capaz de introduzir a psiquiatria kraepeliniana, considerada a mais científica, moderna e eficaz para o tratamento de alienados” (Facchinetti, Cupello e Evangelista, 2010, p. 740).

O giro epistemológico também se deu por uma descontinuidade na concepção dos limites de atuação da psiquiatria, para além dos muros das instituições, incluindo escolas, ambulatórios, agregando famílias nos cuidados, e expandindo a compreensão de normalidade versus doença mental para a concepção de um espectro que vai da normalidade à anormalidade (aí incluída a doença mental, mas também questões menos severas). Amplia-se também o campo de trabalho, segundo Portocarrero (2002), quando J. Moreira subsidia a disseminação da psicanálise, a formação em diferentes especialidades médicas e de outras profissões da saúde, constituindo-se um campo psi mais abrangente.

A direção de Juliano Moreira significou a constituição de uma escola de pensamento de psiquiatria moderna, por meio da qual foi possível primar pela pesquisa, publicação, discussões entre pares, trocas internacionais e ensino, recebendo estagiários e formando várias das importantes figuras de diversos campos da saúde, como Júlio Afrânio Peixoto e Francisco Franco da Rocha, entre muitos outros.

Dentre as atividades descritas acima, as pesquisas e disseminação de conhecimento merecem destaque, pois além de relatórios para o governo, fez muitos registros fotográficos dos prédios e pessoas, divulgou trabalhos médicos e dos internos em formato de exposição, estudou minuciosamente diferentes patologias, é autor de mais de cem publicações científicas em revistas nacionais e de outros países, fez parte de um grupo que elaborou um pioneiro modelo de classificação diagnóstica, e a documentação dos atendimentos realizados por ele e pelo grupo que agregava é material que permite construir a história social da saúde mental no Brasil. Inclusive, por ele ter reunido o mais importante acervo latino-americano sobre história da psiquiatria, com 35.000 obras.

Participou da fundação de diversos periódicos e instituições. Um exemplo é a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (criada em 1907), primeira associação relacionada à psiquiatria, que a instituiu como área médica, e onde Juliano Moreira e Afrânio Peixoto criaram, em 1905, a primeira publicação sobre o tema, chamada Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins. Já no primeiro número, publicam um artigo (Moreira; Peixoto, 1905) sobre paranoia e síndromes paranoides, seguido de dezenas de outros de Moreira.

Até 1930, as publicações traziam relatórios, discussões sobre diagnósticos, estratégias clínicas e terapêuticas, além de debates teóricos. Facchinetti, Cupello e Evangelista (2010) sistematizaram as produções da publicação e apontam Juliano Moreira muito presente nas discussões sobre diversos temas e com diferentes interlocutores; na temática racial, por exemplo, refutava as formulações de Nina Rodrigues.

Outro exemplo de sociedade fundada é a Academia Nacional de Medicina (onde foi vice-presidente) e a Academia Brasileira de Ciências. Como presidente desta, em 1925, recebeu Albert Einstein, que expressou seu espanto por ter Juliano Moreira um brilhante currículo, mesmo tendo as dificuldades provenientes de ser negro, franzino e com saúde frágil.

Merecem destaque as trocas internacionais, tendo sido representante do Brasil e congressista em numerosos eventos, eleito presidente de tantos outros (algumas vezes, nem estando presente), recebido títulos honorários de universidades e governos, e fazendo parte de sociedades e revistas científicas em diferentes países.

É descrito como um gênio de amplo reconhecimento, que também se dedicou a reunir pessoas em sua casa, desde intelectuais, artistas e discípulos de sua convivência, até Einstein, que em sua casa provou o vatapá, típico da culinária negra baiana. Peixoto, Osório e Pinto (1933) realçam a figura doce, humilde e gentil na relação com colegas e pacientes. Um destes foi Lima Barreto, que, em *Diário do Hospício*, relata uma cena do início de 1920:

Na segunda-feira, antes que meu irmão viesse, fui à presença do doutor Juliano Moreira. Tratou-me com grande ternura, paternalmente, não me admoestou, fez-me sentar a seu lado e perguntou-me onde queria ficar. Disse-lhe que na secção Calmeil. Deu ordens ao Santana e, em breve, lá estava eu. (Barreto, 2017, p. 27)

Frente a esse panorama de contribuições de Juliano Moreira, vêm-me questões. Por que adotamos o critério de nomear algumas figuras como pais ou fundadores de determinado fenômeno complexo, ao invés de reconhecermos raízes múltiplas? Quais os critérios para se definir que determinado personagem é o autor de determinado processo? No caso da reforma psiquiátrica, o que justifica termos apenas Franco Basaglia sempre citado como seu fundador na década de 70, e não considerarmos que, em 1953, Frantz Fanon já implementou

práticas humanizadas enquanto dirigiu um hospital psiquiátrico na Argélia, abolindo camisas de força, deixando livre entradas e saídas das salas, fazendo passeios, reorganizando as alas, produzindo conteúdo sobre teorias e técnicas psiquiátricas (Fanon, 2020), e que, em 1956, escreveu uma carta que tem o sentido de um manifesto (Fanon, 1980) por uma psiquiatria que não seja colonizada e alienante, mas revolucionária, crítica em relação ao racismo, colonialismo e outras violências, ou seja, uma prática libertária no sentido pessoal, social e político?

Temos não só a presença de traços de uma reforma psiquiátrica já em Fanon, 20 anos antes, como o próprio Basaglia reconhecendo a influência que recebeu de Fanon e de seu posicionamento revolucionário, segundo Passos (2019, 2018). A autora analisa que tanto o nome de Fanon quanto o próprio debate racial não foram incorporados na experiência brasileira antimanicomial. Bem, poderíamos pensar que Basaglia é tido como fundador porque faz uma mudança no campo que não é individual, mas grupal; nesse sentido, Fanon seria um precursor.

70 anos antes de Basaglia, aqui mesmo no Brasil, eis Juliano Moreira, reverenciado, nacional e internacionalmente, como psiquiatra de sólida produção científica, por contribuir para a reforma de teorias, práticas e leis, reconhecido por um comprometimento com pesquisa e formação que se estendeu a toda a área por meio de muitos colegas e discípulos, e por revolucionar o campo psi em nome de um cuidado humanizado de portas abertas e para além dos muros das instituições, incluindo outros saberes e ampliando a concepção de normalidade e anormalidade, de acordo com Portocarrero, 2002.

Como se não bastasse (e só o racismo do campo psi faz não bastar), foi responsável, ainda, por enfrentar justamente o racismo científico. Em um dos textos, datado de 1905, fez uma análise da assistência psiquiátrica no Brasil, antes muito atrelada a instituições religiosas como Santas Casas de Misericórdia. Discorreu sobre a problemática do que era reservado a doentes mentais negros:

O corredor com oito palmos de largo sobre vinte e dois de comprimento era o único passeio para os doentes. Lá havia o tronco de madeira onde, durante o dia, em uma casa religiosa e de caridade (!), prendiam os escravos do hospital que tinham de ser supliciados a chicote. (Moreira, 1905, p. 731).

No mesmo texto, Juliano Moreira fez uma análise sócio-histórica dos efeitos da colonização sobre a saúde mental no Brasil (com alta frequência de insanidades), o estilo de sociedade e de cuidados psiquiátricos. Seus objetivos foram refutar a mestiçagem como causa única das degenerescências físicas, morais e sociais da nação, demonstrando fontes outras, em todos os povos formadores de nossa população, e por motivos não restritos aos biológicos.

Começa avaliando o primeiro elemento formador, os portugueses. Afirma que não gera espanto o país não cuidar convenientemente de doentes mentais considerando a falta dessa tradição em Portugal. Pelo contrário, continua ele, participaram amplamente de matanças de alienados realizadas pela Europa em nome de Deus, por ignorância e barbárie, com perseguição daqueles que teriam manifestações demoníacas.

No Brasil, os portugueses estavam em número reduzido, e ocupados em fazer e explorar riquezas, além de haver vasto espaço para insanos circularem e abundância do solo, o que evitaria desatinos e conflitos. A vinda, inclusive, de grande número de pessoas para desafogar presídios portugueses acabou, segundo Moreira (1905), “adensando o vasto caldo de cultura da criminalidade nacional”.

Observa que portugueses acionaram, como estratégia para a exploração do país, o tráfico de pessoas africanas, segundo elemento formador da população.

Esses, pessimamente tratados e nutridos, após muitas vezes uma longa travessia sob o trópico africano, vinham empilhados naqueles detestáveis navios do tempo, a longo prazo, como lhes permitiam os

ventos, até às costas do Brasil onde ainda permaneciam nos grandes trapiches do Valongo e outros, ao Deus dará das vicissitudes do nefando tráfico. O álcool representou nesse bárbaro processo de colonização o maior papel imaginável. Com ele procuraram aumentar a pacatez das vítimas, mas simultaneamente foram-se-lhes infiltrando nos neurônios os elementos degenerativos que, reforçados através do tempo, dão a razão de ser de muita tara atual atribuída à raça e à mestiçagem por todos aqueles que não querem se dar ao trabalho de aprofundar as origens dos fatos.

O terceiro elemento formador de nosso agrupamento étnico, o elemento indígena, também foi aproveitado à custa de álcool e miçangas, mas sem receber em troca de sua abdicação da liberdade selvagem que usufruía senão os sacramentos da igreja. A instrução fornecida nunca foi além do uso das armas de fogo e dos mais rudimentares instrumentos de lavoura.

Em permuta com as suas poucas moléstias evitáveis trouxeram-lhes sífilis, lepra, tuberculose, alcoolismo etc. (Moreira, 1905).

Analisa, por fim, a cena depois de cessado o tráfico e de quase aniquilarem os nativos. A cada navio de imigrantes, asiáticos ou europeus deixavam seus países rumo à terra que lhes fora apresentada como Eldorado para fazer fortuna. Muitos (até mesmo nobres e altas patentes) deixavam a terra de origem para se livrarem de estigmatizações, humilhações públicas e penas de prisão ou morte. Assim como a força de trabalho, desembarcaram muitas doenças mentais, em curso ou em potencial.

A Juliano Moreira (1905), não escaparam as questões de classe. Problematizou que o período colonial teve a marca de tratar com assimetria alienados de diferentes posses. Abastados tranquilos recebiam tratamento em casa ou as famílias os enviavam para cuidados na Europa;

se agitados, eram reclusos em um cômodo, podendo ficar amarrados. Quanto aos pobres, se tranquilos, perambulavam pelas ruas colhendo zombarias das crianças ou caridades que malemá os alimentavam; se agitados, o destino era a cadeia, onde, amarrados e mal nutridos, muitos em breve morriam.

Durante quase 30 anos (1903 a 1930), coordenou o mesmo hospital psiquiátrico, que hoje tem uma de suas unidades internas com o nome de Juliano Moreira. 14 anos depois da saída dele, o hospital recebe como funcionária outra importante figura revolucionária da psiquiatria, que hoje dá nome ao complexo hospitalar: Nise da Silveira. Ela coordenou o setor de terapia ocupacional de 1946 a 1975, também por quase 30 anos. Nise havia estagiado com um discípulo de Juliano Moreira. A partir, principalmente, da teoria de Carl Gustav Jung, inovou na compreensão e nas práticas de cuidado em saúde mental. Ainda nesse mesmo hospital, no início dos anos 80, trabalhou Neusa Santos Souza, figura importante, de quem iremos falar mais à frente.

Juliano, Nise e Neusa compartilham o fato de terem se graduado na Faculdade de Medicina da Bahia, de terem seguido depois para o Rio, dedicando-se à psiquiatria e cuidado humanizado de psicóticos, de terem trabalhado no mesmo hospital e de serem figuras revolucionárias no campo psi. Uma diferença é que Nise é amplamente conhecida, recentemente teve inclusive um filme dedicado à sua vida, enquanto Juliano e Neusa, figuras apagadas. Não descarto a possibilidade de ela ser mais conhecida por ter uma produção mais recente que Juliano, e talvez mais abrangente que Neusa, nem desconsidero o brilhantismo de Nise. Questiono, no entanto, o reconhecimento no campo psi não ser proporcional, no caso das figuras negras ou da temática das relações raciais.

Há registros, como em Oliveira (2002) e em Peixoto, Osório e Pinto (1933) de que Juliano Moreira foi precursor da psicanálise no Brasil, citando os trabalhos de Sigmund Freud em uma conferência já em 1899, dez anos antes de outras citações terem início. A primeira

publicação psicanalítica no Brasil foi a tese de Genserico A. S. Pinto, em 1914; o autor agradece J. Moreira e o referencia como autor de textos (não publicados) que abordam a temática, um deles tendo sido apresentado em uma conferência.

Castro (2020) mostra como, em diferentes trabalhos, ele é citado por ter difundido a psicanálise, palestrar sobre o assunto (por exemplo, na Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, em 1914), defendido sua validade e adotado a técnica no hospital que dirigia. É o que aparece registrado em Moreira (1920), onde ele discute um trabalho de Franco da Rocha, enquanto incentiva os colegas a utilizarem a teoria freudiana, justificando que a psicanálise já se estendia por alguns países, e que aqui os médicos ainda estavam esperando ser amplamente adotada. Em 1927, a primeira Sociedade Brasileira de Psicanálise (primeira na América Latina) se instala em São Paulo. No ano seguinte, surge a do Rio de Janeiro, tendo Juliano Moreira como presidente.

No ato de recontar histórias, outra figura negra importante para o campo é Virgínia Bicudo. O belo trabalho de Janaína Damasceno Gomes (2013) trouxe mais luz para suas contribuições e discute as artimanhas do racismo na invisibilização de Virgínia. Ela já lecionava psicanálise em São Paulo, no início dos anos 40, seguindo a carreira como psicanalista e palestrante. Foi uma das responsáveis pela institucionalização da psicanálise no Brasil, participando do ressurgimento de uma sociedade psicanalítica na década de 40 e de sua oficialização junto à sociedade internacional na década de 50.

Seu trabalho mais conhecido é fruto de sua pesquisa de mestrado, realizado na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). A dissertação, de 1945, analisa “Atitudes raciais de pretos e mulatos² em São Paulo”, e é a primeira sobre a temática racial no campo psi no Brasil. Em outra

2 Termo ainda utilizado na década de 40.

pesquisa, “Atitudes de alunos de grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas”, Virgínia Bicudo (1955) colabora com o Projeto Unesco e fornece dados para refutar o mito da democracia racial.

Foi também vice-presidente da primeira gestão do Conselho Federal de Psicologia, assim que a profissão foi regularizada, além de ter sido a primeira pessoa no país (e primeira mulher na América Latina) a fazer análise, isso em 1937. Foi, também, a primeira psicanalista no Brasil (e ainda com a especificidade de não ser médica). Popularizou a teoria freudiana em atuações públicas, com crianças e em programas de rádio e publicações das quais foi fundadora. Seu relatório para o Projeto Unesco fica como apêndice na primeira edição, e some nas seguintes. Sua figura some nas histórias do campo psi. Como diz Gomes (2013), um segredo Virgínia permanecer tão pouco conhecida. Seguindo no intuito deste artigo, de recontar histórias, este é mais um exemplo de como vozes negras não têm sido escutadas e reconhecidas.

J. Moreira, F. Fanon e V. Bicudo produzem sobre as relações raciais no campo psi, e argumentam sobre a importância de uma prática politizada e de mobilização política. No caso de Virgínia, seus estudos incluíram análise de documentações da Frente Negra Brasileira e a defesa da importância do pertencimento a manifestações desse tipo. Em Martins (2020) e em publicação do Conselho Federal de Psicologia (2017), estão presentes historicizações dos diálogos e contribuições mútuas entre figuras negras, seja no movimento negro, na academia, nas práticas profissionais e nos conselhos de classe.

Os diálogos, ao longo das décadas seguintes, envolveram Alberto Guerreiro Ramos (1995) trabalhando com psicodrama e sociodrama junto ao Teatro Experimental do Negro. Desde a década de 40, Guerreiro Ramos contribuiu com teorizações sobre os efeitos do racismo sobre o psiquismo e sobre a “patologia social do branco brasileiro”.

Diálogos também realizados por Lélia Gonzalez (1988, 1983) discutindo, a partir da história, filosofia, antropologia e da psicanálise, e integrada com ações partidárias ou com movimentos sociais, como

sua participação no Movimento Negro Unificado (MNU). Utilizou as categorias analíticas de pretuguês e amefricanidade para demonstrar a maciça presença negra nas relações sociais, discursos, produções de conhecimento, linguagem e relações afetivas. Uma presença que se tenta a todo custo negar, a ponto de se constituir, o racismo e suas derivações, na principal neurose cultural brasileira.

Em um curso do movimento negro carioca, em que Lélia participou, também estava outra figura desta linha do tempo. Era Neusa Santos Souza. Como citado anteriormente, forma-se em medicina na mesma universidade que Juliano Moreira, e, assim como ele, migra para o Rio e lá se destaca na psiquiatria. Um dos objetivos da mudança foi estudar a psicanálise, e a ela se dedicou com afinco. Também foi escritora e professora das teorias freudiana e laciana.

Neusa Santos Souza (1983) realizou o mestrado no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Curiosamente, esse instituto funciona em instalações que, em período anterior, foram desocupadas pelo hospital dirigido por Juliano Moreira, que seguiu para o novo endereço, onde depois também trabalhariam Nise da Silveira e a própria Neusa. Sua dissertação depois foi transformada em livro, o qual é, até hoje, o mais conhecido sobre psicologia e negritude. Utilizou entrevistas e estudos de caso para analisar as relações de classe (pelo materialismo histórico) e as relações raciais (pela psicanálise, especialmente os conceitos de complexo de Édipo e ideal de ego). Com o título “Tornar-se Negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social”, considera a condição de ser negro em uma sociedade com referenciais brancos, com o intuito de oferecer “um discurso do negro sobre o negro, no que tange à sua emocionalidade” (1983, p. 17).

Quanto às vicissitudes, N. S. Souza (1983) analisa a influência, em nível psíquico, do contínuo da cor, do branqueamento e da falsa democracia racial, além de discorrer sobre o mito negro. Reflete sobre os efeitos de um discurso social racista, que, tomando o branco como referencial, impõe exigências alienadas, configurando-se um conflito

entre o ego e um ideal de ego branco, mesmo para pessoas negras, o que é inatingível. Discute psicanaliticamente como as instâncias sociais incidem sobre a dinâmica psíquica, podendo levar a rejeição de si mesmox, escolhas afetivas pautadas no branqueamento, melancolia, culpa, sentimentos de inferioridade, angústia, retraimento, ansiedade fóbica, entre outros elementos de uma ferida narcísica impossível de ser sanada. Mas esse não é o teor único do livro, e ela também apresenta também alternativas.

Outra saída para esse impasse é a busca pela construção de outro referencial, outro ideal de ego, e a militância política é um espaço para isso. Assim como F. Fanon, V. Bicudo e L. Gonzalez, aborda a militância em seus trabalhos e se envolve efetivamente em algumas ações. Uma delas foi frequentar reuniões do movimento negro para compartilhar reflexões constantes em seu livro. Voltando a ele, por fim, ela conclui que tornar-se negro é conscientizar-se do processo ideológico e alienante do discurso racista. “Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer tipo de exploração” (Souza, 1983, p. 77).

Além desse trabalho, as produções de Neusa Santos Souza incluem livros, artigos, participação em programa televisivo, entre outras. Ela fez um percurso de muitos estudos e aulas sobre a teoria psicanalítica, tradução de textos, interface com as artes, e uma prática consonante com a reforma psiquiátrica com inspiração francesa, com teorizações e cuidado não-convencionais de pacientes com psicose. Desenvolveu um trabalho em um hospital-dia, com grupos de estudos em que participavam profissionais, interessadxs de modo geral e internxs, todxs com direito a participação. Havia oficinas variadas, inclusive uma oficina de vozes, onde internxs podiam trazer para a roda as vozes que ouviam em suas alucinações, como resgata Penna (2019).

Dialoga com pares, dá aulas em grupos psicanalíticos, aproxima-se do movimento negro e de grupos político-partidários, ao mesmo tempo em que faz um percurso individual, por questionar a efetividade

de algumas ações grupais, e mantém sempre a prática na clínica, no hospital-dia e os seminários de estudos em grupo. No início dos anos 80, foi a terceira desta linha do tempo a trabalhar no Hospital Psiquiátrico Pedro II. Nas teorizações sobre a psicose (Souza, 1998), esta é compreendida como um estado que não se reduz a um déficit em relação a neuróticos, mas que se pauta por uma linguagem outra ou um discurso inconsciente, estranho e familiar. “Experiência dramática que o agita, o inquieta, rouba seu silêncio e sossego” (p. 158). Na prática de tratamento de pessoas psicóticas, reconhece os benefícios do uso de suas criatividadeas.

Na década de 90, inicia-se um período em que as produções do campo psi sobre relações raciais, de autoria de figuras negras, começam a se referenciar. Até então, parece funcionar a invisibilização de figuras negras e suas produções no campo psi, pois V. Bicudo não cita J. Moreira e, por sua vez, N. S. Souza não cita ambxs. Surgem, também nessa década, organizações do movimento negro que pautam o racismo no campo psi, e a psicologia no movimento negro e de mulheres negras. Tais figuras (coletivas) serão apresentadas mais adiante neste artigo.

Mais um marco desse período é a tese de outra importante figura, Isildinha Baptista Nogueira (1998), sobre significações do corpo negro, fruto de seu doutorado em psicologia na Universidade de São Paulo (USP). Na tese, N. S. Souza, sua contemporânea, é citada. Em produção mais atual, onde psicanalistas discutem a temática racial por essa vertente, Nogueira (2017) teoriza sobre a especificidade do *apartheid* no Brasil, o *apartheid* psíquico. Em seus textos, problematiza que a prática psicanalítica precisa compreender o racismo estrutural chegando à dimensão da subjetividade de pacientes e analistas. Essa reflexão cabe para a atuação em consultórios, escolas, serviços de atenção psicossocial, instituições públicas e privadas de cuidado em saúde mental, enfim, nas mais diversas práticas e teorias do campo psi.

No início dos anos 2000, o Conselho Federal de Psicologia (2017), em parceria com o movimento negro, iniciou uma campanha nacional

intitulada “O preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer”. Com isso, ampliou os debates pelo território nacional. Em seguida, aprovou a primeira e única normativa que trata do racismo, a Resolução 018, de 2002, que teve o texto-base elaborado com participação da psicóloga negra Maria de Jesus Moura, professora, mestre em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, atuante como colaboradora e conselheira no Sistema Conselhos de Psicologia. Outras ações e resultados vieram, quase sempre em parceria com o movimento social, e englobam a transversalização da temática em congressos, comunicações científicas, ações políticas, a criação de núcleos e grupos temáticos pelas diversas regiões e a elaboração de uma publicação: “Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogos(os)” (CFP, 2017).

A partir de 2010, minha trajetória se encontra com os fatos dessa linha do tempo, quando volto a morar em São Paulo. Dois dos principais objetivos da minha mudança foram iniciar uma trajetória de pesquisa acadêmica sobre saúde de mulheres negras e participar de ações do movimento social que conectassem psicologia e as relações raciais e de gênero.

Com esse intuito, passo a integrar o Instituto AMMA Psique e Negritude, organização não-governamental criada em 1995, formada por psicólogas negras, atuante no enfrentamento do racismo e do sexismo, na prevenção e cuidado de seus efeitos psicossociais, produção de conhecimento e militância nos movimentos negro e de mulheres negras. Nesse contexto, sou melhor instruída sobre figuras negras do campo psi e suas contribuições teóricas, metodológicas e políticas. São pessoas e organizações das quais não ouvi falar no percurso acadêmico, incluindo os anos de mestrado e doutorado (salvo raríssimas exceções) no Instituto de Psicologia da USP, instituição onde já se tinha produzido alguns dos trabalhos aqui citados, dentre outros.

Dentre essas figuras, estão Virgínia Bicudo, Neusa Santos Souza e Juliano Moreira, homenageados em um evento que fez eco de muitas vozes negras do campo psi. Organizações de diferentes regiões do

Brasil uniram-se para realizar o I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades (I Psinep). Ocorreu ainda em 2010, na USP, com aproximadamente duzentas pessoas, do Brasil, Estados Unidos e Angola.

As entidades organizadoras foram o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), Instituto AMMA Psique e Negritude, Instituto Silvia Lane de Psicologia e Compromisso Social (essas três de São Paulo), Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras (do Rio Grande do Sul), Observatório Negro (de Pernambuco) e Rede de Mulheres Negras do Paraná. A publicação “Aqui estamos” (2011) é um registro do evento, com resumo de falas, fotos e a carta de encaminhamentos.

Um deles foi a constituição, naquele mesmo ano, da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPsinep). Outras ações se seguiram, como a realização do II Psinep (Recife, 2014) e a articulação nacional deixou de ser formada por organizações e passou a ser constituída por pessoas. Em 2020, avolumando suas ações e expandindo sua capilaridade pelo território brasileiro, continua fazendo eco para muitas vozes, enquanto reivindica algo que, há um século, Juliano Moreira defendia: por um lado, o compromisso social da psicologia com o enfrentamento do racismo, e, por outro, do movimento social com o cuidado e autocuidado em saúde mental.

Outras duas importantes figuras negras, atuantes no meio acadêmico e no movimento social, já há algumas décadas, são Cida Bento (Maria Aparecida Silva Bento, fundadora do Ceert, instituição que está completando 30 anos) e Maria Lúcia da Silva (fundadora do AMMA, entidade completando 25 anos).

Bento desenvolve teorizações psicanalíticas sobre branquitude, incluindo a discussão sobre pactos narcísicos, silêncios e medos brancos. Contribui para a análise, por exemplo, dos motivos pelos quais a temática racial, diferentemente das demais, permaneceu atrasada no campo psi, garantindo privilégios.

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (Bento, 2014, p. 30)

Cida Bento é organizadora do clássico “Psicologia social do racismo”, um de seus livros, que surge a partir de sua pesquisa de doutorado em psicologia na USP. No capítulo onde discute branqueamento e branquitude, explica como o ideal da brancura compromete a maturidade psicológica do povo brasileiro, enquanto atrapalha a integração dos tais elementos formadores desta sociedade.

Maria Lúcia da Silva, em um dos livros que organizou, reivindica do campo psi um envolvimento efetivo com saúde nas relações raciais.

É preciso a inauguração de uma psicanálise brasileira comprometida com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórico-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades. Para tanto, é preciso romper com o silenciamento. (2017, p. 87)

Psicanalistas brancas também têm se posicionado em relação ao silenciamento no campo, e a partir, fundamentalmente, de produções de psicólogas negras, têm assumido os privilégios, contestado a omissão disfarçada de neutralidade na área, e começado a transversalizar raça em pesquisas acadêmicas.

Tal neutralidade, que seria relativa ao desejo do analista, uma vez que não seria ele a tomar as rédeas das escolhas de vida de seu paciente, é tomada como argumento para a desconsideração de uma distribuição desigual de oportunidades e de direitos no Brasil, não só às condições de saúde, escola, moradia, mas que inclui o

direito à memória, ao lazer, ao luto, à palavra, ao desejo e ao prazer.
(Braga; Rosa, 2018)

Assumem discussões sobre uma psicanálise implicada que pauta a racialização de pacientes e analistas, enquanto discutem teoricamente processos psíquicos com recorte de raça. Discussões essas ainda incipientes no campo psi, apesar de Juliano Moreira as ter pautado há um século, enquanto implementava uma reforma na lógica de cuidados em saúde mental.

Considerando-se as questões raciais, o que há é uma continuidade estrategicamente mantenedora dos lugares sociais, o que vem sendo discutido por outros campos que integram a promoção de saúde mental.

(...) os hospitais psiquiátricos no Brasil são um grande reflexo dos navios negreiros, lugar esse que muitos morreram no anonimato, sem dignidade e impedidos de manifestarem sua existência. Lembremos que os manicômios ultrapassam os muros e se atualizam a todo instante. (Passos, 2018)

Segundo a autora, o racismo, instrumentalizado manicomialmente, atualiza-se em condenações à prisão (definidas pela cor da pele), assassinatos de lideranças negras, esterilizações coercitivas, retiradas compulsórias pelo Estado de crianças nascidas de mães negras, pobres ou usuárias de drogas, aumento de violências contra mulheres negras, suicídios entre adolescentes e jovens negrxs, e consequentes adoecimentos psíquicos, além de naturalizar uma saúde mental com divisão do trabalho permeada por questões sociais, sexuais e raciais.

Ela discute a manicomialização como uma estratégia de controle dos corpos negros, ao lado da indústria farmacêutica e prisional. E defende que “ainda temos muito que avançar, aqui no Brasil, na aproximação da luta antimanicomial com a luta antirracista, feminista e anticapitalista” (Passos, 2018).

Enquanto se mantém ensurdecido para as vozes negras que secularmente denunciam essa realidade, que resultados obtém o campo psi?

O anonimato transforma as pessoas em categorias abstratas: migrantes, negros, loucos, desviantes, homossexuais, pobres – todos são ‘os outros’. São números, não são sujeitos! E assim diminui nosso senso de culpa, a nossa responsabilidade. (Venturini (2012) apud Passos, 2018).

Felizmente, e graças a figuras negras que pessoal ou coletivamente produzem conhecimento, atualizam práticas, reivindicam compromissos e incidem em políticas públicas, apesar de ainda muito aquém do necessário, é cada vez maior o número de negrxs e não-negrxs no campo psi atentxs às relações raciais, produzindo teorias, assumindo cuidados humanizados, reformando o campo, ressoando vozes.

O Conselho Federal de Psicologia (2017) apresenta um panorama de ações do movimento social sempre presentes pautando a ciência e a profissão da psicologia, assim como um panorama das publicações acadêmicas. Grupos de pesquisa também se dedicam a mapear como a temática aparece nas concepções da psicologia. No caso das pesquisas realizadas e orientadas pelo professor Alessandro de Oliveira dos Santos, livre-docente na psicologia da USP, identificam as concepções de estudantes, docentes e profissionais.

Os quilombos têm sido tema de algumas pesquisas sobre a temática racial, como modelo de território negro em contexto de vulnerabilidades sociais e programáticas na saúde, assim como lugar de resistência política, luta e cuidado coletivo, e um desafio para a promoção da saúde antirracista. Willivane Melo (2014), em sua pesquisa de mestrado em psicologia pela Universidade do Pará, orienta a necessidade de troca de saberes entre profissionais da saúde e comunidades dos territórios, considerando-se os processos históricos de invisibilização e desigualdade, e tendo as comunidades como parte da concepção das estratégias de cuidado em saúde.

Em outra pesquisa, o tema não é exatamente o quilombo, mas os aquilombamentos na área de saúde, como recurso antimanicomial e antirracista. Emiliano de Camargo David (2018) desenvolve uma dissertação em psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, e a partir de sua experiência como trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS), discutindo como a reforma psiquiátrica pode enfrentar o racismo estrutural e institucional pelo método de aquilombamento.

Afinal, um dos primeiros territórios do Brasil a acolher os ditos revoltos, escravos, fugitivos, selvagens, perigosos, anormais, loucos, prostitutas(os) e alcoólatras, entre outros indesejáveis, foram os quilombos, com princípios já reformistas (para a época e para a contemporaneidade), que visavam (e ainda visam) liberdade, luta, emancipação, dignidade humana, direitos culturais, demarcações de terra para moradia, entre outros princípios igualitários e de cidadania. (David, 2018)

O método do aquilombamento na saúde pressupõe descolonização, combate do epistemicídio e organização do cuidado de modo a incluir saberes e práticas terapêuticas africanas e das diásporas latinoamericanas e caribenhas, assim como a equidade de múltiplas práticas e valores civilizatórios, a consideração das singularidades na “(re)significação e a nomeação das práticas terapêuticas de modo racializado” (David, 2018), e as trocas com entidades locais de movimento negro.

Aquilombar-se, enquanto princípio, é resistir em busca libertária, abolicionista e antirracista, valorizando os aspectos territoriais e culturais da população que predominantemente tem sido vitimada à lógica manicomial: a população negra. Esta é vítima diuturna de um estado que busca lhe fazer anônima, indigente, presa, morta e, acima de tudo, medicalizada. (David, 2018)

Grada Kilomba (2019), psicanalista e artista interdisciplinar negra, é um dos principais nomes dessa nova geração, com influências de Fanon e bell hooks, entre outras, e discutindo racismo e sexismo. A partir de sua experiência de mulher negra nascida em Lisboa, tendo Angola e São Tomé e Príncipe como raízes, e vivendo em Berlim, onde também fez doutorado em filosofia e foi docente, entrevistou afro-alemãs e aborda como o colonialismo, com recursos brancos sádicos de silenciamento das vozes negras durante a escravização, deixou memórias, feridas e encrustou traumas.

Analisa como a ciência (entre outros discursos nos centros de poder) produz a falsa imagem de ser universal, objetiva, neutra, racional, imparcial, com base em fatos e opiniões, enquanto as vozes não-hegemônicas seriam específicas, subjetivas, pessoais, emocionais, parciais, baseadas em opiniões e experiências. A psicanálise precisa, portanto, promover uma descolonização (de si e por meio de si).

Kilomba reflete também sobre o suicídio como uma das performatividades negras diante de sua invisibilização na sociedade racista. Explica como performances de autonomia podem ser responsáveis por uma voz negra politizada, garantindo o processo de tornar-se sujeito. Para a cura do trauma colonial e transformação, em seus termos, é preciso a desalienação de negrxs e brancxs, passando da negação, culpa, vergonha, frustração e ambivalência, chegando à identificação, reconhecimento e reparação, atingindo, por fim, a descolonização.

Considerações finais

Do final do século XIX até os dias atuais, o campo psi absorveu e transpôs muitas das inovações da escola de Juliano Moreira. Ela primava por um tratamento humanizado, cientificamente embasado e com alguns recortes de raça, classe, gênero e sexualidade. Seu trabalho aparece difundido em áreas como antropologia, história e, especialmente, psiquiatria. O campo psi tem demanda de maior discussão das violências

estruturais que incidem sobre a saúde mental. Na temática racial, por exemplo, mantém muitas das concepções do final do século retrasado. Estrategicamente, tem uma escuta seletiva e não há a diversidade suficiente em sua história e produções. Lentamente, esse cenário vem sendo modificado pela ação de figuras negras que, de dentro do campo, reivindicam e produzem mudanças efetivas.

Ao analisar o escopo de produções de algumas das principais figuras negras, concluo que ensurdecimentos e cegueiras precisam ser revertidas por um ecoar de vozes que permitam não somente dar abertura para tantos trabalhos realizados, estabelecer diálogos, continuidades, acúmulos, como também desalienar o campo psi e descolonizar suas atuações. Vozes não faltam, como ficou demonstrado por essa linha do tempo em que foram selecionadas algumas das muitas.

O que significa essa surdez atrofiante do campo psi, esse daltonismo que geralmente só enxerga referenciais brancos? Significa manter privilégios, e o poder de dizer o que é normal a partir exclusivamente do seu próprio referencial. A autoridade de quem supostamente dá saúde e paz à sociedade, por meio do extermínio dos elementos estragados, sem assumir que teorias e técnicas colonizadas são estratégias de dominação política, exploração e alienação.

Há silêncios, e há silenciamentos, cegueiras, daltonismos e invisibilizações. Processos que tornam as ações desse campo alienadas em relação ao contexto sócio-histórico de violências físicas, simbólicas, patrimoniais, psicológicas que atingem a população não-branca e levam a diagnósticos e tratamentos delirantes por estarem descolados da realidade. Desqualificam as demandas, tomam efeitos por causas e promovem novas violências.

Em um país com maioria de mulheres, pobres e negrxs, o campo psi se mantém alheio à boa parte das necessidades da população, formatando-se a partir de referenciais sexistas, heteronormativos, elitistas, eurocêtricos, tornados hegemônicos como se fossem universais. Inclui, também, referenciais racistas, o que explica o injustificável epistemicídio

de figuras negras e suas participações na construção do campo. Por esse motivo, surge a pergunta de Farias e David (2020): “Pode a psicologia escutar? Reflexões sobre a demanda negra”. No texto, avaliam como o maior acesso da população negra a bens de consumo tem significado maior demanda negra por uma escuta psicológica que, no entanto, mantém-se surda a outros referenciais.

Saliento que esse aumento da demanda negra não se dá apenas quantitativamente e devido a melhor condição econômica, mas também como resultado de ações do movimento negro e de mulheres negras, interpelando o meio acadêmico, as entidades de classe e o próprio movimento social. Também não se dá apenas a partir do lugar de pacientes/clientes, mas também a partir das vozes de psis negrxs resistindo e tensionando de dentro.

Quão equivocado está um campo em que profissionais voltados à saúde, por meio da escuta, privilegiam-se (ainda que não intencionalmente) de uma surdez estratégica para as relações raciais... Esse campo, que se destaca pelo exercício da memória, acaba por apagar produções e figuras negras. Campo das vozes, do diálogo, que silencia a diversidade e monologa onisciência. Campo da abertura para encontros genuínos, especializado em isolamentos. Campo das conscientizações, alienado e alienante. Do contato, da discriminação. Da neutralidade, parcial. Do cuidado, negligente. Do compromisso, omissivo. Da ética, conivente. Da busca por sentido, incoerente. Do olhar, daltônico. Da saúde, ensandecedora. Campo psi-cótico.

Figuras negras têm tratado de trazê-lo à realidade, mostrando como integrar partes. Neste artigo, foi trazido à tona o que nunca calou. Vozes que, mesmo nos casos em que a vida findou, permaneceram insurgentes, reclamando reconhecimento e inspirando ecos.

Em uma sociedade em que são estruturais o racismo, o sexismo e outras violências, elas permeiam as ideologias, instituições, ciências, profissões, relações e psiquismos. Compreender isso é um primeiro passo para um posicionamento que abandone a manutenção de

desigualdades, que ultrapasse a negação, a vergonha, a culpa. Para atingir reconhecimento e reparação, é necessário compreender as dinâmicas psicológicas das relações raciais, o lugar de cada pessoa (incluindo o próprio) nesse cenário, comprometer-se com o fim do genocídio (dos corpos, expectativas, memórias, histórias, prazeres, realizações, sentidos de vida), rever teorias e práticas, estar aberto para vozes diversas, e, assim, assumir efetivamente ações descolonizadoras, aquilombadas, libertárias.

Referências

- Antunes, José Leopoldo Ferreira (1999). **Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais (ANPsinep) (2011). **Aqui estamos**. São Paulo: ANPsinep.
- Barreto, Afonso Henriques de Lima (2017). **Diário do Hospício; O cemitério dos vivos**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bento, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil (2014). In Iray Carone, & Maria Aparecida Silva Bento (Orgs.), **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Bicudo, Virgínia Leone (2010). **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Marcos Chor Maio (Org.) São Paulo: Editora Sociologia e Política.
- Bicudo, Virgínia Leone (1955). Atitudes dos alunos dos Grupos Escolares em relação com a cor dos seus colegas. In Roger Bastide & Florestan Fernandes. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo**, pp. 227-310. São Paulo: Editora Anhembi.
- Braga, Ana Paula Musatti & Rosa, Miriam Debieux (2018). Articulações entre psicanálise e negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identificatórios. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. 24, 89-107.
- Castro, Rafael Dias de (2020). A psicanálise no tratamento das doenças nervosas e mentais: dos primeiros leitores à tese de Genserico Souza Pinto (Rio de Janeiro, décadas de **1900 e 1910**). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 23, n. 2, 349-371.
- Castro, Rafael Dias de & Facchinetti, Cristiana (2015). A psicanálise como saber auxiliar da psiquiatria no início do século XX: o papel de Juliano Moreira. **Culturas Psi**, n. 4, 24-52.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP (2017). **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP.

- David, Emiliano de Camargo (2018). **Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP.
- Facchinetti, Cristiana, Cupello, Priscila & Evangelista, Danielle Ferreira (2010). Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: uma fonte com muita história. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, v. 17, supl. 2, 527-535.
- Facchinetti, Cristiana et al (2010b). No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, v. 17, supl. 2, 733-768.
- Fanon, Frantz (2020). **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu.
- Fanon, Frantz (1980). **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Sá da Costa.
- Farias, Márcio e David, Emiliano de Camargo (2020). Pode a psicologia escutar? Reflexões sobre a demanda negra. Psicanálise e questões raciais. **Correio Aipoa**, v. 301/302.
- Gomes, Janaina Damaceno (2013). **Os segredos de Virgínia. Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Gonzalez, Lélia (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, 69-82.
- Gonzalez, Lélia (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje (Anpocs)**. São Paulo, v. 2, 223-44.
- Guerreiro Ramos, Alberto (1995). **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Kilomba, Grada (2019). **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Martins, Hildeberto Vieira (2020). Outros personagens entraram em cena: o movimento negro e a emergência de uma “política racializada”. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18(4), 1393-1414.
- Melo, Willivane (2014). **“Só sei por cima só”: as comunidades quilombolas do município de Santarém-Pará e a vulnerabilidade ao HIV/AIDS**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

- Moreira, Juliano (1905). **Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil**. Ministério da Justiça. Relatório dos anos de 1904 e 1905. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Moreira, Juliano (1920). O pan-sexualismo na doutrina de Freud, pelo Prof. Franco da Rocha. **Brazil Medico**, v. 34, n. 23.
- Moreira, Juliano; Peixoto, Júlio Afrânio (1905). A paranóia e as síndromes paranoides. **Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins**, v. 1, n. 1, p. 5-33.
- Nogueira, Isildinha Baptista (2017). Cor e inconsciente. In Noemi Moritz Kon, Maria Lúcia da Silva, & Cristiane Curi Abud, **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva.
- Nogueira, Isildinha Baptista (1998). **Significações do corpo negro**. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Oda, Ana Maria Galdini Raimundo & Dalgalarrodo, Paulo (2000). Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, v. 22, n. 4, 178-179.
- Oliveira, C. Lucia Montechi Valladares de (2002). Os primeiros tempos da psicanálise no Brasil e as teses pansexualistas na educação. **Ágora**, v. 5, n. 1, 133-154.
- Passos, Rachel Gouveia (2019). Frantz Fanon, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no Brasil: o que escapou nesse processo? **Socied. em Deb.**, v. 25, n. 3, 74-88.
- Passos, Rachel Gouveia (2018). "Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argum.**, v. 10, n. 3, 10-22.
- Peixoto, Afrânio; Osório, Miguel; Pinto, Roquette (1933). À memória de Juliano Moreira. Fundador e Presidente da Academia. Ata da Sessão Ordinária de 23 de maio de 1933. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**. Tomo V, n. 2, 81 a 97.
- Penna, William P. (2019). **Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza: apagamentos e lembranças negras nas práticas psis**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- Piccinini, Walmor J. (2002). História da psiquiatria: Juliano Moreira (1873- 1933). **Psychiatry on line Brasil**, s.l., v.7, n.7.

- Portocarrero, Vera (2002). **Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Silva, Maria Lúcia da (2017). Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In Noemi Moritz Kon, Maria Lúcia da Silva, & Cristiane Curi Abud, **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva.
- Souza, Neusa Santos (1998). O estrangeiro: nossa condição. In Caterina Koltai, **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta / Fapesp.
- Souza, Neusa Santos (1983). **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Venancio, Ana Teresa A (2004). Doença mental, raça e sexualidade nas teorias psiquiátricas de Juliano Moreira. **Physis, v. 14**, n. 2, 283-305.
- Venancio, Ana Teresa A (2003). História do saber psiquiátrico no Brasil: ciência e assistência em debate. **Hist. cienc. saude-Manguinhos, v. 10**, n. 3, 1087-1093.



O ESTADO DA ARTE DO CAMPO DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE

Willamys da Costa Melo
Lia Vainer Schucman

Um dos aspectos mais persuasivos dos Estudos Críticos da Branquitude é que eles podem acrescentar profundidade ao ideal acadêmico menos tangível e às vezes nebuloso de que a raça é socialmente construída¹ (Nayak, 2007, p. 752, tradução nossa).

Introdução

Este capítulo de livro é fruto da dissertação intitulada “Uma análise psicossocial da supremacia branca no estado de Alagoas (2023)”, elaborada pelo primeiro autor e orientada pela segunda autora, sendo produzida no campo das relações étnico-raciais. Tem por objetivo identificar o desenvolvimento dos Estudos Críticos da Branquitude (*Critical Whiteness Studies* - CWS) nas mais diversas áreas do conhecimento presentes no nosso território brasileiro. Para isso, realizou-se o Estado da Arte nas plataformas digitais, SciELO e Google Acadêmico, de estudos nacionais e internacionais que se comprometem a tecer críticas ao espectro da branquitude. Num primeiro momento, relataremos sobre como esse campo foi se construindo sistematicamente, abarcando uma revisão histórica e conceitual do

1 One of the more persuasive aspects of critical whiteness studies is that it can add depth to the less tangible and at times hazy academic ideal that race is socially constructed (Nayak, 2007, p. 752).

que é branquitude, privilégio branco e supremacia branca. Já num segundo momento, descreveremos brevemente de que modo esses estudos vêm se expandindo no Brasil, destacando o conceito de supremacia branca.

Esse campo permeou diversas áreas do saber: antropologia, arquitetura, psicologia, direito, geografia, entre outras, visando promover um diálogo sobre os processos históricos de cada sociedade (Silva, 2014). A produção das identidades brancas e não brancas ao redor do globo foram e estão sendo (re)moduladas o tempo todo, por vias de significados compartilhados entre o continente europeu, africano e americano. Portanto, esse campo surge sobretudo como um lugar de troca de experiências na luta antirracista (Schucman, 2012). Como afirma Applebaum:

Os Estudos Críticos da Branquitude (CWS) é um campo crescente de bolsas de estudos cujo objetivo é revelar as estruturas invisíveis que produzem e reproduzem a supremacia branca e o privilégio. Os CWS pressupõem certa concepção de racismo ligada à supremacia branca. Ao avançar na importância da vigilância entre os brancos, os CWS examinam o significado do privilégio branco e da pedagogia do privilégio branco, bem como o privilégio branco está ligado à cumplicidade no racismo² (Applebaum, 2016, p. 1, tradução nossa).

Embora os CWS tenham sido sistematicamente criado nos EUA na década de 90, em outros lugares do mundo (Austrália, Inglaterra, África

2 Critical Whiteness Studies (CWS) is a growing field of scholarship whose aim is to reveal the invisible structures that produce and reproduce white supremacy and privilege. CWS presumes a certain conception of racism that is connected to white supremacy. In advancing the importance of vigilance among white people, CWS examines the meaning of white privilege and white privilege pedagogy, as well as how white privilege is connected to complicity in racism (Applebaum, 2016, p.1).

do Sul e Brasil) é possível encontrar produções que já tocavam na questão racial branca enquanto membro ativo numa sociedade racializada, bem como alguns precursores auxiliaram na construção desse campo: W. E. B. Du Bois (1935/2017), Albert Memmi (1957/2007), Steve Biko (1978/1990), Frantz Fanon (1952/2008) e Alberto Guerreiro Ramos (1957/1995) (Cardoso, 2008; Schucman, 2012; Silva, 2014; Conceição, 2020).

Primeira, segunda e terceira onda do campo dos estudos críticos da branquitude

O campo dos CWS está sistematicamente organizado em três ondas (primeira, segunda e terceira), como demarcam os trabalhos de James C. Jupp (2021), James C. Jupp e Pauli Badenhorst (2021) e France Winddance Twine e Charles Gallagher (2007). Dessa forma, abordaremos consecutivamente cada uma delas apresentando suas características, contribuições e seus/as respectivos/as autores/as. Utilizamos essa proposta de classificação apenas como uma forma de organizar e construir uma linha do tempo cronológica.

A primeira onda dos CWS iniciou por volta de 1980 a 1990, influenciada fortemente pela colaboração de estudiosos anglófonos, afro-americanos e afro-caribenhos: “Fredrick Douglass, Ida B. Wells Barnett, W.E.B. Du Bois, Marcus Garvey, Arturo Alfonso Schomburg, Franz Fanon, CarterWoodson, Anna Julia Cooper, CLR James, James Baldwin, Malcolm X, Toni Morrison e Sylvia Wynter” (Jupp, 2021, p. 223). Esta foi compreendida como uma ciência emancipatória do campo das ciências humanas no território estadunidense.

As ciências emancipatórias, datadas de 1970, estabeleceram o compromisso de questionar a quem serve o conhecimento produzido pelas ciências sociais, apostava na produção do saber que desvelava e denunciava o racismo epistêmico no mundo, servindo, dessa forma, como uma substância para a primeira onda do CWS (Jupp, 2021). Não só os CWS foram um exemplo dessas ciências, como também:

“[...] estudos de gênero, estudos culturais, estudos étnicos, educação multicultural, estudos jurídicos críticos, teoria racial crítica e outros campos³” (Jupp, 2021, p. 224, tradução nossa).

Cabe destacar a tarefa crítica do pensador W. E. B. Du Bois, precursor da primeira onda e autor altamente referenciado na atualidade, por seu trabalho *Black Reconstruction in America: 1860-1880* (1935) (Reconstrução negra na América: 1860-1880) e *The Philadelphia Negro: A social study* (1889/1995) (O negro da Filadélfia: um estudo social). No seu livro “As almas do povo negro” (1935/2021), ele argumentava que a classe trabalhadora proletária branca pertencia a um lugar de vantagem estrutural, aquilo que denominou como salário público e psicológico, em virtude de sua brancura. Ao invés desses/as trabalhadores/as se filiarem ao grupo subalternizado da classe de pessoas escravizadas recentemente libertas, preferiu se somar à hegemonia branca burguesa. Du Bois (1935/2021) entendia a brancura como uma posse, que estabelecia privilégios materiais e imateriais e fornecia algum *status* social para a classe trabalhadora proletariada. Essa nada mais é do que a lógica do capital, o que se busca é o topo da hierarquia, e quem chega lá reproduz o método de dominação/subordinação/exploração. Não há outros valores balizando a luta, pelo visto – somente a ascensão, que significa lucro e poder de uns sobre outros.

A primeira onda teve um grande foco em investigar o privilégio branco, sobretudo na área da educação por parte de educadores/as brancos/as, e expondo eventos de racismo (Casey, 2021b). Professor da Universidade do Texas, James C. Jupp destaca quatro dimensões ontológicas e epistemológicas que marcaram a primeira onda, são elas: “(i) Brancura como normatividade hegemônica, (ii) Identidade branca e construção da nação, (iii) Privilégio e propriedade dos brancos e (iv)

3 “[...] gender studies, cultural studies, ethnic studies, multicultural education, critical legal studies, critical race theory, and other fields” (Jupp, 2021, p. 224).

Racismo e cegueira racial dos brancos⁴ (Jupp, 2021, p. 225, tradução nossa).

A primeira dimensão, brancura como normatividade hegemônica, diz respeito à noção de superioridade branca, em virtude da pele clara (branca), enquanto os não brancos são vistos como menos humanos, quiçá humanos (Jupp, 2021).

A segunda, identidade branca e construção de nação, é uma temática referente especificamente ao território estadunidense no seu vínculo com a política colonial. Isto é, uma massa de pessoas brancas que construíram uma plataforma administrativa levando em conta os próprios desejos brancos, processos denominados como: “incentivos de identidade branca, construção de nação e solidariedade branca e, especificamente, democracia populista branca como uma forma violenta e genocida de racismo branco ainda relevante nos fenômenos Trump⁵” (Jupp, 2021, p. 226, tradução nossa). O que caberia pensar em nosso território, pois se assemelha ao projeto imigratório, eugenista e racista do pós-abolição aqui no Brasil, quando a burguesia da época incentivou a vinda de imigrantes para cá com o propósito de embranquecer o país e tornar a mão de obra barata, haja vista o povo negro liberto continuava sendo perseguido, marginalizado e colocado em posição de subalternidade.

Já a terceira, privilégio e propriedade dos brancos, situa-se os estudos que abarcam os privilégios não garantidos, mas que se acumularam em virtude da pele branca. Trata-se do privilégio de ser branco e de como isso possibilita a ascensão social em diversos setores: econômico, político e na vida social (Jupp, 2021).

4 “(i) Whiteness as hegemonic normativity, (ii) White identity and nation building, (iii) White privilege and property, and (iv) White colorblind racism and race-evasion” (Jupp, 2021, p. 225).

5 “White identity enticements, nation building and White solidarity, and specifically, White populist democracy as a violent, genocidal form of White racism still relevant in the Trump phenomena” (Jupp, 2021, p. 226).

Por fim, a quarta dimensão, a cegueira racial e a evasão racial, que nada mais é do que o incômodo constante de pessoas brancas se negarem enquanto sujeitos racializados brancos, tal qual a noção de branquitude enquanto aspecto ideológico que permeia toda a sociedade. Em outras palavras, a pessoa branca não se vê enquanto alguém racializado, sem raça e sem cor.

Essa primeira onda, ainda que tenha introduzido e desenvolvido pela primeira vez uma crítica à branquitude (Garner, 2017), acabou por essencializar e fixar as múltiplas identidades complexas, desconsiderando o contexto particular, interseccional e relacional de nós seres humanos e transformando num bloco monolítico, isto é, analisando todos os sujeitos brancos da mesma forma sem relacionar com os elementos estruturais que compõem nossa sociedade (gênero, classe, cor, religião, contexto social-histórico-político entre outras intersecções) (Jupp & Badenhorst, 2021). Tal qual salienta Casey:

Essa primeira onda de trabalho tornou-se limitada, no entanto, devido à falta de atenção às especificidades, complexidades e interseccionalidades das identidades raciais brancas. Localizar a vantagem estrutural, evidências de privilégio, e casos de discursos supremacistas branco foi um ponto de partida importante. No entanto, houve uma falta de resposta pedagógica para grande parte desse trabalho – havia pouco a fazer além de educar os brancos sobre seu privilégio⁶ (Casey, 2021a, p. 2, tradução nossa).

Caminhando para a segunda onda do CWS, no período de 1990 a 2000, esta acabou surgindo em virtude de considerações por parte de intelectuais engajados na luta antirracista, fazendo uso de conceitos

6 This first wave work became limited, however, because of a lack of attention to the specificities, complexities, and intersectionalities of white racial identities. Locating structural advantage, evidence of privilege, and instances of resistant or outright white supremacist discourse was an important starting point. However, there was a lack of pedagogical response to much of this work – there was little left to do but to educate white people about their privilege (Casey, 2021a, p.2).

da primeira onda e tecendo novas críticas à branquitude (Jupp, 2021). Como também aponta Casey (2021a), esta segunda onda fomentou ainda mais os trabalhos na área da educação, aplicando um caráter mais pedagógico e problematizando as pesquisas da primeira onda.

Seguindo com a crítica à branquitude, dessa vez visava não essencializar as identidades complexas, assim, concordando com Twine e Gallagher (2007, p. 7, tradução nossa): “A brancura da segunda onda inclui uma série de estudiosos raciais críticos, muitos deles negros americanos que continuaram na tradição duBoisiana desafiando e tornando a supremacia branca e o racismo institucional visível”⁷. Para além disso, busca-se aprofundar na luta antirracista de pessoas brancas, verifica as limitações de teorias acerca do privilégio branco trazendo outros olhares, a partir de novas metodologias: literatura crítica, psicanálise, autoetnografia, entre outras (Casey, 2021a). Dito isso, esta se ocupava das seguintes dimensões: “(i) materialidade branca e lugar, (ii) complexidades e relacionalidades brancas, (iii) brancura e ética e (iv) psicanálise social nas pedagogias da branquitude”⁸ (Jupp & Badenhorst, 2021, p. 597, tradução nossa).

Materialidade branca e lugar se relacionam em como o fenótipo se localiza e se liga a noção de raça em cada contexto particular. A partir desses trabalhos, instaurou-se uma crítica contundente a raça como um constructo social em torno da linguagem e de representações que permeiam o imaginário popular de cada realidade (Jupp & Badenhorst, 2021). Visa reconhecer também a branquitude como algo moldável, que consegue se adaptar, se transformar e se (re)construir em qualquer lugar físico.

7 “Second wave whiteness includes a host of critical race scholars, many of them US blacks who continued on in the DuBoisian tradition of challenging and making white supremacy and institutional racism visible” (Twine & Gallagher, 2007, p. 7).

8 “(i) White materiality and contextuality, (ii) White complexities and relationalities, (iii) Whiteness and ethics, and (iv) Social psychoanalysis in whiteness pedagogies” (Jupp & Badenhorst, 2021, p. 597).

Complexidades e relacionalidades brancas se concernem aos estudos que interseccionam raça, classe, gênero, sexualidade, regionalidade, religião e outros elementos estruturantes correspondentes das identidades complexas. Propõe romper com a noção de brancura universal e uniforme para todos os sujeitos brancos, preconizada pelas pesquisas da primeira onda (Jupp & Badenhorst, 2021; Jupp, 2021). Os trabalhos dessa segunda dimensão objetivam criar uma aliança inter-racial em prol de uma democracia de fato multirracial.

Brancura e ética se referem a um comprometimento sério na prática diária antirracista, ou seja, o sujeito branco avança no estágio da culpa e da inércia, no sentido de ultrapassar esse estágio, e busca se tornar efetivamente um aliado na luta contra o racismo (Jupp & Badenhorst, 2021). Dispõe assim uma seriedade ética contínua perante toda opressão racial. Objetiva implementar a teoria antirracista na prática cotidiana, para além do estágio de inércia e culpa, direcionando os sujeitos brancos às ações concretas: “[...] este trabalho destaca a responsabilidade contínua dos brancos de introspecção e transformação como uma responsabilidade ética em relação a outros racializados dentro da história contínua de violência racial⁹” (Jupp & Badenhorst, 2021, p. 603, tradução nossa).

Por fim, a última dimensão, psicanálise social nas pedagogias da branquitude, busca investigar a consciência racial dos sujeitos brancos e suas dinâmicas relacionais, bem como analisar as experiências afetivas de pessoas negras frente à branquitude: “[...] a psicanálise nas pedagogias da branquitude enquadra a interconexão e as implicações mútuas do pessoal e do público, de modo que o pessoal passa a ser imbuído de significado político¹⁰” (Jupp & Badenhorst, 2021, p. 604, tradução nossa). A segunda

9 “[...] his work foregrounds the ongoing responsibility of White people to introspect and transform as an ethical responsibility towards racialized others within the ongoing history of racialized violence” (Jupp & Badenhorst, 2021, p. 603).

10 “[...] psychoanalysis in whiteness pedagogies frames the interconnectedness and

onda deu um salto qualitativo nas pesquisas sobre branquitude. Em suma, abarcou os conteúdos da primeira e avançou numa pedagogia ainda mais crítica. No entanto, as pesquisas não pararam por aí e hoje temos outros estudos que circunscrevem o que nomeamos de terceira onda.

A professora France Winddance Twine da Universidade da Califórnia e o professor Charles Gallagher, da Universidade de Boston, a partir dos anos 2000, foram os responsáveis por denominar como terceira onda os novos trabalhos sobre a branquitude. Para eles, a geometria da branquitude, isto é, o modelo de como ela é localizada e (re)interpretada nos diversos contextos, tal como sua forma de poder se manifesta nas relações sociais, é o foco central dos estudos da terceira onda (Twine & Gallagher, 2007). No mais, segundo Garner (2017, p. 1585, tradução nossa): “[...] a terceira onda trata de fazer malabarismos entre o micro e o macro; sobre como a branquitude funciona em diferentes cenários nacionais e em uma variedade de contextos institucionais e do cotidiano¹¹”.

Por meio dessa nova onda de estudos, passou-se a questionar mais assiduamente acerca da supremacia branca retroalimentada pelo privilégio branco e a manutenção da identidade racial branca. Esses novos estudos enxergam a branquitude em suas múltiplas formas de operar o poder nas relações cotidianas e não mais como uma identidade essencializadora (Twine & Gallagher, 2007). Partem da noção de que raça, poder e opressão estão intrinsecamente interligados por meio de práticas diárias: “São essas inflexões brancas, as formas matizadas e localmente específicas em que a branquitude como forma de poder é definida, implantada, executada, policiada e reinventada que é o foco da branquitude da terceira onda” (Twine & Gallagher, 2007, p. 4, tradução nossa).

mutual implications of the personal and the public, so that the personal comes to be imbued with political significance” (Jupp & Badenhorst, 2021, p. 604).

11 “Indeed the third wave is about juggling the micro and the macro; about how whiteness functions in different national scenarios, and in an array of institutional and everyday contexts” (Garner, 2017, p. 1585).

As pesquisas da terceira onda incluem novas metodologias que utilizam *sites* de internet, biografias raciais, músicas e entrevistas, assim como exploram como as pessoas brancas naturalizam a raça e o racismo. Essa onda busca explorar as práticas discursivas e vislumbrar as estratégias que pessoas brancas utilizam para ascender socialmente e recompor a supremacia branca no pós-direitos civis em todo o globo (Twine & Gallagher, 2007). Ademais, procuram integrar novos olhares para a caracterização da identidade racial branca, para além dos imigrantes europeus que se alojam em território estadunidense, sendo a sua maioria pertencente da América Latina, Caribe, México e América Central.

Uma das maiores contribuições, se não a maior, trata-se da crítica trazida pela terceira onda no que tange o vínculo entre as multifacetadas da branquitude e o poder, tal como coloca Garner (2017, p. 1591 tradução nossa): “A branquitude, como poder, luta perpetuamente por uma melhor aquisição nas relações sociais nas quais está inserida¹²”. Portanto, é fundamental compreender a branquitude por um prisma ideológico que se funda numa lógica de poder vertical sobre corpos não brancos.

O campo dos estudos críticos da branquitude brasileira

No cenário brasileiro, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos é um dos precursores do campo dos CWS. Em 1957, publicou “A patologia social do ‘branco’ brasileiro”, que exprime como ideia central, tendo em vista o racismo estrutural, que o povo brasileiro valoriza e cobre de significados positivos a branquitude, enquanto atribuem significados negativos à população negra. Em outras palavras, o autor sustenta que a população branca brasileira nega o seu processo de miscigenação e se autoafirma enquanto pura, justamente por isso a palavra “branco” se encontra entre aspas no título do artigo: “O desajustamento do “branco”

12 Whiteness as power is perpetually struggling for better purchase in the social relations in which it is embedded” (Garner, 2017, p. 1591).

brasileiro ao seu contexto étnico o leva, por outro lado, muitas vezes, a aderir ficções. Não gosta, por exemplo, que se diga que o Brasil é um país de mestiços” (Ramos, 1957/1995, p. 230).

Para Guerreiro Ramos (1957/1995), a patologia do branco brasileiro, isto é, o seu maior sintoma, é renegar a cultura afro-brasileira. Além disso, o autor foi um dos responsáveis por questionar e problematizar as relações raciais brasileiras enquanto um problema apenas da pessoa negra. Ele diz:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escalpelação perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos” e “sociólogos”. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é negro tema; outra coisa é negro-vida. O negro tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protético, multiforme, do qual na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (Ramos, 1957/1995, p. 215).

Como visto, Guerreiro Ramos foi um dos primeiros estudiosos a produzir reflexões acerca da branquitude brasileira. Ainda que ele não tenha utilizado a palavra “branquitude” e sim “brancura”, trouxe para o campo das ciências humanas e sociais, o grupo branco como peça de análise relevante para entender a problemática racial de nosso país. A brancura se referia ao fenótipo, ou seja, cor da pele, textura do cabelo, lábios, enfim, traços físicos que englobam o imaginário social das pessoas brancas (Ramos, 1957/1995).

A ideologia da branquitude também vinha sendo abordada por Florestan Fernandes, em “O negro no mundo dos brancos” (1972). Esse fenômeno é sinalizado por ele enquanto um imperativo racial de

brancos que estruturavam (e ainda estruturam) um sistema de opressão supremacista branco em toda nação brasileira, desde a época colonial até a contemporaneidade. Tal como destaca o historiador Willian Conceição¹³ (2020a, p. 144): “Para Florestan, a branquitude é um fenômeno sócio-histórico de caráter estrutural e constitutivo da sociedade brasileira”.

Não poderíamos deixar de citar Gilberto Freyre e sua obra “Casa-grande & Senzala” (1933). Além de popularizar e disseminar o mito da democracia racial, isto é, um Brasil que vivia harmonicamente com suas três raças (indígena, negra e branca), foi responsável por ter tratado de aspectos da branquitude, como nos mostra Conceição (2020a, p. 107): “A branquitude, pode-se dizer, aparece na leitura freyreana da assimilação e do hibridismo cultural português, no forte apelo das relações amorosas, sexuais e reprodutivas”. Cabe destacar que Gilberto Freyre contribuiu para os estudos da branquitude, mas não para o campo dos estudos críticos da branquitude, afinal ele não estava preocupado em escancarar o racismo e criar possíveis formas para ajudar a combatê-lo, mas sim em apaziguar a situação e promover uma harmonia racial, criar uma imagem de um Brasil que vive em paz com seu povo.

No Brasil, o campo dos CWS, de acordo com o professor Lourenço Cardoso¹⁴ (2008), se solidificou no início dos anos 2000. Na direção dele, entre 1957 e 2007, apenas onze produções foram encontradas no que concerne à branquitude enquanto temática central de pesquisa: o já mencionado Alberto Guerreiro Ramos, em “A patologia social do ‘branco’ brasileiro (1957)”; Edith Piza, “Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu” (2000) e “Porta

13 Vale sublinhar o livro de Willian Conceição, denominado: “Branquitude: dilema racial brasileiro (2020b)”; pois ele apresenta um extenso panorama sobre o campo dos Estudos Críticos da Branquitude.

14 Para mais informações detalhadas acerca de cada trabalho sobre branquitude, recomendo acessar a dissertação do professor e pesquisador Lourenço Cardoso, intitulada: “O branco ‘invisível’: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007) (2008)”, bem como seus trabalhos posteriores.

de vidro: entrada para a branquitude” (2002); César Rossato e Verônica Gesser, “A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses” (2001); Maria Aparecida da Silva Bento, “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público” (2002a), “Branqueamento e branquitude no Brasil” (2002b) e “Branquitude – o lado oculto do discurso sobre o negro” (2002c); Liv Sovik, “Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e media no Brasil” (2004a), “We are family: Whiteness in the Brazilian media” (2004b) e “Por que tenho razão: branquitude, estudos culturais, e a vontade da verdade acadêmica” (2005); por fim, Lúcio Otavio Alves Oliveira, “Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude e indivíduos brancos” (2007). Ainda segundo o autor, mais sete produções abordam o tema da branquitude de maneira subjacente.

A branquitude, enquanto temática de estudo, tem sido pautada cada vez mais por diversas pesquisadoras/es. Os notórios estudos de Maria Aparecida Silva Bento (2002a; 2002b; 2002c), Iray Carone (2002a; 2002b), Edith Piza (2000; 2002) e Liv Sovik (2004a; 2004b) consolidaram esse campo no Brasil. Na contemporaneidade, Lourenço Cardoso (2008) e Lia Vainer Schucman (2012) continuam a indagar a dinâmica racial brasileira. Contudo, ainda se faz necessário tensionar e ampliar o debate para estimular sujeitos brancos a pensar sobre a sua branquitude. Uma vez que a branquitude se caracteriza como um lugar de vantagem estrutural sob a égide do racismo (Schucman, 2012) e, desse modo, reconhecer isso é fundamental para lutar contra esse sistema racista.

O que é branquitude? definindo um conceito

O conceito de branquitude, ao longo do tempo, foi tomando forma e sendo desenhado por uma série de autores/as. Primeiramente, a palavra “*whiteness*” foi traduzida para o português em duas formas: branquitude e branquidade. Cabe ressaltar que nem sempre são inteligíveis enquanto sinônimos, pois podem representar significados

diferentes a depender do/a autor/a. Contudo, de acordo com a revisão de literatura realizada pelo historiador Lourenço Cardoso (2008), não há diferenças significativas. Ele diz:

Estou utilizando o termo branquitude, alguns autores utilizam o termo branquidade, de acordo com a revisão de literatura que fiz, no Brasil, ambos possuem o mesmo significado. Esta diferença seria uma questão da tradução do conceito em inglês. Eu optei por utilizar o termo branquitude para seguir a linha dos trabalhos acadêmicos brasileiros que optam pelo termo branquitude (Cardoso, 2008, p. 173).

Igualmente Cardoso (2008), em sua dissertação, “O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007)”, subdivide a branquitude em crítica e acrítica. De acordo com ele, a branquitude crítica condena o racismo e rejeita toda ideia ligada à superioridade e supremacia racial branca, ao passo que a branquitude acrítica acredita nessa suposta superioridade racial branca.

A professora Edith Piza (2005), no artigo “Adolescência e racismo: uma breve reflexão”, afirma que branquitude se refere ao sujeito que reconhece a sua identidade racial branca e luta contra a desigualdade social/racial, em contrapartida branquidade entende-se por aqueles sujeitos que se posicionam favoráveis aos privilégios raciais, não reconhecendo, assim, o letramento racial crítico. Essa autora também desenvolve uma metáfora nomeada de “porta de vidro” (Piza, 2002, p. 61). Trata-se do encontro do sujeito branco que sofreu um grande impacto numa porta de vidro, descobrindo, assim, a sua identidade racial branca e não sabendo lidar com essa descoberta.

A pedagoga Tânia Maria Pedroso Müller e Lourenço Cardoso (2017), em parceria, num livro que reúne uma série de capítulos sobre branquitude, “Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil”, elaboram o conceito de branquitude da seguinte maneira:

A branquitude significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, dessa forma, significa ser menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais (Müller & Cardoso, 2017, p. 13).

A pesquisadora e psicóloga Lia Vainer Schucman (2012), em sua tese “Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo”, considera a branquitude como um constructo ideológico fundada no/com o poder, estabelecendo, dessa maneira, um lugar de vantagem estrutural para a identidade racial branca sob a égide do racismo, tomando o ser branco como norma e padrão de toda sociedade. Isto é, uma posição privilegiada que lhe permite acesso e melhores oportunidades na vida social.

Ruth Alice Emma Frankenberg, professora da Universidade da Califórnia e autora do livro “White women, race matters: the social construction of whiteness¹⁵” (1993), aponta que a branquitude pode ser definida como uma situação de privilégio racial, um local hierárquico de poder no qual se observam todos os outros e um conjunto de costumes culturais não demarcados que englobam a identidade racial branca. Em outra produção, “A miragem de uma branquitude não-marcada”, ela elenca oito aspectos sobre a branquitude, são eles:

1. A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial;
2. A branquitude é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais;

15 Mulheres brancas, questões raciais: a construção social da branquitude (1993). O livro não possui versão em português.

3. A branquitude é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas” em vez de especificamente raciais;
4. A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe;
5. Muitas vezes, a inclusão na categoria branco é uma questão controversa e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteira da própria categoria;
6. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam;
7. A branquitude é produto da história. É uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis;
8. O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos (Frankenberg, 2004, p. 312).

Na Universidade de Washington, o professor de filosofia Terrance MacMullan e autor de “Habits of whiteness: a pragmatist reconstruction” (2009), aborda a questão racial na qualidade de hábitos da branquitude herdados pela supremacia branca ao longo do tempo. Para o autor, é necessário destruir esses hábitos invasivos, denominado por ele como “hábitos da branquitude”: “Qualquer tentativa bem-sucedida de desfazer

o tecido da supremacia branca deve implicar numa reconstrução ativa dos hábitos da branquitude¹⁶” (MacMullan, 2009, p. 84, tradução nossa).

A psicóloga Maria Aparecida Silva Bento, em sua famosa tese “Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público” (2002a, p. 116), afirma que a: “[...] branquitude pode ser caracterizada como interdição do progresso do outro, como abuso de poder e como distorção ética e moral”. A despeito disso, ela formulou um conceito referenciado em diversos estudos sobre a branquitude, “pacto narcísico” (Bento, 2002a, p. 51). Para ela, o silêncio, o medo e o apoio solidário da branquitude consigo mesma se fortalece enquanto grupo racial privilegiado, uma espécie de defesa da sua identidade racial branca e estabilização de privilégios materiais e imateriais.

McManimon e Smith vão dizer que “a branquitude, em outras palavras, exigia um ‘outro’¹⁷” (2021, p. 61, tradução nossa). Ou seja, que o espectro ideológico da branquitude se coloca como autorreferência para criar o Outro: numa equação, a branquitude seria a norma/o ideal, já o Outro é aquele subalternizado, inferiorizado, aquele que se situa à margem da sociedade.

Gostaríamos de fazer duas considerações. A primeira, neste artigo defendemos o uso do termo branquitude, pois compreendemos que existe um compromisso político e ideológico nesta escrita. A segunda, consideramos a branquitude uma ideologia, uma forma de dominação e exaltação de poder por parte do grupo racial branco dominante, produzindo, dessa maneira, princípios de organização que privilegiam o ser branco na vida cotidiana. Não há base biológica e/ou cultural que sustente a ideia de que a identidade racial branca é superior a todas as outras; o que existe, de fato, é o racismo disseminado por vias de uma lógica branca, colonizadora e capitalista que se manifesta nas instituições.

16 “Any successful attempt to unweave the fabric of white supremacy must entail an active reconstruction of the habits of whiteness” (MacMullan, 2009, p. 84).

17 Whiteness, in other words, required an ‘other’” (McManimon, & Smith, 2021, p. 61).

Desvelando o privilégio branco

No campo dos CWS, o privilégio branco é uma faceta que vem sendo investigada cada vez mais em novos trabalhos. Tal como afirma Winant (2001 p.106, tradução nossa): “A ênfase no privilégio branco é, naturalmente, o componente central da nova posição abolicionista, que deriva de novas raízes das esquerdas¹⁸”. Assim, o privilégio branco nos revela o imerecimento de benefícios materiais e imateriais pelo grupo racial branco numa sociedade estratificada racialmente, mas que, indubitavelmente, não é compartilhado da mesma maneira para todos/as que são lidos/as racialmente enquanto brancos/as, em detrimento de outros elementos estruturais que interseccionam a identidade desses sujeitos, tais como: classe, etnia, religião, regionalidade etc. Segundo Silva:

O primeiro aspecto do privilégio branco ressaltado pela literatura é a dimensão histórica, a vantagem entrelaçada a essa racialidade foi estabelecida no marco do colonialismo europeu. É no momento de domínio e apropriação de território além-mar que foi possível o grande desenvolvimento das sociedades europeias ocidentais (Silva, 2021, p. 132).

Peggy McIntosh, feminista estadunidense, em seu famoso artigo “White Privilege: Unpacking the Invisible Knapsack” (1989), sugeriu que o privilégio branco é como uma mochila invisível que todo sujeito branco carrega no dia a dia, contendo ferramentas, cheques em branco, vestimentas, mapas etc. Com base nisso, ela descreveu vinte e seis aspectos do privilégio branco no cotidiano:

18 “Emphasis on white privilege is, of course, the central component of the new abolitionist position, which derives from new left roots” (Winant, 2001, p. 106).

1. Eu posso se eu quiser estar na companhia de pessoas da minha raça na maior parte do tempo;
2. Se eu precisar me mudar, posso ter certeza de alugar ou comprar moradias em uma área que eu possa pagar e em que eu quero viver;
3. Posso ter certeza que meus vizinhos em tal local serão neutros ou agradáveis para mim.
4. Posso fazer compras sozinho na maior parte do tempo, com a certeza de que não serei seguido ou assediado;
5. Posso ligar a televisão ou abrir a primeira página do jornal e ver pessoas de minha raça amplamente representadas;
6. Quando ouço falar sobre nossa herança nacional ou sobre “civilização”, vejo que pessoas da minha cor fizeram isso o que é;
7. Posso ter certeza de que meus filhos receberão materiais curriculares que atestam a existência de sua raça;
8. Se eu quiser, posso ter certeza de que encontrarei um editor para este artigo sobre o privilégio dos brancos;
9. Posso entrar em uma loja de música e contar com a representação da música de minha raça, em um supermercado e encontrar os alimentos básicos que se encaixam em minhas tradições culturais, em um cabeleireiro e encontrar alguém que possa cortar meu cabelo.
10. Se eu usar cheques, cartões de crédito ou dinheiro, posso contar com a cor da minha pele para não trabalhar contra o aparecimento da confiabilidade financeira;
11. Posso providenciar para proteger meus filhos na maior parte do tempo de pessoas que podem não gostar deles;
12. Posso calçar, ou vestir roupas de segunda mão, ou não responder cartas, sem que as pessoas atribuam essas escolhas à má moral, à pobreza ou ao analfabetismo da minha raça;
13. Posso falar em público para um poderoso grupo masculino sem colocar minha raça em julgamento;

14. Posso me sair bem em uma situação desafiadora sem ser considerado um crédito para a minha raça;
15. Nunca sou solicitado a falar por todas as pessoas do meu grupo racial;
16. Posso permanecer alheio à língua e aos costumes das pessoas de cor que constituem a maioria do mundo sem sentir em minha cultura qualquer penalidade por tal esquecimento;
17. Posso criticar nosso governo e falar sobre o quanto temo suas políticas e comportamento, sem ser visto como um estranho cultural;
18. Posso ter certeza de que, se pedir para falar com “o responsável”, estarei diante de uma pessoa da minha raça;
19. Se um guarda de trânsito me parar ou se a Receita Federal auditar minha declaração de imposto de renda, posso ter certeza de que não fui destacado por causa da minha raça;
20. Posso facilmente comprar posters, cartões postais, livros ilustrados, cartões comemorativos, bonecas, brinquedos e revistas infantis com pessoas da minha raça;
21. Posso ir para casa depois da maioria das reuniões das organizações às quais pertenço, sentindo-me um pouco confortável, em vez de isolado, fora do lugar, em menor número, não ouvido, mantido à distância ou temido;
22. Posso aceitar um emprego com um empregador de ação afirmativa sem que colegas de trabalho suspeitem que o consegui por causa da raça;
23. Posso escolher acomodação pública sem temer que pessoas da minha raça não possam entrar ou sejam maltratadas nos locais que escolhi;
24. Posso ter certeza de que, se precisar de ajuda jurídica ou médica, minha raça não funcionará contra mim;
25. Se meu dia, semana ou ano está indo mal, não preciso perguntar a cada episódio ou situação negativa se tem implicações raciais;

26. Posso escolher uma capa para manchas ou bandagens na cor da “carne” e deixá-las mais ou menos combinando com a minha pele¹⁹ (McIntosh, 1989, p. 1-2, tradução nossa).

Portanto, o privilégio branco confere uma série de direitos, regalias, vantagens imerecidas e injustificadas, facilitando o caminho para adquirir recursos, recompensas sociais, *status* e poder à identidade racial branca (McManimon, Smith, & Baldwin, 2021). Dessa forma, intelectuais brasileiros/as percebem o privilégio branco em duas dimensões, simbólica e material. A dimensão simbólica diz respeito às classificações sociais positivas, por exemplo, inteligência, beleza, competência, entre outras, que padecem sobre sujeitos brancos (Schucman, 2012). Em compensação, para os sujeitos negros, recaem atributos negativos, isto é, preguiçoso, atrasado, fora do padrão etc.

No que tange o privilégio material, este representa a facilidade de sujeitos brancos em acessarem a educação, moradia própria, melhores oportunidades de emprego e toda herança passada de geração em geração (Schucman, 2012). Para alcançar esse *status quo* privilegiado, necessita tornar a branquitude enquanto central e incorporá-la nas organizações, nos meios de produção e continuar reverberando significados positivos nos meios de comunicação, a partir da inferiorização do Outro: “[...] a natureza negativa do privilégio branco *requer* violência excludente, a fim de manter ou aumentar o valor social da brancura²⁰” (MacMullan, 2009, p. 34, tradução nossa). Portanto, precisamos investigar por quais razões o privilégio branco persiste e continua se fortalecendo, para assim, traçarmos estratégias de enfrentamento.

19 O artigo contendo os vinte e seis aspectos do privilégio branco está intitulado como: “White privilege: unpacking the invisible knapsack” (McIntosh, 1989) e não possui tradução para o português.

20 “[...] the negative nature of white privilege requires exclusionary violence in order to maintain or increase the social value of whiteness” (MacMullan, 2009, p. 34).

A professora da Universidade de Santa Clara, Stephanie M. Wildman (2005), destaca alguns argumentos para a persistência nociva do privilégio branco e da branquitude. Para ela, a branquitude é como uma zona de conforto, um padrão normativo que rege a vida cotidiana com base na experiência da própria branquitude, colocando em prática o coleguismo e a cumplicidade do grupo racial branco, enfatizando a cegueira racial e o individualismo. Wildman (2005) também afirma que a branquitude tem a característica de desviar e evitar discussões sobre o racismo e toda desigualdade social/racial promovida para as preocupações do afeto branco.

Isto posto, o privilégio branco é uma vantagem estrutural que possui como princípio ativo o racismo. Logo, não existe privilégio branco sem racismo. Ser branco numa sociedade fundada por um processo colonial racista, tal como a nossa, confere benefícios materiais e imateriais em todo corpo social e precisa ser destruído. Para isso, é necessário que seja uma pauta essencial na luta antirracista de brancos/as, não se trata apenas de abrir mão dos privilégios, mas de denunciá-los para então destruí-los. Isso só é possível a partir do momento que conseguimos enxergar e subjetivar como a supremacia branca cria possibilidade de manter seus privilégios.

Zeus Leonardo (2004), pesquisador da Universidade da Califórnia, põe em xeque o privilégio branco ao dizer que é necessário explorar a supremacia branca, visto que as condições de supremacia branca fornecem aporte para a manutenção e estabilização do privilégio branco em toda sociedade marcada pelo racismo. Apoiando McManimon:

O privilégio branco não é a *causa* da opressão racial, mas um *efeito* da supremacia branca: uma construção social, econômica, política, legal, cultural e histórica de dominação com base no que hoje chamamos de *raça*, promulgada ao longo de centenas de anos de

leis, regulamentos, políticas, práticas e crenças²¹ (McManimon, Smith, & Baldwin, 2021, p. 499, tradução nossa).

Sendo assim, passamos agora a introduzir o que é supremacia branca e o que nomeamos como supremacia branca à brasileira.

Supremacia branca à brasileira

“Não se trata do Antropoceno, mas sim da cena da supremacia branca”: essa é uma frase do teórico cultural Nicholas Mirzoeff (2007, p. 1). A supremacia branca concerne ao meio para se alcançar os privilégios numa sociedade estratificada racialmente, a partir da distribuição estratégica de indivíduos brancos para controlar os meios de produção, de comunicação e de toda a ordem política do Estado. Inicialmente, gostaria de tecer algumas reflexões acerca da supremacia branca para posteriormente adentrar nas particularidades da supremacia branca à brasileira. Dito isso, dissertar sobre supremacia branca é desvelar os/as atores/atrizes que compõem os cenários de manutenção do privilégio branco: “Embora se beneficiem claramente do racismo de diferentes maneiras, os brancos como um grupo racial garantem a supremacia em quase todas as facetas da vida social²²” (Leonardo, 2004, p. 140, tradução nossa).

Compreender os mecanismos ideológicos que atravessam a supremacia branca é essencial para lutarmos contra o racismo. Parto da ideia de que a supremacia branca é o fruto da dominação colonial, criando uma superioridade racial branca e em contrapartida uma

21 “White privilege is not the cause of racial oppression, but an effect of white supremacy: a social, economic, political, legal, cultural, and historical construction of domination on the basis of what we now call race, enacted over hundreds of years of laws, regulations, policies, practices, and beliefs (McManimon, Smith, & Baldwin, 2021, p. 499)”.

22 “Although they clearly benefit from racism in different ways, whites as a racial group secure supremacy in almost all facets of social life” (Leonardo, 2004, p. 140).

inferiorização de todas as outras raças (Almeida, 2019). Um sistema que se utiliza da violência, da arbitrariedade e da sujeição de práticas sociais impostas pelo grupo racial branco, com o propósito de resguardar o poder, a riqueza e o privilégio para os membros de sua comunidade branca (Jaffee & Casey, 2021). O objetivo é ter em mãos o poder econômico e político, mas também a produção de subjetividades. Assim, compactuamos com o pensamento de Stephen Kantrowitz ao dizer:

Qualquer análise real da supremacia branca não pode se limitar a estudar os mecanismos da violência física, coerção econômica, efeitos institucionais e os esforços de críticos e oponentes; também deve prestar muita atenção às palavras e ideias. Isso não significa simplesmente explorar figuras retóricas ou perseguir uma história intelectual separada de outros domínios da experiência humana; isto significa confrontar o evanescente e o material, o mental e o elementar, tudo de uma vez - um desafio formidável. Uma única vida, parada na confluência desses conflitos, pode revelar muito sobre suas naturezas e dinâmicas²³ (Kantrowitz, 2000, p. 12, tradução nossa).

No mais, a supremacia branca se refere ao modo de operação que hierarquiza, controla e domina todos os segmentos da vida social, a partir das preferências do grupo racial branco (Gillborn, 2015). Passando, assim, a criar uma hegemonia branca que domina o campo econômico, político, judiciário, educacional, entre outros, e busca beneficiar injustamente indivíduos brancos assegurando o privilégio branco por meio de uma

23 “Any real analysis of white supremacy cannot limit itself to studying mechanisms of physical violence and economic coercion, institutional effects, and the efforts of critics and opponents; it must also pay close attention to words and ideas. This does not mean simply exploring rhetorical figures or pursuing an intellectual history detached from other realms of human experience; it means confronting the evanescent and the material, the mental and the elemental, all at once — a formidable challenge” (Kantrowitz, 2000, p. 12).

lógica racista, excludente e colonizadora (Leonardo, 2004). Em todo o mundo, essa supremacia branca se materializa de diversas maneiras, através da violência sistêmica, a própria linguagem, leis (ditas e não ditas) e por meio da vigilância pública (policimento) (Jaffee & Casey, 2021). No que tange ao capitalismo, concordamos com Casey (2021b, p. 93, tradução nossa): “A supremacia branca se encaixa no capitalismo porque o racionaliza e o defende. O capitalismo se encaixa na supremacia branca pela mesma razão que o racismo branco é lucrativo quando permite a troca e cria mais-valia²⁴”.

Analisemos alguns dados: a atual Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) possui todo corpo diretor branco, contendo 20 (vinte) homens brancos e 3 (três) mulheres brancas. Como também, o que falar da campanha de diversidade da Coca Cola Brasil de 2017? 7 (sete) homens brancos foram os responsáveis por gerir uma campanha sobre diversidade num país majoritariamente negro. A emissora do SBT, por exemplo, em sua campanha de “Feliz 2021” registra uma foto com 27 (vinte e sete) pessoas brancas, provavelmente estão desejando um feliz sistema branco de televisão. Se olharmos para o nosso Supremo Tribunal Federal (STF), o panorama branco não muda. A Suprema Corte é composta por 9 (nove) homens brancos e 2 (duas) mulheres brancas. Destaco aqui que essas análises são realizadas a partir da nossa heteroidentificação racial, verificando as imagens desses sujeitos. Portanto, o que se observa nesses dados é uma supremacia branca latente em nosso país, afinal, como que majoritariamente os cargos de poder são ocupados por pessoas brancas de modo “natural”, sem que isso seja encarado como racismo? Não há segredo: “A supremacia branca é uma estrutura, sustentada por indivíduos [brancos], que promove a superioridade dos brancos e a subjugação das pessoas de

24 “White supremacy fits in capitalism because it rationalizes and defends it. Capitalism fits in white supremacy because of the very same reason, white racism is profitable when it allows for exchange and creates surplus value” (Casey, 2021b, p. 93).

cor. A branquitude é um processo social e depende da criação de Outros raciais²⁵ (Jaffee & Casey, 2021, p. 694, tradução nossa).

De acordo com Laborne (2017, p. 80): “[...] a branquitude funcionaria como privilégio racial sustentando a chamada supremacia branca, responsável pela dominação de outros grupos raciais”. Por conseguinte, a supremacia branca é retroalimentada pela branquitude, criando, valores e significados que possibilitam usufruir de privilégios simbólicos e materiais, elaborando um mundo na figura do branco.

No que toca a supremacia branca à brasileira, essa se expressa, diferente de outros países como Estados Unidos da América (EUA) e África do Sul, por não desfrutar de leis discriminatórias e/ou discursos explícitos de superioridade racial (Melo & Schucman, 2022). Embora isso não seja trazido à tona dessa forma, o genocídio da população negra e toda violência racial nos revelam que há um projeto em curso que busca o extermínio do povo negro. No Atlas da Violência mais recente (Cerqueira, 2021) há a afirmação que, em 2019, os/as negros/as equivaleram 77% das vítimas de homicídio por 100 mil habitantes, por outro lado, a população branca, amarela e indígena obteve uma taxa de 11,2 para cada 100 mil habitantes. É possível afirmar que essa supremacia branca brasileira conduz a população negra a um nível de negligência que os leva à pobreza e à morte.

Dois pilares sustentam a supremacia branca à brasileira: o mito da democracia racial e a ideia de mérito (meritocracia). O mito da democracia racial, como já explicado na seção anterior, produziu a ideia de que todos/as nós temos oportunidades e direitos iguais, pois vivemos num paraíso racial. Já a ideia de mérito difundiu que todos/as nós somos capazes de ocuparmos as posições e cargos de poder por

25 “White supremacy is a structure, upheld by individuals, that promotes the superiority of white folks, and the subjugation of people of color. Whiteness is a social process and depends upon the creation of racial Others (Jaffee, & Casey, 2021, p. 694)”.

meio de nosso próprio esforço individual, uma lógica restritamente neoliberal amparada no racismo estrutural. Essa ideia também compartilha a noção de uma experiência humana e social única. Assim, todos/as estamos nos mesmos lugares porque somos iguais perante a lei e perante as oportunidades. Tal como salienta Almeida (Almeida, 2019, p. 52): “No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia”.

Como as pessoas brancas que ocuparam cargos de poder chegaram aonde estão? Não temos dúvidas de que elas podem ter se esforçado e batalhado para estarem lá, mas também não temos dúvidas de que elas receberam vantagens pelo viés de superioridade racial branca, isto é, há um fundamento racista que alicerça/percorre esse caminho. Alagoas possui 73,4% da população que se declara preta ou parda, mas no cenário político dos/as oito deputados/as federais e dos 27 deputados/as estaduais, eleitos em 2022, apenas dois são negros e estão ocupando as cadeiras da Assembleia Legislativa do estado, de acordo com a heteroidentificação racial realizada por nós por meio de fotos que estão disponíveis publicamente na internet. Por que será que em Alagoas, um estado que possui o eleitorado predominantemente negro, elege deputados brancos? Quais os facilitadores que alicerçaram o caminho de deputados brancos ao lugar que ocupam?

Considerações finais

O campo dos CWS possui como único e importante objetivo de desmembrar o racismo. Assim, configura-se uma tarefa árdua de comprometimento ético, político e social, com vários/as autores/as que produzem seus trabalhos almejando contribuir para o fim da desigualdade social/racial. Posto isso, esses estudos tensionam a figura do branco, evidenciando seus privilégios (simbólicos e materiais), analisando representações da branquitude enquanto temática central de batalhas entre negros e brancos, a ideia de supremacia branca, os

efeitos da colonização em cada sociedade e a função importante do branco na manutenção do racismo (Schucman, 2012).

É de suma importância focalizar o branco na discussão, discutir todas as dimensões do privilégio e a herança colonial. Essas pesquisas foram formuladas pela necessidade de problematizar o sujeito branco enquanto elemento ativo e fundamental nas relações raciais sobretudo em lugares marcados pelo colonialismo europeu (Silva, 2014).

A supremacia branca brasileira é fomentada, sobretudo, pela ideia de meritocracia e pelo mito da democracia racial. É essencial trazer à tona quais são os processos que viabilizam sua manutenção, dominação e privilégios ancorados nesse sistema racista. A supremacia branca é o ápice do racismo.

Por fim, a academia é o ambiente de produzir fissuras, tensionamentos e arranjos para a construção de um saber e prática anticolonial e antirracista. É importante se aprofundar nos estudos críticos da branquitude brasileira e discutir como podemos, hoje, assumir uma função de luta contra o colonialismo, o patriarcado, o capitalismo e o racismo.

Referências

- Almeida, Silvio (2019). **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen.
- Applebaum, Barbara (2016). Critical Whiteness Studies. **Oxford Research Encyclopedias**, p. 1-21. Syracuse University.
- Bento, Maria Aparecida da Silva (2002a). **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bento, Maria Aparecida da Silva (2002b). Branqueamento e branquitude no Brasil. In Iray Carone & Maria Aparecida da Silva Bento (Orgs.), **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**, pp. 25-57. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bento, Maria Aparecida da Silva (2002c). Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In Iray Carone & Maria Aparecida da Silva Bento (Orgs.), **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**, pp. 147-162. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Biko, Steve (/1978/1990). **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Editora Ática.
- Cardoso, Lourenço (2008). **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil** (Período: 1957 – 2007). Dissertação (Mestrado), Programa de Mestrado e Doutorado Pós-Colonialismos e Cidadania Global, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Carone, Iray (2002a). Fascismo on the air: estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista. **Lua Nova** (Impresso), São Paulo, v. 55-56, 195-217.
- Carone, Iray (2002b). Saber é poder: a racionalidade técnica da ciência moderna. **Cadernos de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 12, 11-29.
- Casey, Zachary A (2021a). Introduction. In Zachary A Casey (Org.), **Encyclopedia of critical whiteness studies in education**, pp. 1-3. Boston: Brill Sense.
- Casey, Zachary A (2021b). Capitalism and Whiteness. In Zachary A. Casey (Org.), **Encyclopedia of critical whiteness studies in education**, pp. 89-94. Boston: Brill Sense.
- Cerqueira, Daniel (2021). **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP.

- Conceição, Willian Luiz da (2020a). **Brancura e branquitude**: ausências, presenças e emergências de um campo de debate. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Conceição, Willian Luiz da. (2020b). **Branquitude: dilema racial brasileiro**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.
- Du Bois, W. E. B (1935/2021). **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta.
- Du Bois, W. E. B (1935/2017). **Black Reconstruction in America**. New York: Routledge.
- Du Bois, W. E. B (1889/1995). **The Philadelphia Negro: A Social Study**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Fanon, Frantz (1952/2008). **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.
- Fernandes, Florestan (1972). **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel.
- Frankenberg, Ruth Alice Emma (2004). A miragem de uma branquitude não-marcada. In Vron Ware (Org.), **Branquitude: identidade branca e multiculturalismo**, pp. 307- 338. Rio de Janeiro: Garamond.
- Frankenberg, Ruth Alice Emma (1993). **White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness** (First edition ed.). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Freyre, Gilberto (1933). **Casa-grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- Garner, S. (2017). Surfing the third wave of whiteness studies: reflections on Twine and Gallagher. **Ethnic and Racial Studies**, **40**(9), 1582–1597. <https://doi.org/10.1080/01419870.2017.1300301>
- Gillborn, David (2015). Rethinking White supremacy: who counts in ‘WhiteWorld’. **Ethnicities**, 318-340. London: University of London.
- Jaffee, Annie & Casey, Zachary A. (2021). White Supremacy. In Zachary A. Casey (Org.), **Encyclopedia of critical whiteness studies in education**, pp. 694-702. Boston: Brill Sense.
- Jupp, James C (2021). First-wave critical white studies. In Zachary A. Casey (Org.), **Encyclopedia of critical whiteness studies in education**, pp. 222-230. Boston: Brill Sense.

- Jupp, James C. & Badenhorst, Pauli (2021). Second-wave Critical White Studies. In Zachary A Casey (Org.), **Encyclopedia of critical whiteness studies in education**, pp. 596-608. Boston: Brill Sense.
- Kantrowitz, Stephen David (2000). **Ben Tillman and the reconstruction of white supremacy**. Ohio: University Press.
- Laborne, Ana Amélia de Paula (2017). Branquitude, Colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In Tânia Mara Pedroso Muller, & Lourenço Cardoso (Orgs.), **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**, pp. 78-89. Curitiba: Appris.
- Leonardo, Zeus (2004). The color of supremacy: beyond the discourse of 'white privilege'. **Educational Philosophy and Theory**, v. 36, n. 2, 137-152.
- MacMullan, Terrance (2009). **Habits of whiteness: a pragmatist reconstruction**. North Morton Street: Indiana University Press.
- McIntosh, Peggy (1989). White privilege: unpacking the invisible knapsack. **Peace and Freedom Magazine**, July/August, 10-12.
- McManimon, Shannon K., Smith, Michael D., & Baldwin, James (2021). In Zachary A. Casey (Org.), **Encyclopedia of critical whiteness studies in education**, pp. 58-65. Boston: Brill Sense.
- Melo, Willamys da Costa (2023). **Uma análise psicossocial da supremacia branca no estado de Alagoas**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Melo, Willamys da Costa & Schucman, Lia Vainer (2022). Mérito e mito da democracia racial: uma condição de (sobre)vivência da supremacia branca à brasileira. **Revista Espaço Acadêmico 21**, 14-23. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59991>.
- Memmi, Albert (2007). **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Mirzoeff, Nicholas (2007). **Não é o Antropoceno, é a cena da supremacia branca ou a linha divisória geológica da cor**. Tradução de Rita Natálio no contexto da Oficina de Imaginação Política, 32ª Bienal de Artes de São Paulo, 7 de setembro a 11 de dezembro de 2016.
- Müller, Tânia Mara Pedroso & Cardoso, Lourenço (2017). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris.

- Nayak, Anoop (2007). Critical Whiteness Studies. **Sociology Compass**, Volume1, Issue 2, 737–755.
- Oliveira, Lúcio Otávio Alves (2007). **Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude de indivíduos brancos** (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia.
- Piza, Edith (2005). Adolescência e racismo: uma breve reflexão. Simpósio Internacional do Adolescente. São Paulo. **Proceedings online**. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000100022&lng=en&nrn=abn>. Acessado em: 21 Junho de 2024.
- Piza, Edith (2002). Porta de vidro: entrada para a branquitude. In Iray Carone, & Maria Aparecida Silva Bento, (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**, pp. 59-90. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Piza, Edith (2000). Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In L. W. Huntley, & A. S. A. Guimarães (Orgs.), **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**, pp. 97-125. São Paulo: Paz e Terra.
- Ramos, Alberto Guerreiro (1957/1995). Patologia social do branco brasileiro. In Alberto Guerreiro Ramos, **Introdução crítica à sociologia brasileira**, pp. 215-140. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Rossato, César & Gesser, Verônica (2001). A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidense. In E. Cavalleiro, (Org.), **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**, pp. 11-36. São Paulo: Selo Negro.
- Schucman, Lia Vainer (2012). **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, Marina Albugeri da (2021). Eu tenho cara de ser rico, sou loiro, tenho olho azul: discutindo o privilégio branco. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 30, 130-141.
- Silva, Priscila Elisabete da (2014). O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In Iray Carone, & Maria Aparecida Silva Bento (Orgs.). **Psicologia**

social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, pp. 19-29. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Sovik, Liv (2005). Por que tenho razão: branquitude, estudos culturais, e a vontade da verdade acadêmica. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura (Journal of Communication and culture)**, 159-180.

Sovik, Liv (2004a). Aqui ninguém é branco. In Vron Ware, **Branquidade. Identidade branca e multiculturalismo**, pp. 363-386. Rio de Janeiro: Garamond, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Universidade Candido Mendes.

Sovik, Liv (2004b). We are family: Whiteness in the brazilian media. **Journal of Latin American Cultural of Studies** 13 (13), 315-325.

Twine, France Winddance, & Gallagher, Charles (2007). The future of whiteness: a map of the 'third wave'. **Ethnic and Racial Studies**, 31, 4-24. 10.1080/01419870701538836.

Wildman, Stephanie M (2005). The persistence of white privilege. **Washington University Journal of Law & Policy** 18, 244-265. Washington University. https://openscholarship.wustl.edu/law_journal_law_policy/vol18/iss1/11

Winant, Howard (2001). White racial projects. In Birgit Brander Rasmussen, Eric Klinenberg, Irene J. Nexica, & Matt Wray (Orgs.), **The Making and unmaking of whiteness**, pp. 97-112. London: Duke University Press.

TREM SUJO DA LEOPOLDINA: A REVANCHE DO TERRITÓRIO NA SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Pedro Henrique Antunes da Costa

*Tem gente com fome
Trem sujo da Leopoldina / correndo correndo /
parece dizer / tem gente com fome / tem gente
com fome / tem gente com fome
Piiiiii
Estação de Caxias / de novo a dizer / de novo a
correr / tem gente com fome / tem gente com
fome / tem gente com fome
Vigário Geral / Lucas / Cordovil / Brás de Pina
/ Penha Circular / Estação da Penha / Olaria /
Ramos / Bom Sucesso / Carlos Chagas / Triagem,
Mauá / trem sujo da Leopoldina / correndo
correndo / parece dizer / tem gente com fome /
tem gente com fome / tem gente com fome
Tantas caras tristes / querendo chegar / em
algum destino / em algum lugar
Trem sujo da Leopoldina / correndo correndo /
parece dizer / tem gente com fome / tem gente
com fome / tem gente com fome
Só nas estações / quando vai parando /
lentamente começa a dizer / se tem gente com
fome / dá de comer / se tem gente com fome / dá
de comer / se tem gente com fome / dá de comer
Mas o freio de ar / todo autoritário / manda o
trem calar
Pisuuuuuuuuuu
(Solano Trindade, 2011a)*

Introdução

Falar sobre saúde mental é falar sobre território. Afinal, falar sobre saúde mental é falar sobre produção de vida. Ou seja, *como* e *onde* nos produzimos. Ao nos produzirmos, também forjamos o *onde* – e somos ele –, ao passo que esse *onde* também nos delimita, de modo que nos produzimos *com* e *em* determinadas condições – territoriais, por exemplo – definidas. E aqui não nos interessa conjecturar sobre produções de vida abstratas e, pois, territórios e saúde mental igualmente abstratos, genéricos. Nos interessa, sobretudo, tal como o poema de Solano Trindade, as vidas concretas atravessadas pelos *trens sujos*, que se produzem em Vigário Geral, Lucas, Cordovil, Brás de Pina, Penha Circular, Estação da Penha, Olaria, Ramos, Bom Sucesso, Carlos Chagas, dentre tantos outros territórios (do Rio de Janeiro) que dizem de como a classe trabalhadora brasileira se organiza (e é organizada) se territorializa (e é territorializada).

Certa feita, Lima Barreto (1993, p. 147), em relato sobre suas vivências em manicômios, os quais ele denominou de *cemitérios vivos*, apregoeou:

Esse pátio é a cousa mais horrível que se pode imaginar. Devido à pigmentação negra de uma grande parte dos doentes aí recolhidos, a imagem que se fica dele, é que tudo é negro. O negro é a cor mais cortante, mais impressionante; e contemplando uma porção de corpos negros nus, faz ela que as outras se ofusquem no nosso pensamento. É uma luz negra sobre as cousas, na suposição de que, sob essa luz, o nosso olhar pudesse ver alguma cousa.

Pedimos, então, que o leitor, a leitora faça um breve exercício mental, imaginativo, acerca das *pigmentações*, das *cores* mais cortantes, das *luzes* predominantes na trajetória do Trem de Leopoldina, do poema supracitado de Solano Trindade; a *imagem que fica* dos territórios percorridos por ele. Os *corpos*, nus ou vestidos, das caras tristes, das

gentes com fome. Não seriam similares aos que foram vistos por Lima Barreto?

Assim, o território comparece na produção da vida e, portanto, de saúde mental. O território é constitutivo da saúde mental. Portanto, por mais que saúde mental não se reduza ao sofrimento psíquico, sendo, ao contrário, produção de vida, o território comparece na produção do sofrimento psíquico, o conforma. Da mesma forma, o território também comparece na produção de uma saúde mental menos combatida, mais *saudável, humanizada* – pois, de indivíduos mais humanizados, menos alienados, explorados, oprimidos. Por consequência lógica, o território comparece nos processos de cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas, os constitui. Ou *deveria*. Será que comparece? Constitui? Se não, quais as implicações e como podemos saná-las ou superá-las? São estas perguntas que buscaremos responder no decorrer do presente capítulo, considerando nossas insuficiências, incapacidades e impossibilidades de fornecermos respostas exaustivas e conclusivas a indagações tão complexas. Continuemos, pois, nossa viagem nos e pelos trilhos do território na e da saúde mental, álcool e outras drogas.

A negação do território na saúde mental

De acordo com Juarez Pereira Furtado, Wagner Yoshizaki Oda, Igor da Costa Borysow, Silke Kapp (2016, p. 1), numa revisão da literatura e de análise de documentos normativos, políticos e legais:

no campo da Saúde Mental brasileira, à revelia de muitos e sempre renovados esforços críticos, tem prevalecido uma noção funcional de território, que omite relações de poder e apropriações simbólicas, aumentando a tendência de a reinserção de pessoas com sofrimento mental desembocar na sua sujeição ao território dado, em vez de favorecer transformações socioespaciais para o convívio com as diferenças.

Ainda em diálogo com os autores, analisando em especial os documentos normatizantes e orientadores da *práxis* em saúde mental, constata-se que, apesar de dita centralidade do território nas políticas em saúde mental, as concepções hegemônicas o daquilo que é dele, como, por exemplo, as “relações de poder e, portanto, de disputas e resistências de diversas ordens” (Furtado, Oda, Borysow, & Kapp, 2016, p. 10). Logo, “a concepção oficial induz tanto a prática quanto a reflexão a negligenciarem o que é central em qualquer processo de inclusão: as relações sociais e suas consequências para cada um dos indivíduos ditos loucos” (p. 10).

Já temos, portanto, indicativos de respostas às perguntas sobre se o território comparece na *práxis* em saúde mental. A princípio, podemos dizer que, se sim, se ele comparece, é à revelia das normativas e documentos políticos, legais – ao menos, contrariando as concepções hegemônicas contidas neles. Ora, se se trata de um *território* que não condiz com o *território* tal como ele se faz *território*, isto é, dissociando-o do que o constitui e, pois, dele próprio enquanto totalidade – que é muito mais que a soma das partes –, estamos tratando de outra coisa, por mais que possa ter o mesmo nome. Para piorar:

Parece haver uma gradativa perda de potência e discernimento, que atenua a concepção de território presente na reforma psiquiátrica italiana e reforçada no Brasil pela Geografia Crítica e pela obra de Milton Santos. Ao abrandar a capacidade crítica e analítica dessa concepção, omitindo a caracterização do verdadeiro (des)encontro entre pessoas com sofrimento mental grave e o espaço urbano e social na sociedade brasileira contemporânea, tanto o campo científico quanto o burocrático tornam ainda mais vulneráveis e fragilizados os trabalhadores dos serviços e seus usuários. Para aqueles que tentam se inserir socialmente, é imenso o risco de sujeição a valores e comportamentos hegemônicos (Furtado et al. 2016, p. 10).

Tais citações nos apontam um grave problema, que se refere a uma *crise na e da práxis* na saúde mental, um conjunto de inflexões no campo da saúde mental, álcool e outras drogas: a discrepância entre o que se diz abordar (a saúde mental) e como ela é abordada (desconsiderando ou descaracterizando aquilo que a forja e constitui, por exemplo, o território). E o referido diagnóstico, ao explicitar o problema, traz consigo um prognóstico – igualmente problemático – que diz das implicações deletérias de tal *práxis* na saúde mental justamente para as pessoas às quais elas se voltam. Ora, se se erra na análise – e entendemos análise desde a dimensão ontológica dos objetos os quais se analisa, passando pela dimensão epistemológica, o como se analisa e as dimensões ético-políticas de todo este processo – há uma grande chance de que se erre na prática.

Porém, dialeticamente, o diagnóstico e o prognóstico apresentados também devem ser interpretados em termos do que trazem consigo como *negações*. Ao se tratar de inflexões teórico-práticos e políticos, enquanto problemas, acabam evidenciando a importância do território na sua concretude para a *práxis* em saúde mental, ou seja, o que expressam dos antagonismos de nossa sociedade, as relações sociais e, nisso, as relações de poder, suas manifestações simbólicas etc. e como serão concebidos, abarcados e trabalhados. Ademais, “a perda de potência e discernimento, que atenua a concepção de território presente na reforma psiquiátrica italiana e reforçada no Brasil pela Geografia Crítica e pela obra de Milton Santos” (Furtado et al., 2016, p. 10) reiteram a necessidade de resgate, justamente, do que se perdeu – por ser esta perda parte do problema.

Voltando ao poema de Solano Trindade, a escolha pelo *trem sujo de Leopoldina*, para além do que ele evidencia de nossa realidade, dos territórios que desbrava, e como os desbrava – e os silencia – também se dá pelo papel que tais *ferramentas* ou *mecanismos* cumpriram no campo da saúde mental, álcool e outras drogas em nosso país; melhor dizendo, o suposto cuidado em saúde mental que, no seu conteúdo

e totalidade, foi (e ainda é) sinônimo de silenciamento, apagamento e violência. Na história da loucura em nosso país, eram comuns os chamados *trens de doidos*, a passar pelas cidades coletando pessoas a serem jogadas e mortas nos manicômios. A maior parte, não por acaso, pobre, negra; pobre e negra. Afinal, o *louco* em nossa formação social é forjado ideologicamente como uma das várias possibilidades de (*não-*) *ser* do negro, assim como o *de menor*, o *traficante* etc., de tal modo que se tornam sinônimos de negro(a), justificando a continuidade de sua negação e violação – sendo a lógica asilar-manicomial e as instituições asilares-manicomiais uma das possibilidades.

Num exemplo recente, que evidencia a continuidade e sofisticação desse nosso caráter arcaico-moderno, trago o assassinato de Genivaldo de Jesus Santos, 38 anos, em 25 de maio de 2022, na cidade de Umbaúba, Sergipe, por policiais rodoviários federais. Genivaldo, negro, pobre e diagnosticado com esquizofrenia, foi assassinado em uma viatura da polícia por asfixia mecânica, a partir da utilização de gás lacrimogênio e do seu fechamento dentro do porta-malas, resultando em insuficiência respiratória aguda¹. Somos, pois, apresentados à sofisticação do trem de doido, que antigamente, ao passarem pelas rodovias, apanhava os loucos a serem depositados nos manicômios: o *camburão de doido* – o mesmo *camburão dos criminosos*, cujas especificidades não mudam a cor dos “passageiros”. Ou a sofisticação do *carro-forte*, que também apanhava os loucos de antigamente, só que por meio da polícia, para igualmente depositá-los nos manicômios, tal como Lima Barreto (2010) denunciou de maneira ficcional, e assim o fez por ter sido alvo real de tal *masmorra ambulante*. Enquanto expressão do “novo”, de *evolução* e *modernização*, temos não apenas o desenvolvimento do meio de transporte, mas da produção da morte e, mais, a sua eficácia: uma morte

1 Mais informações sobre o caso de Genivaldo podem ser acessadas em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Assassinato_de_Genivaldo_de_Jesus.

instantânea, que economiza gastos; o *camburão da morte*². No mais, o “velho” *modus operandi* de buscar acabar com a loucura, com a pobreza, findando com os loucos, com os pobres e com os negros (separados ou com tudo isso junto). A morte – em larga escala, o genocídio, e que tem classe e raça muito bem definidas – não só como efeito colateral, mas como força produtiva em nosso capitalismo dependente, de gênese e desenvolvimento colonial, abruptamente desigual e racista.

Um novo-velho, moderno-arcaico constitutivos de nossa formação social que também se manifesta pelos métodos exterminicidas: câmaras de gás, que remetem a práticas nazistas. Nazismo que, muitos esquecem ou desconhecem, extraiu alguns de seus fundamentos da colonização e escravatura nas Américas, os desenvolvendo e sofisticando. Não à toa, Rachel Passos, (2018) ao apontar para a necessidade de racialização da história da loucura no Brasil, indaga por que comparamos nossas práticas e instituições manicomiais com o holocausto, em vez de as compararmos com os navios negreiros – e aqui utilizamos as *senzalas*, algo que desenvolvemos a seguir. Sem adentrar numa suposta hierarquização (venal) da barbárie, até porque, conforme Frantz Fanon (2008, p. 85), “uma sociedade é racista [barbárica] ou não o é”, ainda em consonância com Passos (2018, p. 17), “a atualização das práticas manicomiais, hoje expressas nas múltiplas ações do Estado, estão atreladas muito mais ao colonialismo do que ao holocausto”.

Vejamos outro exemplo, ainda mais recente. No dia 21 de novembro, uma terça-feira, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (gestão

2 Nesse ponto, reiteramos menção ao conto de Lima Barreto (2010), que se chama *Como o “homem” chegou*. Nele, uma pessoa (um “homem”, cuja desumanização e condição coisificada é denunciada por Barreto já no título) tida como *louca*, por suas qualidades, é presa em um carro-forte e levada de Manaus até o Rio de Janeiro, numa viagem que acabou durando quatro anos - em decorrência da ignorância orgulhosa das autoridades que o levavam. Ele acabou morrendo no trajeto por ter ficado preso, sem direito nem ao *ar*, durante todo o tempo. No caso de Genivaldo, o *triste fim* foi o mesmo, e o direito ao ar igualmente negado, porém, de forma muito mais rápida e eficaz.

2021-2024), do Partido Social Democrático (PSD) publicou na *Plataforma X*, antigo *Twitter*, que pretende implantar uma proposta de internação compulsória para usuários de drogas. Segundo o prefeito,

[...] não é mais admissível que diferentes áreas de nossa cidade fiquem com pessoas nas ruas que não aceitam qualquer tipo de acolhimento e que mesmo abordadas em diferentes oportunidades pelas equipes da prefeitura e autoridades policiais, acabem cometendo crimes. Não podemos generalizar mas [sic] as amarras impostas às autoridades públicas para combater o caos que vemos nas ruas da cidade, demanda [sic] instrumentos efetivos para se evitar que essa rotina prossiga. (Paes, 2023)

Não se trata de novidade. Em sua primeira gestão na prefeitura do Rio de Janeiro (2009-2012), ele também implementou uma política de internação compulsória, aproveitando o pânico social e moral criado sobre a suposta epidemia de *crack* – que, depois, foi desmentida por estudos científicos (Bastos, & Bertoni, 2014). Na época, após uma série de críticas e da ação do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), tal política foi suspensa. Agora, não mais *apenas* como *tragédia*, mas também como *farsa*, busca reeditar tal medida, surfando em um populismo manicomial que aumenta com a onda neofascista em nosso país e no mundo, na mesma magnitude que cresce a pobreza, a desigualdade social e as demais mazelas sociais no atual estágio de desenvolvimento capitalista – cada vez mais barbárico.

Numa evidente medida higienista, o prefeito busca imputar aos pobres, mais especificamente à população de rua a causa do “caos que vemos nas ruas da cidade”, da criminalidade, em uma tática nova-velha de acabar com a pobreza, punindo, quando não eliminando os pobres. Temos, neste caso, os *trens de doido* nas suas formas modernas (-arcaicas), sofisticadas, não só de camburão, como no caso de Genivaldo, mas das *vans de noia*, de *cracudos* a serem sequestrados e aprisionados

pela *ordem*, pelo *progresso*, pelo *bem* deles e nosso. Cabe a nós dizer o que não está dito na fala do Prefeito: trata-se uma política que não só busca higienizar a cidade e eliminar tal população de rua, deixando intactos os problemas que diz combater (como a pobreza, a criminalidade), mas fazendo isto repassando verbas públicas para um amplo e reatualizado mercado ou comércio da loucura, das drogas, sobretudo, pelo financiamento das Comunidades Terapêuticas (CTs) (Costa, 2020; 2023; Mendes, & Costa, 2022).

Tal medida não é um *raio em céu azul*, considerando que vivemos um momento de intensificação de repasses públicos a tais instituições, por governos municipais, estaduais e o federal. A internação compulsória, nesse sentido, não só esconde e mascara o seu caráter manicomial, de violência – sob a forma de cuidado, de assistência – como oculta seu caráter mercantil, privatista, lucrativo, afinal, é o Estado repassando verbas para tais instituições *cuidarem, acolherem*. Além disso, as CTs se pautam na chamada *laborterapia*, que é um termo utilizado para ocultar o que, de fato, acontece em tais instituições: trabalho escravo (Ipea-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017; CFP-Conselho Federal de Psicologia, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Ministério Público Federal, 2018; Costa, 2020; 2023; Mendes, & Costa, 2022). Temos, portanto, um cenário perfeito para quem lucra – literalmente – com tal política, na forma do repasse de verbas públicas e da acumulação proveniente do trabalho escravo, mas com roupagem de tratamento, de cura. Ora, e quem seria contra o *tratamento*, contra a *acolhimento*, como colocou o prefeito? Quem se opõe à *cura*, a um trabalho que *acolhe* e *salva*? Eis mais alguns elementos que compõem a perversidade retórica e concreta da iniciativa do prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Ademais, quem é majoritariamente, preso, segregado, manicomializado e escravizado nas CTs? Não só a população em situação de rua, mas pessoas, no geral, pobres e negras (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea, 2017; Conselho Federal de Psicologia-CFP, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Ministério

Público Federal-MPF, 2018; Costa, 2020; 2023; Mendes, & Costa, 2022). Ou melhor, pobres e negros, não necessariamente pessoas. Se somarmos outro pilar constitutivo de tais instituições, que é a religiosidade compulsória, também violenta, temos uma instituição exemplar e contemporânea do que o Brasil tem sido: uma mistura de *manicômios, prisões, igrejas e senzalas* (Mendes, & Costa, 2022). Chamemos, portanto, as coisas pelo nome: a citada política proposta é (também) racista. Ela reatualiza formas – infelizmente, tradicionais – de sequestro e escravidão da população negra em nosso país. Logo, por mais que ela seja, por si só, um insulto, o fato de ser aventada e publicizada horas depois do Dia da Consciência Negra (20 de novembro), aumenta ainda mais a sua violência. Não por acaso, tal proposta também vem à tona na trilha de outras igualmente segregatórias, encarceradoras e racistas, como a privatização de presídios em nosso país.

A partir do exposto, parafraseamos Solano Trindade:

Trem sujo da Leopoldina / correndo correndo / parece dizer / tem gente com fome / tem gente com fome / **tem gente sofrendo**
 Só nas estações / quando vai parando / lentamente começa a dizer / se tem gente com fome / dá de comer / se tem gente **sofrendo** / **oferta cuidado** /
 Mas o freio de ar / todo autoritário / manda o trem calar / Pisiuuuuuuuuu”

A partir do exemplo da proposta do prefeito da cidade do Rio de Janeiro – e que não é só dele, é bom ressaltar –, temos um trem que, ao avistar a gente com fome e sofrendo, em vez de dar de comer ou ofertar cuidado, sequestra, manda prender, escraviza, em suma, violenta – chamando isso de cuidado, de acolhimento, de assistência. Como sabemos, na realidade brasileira, o trem apita, fundamentalmente, na forma do *pisiu* em determinados territórios; ele cala determinados roncos de barriga que, apesar de incolores, são oriundos fundamentalmente de corpos negros, indígenas, não-brancos. Ora, como rogou Fanon (2008, p. 191), “[ô] meu

corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!”, o(s) corpo(s) fazem de determinados indivíduos seres que questionam. Logo, que tal o trem apitar num volume tão alto que os silencia (corpo e indivíduo) e silencia todo o resto? Ou, mesmo, depositar tais corpos nestes *trens*, tornando-os (ainda mais) sujos e tirá-los de vista, quando não passar por cima deles, assim como moedores de carne? Corpos, que dizem de indivíduos, mormente periféricos e – não à toa – negros, não-brancos no geral, explicitando a permanência e a (re)atualização das estruturas e fundamentos coloniais, racistas – como muito bem nos ensina a artista plástica Rosana Paulino –, nos marcos do capitalismo dependente brasileiro, que redundam nos antagonismos de classe, raça (e gênero); uma divisão socioespacial, geográfica e territorial, que se plasma à divisão social, racial e sexual do trabalho. Melhor dizendo, uma divisão social antagônica, cujas determinações de classe, raça, gênero se expressam também territorialmente, espacialmente. A expressão fenomênica nos territórios diz, antes de tudo, dos próprios antagonismos de nossa formação social particular nos marcos da totalidade do modo de produção capitalista. O “território”, nesse caso, aparece como a síntese das múltiplas determinações existentes ou, melhor dizendo, onde elas se materializam de maneira aparente. E ser aparente não quer dizer que seja apreendida como tal, que sua compreensão seja automática, dada, vide o próprio caráter mistificador de nossa realidade, cujos antagonismos, na totalidade, tendem a se expressar, dialeticamente, também como democracia – social, racial, de gênero etc. Pelo contrário, o que temos visto é a *negação do território* no campo da saúde mental, álcool e outras drogas, a despeito do próprio território, de tudo aquilo que ele expressa, vocaliza (nas/pelas pessoas).

A negação da negação do, no e pelo território na saúde mental

Ora, mas o que estamos chamando de território? E por que território? Recorrendo a incontornáveis nomes da Geografia Crítica, como Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza e Maria Laura Silveira (1998):

Nos dias da globalização, um esforço de repensar o território. Por quê? Qual o valor desse debate? Em face das premissas que afirmam a imaterialidade como dado fundamental da fluidez de nosso tempo, a fragmentação como única nova realidade do território, a redução do espaço ao tempo – recusando assim a compreensão do espaço como empiricização do tempo e recriando uma dualidade que, por vezes, acreditávamos ultrapassada –, impõe-se a necessidade de abordar esse objeto de nossa preocupação.

No processo de transnacionalização, *o território retorna como uma revanche*, mas exprimindo o conflito entre o global e o local e, por isso, possibilita reconhecer novos recortes” (Santos, Souza, & Silveira, 1998, p. 11, grifos nossos).

Argumentaremos que a *negação do território é negada no e pelo próprio território*; ela *retorna como revanche*. O território revida, e tem revidado bastante na saúde mental, álcool e outras drogas. E quanto mais desconsiderado, negado, mais ele revida e revidará. Até porque:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise” (Santos, 2011, p. 14)

Em diálogo com Milton Santos, a nosso ver, território usado é uma categoria não apenas de análise, teórica: é *prática*. Dialeticamente, é *práxis*, e é, justamente, porque é *usado*. E tal uso deve ser desenvolvido e

potencializado na/pela *práxis* assistencial, psicossocial no campo da saúde mental, álcool e outras drogas. Ao mesmo tempo, é constitutivo dela e seu horizonte, objetivo; é princípio e horizonte; processo e resultado.

Assim, resgatando aquilo que tem sido perdido no campo da saúde mental, álcool e outras drogas, a saber, a importância de Milton Santos, da geografia crítica e sua noção de *território usado*, a saber, *chão* mais *identidade*, nesta seção analisamos como a lógica asilar-manicomial – que se materializa na instituição manicômio, mas não se reduz a ela – é a *negação do território* (usado). E esta negação se dá porque o manicômio (enquanto lógica) nega tanto o chão quanto à identidade.

Quanto ao primeiro, a lógica asilar-manicomial restringe, tolhe, o próprio chão por meio de muros (físicos e simbólicos), quando não o nega por completo. Ademais, conforme Passos (2018, p. 19) os manicômios em nosso país “são um grande reflexo dos navios negreiros, lugar esse que muitos morreram no anonimato, sem dignidade e impedidos de manifestarem sua existência”. Os manicômios enquanto reatualizações históricas das *senzalas* em nossa formação social, o que nos indica que negar o território não significa negar aquilo que nele/por ele se expressa, o que ele sintetiza e manifesta: nossos antagonismos e contradições de classe, raça, gênero etc. Pelo contrário, a negação do território serve, justamente, para recrudescer tais antagonismos de seus efeitos perversos, desumanizadores. Vejamos, como exemplo, dois relatos de um documento resultante de vistoria em um hospital psiquiátrico:

Ali já foi apresentada a imagem manicomial clássica: a contenção mecânica de três mulheres negras, que dormiam em macas, duas delas contidas pelos pulsos e pernas. A contenção da terceira era exclusivamente medicamentosa, o que pôde ser identificado por sua fala pastosa, com o relato doloroso de alguém que foi à instituição buscar uma receita médica e acabou sendo internada.

As falas das mulheres negras encontradas amarradas demonstram uma parcela da histórica exclusão e abuso de poder sobre o corpo negro da mulher, que perpassa desde a imagem do uso da máscara de flandres⁵ até às internações indiscriminadas de mulheres que, em sua maioria também negras, eram enclausuradas nos espaços manicomiais com justificativas diversas, sendo uma das mais comuns o comportamento considerado inadequado socialmente. Essa conduta do poder médico-psiquiátrico depositou, em alguns casos por toda uma vida, incontáveis mulheres negras em locais como o Hospital Colônia de Barbacena/MG - não por acaso também chamado de colônia (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, 2018, p. 11).

Tais trechos são de uma vistoria do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT, 2018, p. 11) em um hospital psiquiátrico (manicômio) do Distrito Federal, o Hospital São Vicente de Paulo (HSVP), que fica em Taguatinga (cidade “satélite” de Brasília), e que não só é manicômio, mas também é público e ilegal³. Além disso, como é possível de se observar no ano da referência (2018), estes relatos dizem da permanência da lógica asilar-manicomial em nossa sociabilidade; que não se trata de um passado longínquo, que ficou para trás, mas é algo do presente; é o presente. Logo, o Hospital Colônia, de Barbacena/MG, vive em Taguatinga/DF, assim como no Rio de Janeiro, em São Paulo, em João Pessoa etc. *Trem sujo de Taguatinga... Pisiuuuuuuuuuu.*

3 De acordo com a Lei 975, de 12 de dezembro de 1995, “§ 2º Os leitos psiquiátricos em hospitais e clínicas especializados [no DF] deverão ser extintos num prazo de 4 (quatro) anos a contar da publicação desta Lei”. Além disso, “Art. 4º Ficam proibidas, no Distrito Federal, a concessão de autorização para a construção ou funcionamento de novos hospitais e clínicas psiquiátricas especializados e a ampliação da contratação de leitos hospitalares nos já existentes, por parte da Secretaria de Saúde do Distrito Federal”. Ou seja, a existência do HSVP desde 12 de dezembro de 1999 é ilegal.

Podemos expandir e desenvolver tais exemplos para as novas(-velhas) formas destas instituições, como as CTs, que, apesar do nome – que expropriam e descaracterizam de críticas às instituições manicomiais e propostas de reforma assistencial desenvolvidas na Europa, a partir de meados do século XX – nada têm de *comunidades*, muito menos são *terapêuticas*: “Aquele lugar é pior que uma prisão, parecia que eu estava em uma senzala. Rezei por muitos dias, porque achei que ia morrer lá dentro”, contou um ex-interno de uma CT ilegal, autodenominada ‘Clínica de Reabilitação’ situada em Luziânia -GO, próximo a Brasília -DF (Valois, 2023). Tais instituições são bastante representativas, pois são o exemplo mais pronunciado e bem-acabado das quatro principais instituições em nossa formação social; uma amálgama *manicômio, prisão, igreja e senzala*, tal como vimos denunciando (Mendes, & Costa, 2022). E tal caráter se deve, entre vários motivos, justamente, pela negação territorial, do tal *chão*, sendo instituições não só *totais*, restritoras de liberdade, como também segregatórias, frequentemente em espaços longínquos, afastados dos espaços urbanos e/ou de maior transitoriedade. Nesse sentido, já podemos concluir como a lógica asilar-manicomial é a negação do território. Temos, pois, não apenas os *condenados da terra*, como nos advertiu Fanon (2015) – lembrando que território vem de terra –, mas os *condenados sem terra*.

Em segundo lugar, porque a identificação se dá, fundamentalmente, pela via da negação, do assujeitamento, da despersonalização (Fanon, 2015). Não há, pois, exercício da vida, ao menos uma vida vivida, humanizada. O que há é uma vida mortificada, desumanizada; mais, há, em larga escala, o exercício da morte. Produzir morte é simples. Precisa-se “apenas” de um dispositivo, de uma instituição fatalizante, como o manicômio, que, para isso, necessita negar o *chão* e a *identidade* peço aprisionamento, pela segregação. A grande complexidade não está na produção da morte, mas da vida, e no fortalecimento dela, o que, por sua vez, requer toda uma rede substitutiva à lógica asilar-manicomial fatalizadora, de uma série de iniciativas que deem vazão ao *território*

usado, que o *usem* (ainda mais), fortalecendo-o e potencializando o seu uso, criando novos usos, alargando e produzindo ainda mais *chãos* e *identidades*; *chãos* e *identidades* não só mais *humanos* (quantitativamente), mas mais *humanizados* (qualitativamente).

Não à toa, o manicômio é – também – gentrificador, ou seja, segrega socioespacialmente a população nele encarcerada, que é majoritariamente negra e pobre. São instituições em lugares ermos, afastadas não só dos perímetros urbanos como do convívio social, negando qualquer possibilidade de que seja realmente algo próximo de *comunidade* ou *comunitário*. Concretamente, isso se dá como forma de invisibilizar o que se faz nessas instituições, ou seja, invisibilizar a sua violência, invisibilizar a si próprio e, nisso, invisibilizar (ainda mais) os indivíduos que neles são depositados e violentados. Assim, ele reproduz e intensifica a lógica de gentrificação dos centros urbanos, em que há um processo de transformação, via encarecimento dos custos de vida, especulação imobiliária, quando não a expulsão propriamente dita, de boa parte da população pobre (e negra) para regiões com condições de habitação e subsistência mais precárias, num processo de precarização e periferização da vida. Tudo isso expressa como o racismo se dá também socioespacialmente, no que vem sendo debatido a partir da noção de *racismo ambiental*, tanto que boa parte dos chamados *desastres naturais* afetam prioritariamente e de maneira mais intensa tais indivíduos e contextos, explicitando que não se trata de natural, por mais que possam estar atrelados a fenômenos naturais. Mesmo os fenômenos naturais têm se acentuado em decorrência do desenvolvimento do capital cada vez mais barbárico e destrutivo da natureza e do meio ambiente.

Em consonância com Clóvis Moura (2021), na análise de nossa formação social capitalista dependente, a partir da colonização e do escravismo, foram sendo forjados uma série *mecanismos de barragem* ao negro. Por exemplo, com a independência formal de Portugal se deu conservando a escravidão, assim como a Abolição – também no plano formal – da escravidão foi feita conservando o latifúndio

e empurrando toda a massa de ex-escravizados ao desemprego, tolhendo-os de oportunidades para que, de fato, se fizessem livres e, mais, se reproduzissem, sobreviverem. Isso vai se dando concretamente, objetiva e subjetivamente no decorrer de nossa formação social, com tais mecanismos de barragem sendo econômicos, políticos, ideológicos, culturais e, fundamentalmente, humanos. Ao negro, é *permitido* ser humano, mas *não tão humano*; não é possibilitado o universal, afinal o universal é branco, é o branco. Como apontou Fanon (2008, p. 26), “o negro não é um homem”, “o negro é um homem negro”, habitando “uma zona de não-ser”. Ou melhor, o negro é negro.

A nosso ver, os manicômios compreendem uma dessas estratégias ou mecanismos barragem ao negro em nosso país, que vem sendo sofisticada em suas novas(-velhas) formas como as ditas CTs. Não à toa, sua *população* em muito se assemelha a dos presídios, das unidades do socioeducativo – sobretudo as de meio fechado (de internação) –, assim como às das senzalas *de outrora*. Podemos fazer outro exercício imaginativo de identificar e vocalizar as imagens que vêm à nossa mente quando pensamos no signo *louco* e elas serão permeadas de tons *pardos*, *pretos*, ou seja, negros. *O negro de bom escravo a mau cidadão*, como argumentou Moura (2021), como inimigo interno permanente a ser preso, violentado e fatalizado (física e simbolicamente) se fundiu e se funde, portanto, ao louco, em um processo de dupla negação, de dupla alienação. Não é apenas negro e louco, mas o negro como sinônimo de louco, de traficante (bandido, no geral), grosso modo, de perigoso. Ou seja, negro é o louco, o louco é negro. Como extensão dessa barragem simbólica, ideológica, isto é, subjetiva, devem ser criadas e/ou fortalecidas ainda mais mecanismos de barragem, agora físicos, objetivos, como o manicômio. Em nosso caso, barragens também territoriais.

Considerando a amálgama *classe* e *raça* (e *gênero*) não é de se espantar que o perfil mais prevalente dos serviços de saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) seja de pessoas negras e pauperizadas. Isso não é uma reprodução ideológica do *negro louco*,

como se expressa na e pela lógica asilar-manicomial. É uma constatação de como a loucura e o sofrimento psíquico não se produzem num vazio histórico, num vácuo social, sendo sintoma da sociabilidade nos quais se fazem loucura e sofrimento psíquico. Ora, as condições e constituições concretas dos indivíduos assistidos em tais serviços, inclusive e sobretudo na forma do sofrimento psíquico, são denúncias das contradições de classe e raça, do racismo e do classicismo de nossa sociedade e, de maneira ainda mais insidiosa, de nosso país.

E reafirmar isso implica, aliás, em questionar a própria negação da condição da pessoa negra enquanto tal e do racismo (e, portanto, do território) na produção de vida e, nisso, de saúde mental. Silva, Barros, Azevedo, Batista e Policarpo (2017), em revisão da literatura sobre o perfil de usuário de Caps, mesmo com a evidente prevalência de pessoas negras em tais serviços, constataram que o registro e a consideração

de “raça/cor para caracterizar usuários dos serviços de Caps ainda é reduzido, mesmo que seja importante marcador de cunho social – isso vai ao encontro da maneira como as desigualdades raciais no Brasil são tratadas pela sociedade: como inexistentes, o que reforça as iniquidades” (p. 100).

Ou seja, se nega o próprio processo de produção do sofrimento psíquico, tendo o racismo como uma de suas determinações, bem como dos próprios indivíduos a serem assistidos. Nega-se a concretude de tal sofrimento psíquico e de tais indivíduos.

Logo, podemos hipotetizar que a assistência, hegemonicamente, mesmo em serviços que se supõem substitutivos aos manicômios, se dá para seres abstratos, afinal, não têm raça; isto é, são despossuídos duplamente, pelas próprias condições insuficientes, negadoras e violentas para se (re) produzirem e despossuídos daquilo que os constitui, que é deles, sobre como eles se produzem (e são produzidos) na hora de serem assistidos. A perversidade mistificatória do racismo é estar presente e determinar

a produção do sofrimento psíquico e se fazer ausente na hora de se pensar meios de assistência e de cuidado; ou seja, enquanto a produção de vida e, nela, do sofrimento psíquico é racializada, essa racialização supostamente desaparece, na forma de indivíduos e sofrimento psíquico desracializados. A questão é que não são; não há cuidado desracializado, pois não há indivíduos desracializados – estes serão quando superarmos o racismo. O que temos é um cuidado abstrato, genérico, reproduzindo e sendo a universalização do particular, no caso, o branco, a branquitude. O mesmo pode ser dito quanto ao território e sua presença-ausência nas políticas e processos assistenciais na saúde mental. Eis uma das principais lacunas da Reforma Psiquiátrica brasileira: *ser concretamente brasileira*, em termos de apreender e abarcar as particularidades daquilo que nos constitui, da formação social brasileira, como, por exemplo, como o racismo determina nossa sociabilidade não apenas capitalista, mas particularmente periférica, dependente, de gênese e desenvolvimento colonial e que se reatualiza, sofisticada neste processo.

A nosso ver, isso também é uma negação do território, como ele se materializa nos indivíduos, a partir das múltiplas determinações e mediações sociais, bem como ele é usado. E isso tem se intensificado no campo da saúde mental, álcool e outras drogas, com o processo cada vez maior de *ambulatorização* do cuidado, em que dispositivos, em tese, pautados numa lógica territorial-comunitária, psicossocial, têm sido transformados em meros ambulatórios. Ou melhor, não conseguimos romper com a hegemonia ambulatorial, mesmo nos serviços substitutivos de caráter territorial-comunitário, psicossociais, como os próprios Caps (Costa, Mota, Paiva, & Ronzani, 2015). Nos marcos da Contrarreforma Psiquiátrica, circunscrita ao processo de desmonte das políticas sociais, tal ambulatorização vem crescendo ainda mais, atrelada a processos de ganho de força do cuidado hospitalar, bem como da remanicomialização, medicalização da vida etc. (Oka, & Costa, 2022).

Em suma, não só se trata de indivíduos e seus respectivos sofrimentos psíquicos *desracializados*, como também *desterritorializados*.

Temos avançado cada vez mais, para um *cuidado sem sujeitos*, ao menos os sujeitos concretos com os quais supostamente se deve construir processos assistenciais, e que possuem classe, raça, se fazem no território (e o utilizam). Dessa forma, negação e negação do território se plasmam, demonstrando as múltiplas facetas do racismo e dos mecanismos de barragem ao negro – e pessoas não brancas em geral – em nosso país e na saúde mental, álcool e outras drogas.

Contudo, essa negação é denunciada e negada no próprio território e por ele. Ainda em diálogo com Clóvis Moura (2021), na sua análise das *rebeliões da senzala* e do *protesto negro* em nosso país, do caráter humanizador e dinamizador do negro em nossa formação social, apesar da espoliação e da negação objetiva e subjetiva, o negro se (re) afirmou e (re)afirma humano por meio de sua existência e de sua *práxis* histórica e radical. Este *torna-se negro* na e pela sua ação, dialeticamente, *negando a sua negação*.

Na análise de Moura (2021), por mais que a resistência à colonização, ao escravismo e a dominação tenha se dado de maneira bastante diversa, os quilombos eram a “unidade básica de resistência” do escravizado (p. 25). A *quilombagem* seria a síntese, a unidade (na diversidade) de processos de rebeldia, tendo no quilombo seu centro organizacional, mas indo além dele, se aliando a outras formas de rebeldia, incorporando-as por vezes, numa síntese dialética permanente. Ela agregava revolta organizada e tentativa de tomada do poder político, insurreições armadas e fuga das senzalas (com organização nos próprios quilombos), numa perspectiva de auto-organização e autodeterminação dos escravizados (Moura, 2021).

Assim, o sistema colonial-escravista, fundamentado na negação, teve nas rebeliões da senzala, nos quilombos a sua negação (*a negação da negação*) política, econômica, cultural, em suma, humana. Por isso, foram inúmeras e constantes as tentativas de destruição dos quilombos, sendo este o *modus operandi normal* em uma sociabilidade na qual o escravismo era o normal. Os quilombos e a quilombagem como movimentos antitéticos à colonização e ao escravismo, ao mesmo

tempo, denunciavam como o sistema colonial e o escravismo enquanto negação e espoliação de muitos para a afirmação de poucos. Numa relação dialética, o Brasil “branco e capitalista” (Moura, 2019, p. 109) enquanto afirmação, os quilombos e a quilombagem como negação. O Brasil colonial, ao tornar o(a) negro(a) coisa, teve a resposta do(a) próprio(a) na forma de sua negação humana e humanizante.

Essa *práxis radical*, radicalmente humana, foi radicalmente territorializada. Sua humanidade radical estava atrelada à sua radicalidade territorial. Primeiro, por imposição; enquanto necessidade auto-organizativa a partir das fugas e rebeliões. Em segundo lugar por identificação, pela auto-organização decorrente, seus princípios, processo e horizonte de autodeterminação. Chão e identidade, mais uma vez. Dessa forma, os quilombos enquanto território usado por excelência.

O resgate desses exemplos históricos não quer dizer um retorno ao passado e uma hospedagem nele. Muito menos significa reproduzir o passado no presente, num imobilismo a-histórico. Contudo, ele nos lega o aprendizado e a premência do território, da territorialização como cuidado, que é social, pois o indivíduo se faz nas relações sociais. O território (usado) como constitutivo da *práxis* em saúde mental, como a *práxis* em saúde mental implica a negação da negação (do racismo, do classicismo, da lógica asilar-manicomial). Ora, há, pois, não só uma convergência, como um horizonte comum: a *negação da negação*. Ademais, tais exemplos concretos nos ensinam a necessidade de que a negação da negação se faça luta, na luta, e uma luta conjunta, coletiva, contra toda forma de asilamento, de aprisionamento: a Luta Antimanicomial deve ser uma luta antiprisional; a Luta Antimanicomial como luta antirracista, anticapitalista e contra quaisquer formas de exploração e opressão.

Da mesma forma, a *negação da negação* no campo da saúde mental, álcool e outras drogas será *territorializada* ou não será. Na verdade, a negação do território pelas políticas, pelo Estado já vem sendo denunciada. Em face da negação do território pela *práxis* em saúde mental, o território revida. Eis a revanche do território. Quando não usado, é ele

quem usa. E, novamente, o território aqui como síntese das múltiplas determinações sociais, de como elas se materializam socioespacialmente – e subjetivamente, no sentido da identificação das pessoas com ele. *Decifra-me ou te devoro*. Por exemplo, à gentrificação, precarização e pauperização cada vez maiores em nossos centros urbanos, temos o protesto da população de rua cada vez mais crescente na ocupação daquilo que é deles, que é formalmente público, na apropriação daquilo que lhes é expropriado. O gentrificado e marginalizado passa a demandar e ocupa o centro. O centro também é dele. O despossuído passa a possuir – nas formas possíveis, as que encontra pela frente. “O lixo vai falar, e numa boa”⁴, como apontou Lélia Gonzalez (2020, p. 78). E tem falado, de diversas formas, para além da oralidade – só que não tem sido escutado. Todos os dias, milhares de pessoas reproduzem e atualizam o poema de Solano Trindade: *tem gente com fome, tem gente sofrendo*. Essa gente tem pedido oralmente, tem clamado com suas próprias existências. Se a essa gente não se dá de comer, ela come (ou morre). Se a essa gente não se oferta assistência, ela procura meios, que, no entanto, também não atendem às suas necessidades – quando não as pioram. Como já havia constatado Friedrich Engels (2010)

[a] miséria só permite ao operário escolher entre deixar-se morrer lentamente de fome, suicidar-se ou obter aquilo de que necessita onde encontrar – em outras palavras, roubar. Não espanta o fato de a maioria preferir o furto ao suicídio ou à morte por fome (p. 155).

-
- 4 Para evitar ruídos, não estamos aqui dizendo que a população em situação de rua, majoritariamente negra, é um lixo, mas, a partir de Gonzalez (2020), criticando o racismo em nosso país que coloca o negro metafórica e objetivamente “na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica da dominação” (p. 77). A inversão ontológica operada por González (também feita com *ladino*), na qual o objeto se apresenta como o sujeito (que é), nos permite também questionar: ora, quem não se incomoda com a *produção do lixo*, não pode se incomodar com a *fala do lixo, quando o lixo fala*. O que é ou quem é o lixo nessa sociabilidade?

Ainda no exemplo da população em situação de rua - majoritariamente negra, cabe frisar -, as chamadas cenas de uso ou mesmo de habitação e de produção de vida, cujo caso mais conhecido é o da chamada *cracolândia*, explicitam, novamente, a necessidade de territorialização e de que os processos de cuidado se pautem na/pela construção ou fortalecimento de vínculos, de laços. Se se analisa cuidadosamente tais realidades, indo além do preconceito e das mistificações, o que vemos é uma ocupação do território feita de maneira coletiva e a explicitação de uma produção de vida que se faz em conjunto, na e pela socialização com os outros – inclusive o consumo de drogas –, até mesmo para a sobrevivência. Nas suas próprias afirmações, tais indivíduos e suas produções de vida – que não se reduzem ao consumo de drogas – eivadas de negações e de precariedade, se negam, apontando caminhos e saídas, mesmo que incompletos, às políticas, aos serviços e à práxis assistencial: mais e melhor moradia, alimentação, trabalho, socialização... territorializados. A própria ideia de uma *cracolândia* já é a desconsideração e a negação do território usado, de tudo que se faz ali, do *chão* mais a *identidade*.

Não fazemos aqui uma apologética de tais condições de vida e dos caminhos encontrados pelos indivíduos que estão nelas. Pelo contrário, quem defende uma sociedade que coloca as pessoas em tais situações é quem, mesmo sem saber, apologiza as tentativas de se gerenciar ou de se sair delas; quem não busca ir em suas causas, sequestrando e aprisionando tais pessoas em manicômios é quem acaba por naturalizar e apologizar, ao necessitar de tais condições e de pessoas em tais condições para fazer valer seu projeto de sociedade. Como explicitou Fanon (1980) em sua carta de demissão do hospital psiquiátrico de Blida, na Argélia, onde atuou como diretor e psiquiatra: “Uma sociedade que encurrala os seus membros em soluções desesperadas é uma sociedade inviável, uma sociedade a substituir” (p. 59).

Se a gentrificação avança, periferezando cada vez mais os indivíduos da classe trabalhadora, os problemas que até então ficavam nas margens,

passam a visitar os centros. Da mesma forma, a periferia rebate dizendo: agora, eu sou o centro. Há, pois, a necessidade de se repensar a rede substitutiva quanto a essas mazelas que se plasam, dizendo do seu caráter e determinação social, de modo a abarcar tanto a periferação do centro, quanto a se periferearem, com os dispositivos cada vez mais presentes nos territórios e não concentrados nos centros urbanos. Se no contexto da saúde mental, a ambulatorização avança, em face do cuidado psicossocial, territorializado, o próprio território contra-ataca na forma de impor inúmeras lacunas à lógica ambulatorial, ao passo que se avoluma ainda mais o número de consultas, medicações e, nisso, suas lacunas, num ciclo vicioso. Cabe retomar e fortalecer, então, o caráter de rede para um cuidado integral e territorializado, rompendo com a especialização e centralização em determinados serviços, como os Caps (numa perspectiva de *capsalização*), e indo além do próprio campo da saúde mental, num trabalho intersectorial.

Assim, a *revanche do território* se dá de inúmeras formas, nos e pelos indivíduos. Por exemplo, na e pela *fuga* das instituições asilares-manicomiais – sendo que se tem fuga não é tratamento –, pela dita *não-aderência* a determinados projetos terapêuticos singulares (ou à falta deles) ou a *não melhora* no processo assistencial, dentre outras possibilidades recorrentes. E dizemos isso tomando todo o cuidado para não incorrer em generalizações indevidas, como se todos os casos que pudessem ser lidos e enquadrados nos exemplos acima fossem decorrentes da falta de territorialização. Em vez de imputar a culpabilidade a usuários, profissionais, devemos ter a sensibilidade de apreender o que está sendo dito, mesmo no não dito, o que está subjacente, por vezes, à demanda, na forma de *necessidade*. Veremos que muitas delas estarão atreladas à não territorialização ou à insuficiente territorialização dos processos assistenciais, dificultando a contextualização e a singularização do cuidado.

Mais uma vez Passos (2021), agora ao tratar da negação da maternidade das mulheres negras, majoritariamente pauperizadas, acerta

ao apontar como o sofrimento dessas mulheres não só decorre dessa condição concreta de vida, como a denúncia. Isso nos remete à concepção de alienação mental em Fanon a partir de uma dialética de sintoma (social) e denúncia/protesto: uma patologia da liberdade (Fanon, & Geronimi, 2020), não porque liberta alguém, mas porque denuncia aquilo que está sendo tolhido, espoliado. Como explicitamos anteriormente:

Entendidas dessa forma, a loucura, a alienação mental, não são coisas em si, mas, antes de tudo, sintomas de uma sociedade, sinalizações de uma condição de existência; são, pois, denúncias: *Aqui jaz um humano desumanizado, um não-humano!* Contudo, não apenas se trata de uma constatação, mas de uma contestação: *Este ser, feito coisa, deseja tornar-se um humano*; mais, não apenas deseja, como age nessa direção – *ora, se não fosse assim, ele não sofreria*. A dialética *fanoniana* nos diz que a “submissão, por vezes profunda [...] não pode ser confundida com a aceitação desse poder” (Fanon, & Lacaton, 2020/1955, p. 240), mesmo que expressa por vias de resignação (Costa, & Mendes, 2021)

Cabe, pois, que tal protesto se dê de maneira consciente e organizada coletivamente enquanto *práxis* conscientemente política e politizada, orientada à superação de suas reais causas – e quiçá efetue um salto qualitativo de uma consciência política a uma consciência revolucionária (Farias, 2019). Até mesmo, pois o sofrimento psíquico, justamente por sua condição alienada, alienante, atenta contra o próprio indivíduo que protesta; se volta contra o ser que se sofre, como se fosse mais uma camada de alienação ou grilhão alienante (Costa, & Mendes, 2021). Ou seja, a *revanche do território* pode – e deve – se dar coletiva e conscientemente, de modo a não ser mais revanche, por não ser mais reativo a algo: no caso, a negação prévia do território nas políticas, serviços e processos de cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas. Por sua vez, esse movimento coletivo, consciente se

atrela à *práxis* assistencial territorializada, conscientemente política e politizada, de caráter classista (antagônico ao classicismo capitalista), racializada, gendrada, de trabalhadores da saúde mental, cujas condições de trabalho e de vida também têm sido precarizadas, deterioradas.

Dessa forma, a *negação da negação* no campo da saúde mental, álcool e outras drogas não é só *do* território, mas passa por ele, é também *no* e *pelo* território, pela sua territorialização. Sua negação concreta precisa ser realizada, concretizada; e *tem sido*, de modo que ela não se dê apenas ou centralmente pela via do sofrimento psíquico, ou mesmo que se manifeste por ele, que seja minimizado e canalizado para outras formas de denúncia e de protesto – coletivas, conscientes e que não se voltem contra quem protesta, alienando-o ainda mais. No que se refere à *fala* e à *práxis* conscientes, Emiliano David Camargo (David, 2022), evidencia que “a memória viva dos quilombos como simbologia da diáspora negra é comunicada em/para nós brasileiros como ideia-força psicossocial” (p. 183). Nesse sentido, David e Vicentin (2020) postulam o *aquilombamento* da Reforma Psiquiátrica brasileira como uma exigência antimanicomial, isto é, a produção de “um *ethos* compromissado com o aquilombamento” (p. 272) como constitutivo da *práxis* em saúde mental, álcool e outras drogas⁵.

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, diz o provérbio africano. No entanto, acreditamos (e cada vez mais) que o cuidado em saúde mental não só de uma criança, mas de qualquer indivíduo, pode se dar apenas com um ou outro profissional e/ou medicação. A ideia, portanto, de aquilombamento na saúde mental

5 Os autores se baseiam no incontornável Abdias do Nascimento e sua proposta de *quilombismo*. Não é nosso intuito apontar as convergências e divergências entre o *quilombismo* de Nascimento e a *quilombagem* de Moura, até porque se trata de dois intelectuais, militantes e de duas propostas que, a despeito do que diferem, foram e são fundamentais. Para uma análise *comparativa* entre elas, recomendamos outro intelectual incontornável – e contemporâneo: Marcio Farias e o seu livro *Clóvis Moura e o Brasil* (2019).

não só resgata e reatualiza o que tivemos de mais potente em termos de produção humana e humanizadora em um contexto de profunda desumanização, como também apresenta (e se apresenta) como resposta coletiva, territorializada, aquilo que é coletivo, territorializado: a produção humana, de vida e, nisso, de saúde mental.

Recitando outro poema de Solano Trindade (2008), *Navio Negroiro*:

Lá vem o navio negroiro / Lá vem ele sobre o mar / Lá vem o navio negroiro / Vamos minha gente olhar...

Lá vem o navio negroiro / Por água brasileira / Lá vem o navio negroiro / Trazendo carga humana...

Lá vem o navio negroiro / Cheio de melancolia / Lá vem o navio negroiro / Cheinho de poesia...

Lá vem o navio negroiro / Com carga de resistência / Lá vem o navio negroiro / Cheinho de inteligência... (Trindade, 2011b, p. 152)

Da melancolia à poesia. De carga humana a carga de resistência; cheinho de inteligência e outras inúmeras qualidades, que se apresentam enquanto mediações de trabalho, a serem ainda mais desenvolvidas. Podemos dizer o mesmo das instituições manicomiais em nosso país. E quanto ao debruçar sobre essa resistência e essa inteligência, à utilização delas e ao seu desenvolvimento, é fundamental que isso se dê em instituições não manicomiais. Como vimos, não é possível uma *práxis* territorializada no e pelo manicômio. Inclusive, quanto mais avança o manicômio, como lógica, negando o território, mais se tira espaço e possibilidades criativas para a *práxis* assistencial na saúde mental; mais se enclausura também o próprio profissional.

Assim, é fundamental fortalecer a Luta Antimanicomial, bem como defender e avançar as conquistas históricas no âmbito da Reforma Psiquiátrica, sem, no entanto, fechar os olhos para as suas contradições e limitações que, inclusive, se expressam no presente momento de Contrarreforma Psiquiátrica ainda mais recrudescidas e avolumadas.

Obviamente, isso passa pela defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e, nele, de uma Rede de Atenção Psicossocial (Raps) realmente substitutiva, do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e de outras políticas sociais. Por exemplo, se a pessoa precisa se deslocar de sua casa, pegando sabe-se lá quantas conduções, para ser assistida em um Caps, o caráter territorial do processo do cuidado já foi obstaculizado – se não impedido. Como já foi dito, uma *práxis* territorial na saúde mental envolve o desenvolvimento de uma rede – intersetorial – que a possibilite ser territorializada. Uma das lacunas da própria Raps, então, é o fato de ela estar circunscrita ao SUS apenas. Por mais que na realidade concreta o trabalho se dê em parceria com o SUAS e outras políticas sociais, já há uma série de obstáculos normativos e orientadores, a partir do momento que essa articulação intersetorial se dá a despeito do *papel, das políticas* (Costa, Ronzani, & Colugnati, 2017).

No entanto, a *práxis* territorializada pode e deve ir além das políticas e da própria institucionalidade estatal – em alguns casos, deve se opor a ela, se nutrindo justamente do território, que não é sinônimo de Estado, e da produção de vida, das lutas, da solidariedade que das suas raízes nascem e arvoram. Sem desresponsabilizar o Estado, caindo no erro de reproduzir lógicas individualizantes e *darwinistas sociais* do *cada um por si*, precisamos resgatar para fortalecer ou mesmo (re)criar perspectivas e experiências autogestionárias, de auto-organização, de base e sentido comunitários, expressando um horizonte de autodeterminação da classe trabalhadora acerca da sua própria saúde mental, tanto como ela é entendida quanto é abordada e cuidada. E, novamente, não faltam iniciativas como essas em nossa história e, inclusive, no presente, não havendo necessidade de incorrerem em *invenções de roda* permanentes. Lembremos da experiência dos *Panteras Negras* que, a despeito ter acontecido em outro país, também tem muito a nos ensinar, e converge com o horizonte ético-político do aquilombamento: “por um lado, uma demanda por um sistema universal de saúde fornecido pelo governo, e, por outro, uma política de autodeterminação” (Zine Editorial, 2022, p. 21).

Atrelando o histórico de aquilombamento com o das lutas no próprio campo da saúde do(a) trabalhador(a) brasileiro(a) nos anos de 1970, lembremos também de uma de suas palavras de ordem: *não delegar!* Devemos lutar pela real democratização da saúde que implica na real democratização sobre a produção de vida. Neste processo, é fundamental a recuperação, criação ou fortalecimento do protagonismo de usuários(as), familiares e trabalhadores(as) do campo da saúde mental, álcool e outras drogas, a partir das necessidades destes indivíduos e suas realidades, que, por sua vez, já apresentam inúmeras possibilidades. Tudo isso numa perspectiva comunitária, de autodeterminação e independência que só será isso tudo se for territorializada.

De acordo com Martín-Baró (1996), importante psicólogo salvadorenho e que foi morto no contexto de guerra civil de El Salvador, ao discorrer sobre o papel da(o) psicóloga(o), num movimento analítico que, ao mesmo tempo, busca superar a imagem e a função social hegemônicas da psicologia e serve a outros campos do saber-fazer e categorias profissionais:

as perguntas críticas que os psicólogos devem se formular a respeito do caráter de sua atividade e, portanto, a respeito do papel que está desempenhando na sociedade, não devem centrar-se tanto no onde, nas no *a partir de quem*; não tanto em como se está realizando algo, quanto em *benefício de quem*; e, assim, não tanto sobre o tipo de atividade que se pratica (clínica, escolar, industrial, comunitária ou outra), mas sobre quais são as *conseqüências históricas concretas* que essa atividade está produzindo (p. 22).

Ora, a reflexão trazida até aqui então coaduna diretamente com a crítica proposta do autor, até porque, rememorando a máxima de Milton Santos (2011) do *território usado* como *chão* mais *identidade*, estamos justamente nos questionando sobre *quem usa* este chão, *quem se identifica* e é este chão, ao produzi-lo e se produzir nele, com ele,

sê-lo, dialeticamente. É, pois, fundamental o questionamento acerca do *a partir de quem*, do *em benefício de quem*, para, então, extrair desses *quem* o *como*, entendendo que esse *como* não é um mero conjunto de técnicas e procedimentos vazios de significados, sentidos, produzidos num vácuo histórico e social, muito menos o *onde* é mero *local*, *fisicalidade* apenas. O território é o *a partir de quem*, o *em benefício de quem* e vai além, é o *com quem* se trabalha, *com que se extrai e constrói* o próprio *como*. Tal como Marx (2007) advertiu,

o principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [Gegenstand], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [Objekt] ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente. (p. 533).

Temos, na *revanche do território*, a *denúncia*, o *protesto* de que ele não é – e, portanto, não será apreendido dessa forma – apenas objeto, passível de mera contemplação, mas é fruto da ação humana, é atividade humana sensível, *práxis*, objetivo-subjetiva; ele é a ação humana e os indivíduos que nele se fazem e que, ao usá-lo, o produzem. Cabe, pois, olharmos para este território em sua complexidade, o que ele expressa como sintoma e, dialeticamente, denuncia, até para que seja possível nos perguntarmos, de maneira contextualizada e coerentemente, quais as *consequências históricas concretas* da nossa própria atividade; quais as *consequências históricas concretas* do uso que fazemos desse território usado e do uso que esse território faz de nós.

Por fim, remetendo mais uma vez a Marx (2008), no famoso *Prefácio na Contribuição à Crítica da Economia Política*, ao apreender o movimento contraditório (dialético) do real, “a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir”

(p. 48). Em suma, a *negação da negação do, no e pelo* território não só expressa, na forma de denúncia, protesto, que ele está sendo *negado*, como se afirma na negação desta negação dizendo a nós o caminho, a saída: a territorialização, uma *práxis* territorializada. Isso não significa que ela é automática, natural ou está dada – vimos que a hegemonia avança na direção contrária da territorialização. Muito menos, tal processo se dará com manuais ou receituários embalados e prontos para toda e qualquer realidade. Contudo, ela não é só possível, mas necessária.

Considerações finais

No presente capítulo, discorremos sobre como a negação do território no campo da saúde mental, álcool e outras drogas – que não pode ser dissociada da negação do racismo de nossa sociabilidade, de nossa constituição como indivíduos e, nisso, de nossa saúde mental – se volta contra o próprio campo, na forma de insuficiências e denúncias. Eis a *revanche* ou o *retorno* do território, como já havia apregoado Milton Santos (1998) no âmbito da geografia crítica, a sua *negação da negação* nas especificidades da saúde mental. O próprio sofrimento psíquico, que apesar de incolor é expressão de indivíduos racializados (e que também possuem classe, gênero, sexualidade), é um protesto quanto a essa presença-ausência, na qual o racismo (e suas manifestações socioespaciais, territoriais) determina socialmente a produção de vida e, portanto, de saúde mental, mas *magicamente* desaparece nas políticas e nos processos de cuidado.

Como possibilidades de apreensão e potencialização dessa *revanche* do território, de modo que ela não seja mais necessária – ou se dê na forma de *revanche* –, fazemos alguns resgates históricos de movimentos de negação da negação desumanizadora em nossa formação social, como os quilombos e a quilombagem, demonstrando sua pertinência para as particularidades dos processos assistenciais em saúde mental, álcool e outras drogas. Nesse sentido, reforçamos como essa negação da

negação pode ser realizada, materializada por uma *práxis territorializada* (e, portanto, racializada, classista, gendrada), que use e potencialize o território – e, nisso, as relações e indivíduos que o produzem e nele se fazem –, não sendo apenas usada, na forma de negação, pelo território. Uma negação da negação *do, no e pelo* território.

Terminando em diálogo com Solano Trindade, e o poema que tanto nos mobilizou, que os *piiiiis* do território, ou que se dão nele, sejam ouvidos, silenciando os *pisius* dos freios de ar, todos autoritários, que mandam o trem calar. E, ao se abordar aquilo que denunciam, que tais *piiiiis* deixem de ser *sujos*, de apitar a sujeira de nossa sociabilidade, sendo cânticos de nossa liberdade.

Referências

- Barreto, L. (1993). **Diário do hospício; O cemitério dos vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.
- Barreto, L. (2010). Como o “homem” chegou. In Schwarcz, L. M. (Org.). **Contos completos de Lima Barreto**, 121-140. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bastos, F. I. P. M. & Bertoni, N. (2014). **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Conselho Federal de Psicologia –CFP, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura –MNPCT) & Ministério Público Federal –MPF (2018). **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017**. Brasília: CFP, MNPCT e MPF.
- Costa, P. H. A. (2020). Comunidades Terapêuticas nas políticas antidrogas: mercantilização e remanicomialização. **Serviço Social em Debate**, Carangola -MG, v. 3, n. 2., 22-39.
- Costa, P. H. A. (2023). Comunidades Terapêuticas no Distrito Federal: “controle” social e saqueio do fundo público. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 27, n. 1, 341–360.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2021). Frantz Fanon, saúde mental e a práxis antimanicomial. **Sociedade em Debate**, Pelotas -RS, v. 27, n. 1, 66-82.
- Costa, P. H. A., Mota, D. C. B., Paiva, F. S., & Ronzani, T. M. (2015). Desatando a trama das redes assistenciais sobre drogas: uma revisão narrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 395-406.
- Costa, P. H. A., Ronzani, T. M., & Colugnati, F. A. B. (2017). “No papel é bonito, mas na prática...” Análise sobre a rede de atenção aos usuários de drogas nas políticas e instrumentos normativos da área. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 3, 738-750.
- David, E. C. (2022). **Saúde mental e racismo: saberes e saber-fazer desnordeado na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicomial**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- David, E. C., & Vicentin, M. C. G. (2020). Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. esp., 264-277.

- Engels, F. (2010) **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo.
- Fanon, F. (1980). Carta ao Ministro Residente. In F. Fanon, **Em defesa da revolução africana**, pp. 57-60. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Fanon, F. (2008). **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA.
- Fanon, F. (2015). **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Fanon, F., & Geronimi, C. (2020). A internação diurna na psiquiatria: valor e limites (2). In F. Fanon, **Alienação e liberdade. Escritos psiquiátricos**, pp. 85-101. São Paulo: Ubu.
- Farias, M. (2019). **Clóvis Moura e o Brasil**. São Paulo: Dandara.
- Furtado, J. P., Oda, W. Y., Borysow, I. G. & Kapp, S. (2016). A concepção de território na Saúde Mental. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 9, 1- 15.
- González, L. (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In L. González. **Por um feminismo afro-latino-americano**, pp. 75-93. Rio de Janeiro: Zahar.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2017). **Nota Técnica. Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras**. Brasília: IPEA.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, 7-27.
- Marx, K. Ad Feuerbach (1845/2007). In K. Marx, & F. Engels. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**, pp. 533-535. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2008). **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular.
- Mendes, K. T. & Costa, P. H. A. (2022). No meio da pandemia tinha uma pedra? Uma análise das políticas para a população em situação de rua no contexto pandêmico brasileiro. **Encuentros Latinoamericanos**, Montevideo, v. 6, 96-117.
- Moura, C. (2019). **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo. Perspectiva.
- Moura, C. (2021). **Negro: de bom escravo a mau cidadão**. São Paulo: Dandara.

- Oka, C. P. B., & Costa, P. H. A. (2022). Os Caminhos da Contrarreforma Psiquiátrica Brasileira: Um estudo documental. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 14, n. 40, 01-29.
- Paes, Eduardo (2023, 21 de novembro). **Texto publicado no X (antigo Twitter)**. Acessado em <https://twitter.com/eduardopaes/status/1726951986531107255>.
- Passos, R. G. (2018) "Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, 10–23. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>.
- Passos, R. G. (2021). "O lixo vai falar, e numa boa!". **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, 301–309.
- Santos, M. (1998). O retorno do território. In M. Santos, M. A. Souza, & M. L. Silveira (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**, pp. 15-20. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2011). O dinheiro e o território. In M. Santos, & B. Becker (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**, pp. 13-21. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Santos, M., Souza, M. A. & Silveira, M. L. (1998). Prefácio. In M. Santos, M. A. Souza & M. L. Silveira (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**, pp. 11-14. São Paulo: Hucitec.
- Silva, N. G., Barros, S., Azevedo, F. C, Batista, L. E., & Policarpo, V. B. (2017). O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção Psicossocial. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 1, 100-114.
- Trindade, S. (2011a). Tem gente com fome. In S. Trindade, **Poemas antológicos de Solano Trindade**, pp. 58-60. São Paulo: Nova Alexandria.
- Trindade, S. (2011b). Navio Negreiro. In S. Trindade, **Poemas antológicos de Solano Trindade**, p. 152. São Paulo: Nova Alexandria.
- Valois, Yasmim (2023, 05 de maio). Humilhação, tortura e morte: vídeos chocantes mostram rotina de pacientes em clínica clandestina. **Metrópoles**, Acessado em <https://www.metropoles.com/distrito-federal/humilhacao-tortura-e-morte-videos-chocantes-mostram-rotina-de-pacientes-em-clinica-clandestina>.
- Zine Editorial (2022). Autodefesa Médica: os Panteras Negras 1966-1972. In Zine Editorial, **Autodefesa médica: Panteras Negras e Zapatistas**, pp. 13-31. Paranaíba: Editora Terra sem Amos.



A LUTA ANTIRRACISTA NA INFÂNCIA: COMPROMISSO OU OMISSÃO?

Silvia Renata Lordello

William G. G. Souza

Introdução

Iniciamos esse capítulo com a preciosidade de um fragmento do livro “Diário de Bitita”, obra autobiográfica de Carolina Maria de Jesus (1986), na qual retrata passagens de sua infância. Nesse trecho, em especial, a Carolina criança apresenta uma inquietação que precocemente a impactou e que se mostra tão presente nas infâncias brasileiras (Jesus, 1986, p. 114).

— Dona Carolina, este homem é o inspetor. A criança que não aprende a ler até o fim do ano ele espeta no garfo. No fim do ano ele vem aqui e eu vou apresentá-la a ele e pedir-lhe que dê um jeito na senhora, porque a senhora não quer estudar. Ele há de espetá-la no garfo.

Aquele desenho impressionou-me profundamente. Eu olhava o desenho, e olhava o livro. Sonhava com o desenho e gritava:

— Mamãe! Olha o inspetor! Manda o inspetor ir-se embora, que eu juro que hei de estudar. Eu vou aprender a ler. Não deixe ele espetar-me no garfo. Mamãe dizia:

— Dorme, menina! Você está delirando!

Decidi estudar com assiduidade, compreendendo que devemos até agradecer quando alguém quer nos ensinar. Compreendi que estava sendo indelicada com a dona Lonita, cansando-lhe a paciência.

O desenho permaneceu no quadro, três meses. Depois percebi que já sabia ler. Que bom! Senti um grande contentamento interior. Lia os nomes das lojas! “Casa Brasileira, de Armond Goulart.” Não é só esta loja que é uma casa brasileira. Mas as casas, as árvores, os homens que aqui nascem, tudo pertence ao Brasil. Percebi que os que sabem ler têm mais possibilidades de compreensão. Se desajustarem-se na vida, poderão reajustar-se. Li: “Farmácia Modelo.” Fui correndo para casa. Entrei como os raios solares. Mamãe assustou-se.

Interrogou-me — O que é isto? Está ficando louca?

— Oh! Mamãe! Eu já sei ler! Como é bom saber ler!

Vasculhei as gavetas procurando qualquer coisa para eu ler. A nossa casa não tinha livros. Era uma casa pobre. O livro enriquece o espírito. Uma vizinha emprestou-me um livro, o romance *Escrava Isaura*. Eu, que já estava farta de ouvir falar na nefasta escravidão, decidi que deveria ler tudo que mencionasse o que foi a escravidão. Compreendi tão bem o romance que chorei com dó da escrava. Analisei o livro. Compreendi que naquela época os escravizadores eram ignorantes, porque quem é culto não escraviza, e os que são cultos não aceitam o jugo da escravidão.

Era uma época de tête-à-tête porque uma pessoa culta prevê as consequências dos seus atos. Os brancos retirando os negros da África não previam que iam criar o racismo no mundo que é problema e dilema. Eu lia o livro, retirava a síntese. E assim foi duplicando o meu interesse pelos livros. Não mais deixei de ler. (Jesus, 1986, p. 114)

A sensibilidade da autora é inalcançável, mas podemos fazer um esforço com nossas interpretações menos talentosas para pensar como as infâncias e o desenvolvimento são impactados pelo racismo, classismo, gênero, adultocentrismo. Carolina, em sua sagacidade dos

sete anos, consegue nos transmitir um pouco do que é o nosso desafio neste capítulo para responder ou problematizar duas questões: Como fazer da luta antirracista um compromisso cidadão? Como fazer que o antirracismo chegue como reflexão e prática para uma sociedade pretensamente protetiva de suas infâncias?

Processos de desenvolvimento infantil e o enfrentamento do racismo

Nossa provocação inicial sobre como a luta antirracista na infância pode se tornar um compromisso cidadão inicia com uma questão: sobre qual infância estamos falando? Ou melhor: sobre quais infâncias? A partir de uma perspectiva desenvolvimental é preciso se afastar das definições universalistas dos manuais, que tratam crianças como se tivessem características uniformes e determinadas exclusivamente pelo critério etário. Definitivamente, essa não é a lente que gostaríamos de adotar.

Segundo Alencastro e Santos (2023), referir-se às infâncias plurais é acolher as variadas concepções históricas e atuais, lendo-as a partir dos contextos sociais e abraçando a multiplicidade cultural que as envolve. As autoras propõem que ao adotarmos esse conceito, nos desprendamos da visão etnocêntrica, ocidental, branca e capitalista de infância e que tensionemos o que se tem difundido de forma hegemônica.

Ao falar de desenvolvimento infantil assumindo uma perspectiva contextualista e ecológica, nota-se que o processo de formação da subjetividade e das experiências subjetivas deve ser compreendido sob duas perspectivas. A primeira delas é assumir que o conceito de subjetividade nada apresenta de individual, ele está circunscrito à totalidade contraditória e em movimento na qual são redinamizadas as expressões políticas e econômicas e visões de mundo (Costa, & Mendes, 2021). A segunda é que o processo é relacional com pessoas, símbolos e artefatos culturais. A dimensão macrossistêmica, cultural, a vida familiar, escolar e comunitária, a atividade profissional dos pais, o

modo como os diversos sistemas interagem entre si, serão fomentadores de experiências subjetivas (Bronfenbrenner, & Morris, 2006).

Por outro lado, a criança em desenvolvimento atualiza de modo ativo suas vivências, dando sentido a elas e engajando-se em seus processos psicossociais a partir de suas características e interesses – que também são processos e produtos da interação sinérgica entre fatores. Tais fenômenos se formam em dialogicidade, porém são experiências vívidas e orientadoras para outras experiências em uma continuidade de construção de seu desenvolvimento ao longo da vida.

Araujo e Gomes (2023) questionam, com maestria, o lugar que estamos conferindo às crianças nesses tempos em que elas se veem lutando por sua (re)existência e sob constante ameaça. Temos conseguido sair de nosso adultocentrismo para escutá-las? Temos provido processos educativos emancipatórios que permitam entender como estão significando contextos recorrentes de desumanização? O que elas pensam sobre isso? Como estamos ajudando a reconhecer suas potências como sujeitos sociais que se inserem numa cultura que repudia sua corporeidade, sua voz, suas manifestações?

E para aqueles que se juntam nessa luta de tentar promover desenvolvimento nesse contexto, de forma emancipatória, sem pretender erradicar ou ajustar sintomas, a tarefa é ainda mais desafiadora. Isso porque o mito da democracia racial foi um projeto, e como tal, se atualiza mesmo com as mais honrosas atuações dos movimentos sociais (Gonzalez, & Hasenbal, 2022). Embora imaginássemos que em 2024 já teríamos ultrapassado essas concepções, elas ainda se mantêm hegemônicas. Basta ver como esses dispositivos se atualizam nos comentários das redes sociais ou no intencional mascaramento do racismo lido como *bullying*, de forma a confundir as expressões que têm o papel de desarticular as ações, as políticas e outras iniciativas que enfoquem o fenômeno sem distrações (Assis Brasil, Bomfim Trad, & Alves, 2023).

Um breve panorama da história brasileira no reconhecimento do racismo como problema social e a instituição de políticas públicas

para seu enfrentamento, indica como um ponto de inflexão a postura do Brasil na Conferência de Durban (Alves, 2002). A III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na cidade de Durban, África do Sul, teve, dentre seus produtos, o reconhecimento internacional do racismo como violência e a necessidade de ações concretas para seu enfrentamento e para enfrentamento de suas consequências históricas. O Brasil, apoiado por acadêmicos e representantes do movimento negro, foi um dos protagonistas no evento e, apesar de os resultados da Conferência terem sido limitados por uma postura tímida dos países presentes, tem-se para o Brasil a criação da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, o fomento do compromisso disposto no Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010), bem como a ampliação de outras políticas afirmativas Simbolicamente, tem-se ainda o Brasil se contrapondo ao mito da democracia racial em um contexto de política internacional.

Enfocando as infâncias e acreditando que a educação é o grande cenário que pode ser transformador na perspectiva de igualdade étnico-racial, a Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana foram importantes iniciativas na luta antirracista (Brasil, 2003). A intenção desses dispositivos legais vai além de visibilizar e reconhecer a população negra e todos os recursos e produções culturais, mas informar que isso é valor para o Estado. É um bom posicionamento, mas temos que lembrar que, mais do que normatizar, o grande desafio é construir essa prática na escola, lugar privilegiado de interação e cenário propício para que a luta antirracista seja traduzida em atitude.

Infâncias e relações étnico-raciais

Pensando nas infâncias brasileiras, é bem recente o olhar sobre as crianças negras e a produção teórica que se debruce sobre os efeitos do

racismo em seu desenvolvimento e, principalmente, sua inclusão em pesquisas que revelem como o enfrentam em seus cotidianos (Gomes, & Araújo, 2023; Dutra-Thomé, Rabelo, Ramos, & Góes, 2023). Embora esse capítulo enfoque as infâncias, intencionalmente escritas no plural, sabe-se que o racismo é complexo e arraigado em nossa trajetória histórica, cuja natureza é estrutural em nosso país. Isso significa que se trata de uma manifestação que perpassa as relações, instituições, sistemas, papéis, a língua, entre outros (Carneiro, 2023). O racismo estrutural tem seus desdobramentos, oferecendo o contexto para pensarmos sobre o racismo ambiental, o racismo recreativo, o racismo intersubjetivo, o racismo institucional e outros (Almeida, 2019). Não é possível falar de racismo sem aprofundar no conceito raça – bem como, não é possível pensar que crianças negras estão imunes aos efeitos deletérios do racismo estrutural.

Raça não existe como conceito biológico, apesar de pseudociências terem se utilizado dessa acepção para criar um sistema de privilégio a determinados grupos populacionais. Raça é um conceito central para as ciências sociais na medida em que cria uma categoria de análise para os fenômenos (Nascimento, Portella, & França, 2023). É por meio do conceito de raça que compreendemos como a realidade social, psicológica, linguística (entre outras) se materializa (Fanon, 2020; Carneiro, 2023). Se adotarmos uma lente contextualista, notaremos o quanto as infâncias estão imersas nessas construções. Mais um trecho do “Diário de Bitita” ilustra de forma magistral como as crianças negras são subjetivadas em cenários nos quais o racismo se traduz nas mais variadas performances:

Eu estava com cinco anos, achava esquisito aquelas cenas antagônicas, a minha mentalidade embrionária não me auxiliava a compenetrar aquelas divergências. Se o negro passava cabisbaixo, o branco xingava!

— Negro, vagabundo! Eu não gosto desta raça! Eu tinha esta raça para o comércio.

Eu pensava: “Meu Deus! quem foi que começou esta questão, foi o preto ou foi o branco? Quem procurou o preto? Se foi o branco quem procurou o preto, ele não tem o direito de reclamar. O negro não invadiu suas terras, foram eles invadiram as terras dos negros.” Ninguém para me explicar. A minha mãe já estava saturada com as minhas perguntas (Jesus, 1986, p. 55).

É realmente tocante a construção que Carolina Maria de Jesus hipotetiza a respeito das relações étnico-raciais, a partir de sua própria vivência. Sua realidade concreta de criança observadora em uma cidade do interior de Minas Gerais expressa uma indignação ainda difícil de ser nomeada, marcada por um tempo histórico no qual desigualdades eram naturalizadas e silenciamentos estimulados. Não é diferente de hoje.

Nesse sentido, um dos primeiros compromissos no enfrentamento ao racismo é nomeá-lo como tal. Se registramos (ou não) o racismo simbolicamente no campo do indizível (Conselho Federal de Psicologia, 2016), precisamos refletir se tal disposição decorre da postura coletiva de torná-lo inescutável. Reforçando seu local de invisibilidade e de silenciamento de suas vítimas. Mantendo seu *status* de “crime perfeito”, pois somente as pessoas que o sofrem, percebem sua incidência (Gonzalez, & Hasenbalg, 2022) e tantas vezes duvidam da própria experiência de vitimização por conta da falta de validação de suas experiências subjetivas.

A respeito da vivência subjetiva infantil em uma sociedade marcada pelo racismo, é preciso destacar que a percepção e o reconhecimento racial por parte de crianças ocorrem ainda na primeira infância (Oze-mela, 2023), porém isso não implica necessariamente em atitudes discriminatórias ou racistas. O modo como a sociedade condiciona relações baseadas em um sistema racial desigual, portanto, figura como um fator preponderante na manutenção dos estereótipos, da discriminação e de seus efeitos no longo prazo. Isso indica que apesar de o racismo na infância situar-se dentro de um sistema social amplo, suas manifestações geram processos de sofrimento e de enfrentamentos

próprios, os quais se relacionam com as ancoragens promovidas no âmbito familiar e comunitário (Soares, Feital, & Melo, 2023).

Cabe aqui uma advertência importante. De acordo com Gomes e Araujo (2023), quando consideramos crianças negras, devemos enxergá-las como sujeitos de direitos, de conhecimentos, de práticas e de experiências étnico raciais. Queremos, portanto, tomar todo o cuidado para, ao explicar a perversidade que o racismo promove, tornar também visível o quanto as crianças negras recriam diariamente suas existências de forma muito ativa, estratégica e audaciosa para sobreviver e lidar com o que as armadilhas racistas lhe causam (Gomes, & Araújo, 2023). E, além disso, enfatizar que todos nós somos convocados a sustentar esses enfrentamentos nos mais diversos espaços de existência.

Mas será que podemos falar de racismo com crianças? Sim, podemos e devemos. A infância está circunscrita a um sistema racial com a incidência de processos de subalternização (Fanon, 2020; Carneiro, 2023). Dessa forma, as crianças negras estão dando sentido à essa experiência violenta e, por vezes, internalizam visões estereotipadas do “ser negro (a)”, impactando sua autoestima e a forma como se apresentam ao mundo (Fanon, 2020; Souza, 2021). Assim, como os questionamentos de Carolina poderiam ecoar numa sociedade que tratava (e talvez ainda trate) suas indagações como expressão de loucura?

O silenciamento que envolve o racismo e a dificuldade de percebê-lo como violência nos intima a recuperar nossa história para entender a racialidade em nossa cultura. O processo de escravização fortaleceu a colonização em curso, a partir do século XVI e depois disso foi fundamental para a ascendência do mercantilismo marítimo e do futuro capitalismo (Mbembe, 2018a). Nesse momento, o negro não seria compreendido como humano (Mbembe, 2018a; Carneiro, 2023). No âmbito religioso, defendia-se, inclusive, que os povos africanos não teriam alma, argumentos centrais para a exploração os quais ainda têm efeitos sobre a realidade atual tanto simbólica quanto materialmente (Carneiro, 2023). Entre as contradições decorrentes desse processo histórico temos

que homens, mulheres e crianças africanas (e afro-brasileiras) foram tornados (as) categoria objeto, mercadoria, moeda, força, isto é, um bem a ser consumido, explorado, uma força de trabalho essencial para a produção da riqueza, da qual foram despojados; e ainda hoje grande parcela vive em condição de precariedade socioeconômica (Mbembe, 2018b; Nascimento, Portella, & França, 2023).

Como então, nessa conjuntura social, enfrentar o racismo estrutural da sociedade brasileira e seus efeitos sobre as infâncias? Acreditamos que qualquer tipo de resposta a essa reflexão passa por: entender o racismo como produtor da desigualdade material em sua faceta de discriminação; bem como reconhecer o racismo na produção de sofrimento por meio dos estereótipos culturais negativos associados às várias dimensões de negritude.

É fundamental compreender ainda que, ao mesmo tempo em que os processos fomentadores da escravização ocorriam, a resistência a eles também se perpetuava. A lógica de história única operou em enfraquecer a visibilização desses processos, entretanto, o resgate do Quilombo como resistência figura como força motriz e um ponto de ruptura na lógica desumanizadora (Carneiro, 2023). É nessa possibilidade de existir, de emancipar-se, de galgar outra posição que não a estereotipada da relação colonial senhor-escravo, que o (a) negro (a) afirma diuturnamente sua humanidade.

Infância negra no Brasil: minoria racial como falácia a serviço do poder

No âmbito da produção material das desigualdades raciais, percebemos o livro “Números da Discriminação Racial: Desenvolvimento humano, equidade e políticas públicas” como um importante marco na sistematização de dados populacionais e de estudos com indicadores quantitativos e análises de tendências, importantes para a avaliação e implementação de políticas públicas de equidade racial. Uma parcela

dos dados trazidos evidencia denúncias apresentadas pelos movimentos negros há pelo menos 50 anos (Gonzalez, & Hasenbalg, 2022). Entretanto, a iniciativa é importante por traduzir em uma linguagem econômica os dados e prejuízos do racismo para o Brasil como um todo, os quais, por óbvio, afetam o desenvolvimento das crianças negras.

Enfatizamos inicialmente o fato de a população negra representar a maior parcela do contingente populacional brasileiro, de acordo com o Censo 2022 (Moura, 2023). O fenômeno de crescimento dessa parcela populacional (do somatório dos não-brancos) é devido a um aumento do letramento racial que reorganiza os processos de autodeclaração. Ainda em relação à pesquisa, tem-se que o número de crianças negras também é superior àquelas descritas por seus responsáveis como brancas. Assim, a concepção de minoria racial representa muito mais uma sub-representação nos espaços de poder do que um fato populacional.

Nesse sentido, a sub-representação da população negra em espaços de poder é um importante marco para se pensar a infância, pois a inserção no mundo também se dá pela observação de como ele se organiza. Um dos exemplos é o “Efeito Obama”, isto é, o impacto subjetivo nas infâncias de um homem negro como presidente dos Estados Unidos da América, trata-se de um fato com impacto na construção de trajetórias potenciais que são agora imaginadas como possíveis para crianças negras (Ozemela, 2023). Assim, é possível inferir mudanças nos marcadores culturais que têm favorecido o contato com símbolos da cultura negra que fomentam sentimentos de orgulho de pertencimento, os quais são basilares para o letramento racial de crianças. Estimular processos desenvolvimentais que considerem a construção identitária negra desde a infância deve ser um compromisso. Porém, sua materialização se dá pelo resgate histórico e pela resistência à concepção de história única sustentada por grupos hegemônicos.

Por outro lado, outros indicadores e fenômenos precisam ser mencionados para verificar que a equidade ainda não é um fato e, portanto, as crianças negras estão expostas às desigualdades históricas que reduzem

a probabilidade de seu pleno desenvolvimento e da concretização de suas potencialidades. Estudos indicam que crianças negras têm metade da probabilidade de crianças não-negras de sair dos 20% mais pobres da população e acender para os 20% mais ricos (Portela, & Soares, 2023). Esses dados são fundamentais para confrontar o mito da meritocracia, que muitas vezes toma espaço nas discussões no Brasil.

Na produção da imobilidade social, a renda das famílias e as oportunidades educacionais têm um potente papel preditivo. Tem-se que, em virtude das variáveis já mencionadas, famílias negras tendem a estar em uma condição de vulnerabilidade social. O IBGE apontou recentemente que 70% das famílias que vivem em condição de insegurança alimentar (incapacidade de obter todos os nutrientes necessários para a manutenção da saúde familiar) são negras (Cardoso, 2023). Pensando-se nesses núcleos familiares pode-se perceber um dado preocupante quanto ao impacto da desnutrição no desenvolvimento dessa infância, haja vista ser um período sensível para diversas aquisições neuropsicomotoras.

No âmbito da educação, temos indicadores positivos no sentido de que a política pública educacional tem se aproximado da universalização, de um modo equânime. Porém, apesar de um panorama de redução da desigualdade no acesso, temos ainda presente uma distribuição de crianças negras em escolas que provêm educação de menor qualidade (Barbosa, Ferreira, Nunes, Portella, & França (2023). Isso em parte se deve, inclusive, por uma organização urbana segmentária, onde os bairros com maiores vulnerabilidades são aqueles com menor investimento para promoção social das famílias.

Outro fenômeno que temos assistido em nossos noticiários é o agravamento da violência policial, a qual tem vitimado crianças (Custódio, & Guimarães, 2024). Analisamos essa cruel dinâmica a partir do prisma da necropolítica, a qual se baseia no exercício de ações de morte em um estado de exceção, baseando-se no biopoder e na soberania do Estado em decidir os grupos que podem ser exterminados (Mbembe, 2018b); que, no

Brasil, tem se manifestado em diversas ações policiais em comunidades vulneráveis. Justificando-se na suposta luta contra o crime ou contra o tráfico, crianças são expostas ao risco de morte e têm sua rotina de vida, inclusive possibilidade de ir para a escola ou outra atividade, limitadas por ações cujas consequências são extremamente danosas e cuja eficácia é altamente questionável (Neri, Jordão, & Freire, 2019).

Lembramos que, apesar de estar noticiada na mídia atualmente, essa violência é fenômeno antigo. Voltando ao nosso Diário, Bitita criança presencia isso diariamente e em sua habilidade cognitiva pronunciada como criança leitora de contextos chega a suas próprias conclusões:

E os anos foram passando. O que preocupava era a infelicidade dos pretos. Quando ocorria um crime ou um roubo, os pretos eram os suspeitos. Os policiais prendiam. Quantas vezes eu ouvia os maiores dizendo:
— Negros ladrões, negros ordinários.

Eles diziam:

— Não fomos nós.

Notava os seus olhares tristes.

Eu sabia que era negra por causa dos meninos brancos. Quando brigavam comigo, diziam:

— Negrinha! Negrinha fedida!

A avó de minha mãe dizia:

— Eles são como os espinhos, nascem com as plantas.

Não compreendi, mas achei tudo isto tão confuso! (Jesus, 1986, p. 83)

A equidade de oportunidades e material, portanto, é um objetivo pelo qual precisamos envidar esforços, trata-se de mais um compromisso a constar em nossas agendas. Seu alcance, entretanto, transcende a capacidade de luta individual e requer ações governamentais e políticas públicas contundentes, pensando primordialmente na proteção dessa infância negra. Entretanto, a cultura hegemônica tem defendido a meritocracia e o individualismo, enfraquecendo os processos comunitários

e sociais de enfrentamento do racismo. Nesse sentido, é possível pensar que os avanços vistos não têm ocorrido sem que existam processos de resistência e obstáculos à sua evolução, motivo pelo qual precisamos estar atentos.

Das vivências subjetivas ao enfrentamento do racismo

Reconhecendo que o racismo faz sofrer, podemos encontrar vários relatos provenientes de crianças negras que sofrem discriminação no âmbito escolar de seus colegas e, por vezes, de profissionais (Assis Brasil, Bomfim Trad, & Alves, 2023; Soares, Feital, & Melo, 2023). Esse sofrimento também perpassa a literatura científica, na qual é possível perceber que autores como Frantz Fanon, Achille Mbembe, Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro e tantos outros, sinalizam como o racismo condiciona processos de subjetivação que alienam, subalternizam e geram sofrimento, isto é, tem um importante impacto subjetivo. Nesse sentido, compreendemos que o racismo gera uma hierarquia que desde a infância é possível perceber, e juntamente dessa hierarquia, é possível experimentar sentimentos, pensamentos e outras experiências de desamparo, vergonha, entre outros.

Provavelmente a escola, como instituição multicultural, esteja em uma situação privilegiada para descrever a incidência de discriminação nas relações interpessoais, pois atitudes como ofensas decorrentes da cor da pele, formato do nariz e lábios, e textura do cabelo ainda ocorrem (Assis Brasil, Bomfim Trad, & Alves, 2023; Araújo, & Gomes, 2023; Soares, Feital, & Melo, 2023). Mas, é preciso compreender a escola como espaço de criar fissuras no sistema opressor. Aproveitando da diversidade para romper com a lógica hierárquica das relações raciais.

Nesse contexto é possível estruturar ações afirmativas importantes, inclusive embasadas nos dispositivos legais do Estatuto da Igualdade Racial, bem como na Lei nº 10.639 (Brasil, 2010; 2003). Para além de ações isoladas ao Dia da Consciência Negra, é possível utilizar de livros

produzidos por autores negros, destacar as contribuições afro-brasileiras e indígenas para a construção do país, apontar outras éticas e estéticas (distantes das hegemônicas), em uma rotina e sistematização que ancoram outras práticas narrativas, que reorganizem o sistema de símbolos e favoreça uma construção subjetiva que valorize esta parte da própria história por parte da criança.

É necessário ainda que outros sistemas, inclusive a família, avaliem como as relações se estabelecem a partir de padrões discriminatórios baseados em uma hierarquização em virtude do fenótipo de seus integrantes (Portella, & Soares, 2023). Ratificamos que o mito da democracia racial é um aspecto cultural brasileiro que oculta o racismo em diversas interações. Nesse sentido, a discriminação racial e a injúria ficam invisíveis para boa parte da população, porém afetam diretamente a vida psicológica daqueles que o sofrem. A própria família, em sua organização pode criar seus mecanismos de diferenciação com base nos fenótipos, ocasionando grande sofrimento. Aos profissionais, é necessário manter uma escuta atenta e conseguir intervir de modo sensível com vistas a modificar padrões relacionais familiares que são danosos às crianças negras e que em virtude da ampla ancoragem cultural, muitas vezes são repetidos sem que se tome consciência. Retomamos que muitas vezes o racismo é uma experiência de registro no “indizível e, assim, é um campo nebuloso, inclusive, para aqueles que o experienciam.

Nesse sentido, podemos nos ancorar novamente na literatura em uma tentativa de aproximação. O conto “Metamorfose” da escritora Geni Guimarães (1988) narra a história de uma menina que flagela a pele na tentativa de embranquecer-se, sendo que depois de adulta a autora informa que aquela narrativa descrevia a própria vida infantil, apresentando suas cicatrizes (Duarte, 2020). Conceição Evaristo (2022), no livro *Canção para Ninar Menino Grande*, conta da experiência de Flor Jasmin, homem negro adulto, cuja vida é marcada pela experiência de ter sido negado a ele o papel de príncipe em uma peça escolar.

Stefano Volp (2022) narra em seu conto “Pio”, a história de um menino negro que desenvolve mutismo; o pai, após uma consulta com uma médica negra, recebe a indicação de um remédio (afeto) que permite à criança falar de sua tentativa de mudar a cor da própria pele ingerindo sabão de coco.

O racismo tantas vezes nos emudece, nos tira a capacidade de dar sentido ao que sentimos, nos isola, nos tira lugares afetivos e nos invade ... porém, retornando à Conceição Evaristo, compreendemos que “escrever é como sangrar”. Enfim, é uma forma de expressar a dor que se sente, aquela de ter sua humanidade negada. Um sangrar que cura, por um transbordamento de vida frente a necessidade de se ser forte para resistir, (re)existir e (re) escrever.

Carolina Maria de Jesus, expressa em toda a sua obra autobiográfica essa dimensão do sofrimento na infância, como nos ilustra nessa passagem (Jesus, 1986, p.111):

Quando eu olhava os quadros dos esqueletos, o meu coração acelerava-se.

Amanhã, eu não volto aqui. Eu não preciso aprender a ler. É que eu estava revoltada com os colegas de classe por terem dito quando eu entrei:

— Que negrinha feia!

Ninguém quer ser feio.

— Que olhos grandes, parece sapo.

Minha mãe era pobre. Dona Maria Leite insistiu com a mamãe para enviar-me à escola. Eu fui apenas para averiguar o que era escola.

A literatura e a vida estão cheias de exemplos a respeito desse sofrimento indizível que é ser uma criança negra em uma sociedade racista, construindo um não-lugar, um não-desejo para sua existência. E, por não falarmos do racismo, essa experiência é vivida de modo solitário por inúmeras crianças, as quais se perguntam sobre vários

porquês. Compreendemos que a consciência/experiência do racismo é um evento traumático e, muitas vezes, para o próprio adulto trata-se de um fenômeno para o qual ainda não se tem estratégias de enfrentamento.

De volta à brilhante Conceição Evaristo, lembramos do conto “Ayoluwa” que nos entrega a história de uma comunidade cuja vida estava se esvaindo, jovens tornavam-se agressivos, velhos se rendiam à morte, as crianças já não brincavam, até os animais estavam abatidos e as plantas não floresciaam como antes. Esse contexto muda com o nascimento de Ayoluwa (Alegria de Nosso Povo), filha de Bamidele (a Esperança). Entendemos sobre mais um compromisso no enfrentamento ao racismo, com esse conto: a necessidade de uma ética de cuidado de si como cuidado do outro (Carneiro, 2023), como um trabalho coletivo e comprometido com a próxima geração, isto é, com as novas crianças negras.

Portanto, na nossa interação diária com a criança negra precisamos organizar os processos relacionais por meio do afeto, da reciprocidade, da interação mútua. Nessas interações, precisamos abordar a experiência negra a partir de parâmetros de resistência, existência, vida e cosmovisão – enriquecendo o mundo simbólico da criança a respeito de uma parte de sua história como povo. O interesse e o engajamento podem se dar pelo uso de músicas, mitos, histórias, fantoches, bonecos, máscaras, cores, danças – uma rica gama de símbolos e artefatos culturais que sinalizam a força viva do povo negro. Além disso, mais do que ações isoladas, é importante repensarmos nossas estéticas (consultório, casa, centro de prática esportiva, Cras e outros espaços), nossa ética e política em todos os espaços no sentido de garantir a equidade representacional da cultura negra. Apresentamos abaixo uma lista de sugestões exemplificativa, haja vista a rica produção cultural negra no Brasil e no Mundo

Tipo de Produção	Título	Autor/Responsável
Livro infantil	Menina Bonita do Laço de Fita	Ana Maria Machado
Livro infantil	Amor de Cabelo	Matthew A. Cherry
Livro infantil	A Cor de Coraline	Alexandre Rampazo
Livro infantil	História Pretinha: As descobertas de Ori	Bárbara Carine Soares Pinheiro
Livro infantil	E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas	Emicida
Livro infantil	O pequeno Príncipe Preto	Rodrigo França
Livro Infantil	Omo-Oba: História de Princesas e Príncipes	Kiusam de Oliveira
Livro Infantil	A África Recontada para Crianças	Avani Sousa Silva
Livro infantil	Da Minha Janela	Otávio Júnior
Música	África	Palavra Cantada
Música	Black, Black	Kataryna Keilla
Música	Normal é Ser Diferente	Grandes Pequenininos
Música	Paxuá e Paramim	Carlinhos Brown e Milla Franco
Vídeo (música)	Olélé Moliba Makasi	Canal Youtube: Livremente
Vídeo (contação de história)	Ajanaku, o Elefante	Canal Youtube: Grupo Oriundo de Teatro
Vídeo (contação de história)	O Canto dos Pássaros	Canal: Projeto Dandara UFC
Vídeo (contação de história)	A História do Tambor	Canal: Projeto Dandara UFC
Vídeo (contação de história)	História Olélé – uma cantiga da África	Canal Youtube: Napne Creir CPII

Considerações finais

Terminamos o capítulo voltando à pergunta que nos moveu. Será a luta antirracista nas infâncias compromisso ou omissão? Infelizmente, as constatações apontam para um caminho no qual a omissão foi a marca. Evitamos o tema, silenciemos as experiências que gritam, mudamos de assunto. Mas nos cabe também a transição para que se torne um compromisso de cidadania ser e lutar pelo antirracismo nos mais variados contextos e pelas crianças negras. Chegamos à conclusão que o primeiro passo deveria ser aprender com as próprias crianças. Se interessar por suas vivências, pelas significações que atribuem a elas e sobre suas estratégias de subversão às práticas racistas pode ser a chave para essa mudança.

A respeito da construção coletiva de estratégias de enfrentamento ao racismo, avaliamos que comunidades tradicionais e quilombolas têm muito a nos ensinar. A possibilidade de valorização dos aspectos culturais e a história do povo negro permite superar a condição/fato histórico de escravização e retomar a ação protagônica do negro no enfrentamento e superação das adversidades. Nessas localidades, os recursos simbólicos comunitários perpassam festas, tradições, organizam funções e dão autonomia às crianças para que reconheçam os laços que os unem como povo. Essa união permite desnaturalizar os processos de subalternização vividos em outros espaços e, assim, a criança pode negar-se a se colocar em papéis estereotipados, inclusive nas brincadeiras, produzindo novas formas de brincar e de estar entre os pares.

Viver coletivamente a contribuição dos povos tradicionais e das africanidades além de reforçar o vínculo e dar base para a construção de nova identidades, pode ser uma forma de se contrapor à colonialidade própria do sistema de produção capitalista, o qual figura como central dentro da crise climática que vivenciamos. O bem-viver e o ubuntu são visões de mundo que permitem entender a dependência mútua existente entre nós e com o ambiente que nos circunda. Essa mudança

de visão (de ética) se contrapõe ao individualismo e ao sistema de casta racista que impacta sobremodo as infâncias negras.

Entendemos também que, para além das ações que ocorrem em virtude do Dia da Consciência Negra, é fundamental re-escrever a histórias e narrativas que envolvem as infâncias negras, pois elas são fruto de povos guerreiros e que foram fundamentais para a construção do Brasil. A reparação histórica deve estar presente de modo transversal nos espaços de convivência, favorecendo que essas crianças se percebam em todos os espaços, superando os interditos estruturais tão marcantes dentro das cidades brasileiras. Nesse sentido, percebemos uma ampla agenda de compromissos para todos os adultos no enfrentamento do racismo estrutural que perpassa os contextos de infâncias.

Referências

- Alencastro dos Santos de, Luiza de Fátima, & Santos, Sílvia Renata Magalhães Lordello Borba (2023). Infâncias plurais e promoção de saúde mental de crianças. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 9, n. 2, 141-166, jul./dez. DOI: 10.26512/revistainsurgencia.v9i2.47049. Acesso em: 21 Abril de 2024.
- Almeida, Sílvia (2019). **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen.
- Alves, J. A. Lindgren (2022). A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 45, n. 2, 198-223, dez. FapUnifesp (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292002000200009>. Acesso em: 13 Março de 2024.
- Araújo, Marlene de, & Gomes, Nilma Lino (2023). Infâncias e Relações Étnico-Raciais: A Tensa Luta pela Garantia de Direitos em Tempos Antidemocráticos. In Nilma Lino Gomes, & Marlene Araújo (Orgs.). **Infâncias Negras: Vivências e Lutas por uma Vida Justa**, pp. 27-60. São Paulo: Editora Vozes.
- Assis Brasil, Sandra, Bomfim Trad, Leny Alves, & Alves, João Batista de Brito Braga (2023). É Muito Feio, Tem Xingamento por Causa da Cor da Pele, do Cabelo. In Luciana Dutra-Tomé, Dóris Firmini Rabelo, Dandara de Oliveira Ramos, & Emanuelle Freitas Goes (Orgs.). **Racismo e Desenvolvimento Humano**, pp. 53-86. Salvador: EDUFBA.
- Barbosa, Gerrio, Ferreira, Danilo, Nunes, Erivelton, Portella, Alysson, & França, Michael (2023). Desigualdades Raciais na Educação no Brasil. In Michael França, & Alysson Portela (Orgs.). **Números da Discriminação Racial: desenvolvimento humano, equidade e políticas públicas**, pp. 253-276. São Paulo: Jandaíra.
- Brasil (2010). **Estatuto da Igualdade Racial: Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 jul. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.
- Brasil (2003). **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l110.639.htm. Acesso em: 25 jun. 2024

Bronfenbrenner, Urie, & Morris, Pamela A. (2006). The ecology of developmental processes. In N. Eisenberg, W. Damon, & R. Lerner, **Handbook of child psychology: Theoretical models of human development**, pp. 793-826. New Jersey: John Wiley & Sons.

Brown, Carlinhos (2014). Paxuá e Paramim. In **Marabô**. Disponível em: <https://www.carlinhosbrown.com.br/marabo/#paxua-e-paramim>.

Cardoso, Rafael de Carvalho (2023). Famílias chefiadas por pessoas negras são mais atingidas pela fome. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/familias-chefiadas-por-pessoas-negras-sao-mais-atingidas-pela-fome>. Acesso em: 21 de Abril de 2024.

Carneiro, Sueli (2023). **Dispositivo de Racialidade**. Rio de Janeiro: Zahar.

Cherry, Matthew A. (2020). **Amor de Cabelo**. Rio de Janeiro: Galerinha Record.

Conselho Federal de Psicologia (2016). **Relações Étnico-Raciais**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2021) Frantz Fanon, saúde mental e a práxis antimanicomial. **Sociedade em Debate**, v. 27, n. 1, 66-82.

Custódio, Rafael, & Guimarães, Agnes Sofia (2024). Mortes de crianças e adolescentes por intervenção policial crescem 58% em SP com Tarcísio. **Brasil de Fato**. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2024/03/02/mortes-de-criancas-e-adolescentes-por-intervencao-policial-crescem-58-em-sp-com-tarcisio#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20saltou%20de%2024%20%C3%B3bitos%20em%2022%20para%2038%20em%2023.&text=A%20P%C3%BAblica%20apurou%20que%2C%20em,de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20\(SSP\)](https://www.brasildefato.com.br/2024/03/02/mortes-de-criancas-e-adolescentes-por-intervencao-policial-crescem-58-em-sp-com-tarcisio#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20saltou%20de%2024%20%C3%B3bitos%20em%2022%20para%2038%20em%2023.&text=A%20P%C3%BAblica%20apurou%20que%2C%20em,de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20(SSP)). Acesso em 21 de abril de 2024.

Duarte, Eduardo de Assis (2020). Escrivivência, Quilombismo e a tradição da Escrita Afrodiáspórica. In Constância Lima Duarte, & Isabela Rosado Nunes (Orgs.), **Escrivivência: a escrita de nós**, pp. 74-95. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.

Dutra-Thomé, Luciana; Rabelo, Dóris Firmino. Ramos, Dandara de Oliveira; & Góes, Emanuelle Freitas (2023). **Racismo & Desenvolvimento Humano**. Salvador: EDUFBA.

- Emicida (2020). **Foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas**. São Paulo: Companhia das Letrinhas.
- Evaristo, Conceição (2022). **Canções de Ninar Menino Grande**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Pallas.
- Fanon, Frantz (2020). **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silva. São Paulo: Ubu.
- França, Rodrigo (2020). **O Pequeno Príncipe Preto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Gomes, N. L., & Araújo, M. (2023). **Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis: Vozes.
- Gonzalez, Lélia, & Hasenbalg, Carlos (2022). **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Grupo Oriundo de Teatro (2024). **Ajanaku, o Elefante**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a3dOEZFMkcg>.
- Guimarães, Geni (1988). **Leite do peito**. São Paulo: Fundação Nestlé de Cultura.
- Jesus, Carolina Maria de (1986). **Diário de Bitita**. 2. ed. São Paulo: Editora Nova Fronteira.
- Junior, Otavio (2019). **Da Minha Janela**. São Paulo: Companhia das Letrinhas.
- Livremente (2020). **Olélé Moliba Makasi**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LBb4xM--juY>.
- Machado, Ana Maria (2005). **Menina Bonita do laço de fita**. São Paulo: Ática.
- Maria, Érica, & Danielle, Dany (2023). **Black, Black**. Intérprete: Kataryna Keilla. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KTJZU8N9cyY>.
- Mbembe, Achille (2018a). **Crítica da Razão Negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições.
- Mbembe, Achille (2018b). **Necropolítica**. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições.
- Moura, Bruno de Freitas (2023). Maior presença de negro no país reflete reconhecimento racial. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20est%C3%A1%20tendo,identifica%20como%20preta%20ou%20parda>. Acesso em 21 de abril de 2024.

- Napne Creir CPII (2020). **Gotícula de Afeto: História Olelé – uma antiga cantiga da África**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WyY3ojieSjU&t=171s>.
- Nascimento, Fillipi; Portella, Alysson; & França, Michael (2023). Por que raça (ainda) importa? In Michael França, & Alysson Portela (Orgs.), **Números da Discriminação Racial: desenvolvimento humano, equidade e políticas públicas**, pp. 11-16. São Paulo: Editora Jandaíra.
- Nery, Newillames Gonçalves, Jordão, Lidia Moraes Ribeiro, & Freire, Maria do Carmo Matias (2019). Ambiente escolar e promoção de saúde bucal: a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Revista de Saúde Pública**, [S.L.], v. 53, 93. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/s1518-8787.2019053001376>. Acesso em: 15 de maio de 2024.
- Oliveira, Jair (2016). Normal é ser diferente. In Grandes Pequenin@s. **O mundo é grande e pequenino**. Intérprete: Jair Oliveira. Animação: Alopra Estúdios. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oueAfq_XJrg.
- Oliveira, Kiusam (2023). **Omo-Oba: História de Princesas e Príncipes**. São Paulo: Companhia das Letrinhas
- Ozemela, Luana (2023). Desafio de Superar as Desigualdades no Brasil. In Michael França, & Alysson Portela (Orgs.), **Números da Discriminação Racial: desenvolvimento humano, equidade e políticas públicas**, pp. 11-16. São Paulo: Editora Jandaíra.
- Peres, Sandra, Tatit, Paulo, & Antunes, Arnaldo (2010). África. In **Palavra Cantada. Brincadeiras musicais**. Faixa do DVD 3D - Show Brincadeiras Musicais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yGv47mv7874>
- Projeto Dandara UFC (2021a). **A história do tambor - conto africano**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3q_8hudkdRY&t=21s.
- Projeto Dandara UFC (2021b). **Conto Africano: o canto dos pássaros**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GG0kMVxiN0g&t=11s>.
- Pinheiro, Bárbara Carine Soares (2022). **História pretinha das coisas: as descobertas de Ori**. São Paulo: Editora Livraria da Física.
- Portella, Alysson, & Soares, Rodrigo (2023). Persistência Histórica da Desigualdade Racial. In Michael França, & Alysson Portela (Orgs.), **Números da Discriminação Racial: desenvolvimento humano, equidade e políticas públicas**, pp. 94-131. São Paulo: Jandaíra.

Rampazo, Alexandre (2017). **A cor de Coraline**. Rio de Janeiro: Rocco Pequenos Leitores.

Silva, Avani Souza (2020). **A África Recontada para Crianças**. São Paulo: Martin Claret.

Soares, Ademilson de Souza, Feital, Lisa Minelli, & Melo, Regina Lúcia Couto de (2023). Lutas Antirracistas: A Voz de Meninas Negras na Educação Infantil. In Nilma Lino Gomes, & Marlene Araújo (Orgs.), **Infâncias Negras: Vivências e Lutas por uma Vida Justa**, pp. 27-60. São Paulo: Vozes.

Souza, Neusa Santos (2021). **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar.

Volp, Stefano (2022). **Homens Pretos (Não) Choram**. Rio de Janeiro: HarperCollins.



SUPERVISÃO ANTIRRACISTA DE ESTÁGIO EM CLÍNICA PSICOLÓGICA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS

**Jeane Saskya Campos Tavares
Virginia Teles Carneiro**

Introdução

Ao discutirmos sobre antirracismo em universidades públicas, particularmente no campo da saúde mental, consideramos as disparidades das condições de classe, raciais e de gênero que medeiam a relação entre docentes, discentes e população nas atividades de ensino e extensão que envolvem atendimento clínico. Isto porque entendemos que a qualidade da vinculação entre supervisores e estagiários de psicologia, assim como entre estagiários e população atendida, é uma dimensão central no processo ensino-aprendizagem, no estabelecimento de confiança para colocar em prática as orientações prestadas pelo docente responsável e na formação de aliança terapêutica com os usuários das clínicas-escola ou serviços de psicologia das universidades.

Devido à não identificação de estudos que abordem os efeitos da racialização das relações de supervisão clínica/estágio supervisionado, este capítulo pretende apresentar uma breve reflexão sobre as experiências de duas docentes (uma preta e outra branca) em universidades federais fundadas a partir da política de expansão e interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES) implementada na primeira década do século XXI.

Universidades jovens: as assimetrias entre discentes e docentes

A expansão da educação superior no Brasil a partir de 2003, nos governos Lula e Dilma Rousseff, teve como objetivo trazer para a educação

superior os grupos historicamente excluídos: pobres, pretos, pardos, indígenas, filhos de pais sem escolaridade e estudantes das escolas públicas (Mariuzzo, 2023). O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) permitiram a entrada de estudantes e docentes, muitos destes jovens doutores com disposição para reiniciar a vida no interior do país, identificados com questões sociais e ocupados com missões institucionais distintas do elitismo e eurocentrismo característicos das universidades históricas brasileiras. No entanto, salientamos que, em nossa experiência, foi a pressão política exercida internamente pelos coletivos de estudantes negros e indígenas que provocou mudanças significativas no funcionamento das universidades jovens e obrigou, direta e indiretamente, o corpo docente a rever suas práticas fundamentadas na reprodução de um modelo tradicional de produção de conhecimento, fortemente hierarquizado e branco-centrado, meritocrático e, pretensamente “neutro cientificamente”, aprendido em suas universidades de origem.

Analisando dois levantamentos realizados em 2021, o Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), Mariuzzo (2023) indica que a maioria ainda é branca, do sexo feminino, com idade entre 19 e 24 anos e frequenta cursos noturnos em instituições privadas. A superioridade do sexo feminino é explicada pelas mulheres serem maioria no ensino médio e pelos estudantes do sexo masculino (egressos ou evadidos) entrarem precocemente no mercado de trabalho. Outro aspecto destacado pela autora é que, a despeito do investimento em políticas de inclusão de pessoas com menor renda nas IES, não são os mais pobres e miseráveis que se tornaram universitários, pois estes não conseguem concluir o ensino médio, principal fator de exclusão do ensino superior.

De acordo com Mariuzzo (2023), no início dos anos 1990, oito entre dez alunos eram brancos e, atualmente, a proporção é de seis

entre dez estudantes. Uma variação que demandou mudanças no modo de funcionamento e na estrutura física das universidades, como o aumento da oferta de restaurantes universitários, de espaços de convivência, de vagas em residências estudantis e nos editais de bolsas e auxílios. Todavia, essas mudanças não parecem ser suficientes se o processo de permanência de estudantes negras e negros no ensino superior desconsiderar as dificuldades encontradas “nas fases anteriores de escolarização, em especial de frequentar, permanecer e concluir o ensino médio [...] As desigualdades de gênero e de raça são construídas a partir de marcadores culturais de diferenciação/desvalorização desde a educação básica” (Artes, & Unbehaum, 2021, p 9). Considerar as necessidades e especificidades destes estudantes, implica numa mudança radical nos currículos dos cursos, nas estratégias de ensino-aprendizagem e em maior horizontalidade nas relações institucionais, um grande desafio quando comparamos o perfil destes estudantes com o perfil dos docentes.

Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022) analisaram a prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. Como resultados, identificaram que a maioria (53,79%) era do sexo masculino, brancos (76,67%), com idade entre 36 e 52 anos. As mulheres negras apresentaram a menor proporção entre os docentes com mestrado (11,92%) ou doutorado (8,54%) e, quantitativamente, também estão em menor proporção (10,61%) juntamente com homens negros (12,72%). As mulheres brancas correspondem a 35,6% do contingente total. As autoras apontam a existência de uma hierarquia ocupacional universitária, com os homens brancos presentes no topo das ocupações profissionais e as mulheres negras na base:

Gênero e raça permanecem atuando como marcadores sociais de diferença que, ao intercruzarem-se, geram assimetrias distintas na participação de mulheres e homens no mercado de trabalho, como demonstra o perfil da docência superior, resultando em espaços

racializados e sexualizados, caracterizados pela dicotomia feminino/masculino e/ou brancos/negros. Lado outro, se observa que as esferas institucionais refletem o que ocorre na sociedade de modo geral, através da perpetuação das desigualdades raciais e de gênero nessa esfera. (Ferreira, Teixeira, & Ferreira, 2022, p. 10)

Os efeitos das disparidades raciais, de gênero e classe podem ser agravados pelas demandas institucionais sobre discentes e docentes, pois se relacionam com adoecimento físico e sofrimento mental. Em relação à saúde dos docentes, Gemelli e Closs (2022) citam predomínio de doenças psicossomáticas, seguidas por patologias psíquicas e por adoecimentos e sintomas físicos que, possivelmente, se relacionam com a organização do trabalho que produz sobrecarga e menor disponibilidade de tempo para o lazer.

Outro aspecto importante, enfatizado por Gemelli e Closs (2022), que pode contribuir para adoecimentos e dificuldades no exercício da profissão, é a incipiente ou inexistente formação metodológica e didática para a atuação, a despeito de ser inerente ao trabalho docente a comunicação e constante trabalho em equipe com discentes e colegas de profissão. Este despreparo soma-se à intensificação da racionalidade neoliberal nas universidades, que subverte o sentido social da educação e aproxima a docência da noção de prestação de serviços. Fazem parte da precarização do trabalho docente: as más condições de trabalho, a infraestrutura precária das universidades, a intensificação do trabalho e o produtivismo acadêmico, a masculinização da direção política e intelectual do campo educacional, concomitante ao processo de feminização do magistério.

Percebe-se que as assimetrias raciais e de gênero não são exclusivas das relações entre docentes e discentes, pelo contrário, são parte estrutural e da dinâmica das IES. A entrada de estudantes, que se organizam coletivamente para sobreviver a esta reprodução e questionam a concentração de poder e a dominância epistemológica do masculino, branco, heterocisnormativo, neoliberal e capacitista (para citar apenas

algumas das dimensões desafiadas por esta geração), não ocorre sem conflitos. Há uma profunda desconfiança em relação às habilidades e competências dos docentes para compreender a realidade vivida pelos discentes e pela população atendida, a qual geralmente possui um perfil sociodemográfico mais próximo ao dos estagiários.

Supervisão clínica e antirracismo

A revisão constante da formação em Psicologia tem gerado um considerável esforço na criação de novos métodos para um currículo mais alinhado às exigências contemporâneas da sociedade. Há vinte anos houve uma mudança nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Psicologia (Resolução n. 8, de 17 de maio de 2004), que sugeriram que a prática fosse gradualmente incorporada ao longo da formação do psicólogo, com a inclusão de estágios básicos em campos específicos, além do estágio profissionalizante no último ano do curso.

Apesar disso, e de haver certa liberdade para a organização de cada curso, é comum que os estágios com maior grau de complexidade no que se refere ao tipo de intervenção a ser realizada pelo estudante se concentrem no final do curso. Dessa forma, ao se aproximar do término da graduação, o aluno se deparará com os desafios inerentes à interação entre teoria e prática, compreendendo que a atuação do psicólogo não implica em neutralidade, mas sim em uma instrumentalização por parte desse profissional. Essa instrumentalização ocorre de forma integrada com a realização das atividades e as reflexões associadas a essas ações. Numa perspectiva crítica “a supervisão acadêmica é um momento para formar profissionais comprometidos socialmente com as diferentes formas de manifestação da subjetividade, com os processos psicossociais e com o rompimento com as práticas positivistas” (Silva, Oliveira, & Guzzo, 2017, p. 576).

É nesse contexto que a supervisão se torna crucial para a formação, especialmente nos estágios profissionalizantes, pois é o espaço

institucional reservado para que o estudante reflita sobre sua própria prática, e não mais apenas sobre a prática de outros, como é o caso dos autores estudados durante a graduação. “É a partir daí que há uma abertura para um verdadeiro engendramento teórico. Verdadeiro porque próprio, porque implica uma descoberta: na descoberta de si mesmo, provocada pelo processo ensino-aprendizagem» (Carneiro, 2009, p. 76).

Não existe um consenso em relação à definição da prática de supervisão. Conforme apontado por Roudinesco e Plon (1998), desde os primórdios do movimento psicanalítico, com a inauguração da primeira escola de formação de psicanalistas por Karl Abraham e Max Eitington em 1920, na Alemanha, a supervisão era considerada essencial para a transmissão do conhecimento psicanalítico, especialmente no que diz respeito às suas técnicas. Conforme Eitington, a proposta era que o supervisor não fosse o mesmo que o analista, a fim de prevenir a repetição, por parte do analista em formação, de posturas e técnicas derivadas exclusivamente de seu próprio processo analítico. O método para formação do psicanalista influenciou a formação da atitude clínica do psicólogo, que se baseia no tripé processo pessoal, estudo teórico e supervisão (Aguirre et al., 2000).

Apesar de a supervisão ter se tornado um requisito para a formação do psicólogo clínico, não existem diretrizes específicas sobre como ela deve ser conduzida na prática. Em linhas gerais, o supervisionado ou grupo de supervisionados compartilha as experiências dos atendimentos realizados, seguido por uma discussão sobre as impressões e possíveis direcionamentos.

Em revisão realizada por Sei e Franco (2017), a modalidade grupal de supervisão, a mais comum no contexto acadêmico, tem como ponto positivo promover o aprendizado por meio das experiências dos estudantes e como pontos negativos o menor tempo disponível para fala dos estagiários e dos receios do terapeuta frente à exposição ao demais componentes do grupo. Outro aspecto destacado por esses autores é que a supervisão na graduação é uma atividade obrigatória, parte de uma

grade curricular, em que o supervisor é indicado pela instituição de ensino e não, necessariamente, escolhido pelo estagiário, sendo este docente responsável por atribuir notas relativas ao desempenho do discente.

A relação que se estabelece é mediada por questões objetivas de “rendimento” e “obediência” às orientações recebidas para que haja aprovação e finalização do curso, mas também permeada por questões de afeto e identificação com esse profissional mais experiente que ocupa um lugar e autoridade. Como afirmam Prebianchi e Amatuzzi (2000), na supervisão emerge a necessidade de autoconhecimento do supervisionado, a identidade profissional experienciada na relação terapeuta/cliente e confere um elemento de socialização, pois o supervisor tem a profissão aspirada pelo supervisionado servindo-lhe como modelo.

Galindo, Tamman e Sousa (2020), em revisão sobre estratégias formativas, salientam que os serviços-escola convivem com o desafio de articular necessidades de formação acadêmica, demandas da população e as Diretrizes Curriculares vigentes. O que implica em promover uma formação para a atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos. As autoras destacam a necessidade de se dar maior atenção ao que se passa com o estagiário, pois existem incongruências na avaliação de supervisores e supervisionados para atividades que ambos participam, além de omissões, mentiras e vergonha da parte dos estudantes no momento do seu relato de caso, a falta de tempo para apresentar o caso, ações de intolerância, desrespeito, desentendimento e falta de diálogo por parte do supervisor. Estas questões evidenciam a complexidade da relação supervisor-estagiário que centraliza o poder/saber nas mãos dos docentes-supervisores.

Por fim, Galindo, Tamman e Sousa (2020) destacam a não identificação de referências à dimensão política das estratégias formativas nos artigos analisados. Essa dimensão se relaciona, por exemplo, com a articulação entre estratégias institucionais dos serviços-escola e outras instituições nos campos que mais acolhem trabalhadores de Psicologia,

como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Importante salientar que as autoras reconhecem que a escassez de informações sobre as estratégias políticas e conexões interinstitucionais não implica na sua inexistência, mas que necessitam ser sistematizadas e expostas à comunidade científica para que sejam superadas as equivocadas separações entre clínica e dimensão social ou clínica e dimensão política.

Enquanto escrevemos este relato, em março de 2024, identificamos literatura ainda incipiente em relação às especificidades do atendimento clínico em Psicologia para pessoas negras e da formação antirracista de futuros terapeutas. A negligência quanto a este tema em publicações indexadas na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (Brasil) chama a atenção, pois a discussão sobre saúde mental desta população remonta às proposições de Juliano Moreira e de Virgínia Bicudo, nos anos 1930 e 1940, da população negra representar mais da metade da população brasileira e de ser dependente dos serviços públicos e gratuitos de saúde mental como as clínicas-escolas.

Numa discussão que suscita dúvidas e reações intempestivas entre pareceristas de periódicos brasileiros, que ainda defendem “neutralidade” na clínica e separação entre “subjetividade” e “social”, a localização de textos acadêmicos sobre a clínica psicoterápica com a população negra exige um esforço maior. Citamos algumas publicações que abordam esta temática: Santana e Davino (2024), Tavares e Andrade (2023), Damasceno e Zanello (2022), Miranda e Félix-Silva (2022), Tavares et al. (2022), Carneiro (2021), Tavares e Trad (2021), Schucman e Gonçalves (2020), Gouveia e Zanello (2019), Tavares e Kuratani (2019).

Neste capítulo, diante da escassez de estudos que investiguem os impactos da racialização nas relações de supervisão clínica/estágio supervisionado, pretendemos realizar um breve relato das experiências de duas docentes (uma negra e outra branca) em universidades públicas localizada nos Nordeste, a saber, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a Universidade Federal de Campina Grande.

Relato de experiência (UFRB)

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) nasce numa região que carrega rica história de cultura e resistência negra e indígena. Fruto de mobilizações em busca da democratização do ensino superior na Bahia, a UFRB é herdeira das tradições de luta do povo e se compromete com a produção e difusão da ciência e da cultura, assim como com o desenvolvimento socioeconômico nos territórios do Recôncavo Baiano, Portal do Sertão e Vale do Jiquiriçá. Criada em 2005, está localizada em sete cidades, dentre elas Santo Antônio de Jesus, onde funciona o Centro de Ciências da Saúde (CCS) e nele os cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde - BIS, Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Medicina.

Importante salientar que desde o início o perfil de estudantes era de mais de 80% autodeclarados negros e negras. Contando com um reitor negro e uma quantidade importante de docentes também autodeclarados negros, a discussão racial, o engajamento político e a produção de métodos inovadores no processo de ensino e aprendizagem sempre foram incentivados. O fato de sermos em maioria migrantes e termos a missão de construir uma universidade gerou vínculos fortes, por vezes conflituosos e, também, amorosos, na comunidade acadêmica. Além disso, a implantação do CCS foi resultado de luta política de moradores de diferentes cidades que rejeitaram o projeto de construção de um presídio e pleitearam a implantação de um campus universitário.

A forma como se deu a construção do Centro de Ciências da Saúde, o perfil dos servidores e discentes, e o sonho coletivo de vermos o curso de psicologia em pleno funcionamento e com ele o serviço de psicologia foram aspectos decisivos para o estabelecimento de vínculos e relações de confiança, além de capacidade de mediação dos muitos conflitos gerados pela necessidade de nos adequarmos ao contexto sociocultural onde trabalhávamos.

Considero este preâmbulo importante para que se possa perceber que muitas atividades acadêmicas, temas abordados, estratégias metodológicas desenvolvidas só foram possíveis devido às bases estabelecidas desde o início do funcionamento do nosso campus e do serviço de psicologia. Enquanto psicóloga e mulher preta, sempre me dividi ao longo da minha formação entre os campos da clínica psicológica em instituições de saúde, baseada na terapia cognitiva comportamental, e no campo da saúde coletiva. Essa dupla inserção no campo da saúde me protegeu da falaciosa separação entre indivíduo e sociedade. Neste sentido, analisar o contexto e propor soluções para problemas coletivos sempre fez parte da lógica em que baseio a minha prática.

Importante salientar que as discussões sobre saúde pública, a orientação do curso de psicologia para formar psicólogos aptos a trabalhar nas políticas públicas e os coletivos de estudantes, ao longo de 17 anos de funcionamento do nosso campus formam estudantes, de modo geral, cientes e atuantes na discussão racial, de gênero e de classe. Portanto, dificilmente recebo estagiários que não tenham conhecimento básico sobre os efeitos nefastos do racismo e outras opressões na saúde. Este conhecimento prévio me possibilita avançar nas discussões e desenvolver com os estudantes estratégias culturalmente sensíveis e adequadas, sempre que possível individualizadas, no atendimento à população usuária do serviço de psicologia da UFRB onde ocorrem as supervisões e atendimentos clínicos.

O Ambulatório de Atenção a Pessoas que Vivem com Condições Crônicas (APC) é um programa de extensão permanente (P13601/2015) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que funciona no Serviço de Psicologia dessa instituição desde outubro de 2013. A equipe, formada pela docente supervisora, estagiários (as) de diferentes semestres do curso de Psicologia da UFRB e psicólogos (as) extensionistas, oferta atendimento clínico psicológico, breve, focal e gratuito para pessoas que vivem com condições crônicas, bem como para seus familiares e cuidadores profissionais ou informais, que apresentam quadros clínicos físicos e psicológicos potencialmente incapacitantes.

Desde a matrícula no componente, estagiários e extensionista são informados sobre o que temos como objetivos e que estes variam de acordo com a inserção em estágios básicos ou supervisionados de ênfase:

1. Ofertar atendimento clínico psicológico, breve, focal e gratuito para pessoas que vivem com condições crônicas e seus familiares, cuidadores profissionais ou informais;
2. Contribuir para formação continuada da comunidade externa, de graduandos de Psicologia e profissionais de saúde;
3. Produzir conhecimento teórico prático através da pesquisa clínica e documental sobre a experiência de adoecimento crônico e de ser cuidado;

Nosso público-alvo são adultos que vivem com condições crônicas incapacitantes, em qualquer fase, cuidadores enlutados, pessoas com sintomas leves ou moderados de transtornos psicológicos que possam se beneficiar de atendimento ambulatorial ou grupo de treinamento. São realizados atendimento clínico no serviço de psicologia da UFRB, em domicílio para pacientes com mobilidade reduzida ou em áreas externas para exposição *in vivo*. A duração de acompanhamento varia entre 34 e 50 semanas.

A população que atendemos é majoritariamente feminina, negra, pobre, de baixa escolaridade e descende do grande contingente de africanos escravizados e traficados para esta região. Portanto, considerar a categoria raça e os efeitos do racismo sobre a saúde física e mental dos sujeitos em atendimento não é uma opção ou “recorte de análise” clínica ou de pesquisa. Raça e racismo são entendidos como centrais para compreensão dos problemas apresentados, para elaboração coletiva de estratégias de enfrentamento e para o estabelecimento de vínculos entre as pessoas atendidas e terapeutas.

Por compreendermos que o racismo estrutural (Almeida, 2018) é um determinante para o desenvolvimento e agravamento das condições

crônicas das pessoas que acompanhamos, as dimensões políticas e institucionais fazem parte de toda formulação dos casos clínicos e intervenções. No entanto, vale ressaltar que além do racismo, as múltiplas opressões como misoginia, capacitismo, violência contra LGBTI+, violência do Estado, hiperexposição a perdas e lutos e etarismo são parte da formulação do caso e do atendimento, sendo abordadas desde a triagem e avaliação inicial.

Como a Terapia cognitivo-comportamental ensinada no Brasil pouca ou nenhuma atenção dá aos aspectos sociais, raciais, de gênero ou mesmo de classe, fica a cargo da supervisora racializar a literatura apresentada às estagiárias. Em relação ao estabelecimento de vínculo de confiança entre supervisora e estudantes, quando há concordância racial, existe forte identificação manifesta pelas próprias estudantes que, normalmente, são mulheres negras assim como a supervisora e, quando há discordância racial, consigo perceber uma preocupação maior entre as estagiárias para o estabelecimento de aliança terapêutica com as pessoas atendidas.

Os temas recorrentes nos atendimentos clínicos exigem a consideração do contexto social, pois reduzi-los aos comportamentos individuais e meritocráticos representa nova violência, erro técnico e delito ético, quais sejam: pobreza, fome, desemprego, violação de direitos; medo/desesperança; não reconhecimento e não autorização de lutos e perdas; suicídio; micro agressões e racismo interpessoal; violência na infância e adolescência (abuso psicológico, físico e sexual, abandono/negligência, racismo da escola, “escravização” contemporânea); violência no bairro periférico; sofrimento difuso/sensação constante de inadequação (corpo, estética), impotência, incapacidade (escola, trabalho, família); autolesão; solidão e não pertencimento (se manifesta de forma diferente segundo os gêneros e orientações sexuais); sobrecarga de tarefas de cuidado, situações de dependência, a experiência de dor e alterações/desistência de projetos de vida.

Como orientações gerais para o atendimento, dou maior atenção ao cuidado com o *setting* terapêutico, que não deve ter símbolos de

dominação colonial ou religiosa, e racialização da equipe, pois pessoas brancas e negras pertencem a grupos raciais distintos e devem estar cientes de que esta interação clínica é mediada pelo racismo, mesmo quando não nomeado (Tavares, & Andrade, 2023). Outras orientações incluem: elaboração de intervenções clínicas e instrumentos individualizados e flexíveis que façam sentido para a realidade da pessoa atendida; validação do sofrimento, fortalecimento de vínculo, oferecimento de proteção emocional; investimento na capacidade de tomar decisões, reforço em relação à capacidade e inteligência pessoal; desenvolvimento de soluções pragmáticas para produzir mudanças nas questões relevantes para quem está sendo atendido; desenvolvimento de habilidades para lidar com seus próprios pensamentos e comportamentos disfuncionais; aquisição de uma variedade de estratégias de enfrentamento para as exigências do cotidiano, incluindo-se racismo institucional no SUS e Suas.

Embora alcancemos resultados muito bons para formação de terapeutas sensíveis, hábeis para lidar com as múltiplas necessidades dessa população, assim como para o manejo clínico de quadros complexos nessa realidade, alguns limites nos impedem de oferecer atendimento continuado e mais qualificado. Existe uma variação importante e não previsível do número de terapeutas/estagiárias envolvidas a cada semestre letivo, principalmente porque a quantidade de estudantes por turmas varia por período, egressos retornam para suas cidades de origem e não podem dar continuidade aos atendimentos em suas clínicas e extensionistas não são remunerados, portanto permanecem apenas enquanto não são contratados. A sobrecarga de atividades docentes, discentes e das psicólogas técnicas do serviço de Psicologia inviabiliza encontros além da supervisão semanal para discussão de casos clínicos, treinamentos e troca de experiências. Por fim, o fator limitante central deste trabalho é a precariedade da rede de atenção à saúde na região, que compromete a melhora da saúde física e mental das pessoas atendidas. Neste sentido, a fragilidade dos contratos de profissionais, a falta de investimentos estruturais e a prevalência de interesses pessoais

e políticos de gestores municipais sobre os interesses públicos têm sido entraves de difícil superação que impedem a assistência integral a população mais pobre.

Relato de experiência (UFMG)

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi criada pela Lei nº 10.419 de 09 de abril de 2002, resultante do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, seguindo a proposta de interiorização da educação superior. Com uma estrutura multicampi, a UFCG está presente em sete cidades. O perfil dos estudantes da instituição revela uma predominância de mulheres (56%), com faixa etária entre 20 e 29 anos (67,9%), solteiros (93,5%) e com média de renda familiar próxima a dois salários-mínimos. Em termos de raça, a maioria é parda (61,4%), seguida de branca (28,5%), preta (6,5%) e amarela (3,6%) (Alexandrino *et al.*, 2022).

O curso de Psicologia funciona no município de Campina Grande, no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), juntamente com Enfermagem e Medicina. O curso possui duas ênfases curriculares: Psicologia, Processos e Intervenções Clínicas, e Psicologia Social e da Saúde. Ambas as ênfases promovem articulações entre epistemologia, política, clínica e intervenções sociais, com espaço para a reflexão sobre o papel da psicologia nas políticas públicas, especialmente de acordo com os princípios do SUS. De modo geral, os estudantes possuem uma formação política robusta e um pensamento crítico aguçado, envolvendo-se ativamente em debates sobre questões sociais e políticas. No entanto, ainda existem lacunas na discussão mais detalhada sobre raça e racismo, que são abordadas em poucos componentes curriculares.

Os estágios aqui relatados ocorrem no Serviço de Psicologia (SEP), localizado no CCBS, e em três policlínicas públicas municipais, situadas em diferentes bairros da cidade e que oferecem diversos serviços de saúde, especialmente atendimentos médicos. No SEP, a prática clínica

é realizada por meio da oferta de psicoterapia individual, enquanto nas policlínicas, é oferecido o plantão psicológico. O perfil do público atendido é diferenciado: embora ambos atendam majoritariamente mulheres de baixa renda, no SEP a maioria é composta por estudantes universitários com menor vulnerabilidade social.

A construção para uma formação clínica antirracista não segue uma lógica linear, especialmente por não haver na literatura brasileira indicações metodológicas e pedagógicas sistematizadas sobre como proporcionar uma experiência educacional mais eficaz nesta direção. Diante disso, o processo aqui relatado remete a uma “artesanaria”, pensando na lógica de uma produção de conhecimento artesanal, com muita atenção aos detalhes e se contrapondo a uma “fabricação em massa”, pois cada estudante precisa receber atenção individualizada, já que cada um também estará vivenciando um processo singular em relação ao seu próprio nível de desenvolvimento de consciência racial.

É importante destacar que antes de haver uma sistematização para a criação de um método clínico de supervisão numa perspectiva antirracista, foi preciso assumir que as queixas clínicas ligadas ao racismo nunca tinham recebido a devida atenção. Foi quando mulheres pretas e periféricas passaram a falar nos atendimentos sobre o sofrimento psíquico relacionado ao racismo sofrido por elas que algo na supervisão também começou a ser mobilizado. Foram as narrativas de mulheres pretas com consciência racial que dispararam o entendimento de que a supervisão poderia ser um espaço de invisibilizações sobre as questões raciais, pois nessa prática trabalha-se com o relato dos estagiários sobre os atendimentos, de modo que a questão da cor/raça do paciente pode nunca aparecer, já que o supervisor também não se encontra presencialmente com os pacientes.

A análise da interseccionalidade tem desempenhado um papel crucial na formulação de estratégias destinadas a promover a equidade em contextos específicos, considerando marcadores sociais como raça, gênero e classe. Esses estudos, destacados por pensadoras como Collins

e Bilge (2021) têm sido essenciais na orientação de iniciativas no domínio do ensino-aprendizagem. Além destes, ideias defendidas por Sue D. W., Sue D., Neville, & Smith (2019), que delinearam as características do terapeuta culturalmente competente, também se mostram úteis para pensar caminhos na direção de uma formação clínica antirracista. Os autores propõem que é preciso considerar três dimensões, que estão intrinsecamente articuladas: a) estar ativamente consciente de sua própria visão de mundo como resultante de uma cultura e como isso pode refletir em sua prática, especialmente com as chamadas minorias raciais e étnicas; b) buscar compreender a visão de mundo de seu cliente culturalmente diferente com apreço e respeito, sem julgamentos negativos e repetições de estereótipos; e c) sensibilidade para adequar suas intervenções de acordo com as experiências de vida e valores culturais dos clientes. Os autores afirmam que o processo de desenvolvimento da competência multicultural é ativo e contínuo, pois não há como alcançar um ponto final diante da complexidade e diversidade dos diferentes públicos, das transformações sociais, bem como do reconhecimento das limitações pessoais do terapeuta, havendo sempre a necessidade de mudanças em direção a um atendimento mais qualificado.

Esses princípios constituíram a base para a elaboração de uma abordagem metodológica na minha supervisão clínica, abrangendo não apenas o conhecimento técnico crucial para psicólogos, mas também integrando, ao longo da formação diária, uma perspectiva interseccional (Collins & Bilge, 2021). Esse processo também inclui uma leitura crítica da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), referencial teórico clínico utilizado por mim. É necessário um esforço intelectual para considerar que os princípios e conceitos da ACP refletem um ideal de ser humano frequentemente apresentado como universal mas que, na realidade, é uma imposição cultural e ideológica de valores, características e perspectivas europeias ocidentais.

No primeiro encontro de supervisão em grupo todos se apresentam considerando marcadores sociais como gênero, raça, sexualidade, idade,

classe, religião, escolarização (se estudaram em escola pública ou privada), origem e localização geográfica (onde nasceram e passaram a maior parte da vida), além de indicarem se realizaram leituras prévias sobre esses temas. Nesse momento, como supervisora, é possível identificar o perfil do grupo e a singularidade da história de vida de cada participante, permitindo antecipar como intervenções podem ser direcionadas a estudantes que, por exemplo, já estejam envolvidos em movimentos sociais, em comparação com aqueles que ainda estejam explorando de forma inicial sua própria identificação racial. Adicionalmente, como supervisora, é crucial esclarecer meus próprios marcadores sociais. Apresento-me, entre outros fatores, como mulher branca, cisgênero e de classe média. Exponho meus privilégios na tentativa de que nossa relação seja baseada na honestidade e inspirada nos ensinamentos de hooks (2013) sobre uma pedagogia engajada. Compartilhar minhas inquietações é uma maneira de encorajar estudantes a fazerem o mesmo. Segundo hooks (2013, p.35), “os professores que esperam que os alunos compartilhem narrativas confessionais, mas não estão dispostos a compartilhar as suas próprias, exercem o poder de maneira potencialmente coercitiva”. Além das potenciais discrepâncias entre mim e os estudantes, há uma assimetria inerente à dinâmica entre o papel de docente e discente. É fundamental que todas essas questões estejam em destaque para facilitar a gestão das complexidades nos pensamentos e nos afetos resultantes dessas distintas identidades.

Quando um atendimento clínico é relatado, comumente é permitido ao estagiário escolher a forma como deseja narrar os acontecimentos. Geralmente, o relato começa pela queixa principal, descrevendo as primeiras interações verbais entre as partes envolvidas. Solicito ao estagiário que inclua em seu relato as sensações presentes no momento, observando se, de forma espontânea, ele incorporará elementos relacionados aos marcadores sociais mencionados anteriormente. Caso isso não ocorra, realizo questionamentos diretos sobre como o estagiário percebe a pessoa que está sendo atendida em relação a

marcadores sociais. Com a prática, os próprios estagiários vão dando atenção a esses fatores e incorporando em suas narrativas questões ligadas a raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros.

Esse processo é compreendido como uma oscilação entre diferentes níveis de consciência, especialmente no que diz respeito à questão racial. No caso de estagiários brancos, é importante reconhecer que eles podem ainda não ter desenvolvido a capacidade de falar abertamente sobre raça e racismo e podem experimentar a fragilidade branca quando o tema é abordado. A fragilidade branca é interpretada como uma reação emocional de defesa diante da possível identificação da pessoa como racista, podendo manifestar-se por meio de comportamentos como choro, evitação ou confronto mais direto (DiAngelo, 2018). Portanto, é crucial estabelecer um ambiente de confiança, de modo que o receio de ser percebido como racista seja menor do que o compromisso efetivo com atitudes antirracistas.

Em relação aos estagiários negros, é necessário estar atento à interação mediada pela racialidade durante a supervisão. É fundamental reconhecer que estagiários negros têm uma relação singular com a temática do racismo, e é preciso cuidar para que o espaço de supervisão não se torne mais um ambiente institucional de reprodução de micro-violências. De acordo com Constantine e Sue (2007), as atitudes raciais dos supervisores podem influenciar a abordagem de raça e cultura na supervisão, levando estagiários não brancos a temerem expressar ideias divergentes, receando desaprovação ou consequências negativas. Como resultado, esses estagiários podem se tornar mais cautelosos e seletivos nas informações compartilhadas, especialmente quando estas não se alinham com a visão do supervisor. Isso pode prejudicar a qualidade do relacionamento entre estagiários negros e supervisores brancos, gerando insatisfação e frustração (Constantine, & Sue, 2007).

Diante disso, é importante criar um ambiente com segurança relacional onde os estagiários e eu possamos questionar, ponderar, confrontar, articular ideias e expressar preocupações. Isso promove

tanto conforto quanto desconforto, pois essa segurança não significa validação incondicional, mas sim o desenvolvimento de pensamento crítico em um ambiente de cuidado. Vale destacar que, a cada nova turma, adaptações são necessárias, pois não existe um manual a ser seguido. Enfrentamos limitações institucionais, como o tempo restrito de estágio, a carga horária insuficiente para a supervisão e para formações complementares e a rotatividade de estagiários em virtude da conclusão do estágio. Apesar dessas dificuldades, é perceptível que essa abordagem de formação tem desenvolvido profissionais sensíveis à diversidade e aptos a uma prática clínica orientada para o antirracismo e a justiça social.

Considerações finais

Considerando a literatura mais atual sobre supervisão e formação de psicólogos, podemos compreender que a inserção da discussão sobre antirracismo, relações raciais e saúde mental das populações racialmente marginalizadas vem ao encontro das novas demandas da sociedade e responde ao determinado nas diretrizes curriculares para formação em Psicologia. A inclusão do debate racial na formação do psicólogo clínico é um imperativo contemporâneo, ético, técnico e político. Entende-se que, ao compreender as complexidades das experiências raciais, o profissional estará mais capacitado para oferecer intervenções culturalmente adequadas e promover um ambiente terapêutico inclusivo e não violento.

Noutro sentido, assumir as relações raciais como mediadoras do encontro entre supervisor e estagiário nos permite identificar pontos sensíveis, principalmente, quando a díade docente/discente tem gênero e pertencimento racial discordante, tem uma relação socialmente assimétrica e compreende o exercício da clínica psicológica a partir de pressupostos epistemológicos e de compreensão da sociedade radicalmente opostos. Numa perspectiva otimista, parte dos conflitos

entre supervisores e estagiários, assim como as falhas técnicas e éticas no atendimento ao público externo, podem ser evitadas quando compreendidas pela assimetria racial, de gênero e classe entre supervisores, estudantes e usuários dos serviços: se temos, por um lado, discentes e usuários de origem pobre, em sua maioria, mulheres e negras, no outro temos os docentes, grupo majoritariamente formado por homens e mulheres brancos, doutores, estabelecidos nas classes média e alta, e gozando de alto prestígio social. Espera-se que, a partir da compreensão dos fatores sociais e históricos que geram a desigualdade, estes docentes possam reconhecer as vantagens sistemáticas proporcionadas por sua branquitude (Schucman, 2020) e passem a adotar estratégias que promovam equidade, respeito e saúde mental na sua relação com estagiários e população atendida.

Referências

- Aguirre, A. M. B., Herzberg, E., Pinto, E. B., Becker, E., Carmo, H. M. S., & Santiago, M. D. E. (2000). A formação da atitude clínica no estagiário de psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 11, n. 1, 49-62. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642000000100004>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Alexandrino, A., Nery, C. B., Oliveira, C. B. S., Cruz, E. K. L., Farias, S. M., Pontes, A. R. L., Nascimento, G. L., & Nogueira, M. F. (2022). Perfil sociodemográfico e acadêmico de estudantes universitários de uma Universidade Federal no interior do Nordeste. **Interbio**, v. 16, n. 2, 69-76.
- Almeida, S. (2018). *Racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento.
- Artes, A., & Unbehau, S. (2021). As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira. **Educ Pesqui**, [S.l.], v. 47, e228355, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228335>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Carneiro, V. T. (2009). Como nos tornamos psicólogos clínicos? In H. T. P. Morato, C. L. B. T. Barreto, & A. P. Nunes (Coords.), **Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial: Uma introdução**, pp. 75-88. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Carneiro, V. T. (2021). Experiências na formação de psicoterapeutas antirracistas. **Diaphora**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, pp. 32-38.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). **Interseccionalidade** (R. Souza, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Constantine, M. G., & Sue, G. W. (2007). Perceptions of racial microaggressions among Black supervisees in cross racial dyads. **Journal of Counseling Psychology**, v. 54, pp. 142-153. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0022-0167.54.2.142>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Damasceno, M. G., & Zanello, V. M. (2022). Psicoterapeutas brancos/as e clientes negros/as: sobre racismo invisível e lacuna em relações raciais na formação profissional. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 14, n. 42, pp. 317-342. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1348>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- DiAngelo, R. J. (2018). **Não basta não ser racista: Sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial.

- Ferreira, E. M., Teixeira, K. M. D., & Ferreira, M. A. M. (2022). Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, pp. 303-315. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84603>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Galindo, W. C. M., Tamman, B. F., & Sousa, T. B. de S. (2020). Estratégias formativas em serviços-escola de psicologia: revisão bibliográfica da produção científica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 40, e188175. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003188175>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Gemelli, C. E., & Closs, L. Q. (2022). Trabalho docente no ensino superior: análise da produção científica publicada no Brasil (2010-2019). **Educação e Sociedade**, [S.l.], v. 43, e246522, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.246522>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Gouveia, M., & Zanello, V. (2019). Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, [S.l.], v. 24, e42738. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42738>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- hooks, B. (2013). **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Mariuzzo, P. (2023). Novas cores e contornos na universidade - o perfil do estudante universitário brasileiro: país avança na inclusão de estudantes no ensino superior, mas políticas públicas precisam de aperfeiçoamentos, especialmente as de permanência. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 75, n. 1, pp. 01-06. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252023000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 mar. 2024.
- Miranda, D. W., & Félix-Silva, A. V. (2022). As subjetividades periféricas e os impasses para a descolonização da clínica psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 42, e264143. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264143>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Prebianchi, H. B., & Amatuzzi, M. M. (2000). Análise de uma experiência de supervisão clínica. **Estudos de Psicologia** (Campinas), [S.l.], v. 17, n. 1, 55-63. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2000000100005>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004. (2004). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. **Diário Oficial da União**, 18 de maio de 2004.

- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Santana Queiroz, V., & Davino Araújo, G. (2024). Branquitude, racismo e psicologia clínica: críticas para a construção de uma clínica antirracista. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, [S.l.], v. 15, n. 43. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1616>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Schucman, L. V. (2020). **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Veneta.
- Schucman, L. V., & Gonçalves, M. M. (2020). Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, [S.l.], v. 72, pp. 109-123. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.109-123>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Sei, M. B., & Franco, R. da S. (2017). Supervisão grupal de estágio em psicologia clínica: revisão da literatura. **Psicologia: Ensino & Formação**, São Paulo, v. 8, n. 2, pp. 75-84. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612017000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Silva, W. M. de F., Oliveira, W. A. de, & Guzzo, R. S. L. (2017). Discutindo a formação em Psicologia: a atividade de supervisão e suas diversidades. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.l.], v. 21, n. 3, pp. 573-582. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111111>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Sue, D. W., Sue, D., Neville, H. A., & Smith, L. (2019). **Counseling the culturally diverse: Theory and practice** (8th ed.). New York: Wiley.
- Tavares, J. S. C., & Trad, L. A. B. (2021). Racismo e saúde mental: subsídios para uma clínica socialmente contextualizada. In Barbosa, I. R., Aiquoc, K. M., & Souza, T. A. (Orgs.). **Raça e saúde: múltiplos olhares sobre a saúde da população negra no Brasil**, pp. 169-180. EDUFRRN.
- Tavares, J. S. C., & Kuratani, S. M. D. A. (2019). Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “tornaram negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 39, e184764. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Tavares, J. S. C., & Andrade, V. dos S. (2023). Sua clínica tem cor: sobre letramento racial e vínculo terapêutico. In A. Pantet, C. Milanese, M. De Paula, & T. Mizael

(Orgs.). **Terapia Racial: diálogos sobre psicoterapia para população negra.**
São Paulo: Ed. dos Autores.

Tavares, J. S. C., Nogueira, A. T. P., Jesus, A. L. C., Santos, M. P., Almeida, M. M., & Malta, R. A. (2022). Ambulatório de atenção psicológica às pessoas com condições crônicas. In **Psicologia na UFRB: diversidade e territorialidade**, pp. 219-238. 1ª. ed. Cruz das Almas: EDUFRB.



ENCONTROS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, TERAPIA NARRATIVA E A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Cláudia de Oliveira Alves
Isadora Bezerra Araújo
Nathália Ferreira Honorio
Renata Ramos de Souza
Silvia Beatriz Moreno Diniz

Introdução

As relações étnico-raciais continuam, frequentemente, negligenciadas na maior parte do processo de formação em psicologia no Brasil, apesar de se observar algumas mudanças ao longo dos últimos anos. Não obstante constituírem a realidade social e os processos psicológicos, sociais, relacionais, dentre outros, as questões étnico-raciais, de forma geral, ainda não são contempladas nos currículos dos cursos de psicologia (Carvalho; Souza; Macedo, 2020; Santos; Schucman, 2015). Algumas iniciativas têm sido desenvolvidas, mas ainda de forma isolada quando comparadas com o cenário nacional (Alves et al., 2023; Meireles, Feldman, Cantares, Nogueira, & Guzzo, 2019; Castelar, & Santos, 2012).

Os estágios supervisionados, que são parte importante da formação profissional em psicologia, também são impactados por essa ausência. Constituídos como um conjunto de atividades de formação, os estágios supervisionados procuram assegurar o contato da(o) formanda(o) com situações e contextos, possibilitando que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais se consolidem, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os Cursos de Graduação em Psicologia (Brasil, 2011). Por possibilitar um processo de formação estruturado por teoria e prática colado à realidade das pessoas e grupos atendidos, os estágios podem contribuir para construção

de uma *práxis* que possa endereçar esforços para as necessidades vivenciadas pelos supervisionados. Mas como possibilitar que isso ocorra se, ao longo do processo, incluindo os estágios, um elemento constituinte e analítico importante, como a raça, não é considerada, percebida, reconhecida e analisada?

Esse processo de invisibilidade, de não reconhecimento da raça como elemento constituinte da realidade brasileira, decorre dos mecanismos e do funcionamento do dispositivo de racialidade, conforme discutido por Sueli Carneiro (2023). Nesse sentido, a racialidade pode ser compreendida como

uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorre que ser branco e ser negro são consideradas polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades (Carneiro, 2023, p. 22).

No contexto descrito acima, as relações raciais produzem e articulam saberes, poderes e modos de subjetivação, que constituem produção e produto do dispositivo de racialidade. Dispositivo, para Foucault (2016, p. 215), é uma rede de elementos que conglobera “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. O mito da democracia racial, ou seja, a falsa ideia de que no Brasil não existe racismo e vivemos em uma democracia racial, por exemplo, que constitui o dispositivo de racialidade, é um discurso que molda as relações raciais no contexto brasileiro. Sua permanência até os dias atuais, aponta Carneiro (2023), se deve à sua função estratégica como apaziguador das tensões étnico-raciais, o que resulta em um silenciamento sobre a

existência/persistência da discriminação racial no Brasil. Destarte, como lembra Foucault (2016), discurso é prática social e as práticas sociais são constituídas discursivamente, ao passo que os discursos e as práticas formam sujeitos e objetos, formam materialidade. Nesse sentido, a persistência da invisibilidade das questões raciais nos currículos de formação representa efeito e substância do racismo no Brasil.

No caso da formação profissional e produção de conhecimento em psicologia, a psicologia social tem sido a área que mais tem publicado sobre psicologia e questões raciais ao longo dos anos (Sacco, Couto, & Koller, 2016). No campo da psicologia clínica, no contexto brasileiro, a psicanálise (ou obras inspiradas por ela), historicamente, tem sido a perspectiva teórica mais adotada no Brasil para produzir conhecimento no campo de atendimentos clínicos sensíveis às questões étnico-raciais. Os trabalhos de Neusa Santos Souza (Souza, 1983), Isildinha Baptista Nogueira (Nogueira, 1998), Maria Lúcia da Silva (Silva, 2005), dentre outros, são alguns exemplos. Nas últimas décadas tem-se observado um aumento da produção a partir de outras perspectivas teóricas como o psicodrama (Malaquias, 2020), a Gestalt-terapia (Alvim, 2020), Terapia Cognitiva Comportamental (Tavares, & Kuratani, 2019) e outras.

No campo da atuação clínica, o reconhecimento da raça deve envolver a adoção de uma postura crítica que tenha como base o entendimento da função política da psicologia e do funcionamento do racismo. Para que a clínica não seja mais um espaço de reprodução do racismo, ela deve se comprometer política, ética e tecnicamente com as questões raciais. Algumas pistas nessa direção são apontadas: (a) orientar-se por uma definição nominalista da raça e compreender os sistemas raciais, seu funcionamento e suas repercussões; (b) considerar os muitos e múltiplos significados e sentidos da raça, assim como se atentar para a potencialidade das ambiguidades para promover intervenções; (c) investigar sobre a forma particular que se dá o encontro da pessoa com o racismo; e (d) investigar como a pessoa lida com o contexto racial, assim como produz respostas diante de preconceitos, estigmas,

discriminações a que está submetida (Schucman, & Gonçalves, 2020). O processo terapêutico, a relação terapêutica e a condução e manejo terapêuticos são elementos que também precisam ser considerados dentro de uma perspectiva racial.

Esse cenário aponta para a relevância do desenvolvimento de experiências de formação em psicologia que reconheçam as relações étnico-raciais como constituintes da realidade social e dos processos psicológicos, relacionais e sociais. Nesse sentido, o objetivo do presente capítulo foi relatar e discutir a experiência de estágio supervisionado em psicologia clínica voltado para o atendimento psicológico de pessoas negras e indígenas, a partir da perspectiva teórico-metodológica sistêmica da Terapia Narrativa e dos estudos críticos sobre relações étnico-raciais. O relato foi construído a partir da perspectiva da professora supervisora e das estagiárias, essas últimas convidadas a compor o este texto como coautoras. Não obstante, em alguns momentos, a perspectiva das estagiárias será evidenciada por meio de trechos do registro que fizeram após o término do estágio. O capítulo está organizado em seis seções que abordam (a) a caracterização do campo de estágio; (b) as considerações teórico-metodológicas; (c) as reflexões sobre os processos dos atendimentos; (d) as problematizações sobre a formação em psicologia clínica, (e) as considerações sobre o grupo de estágio; e (f) considerações finais.

O contexto do estágio

O estágio supervisionado foi realizado em uma clínica-escola, ligada a uma universidade pública, que oferta atendimento psicológico. A prática teve como foco a oferta de atendimento direcionado para pessoas negras e indígenas por dois motivos: pelo fato de essa população historicamente ter limitado ou nulo acesso aos serviços de atendimento psicológico e, nesse sentido, a oferta direcionada favorece o acesso ao serviço; pela possibilidade de criar um contexto não brancocentrado,

diferente do que, historicamente, têm sido as formações em clínica; e para que se pudesse evidenciar as questões étnico-raciais no processo de aprendizado, uma vez que essa temática ainda não é transversalizada na formação em psicologia.

Foram realizados atendimentos individuais, entre os meses de setembro e dezembro de 2023, conduzidos pelas estagiárias sob orientação da professora supervisora. O grupo de estágio se nomeou como grupo *Encontros*. Os atendimentos, realizados em horários diferentes dos da supervisão, adotaram a perspectiva teórico-metodológica sistêmica da Terapia Narrativa e os estudos críticos sobre relações étnico-raciais. Os critérios para se inscrever para receber atendimento foram: ter idade igual ou superior a 18 anos; e se autodeclarar como preta(o), parda(o) ou indígena. As inscrições foram realizadas por meio de formulário disponibilizado no *site* da clínica-escola. Foram ofertadas 25 vagas, que foram preenchidas em menos de dois minutos. Isso aponta para o fato de a demanda ser maior do que o serviço da clínica-escola consegue ofertar, representando uma fragilidade da capacidade, não só do serviço, mas do sistema de saúde mental como um todo, em acolher esse e demais grupos da população. Foram realizadas supervisões semanais, com duração de três horas cada, e foram desenvolvidas atividades como: leitura e discussão teórica; atividades formativas com o uso de exercícios de simulação de atendimento ou de uso de instrumentos e técnicas específicos; registro de sessão; discussão de caso clínico; avaliações e *feedbacks* sobre os processos de cada estagiária.

Encontros com a perspectiva teórico-metodológica

A fundamentação teórico-metodológica adotada no estágio foi baseada nos estudos das relações étnico-raciais e na perspectiva sistêmica da Terapia Narrativa (White, 2012). No campo dos estudos das relações étnico-raciais, baseou-se em uma perspectiva sociológica da raça (Carone, & Bento, 2016; Munanga, 2003); em estudos sobre as

complexas dinâmicas das relações étnico-raciais entre pessoas, famílias e outros grupos (Fanon, 2008; Hordge-Freeman, 2020; Kilomba, 2019; Schucman, & Gonçalves, 2020; Schucman, & Martins, 2017; Sousa, 1983); e em estudos sobre os efeitos do racismo nas condições de vida e na saúde mental (Lopes, & Sathler, 2022; Williams, & Priest, 2015; Werneck, 2016).

A perspectiva sistêmica da Terapia Narrativa é uma modalidade terapêutica que se ancora na compreensão de que as narrativas que as pessoas constroem sobre si, sobre os outros e sobre o mundo desempenham um papel fundamental na organização dos processos psicológicos (Matheus, & Bolze, 2022; White, 2012). As pessoas se constituem nas e pelas relações sociais ao mesmo tempo em que são constituintes destas. Nesses processos, a linguagem tem papel de destaque no campo intra e intersubjetivo de constituição de significado (Vygotsky, 1999). As pessoas se constituem por meio da atribuição de significados à experiência vivida, tecendo-se narrativamente. Dessa forma, a experiência estrutura a narrativa ao mesmo tempo em que a narrativa estrutura a experiência. Esses processos produzem um enquadramento da realidade que influencia quais aspectos passarão a ser mais destacados e quais ficarão invisíveis, constituindo o campo da identidade e de como a pessoa se coloca no mundo concreto (Matheus, & Bolze, 2022). A identidade é forjada nas experiências sociais, pessoais e interpessoais constituídas por raça, classe, gênero, sexualidade, dentre outros marcadores de diferença e desigualdade. Nesse sentido, a identidade é tecida em um contexto interseccional de posicionalidades (Crenshaw, 2002). No presente capítulo estão em análise, principalmente, os aspectos ligados às experiências raciais de pessoas negras e indígenas, apesar de não serem vivenciadas isoladamente.

As tecnologias raciais, organizadas em rede como dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023), configuram um contexto de aprendizados, enquadramentos das histórias de vida e subjetivação das pessoas. Esse processo ocorre ao longo da vida. O racismo sistêmico e estrutural

sustenta expressões também no nível interpessoal, que se expressam por meio de estigmas, estereótipos, preconceitos, discriminações e diversas outras violências. Esses elementos têm repercussões significativas nas vidas e nas histórias que pessoas negras e indígenas desenvolvem sobre si mesmas, sobre suas relações. Apesar da multidimensionalidade das experiências vividas, o racismo forja um enquadramento no qual as pessoas constroem as noções de si, sobre as pessoas à sua volta e sobre o mundo. Os significados construídos sobre as experiências estão enquadrados, amplamente, pela branquitude enquanto sistema simbólico e material que impõe referência, funcionando como uma estrutura de inteligibilidade para as interpretações sobre o vivido.

Na constituição de si de pessoas negras, em uma sociedade racista como o Brasil, é comum que as narrativas que constituem suas identidades sejam permeadas por sentidos de inferioridade, negatividade, incompetência, desvalor, dentre outros. Como lembrou Fanon (2008), para as pessoas negras, as possibilidades e a liberdade de se constituir pessoa são, muitas vezes, aprisionadas no enquadramento que o racismo tece para esse grupo. Algumas narrativas são impostas para pessoas negras ao longo da vida e essas se tornam substrato da própria constituição enquanto pessoa. As pessoas são multi-historiadas (White, 2012). Mas as histórias que, nesse processo, se tornam dominantes, sobressaem na constituição dos sentidos sobre si, sobre os outros e sobre o mundo. Possibilitar conhecer e reconhecer as histórias que ficam subordinadas, e dar sentido a elas de modo a enriquecer as histórias sobre identidade, é uma possibilidade de escapar dos discursos dominantes coloniais no campo subjetivo. Nesse sentido, a compreensão do *self* como constituição narrativa leva à possibilidade de ampliação e enriquecimento de histórias e de reautoria da identidade, como propõe a Terapia Narrativa.

As estratégias da Terapia Narrativa mais utilizadas nos atendimentos realizados pelo grupo de estágio foram: externalização, lembrança, reautoria (White, 2012) e a metodologia Árvore da Vida (Denborough, 2016; Ncube, 2006). A externalização se refere a um processo de separação

da pessoa do problema, possibilitando experienciar uma identidade separada deste último (White, 2012). Alguns dos efeitos do racismo nas pessoas que o sofrem são as repercussões sobre a subjetividade por meio da internalização de noções negativas sobre si e seu grupo. Pessoas negras, como resultado desse processo, muitas vezes acreditam que há algo errado com elas, quando na verdade se trata de um efeito decorrente do contexto social estruturado pelo racismo. Destarte, é comum que pessoas negras convivam com internalizações sobre sua identidade que são produto e efeito do racismo. As conversas de externalização permitem criar um espaço de possibilidades para fortalecer a agência das pessoas diante do problema, ao mesmo tempo em que coloca os atos de resposta (resistência) em evidência. Pessoas negras e indígenas possuem muito mais habilidades, conhecimentos e possibilidades de vida do que possibilita o reconhecimento enquadrado pelo racismo. Esses grupos estão cotidianamente respondendo e resistindo aos efeitos do racismo em suas vidas e desenvolvem habilidades e conhecimentos de resistência e que muitas vezes não são integrados nas histórias que as pessoas desenvolvem sobre si. Nesse sentido, a Terapia Narrativa pode contribuir para o desenvolvimento de histórias alternativas que integrem esses elementos. Como apontam Carey e Russell (2002), o processo de externalizar tem a ver com poder e política, uma vez que permite rastrear como os problemas foram/são moldados por relações mais amplas de poder. Ao possibilitar separar as identidades das pessoas dos problemas, coloca de volta no contexto social e na história o que é amplamente constituído pelo contexto social e pela história, e não apenas por processos individuais e subjetivos. Por isso, concordamos com as autoras que esse é um pequeno e importante ponto do trabalho político na clínica.

A lembrança, outra estratégia utilizada, busca lançar luz sobre referências significativas, em um processo de atualizar e ampliar perspectivas sobre a identidade. Assim, amplia-se a possibilidade de as pessoas constituírem e considerarem aspectos que muitas vezes

não estão em evidência e que podem enriquecer o campo de suas identidades (White, 2012). Re-membrar possibilita um contexto para as pessoas revisarem e reorganizarem referências que constituem o campo relacional de constituição da identidade (Carey, & Russell, 2002). Como aponta Neuza Santos Souza (1983, p. 77), muitas vezes “a possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais/mães ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco”. Isso porque, é muito comum que pessoas negras sofram racismo nas relações familiares, de amizade, dentre outras. Os estudos de Elizabeth Hordge-Freeman (2020) e de Lia Vainer Schucman (2018) apontam que as relações familiares, como instituições, também sustentam e reproduzem o racismo em suas relações e as trocas intersubjetivas constituídas nesse contexto produzem tendências na constituição da subjetividade. A própria distribuição dos afetos nas famílias está, muitas vezes, atrelada à interpretação do fenótipo de seus membros – quanto mais próximo do fenótipo da brancura, maior probabilidade de o membro ser privilegiado na distribuição dos afetos (Hordge-Freeman, 2020). As conversas de lembrança podem possibilitar que as pessoas lancem luz para relações que podem amparar a construção de visões mais ricas, positivas e ampliadas sobre elas.

As conversas de reautoria permitem o desenvolvimento de histórias alternativas, localizando as experiências (e habilidades, conhecimentos, dentre outros) nos contextos sociais, relacionais e culturais (White, 2012). Através da geração de ricas descrições das histórias alternativas é possível que as pessoas possam operar mudanças significativas (Carey, & Russell, 2002). O trabalho na clínica com pessoas negras e indígenas, envolve, nesse sentido, esforços na direção do desenvolvimento de histórias alternativas que escapem da influência dominante do racismo em suas vidas. As ricas descrições dessas histórias podem proporcionar mais opções para ações e, portanto, habilita mudanças significativas. Nesse processo, aspectos da vida como esperanças, sonhos, princípios,

realizações, habilidades, valores, dentre outros elementos, são levantados para explorações e ricas descrições. Na reautoria, a dimensão dos discursos é muito enfocada e essa é uma prática que evidencia a indissociabilidade do contexto social (macrossocial) e o contexto pessoal (microsocial).

A seguir são apresentados alguns relatos das estagiárias sobre o encontro com a perspectiva teórico-metodológica.

Esse entendimento, trabalhado logo nas primeiras supervisões, também foi um potencializador da atividade realizada em *setting* clínico. Retomar a concepção de que o indivíduo em psicoterapia é o maior especialista de sua vida não nos retira da nossa responsabilidade enquanto psicólogos de possibilitar reflexões e de possibilitar a ampliação de vivências daquele sujeito. Mas retira-nos do papel de guardiões da verdade, e mais importante, de detentores das respostas às demandas e pedidos dos pacientes/clientes. Ao retirar-se desse lugar, a psicóloga pode se fazer verdadeiramente presente e envolvida no processo terapêutico, sem remover do indivíduo a autonomia que lhe cabe em suas próprias narrativas e experiências (Renata - Estagiária).

As intervenções com uma abordagem centrada na Terapia Narrativa proporcionaram um espaço para explorar as experiências, as narrativas pessoais e as vivências no espaço clínico, em conjunto com um olhar atento às questões raciais. As ações tiveram foco na ampliação das possibilidades de significados e na contribuição com o enriquecimento de narrativas e fortalecimento pessoal. Partindo do princípio de que a pessoa atendida é a especialista de sua vida, foi possível desenvolver uma escuta atenta ao que cada pessoa relatava, em que o foco estava na pessoa e não nas interpretações da terapeuta (Nathália - Estagiária).

A abordagem da Terapia Narrativa foi uma ferramenta fundamental para facilitar a expressão e as reflexões sobre as experiências das pessoas

atendidas. As pessoas atendidas foram encorajadas(os) a ampliar as histórias que compõem as narrativas de vida de forma autêntica e empoderadora, fortalecendo o senso de agência (Isadora- Estagiária).

A Terapia Narrativa se fez importante ferramenta, por ser baseada na construção de narrativas alternativas (Denborough, 2016). Entende-se que um dos principais recursos da colonização é a negação do outro (pessoas negras e indígenas), mantendo o modelo hegemônico de referências de identidades e possibilidades de vivência restritas aos moldes da branquitude (Milanez et al., 2019). A geração de narrativas alternativas a este modelo se apresentou como relevante no processo terapêutico ao fortalecer aspectos identitários contrários a esses aspectos de colonização. Outro aspecto também interessante da Terapia Narrativa foi o uso das conversas de lembrança, que se pautam na ideia de que nossa construção de identidade se dá a partir da rede de pessoas que perpassa a vida do sujeito (Lion, 2017). Essa ferramenta se fez importante ao se considerar o contexto específico dos estudantes indígenas da universidade, em que a maioria se encontra muito distante do próprio povo, com o objetivo de conseguir o diploma do ensino superior enquanto conquista para a própria família e povo como um todo. Nesse contexto de extrema adaptação a um contexto diferente, demarcado pelo racismo e pelas dificuldades econômicas e sociais de se manter na universidade (Nascimento, 2021), fortalecer aspectos identitários que remontavam aos seus próprios territórios foi importante para resgatar aspectos de si invisibilizados nos anos de graduação (Sílvia- Estagiária).

Encontros com os atendimentos

Ao longo dos atendimentos pode-se observar, por meio de relatos das pessoas atendidas, um movimento de ampliação das perspectivas inicialmente apresentadas. Processos terapêuticos que começaram com

frases como “acho que o problema sou eu”, puderam ser ampliados. Nesse processo, foi preciso que não mais se enxergassem como “o problema” e resgatassem singularidades em suas experiências que iam ao encontro de valores, aspirações e propósitos que cultivavam. As experiências de opressão cotidianas e estruturas hierarquizantes estabelecidas e invisibilizadas na sociedade fazem com que a subjetivação de pessoas negras se dê, muitas vezes, por meio da diferença com o branco (Lessa, 2020; Fernandes; Galindo; Valencia, 2020). Nesse sentido, o processo terapêutico representou não somente uma possibilidade de fortalecimento da identidade, mas também uma oportunidade de encontro diferente com a alteridade.

A seguir são apresentados alguns relatos das estagiárias sobre o encontro com os atendimentos.

No que diz respeito ao atendimento de pessoas negras, foi possível perceber que as narrativas saturadas tinham a contribuição de estruturas maiores de poder e processos de subalternização. Notou-se que, devidamente engajadas no processo terapêutico, as pessoas podem trilhar novos caminhos de sentido. Em atendimento, por exemplo, foi possível sustentar a construção de uma nova concepção do que seria a ansiedade e o cuidado, explorando também o que é social e culturalmente esperado daquela pessoa em perspectiva, e que muitas vezes não é considerado e refletido por ela (Renata - Estagiária).

Não se pode individualizar processos de sofrimento que são constituídos no tecido social. Por vezes, os mecanismos do dispositivo de racialidade fazem com que seja difícil identificar situações de violências raciais. Por isso, espaços de atenção em saúde mental da população negra, pensados para compreender esses mecanismos e construir alternativas de enfrentamento, são potentes e necessários para a formação de psicólogos e para a existência de espaços seguros para enfrentar os impactos do racismo, como descrito abaixo por uma estagiária.

Nos casos acompanhados foi comum o relato de baixa autoestima e sensação de não pertencimento por parte das pessoas atendidas. Isso se expressou em queixas como ansiedade, desmotivação nos processos de formação, ausência de atividades de lazer, sensação de incapacidade, entre outras. Situações de violências intrafamiliares e externas também foram comuns. Os relatos de experiências traumáticas ao longo da vida apareciam nem sempre identificando o impacto do racismo em seu acontecimento, apesar de muitas vezes serem situações em que a racialidade foi um fator determinante (Nathália - Estagiária).

Ao atender duas pessoas indígenas durante o estágio clínico, percebi a complexidade e a responsabilidade inerentes a essa experiência. Como indígena, encontrei-me em uma posição única, confrontada com problemas semelhantes aos das pessoas que atendia, o que exigiu uma cuidadosa reflexão sobre meus próprios desafios pessoais e a habilidade de separar o que pertencia a mim e o que pertencia a elas. Essa situação destacou a importância da autoconsciência no exercício da prática terapêutica. Através desse processo, pude não apenas aprender com as pessoas que atendi, mas também encontrar maneiras de utilizar minha própria experiência para informar e aprimorar a qualidade do cuidado que eu oferecia (Isadora - Estagiária).

Nos atendimentos em que a díade terapêutica foi composta por estagiária branca atendendo pessoas indígenas, refletiu-se e discutiu-se ao longo das sessões e, também, com grupo de supervisão, como tal aspecto estabelece especificidades para a relação terapêutica. A perspectiva da Terapia Narrativa adota a noção de horizontalidade no espaço terapêutico, onde o objetivo é deslocar o local de poder tradicionalmente atribuído à psicóloga para uma perspectiva de coconstrução de sentidos (Matheus, & Bolze, 2022). No entanto, sabe-se que, historicamente, a interação de populações indígenas com populações não indígenas é marcada por múltiplas violências e

movimentos de resistência (Fernandes, Brock, Johann, & Domingos, 2020). Ademais, apesar da proposta da Terapia Narrativa destoar da perspectiva tradicional de manutenção do poder na terapeuta, o espaço clínico, frequentemente, não é pensado para estabelecer relações de coconstrução e acolhimento para pessoas não brancas e em condições socioeconômicas desfavoráveis. A própria formação em psicologia não conta com estudos relacionados à diversidade de contextos e acaba, por diversas vezes, reforçando violências da colonização sofridas por essas populações, além de pouco compreender sobre as melhores formas de atuação com tal população (Lopes, & Sathler, 2022). Esse cenário fez com que fosse ainda mais importante a busca ativa pela horizontalidade, compreendendo como o espaço da clínica poderia se adequar às necessidades das pessoas atendidas, e não o contrário.

Inicialmente, foi considerado que a oferta de atendimento em grupo para estudantes indígenas seria relevante, pois sabia-se que ainda não havia atendimentos específicos para tal população no contexto universitário, e esta seria uma forma de favorecer o fortalecimento de percepções coletivas dentro da própria comunidade (Carrizo, & Rasera, 2010). Contudo, não houve adesão por parte das pessoas atendidas à modalidade de atendimento grupal e, posteriormente, foi apontado por elas que o aspecto da coletividade era suprido em outros espaços que não o da clínica, e as articulações coletivas já eram consolidadas através do centro estudantil. Por isso, compreendeu-se que seria importante ofertar espaços de atendimento que contemplassem aspectos subjetivos que não encontraram espaço para serem abordados comunitariamente. Assim, foram ofertados atendimentos individuais e estes tiveram boa adesão. A lógica coletiva, que dentro de comunidades não indígenas é, geralmente, enfraquecida – fruto também do projeto colonial (Krenak, 2018), apresentou-se forte na comunidade indígena estudantil e esteve presente em todos os atendimentos individuais ofertados. A modalidade de atendimento foi individual, mas a tessitura do contexto terapêutico foi constituída na coletividade. Nessa direção, uma das estagiárias relata:

Minha vivência enquanto terapeuta não indígena atendendo estudantes indígenas partiu da compreensão de que aspectos culturais resultam em diferenças de concepção a respeito de identidade, coletividade e propósito de vida, exigindo atenção constante para não impor suas próprias perspectivas. O fortalecimento dessa concepção se deu, principalmente, a partir de estudos acerca das questões étnico-raciais e aprofundamento de tais questões para populações indígenas – uma vez que o letramento racial é entendido como um aspecto essencial para entender as melhores formas de atuação (Mendes, 2023) –, e de dialogar com as pessoas atendidas a respeito do sentido do espaço clínico para elas, sempre reforçando a ideia de horizontalidade (Sílvia - Estagiária).

Encontros com a formação

Apesar de ser um movimento crescente, o contato com a temática sobre relações étnico-raciais na formação profissional em psicologia ainda é ínfimo e insuficiente para preparar psicólogas(os) para atuar de forma crítica com uma população que é majoritariamente não-branca, como a brasileira (Belandi, & Gomes, 2022). Disciplinas incipientes na graduação; ausência de grupos de pesquisa e extensão compostos por e para populações historicamente discriminada; falta de professores de graduação que se interessem e busquem ativamente sobre o tema e instiguem também seus orientandos a buscar e produzir conteúdos relacionados às relações étnico-raciais no Brasil são alguns dos fatores que adiam esse movimento dentro da academia. Esse contexto pode ser exemplificado no relato da estagiária abaixo.

Pensando na psicologia, especificamente nos espaços da psicologia tida como clássica, nos deparamos com referenciais teóricos que se aprofundam pouco, ou nenhum pouco, nas questões relacionadas

à racialidade. O fato de não termos disciplinas que abordem o tema das relações étnico-raciais na grade curricular obrigatória do curso exemplifica bem o contexto. Seria admissível uma psicologia acrítica em um país onde a colonização teve impactos tão severos para os povos originários e a população negra, retirados de suas terras e deixados à margem da construção dessa sociedade? Acredito que não. É necessária a reivindicação de espaços dentro da universidade para se pensar o impacto do racismo para a saúde mental dessas pessoas, que historicamente são retirados dos espaços demarcados como pertencentes a classe hegemônica. É comum o relato de que estudantes negros não se sentem pertencentes à universidade. Ao longo do curso de psicologia, em diversos momentos, me senti em desconexão com o espaço universitário e demorei para perceber que não era um sentimento exclusivo meu e que isso era reflexo de estar ocupando um espaço que historicamente foi negado para pessoas negras (Nathália - Estagiária).

A sociedade brasileira não pode ser analisada ignorando a perspectiva racial, uma vez que se trata de um país estruturalmente racista - estrutura essa que cumpre o objetivo de manter a hegemonia da branquitude em relação aos grupos historicamente marginalizados (Almeida, 2019). No Brasil, esses grupos são majoritariamente compostos por povos originários e negros. Sendo assim, essa estrutura está presente também no ambiente acadêmico e afeta pessoas negras e indígenas universitárias que ocupam um lugar lido socialmente como um espaço para produção e reprodução de um poder que deveria, conforme a hegemonia racista, ser reservado à branquitude. Sobre esse aspecto, a estagiária Renata relata:

Além de um trabalho para o espaço terapêutico, resgatar esses discursos e potencializar narrativas que são silenciadas é um trabalho necessário na formação e profissionalização em Psicologia. Se faz necessária a apropriação do saber científico e a definição dos discursos que

são — e serão — construídos sobre as populações por elas mesmas. Isso porque, são quem de fato têm o conhecimento sobre si mesmas, sobre suas vivências. Felizmente, esses grupos têm conseguido cada vez mais ocupar as faculdades e universidades, ressignificando o que lhes foi negado por muito tempo. Como ressalta Lima, (2020, p. 108), “o ato de entrar na universidade ou ‘aparecer’ dá início a um processo de reconstrução subjetiva no qual se reivindica para o corpo as reclamações políticas”. Nesse sentido, apenas estar na universidade sendo uma pessoa negra ou indígena é, sim, muito importante, mas não o suficiente. As pesquisas, as intervenções, os serviços e a valorização dessas populações também são necessárias no fazer profissional, evidenciando-se narrativas que foram tão negligenciadas no passado (e ainda são) (Renata - Estagiária).

Observa-se uma escassez de referenciais teórico-práticos disponíveis para orientar atendimentos clínicos que considerem a racialidade. Nesse sentido, torna-se fundamental abordar a questão da disponibilidade e adequação do referencial teórico fornecido no contexto da formação em psicologia. Esse fato converge com estudos (Carvalho, Souza, & Macedo, 2020; Santana, Akerman, Faustino, Spiassi, & Guerriero, 2019; Khouri, & Castelar, 2016) que evidenciam a ausência de disciplinas curriculares sobre aspectos étnico-raciais, cabendo a intervenções de professores pontuais serem responsáveis por inserir tais temáticas na graduação. Dessa forma, a academia se depara com desafios significativos em fornecer um espectro amplo e inclusivo de teorias e perspectivas, especialmente quando se trata de questões relacionadas à diversidade étnico-racial. Nesse sentido, o estágio buscou oferecer uma oportunidade para complementar e, em alguns casos, suprir parte dessas lacunas. Essa paisagem também ressalta a urgência de uma revisão e ampliação dos paradigmas teóricos dominantes de modo a abranger uma variedade mais ampla de experiências e perspectivas. Esse cenário também sublinha a necessidade premente de uma investigação mais aprofundada e

sensível às realidades vivenciadas por esses grupos, a fim de informar adequadamente as práticas de intervenções e atendimentos.

A reflexão acima ressalta não apenas a importância de uma abordagem mais inclusiva e representativa dentro da academia, mas também destaca a necessidade de uma revisão crítica das estruturas de poder e produção de conhecimento que perpetuam essas disparidades. O reconhecimento dessas lacunas oferece uma oportunidade para promover uma mudança significativa e construtiva no campo da psicologia e áreas afins, visando uma prática mais ética, culturalmente sensível e socialmente e racialmente justa. Ainda sobre as contribuições do estágio para o processo de formação, as estagiárias Isadora e Silvia oferecem os relatos abaixo.

Participar do meu primeiro estágio clínico foi uma experiência enriquecedora e desafiadora. Durante esse período, tive a oportunidade de mergulhar na prática da Terapia Narrativa e de realizar atendimentos com indivíduos pertencentes às comunidades negra e indígena. Essa experiência proporcionou *insights* valiosos sobre a importância da sensibilidade cultural e da consciência interseccional na prática clínica contemporânea. Ao trabalhar diretamente com essas pessoas, pude perceber a importância de criar um ambiente terapêutico que respeite e valorize suas experiências únicas e suas narrativas pessoais. Isso implicou em desafiar minhas próprias percepções e preconceitos implícitos, bem como em desenvolver uma compreensão mais profunda das intersecções entre raça, cultura e saúde mental. Em resumo, meu estágio clínico inicial representou não apenas uma introdução à prática terapêutica, mas também uma jornada de descoberta pessoal e profissional. As experiências vivenciadas durante esse período destacaram a importância de uma abordagem culturalmente sensível e socialmente justa na terapia, bem como a necessidade contínua de aprimoramento e reflexão crítica dentro do campo da saúde mental (Isadora - Estagiária).

A experiência de estágio foi de extrema relevância, por permitir que discussões interseccionais adentrassem a prática clínica de maneira fundamentada e debatida, permitindo uma formação social e profissional abarcada por múltiplos aspectos sociais (Sílvia - Estagiária).

Encontros com o grupo de estágio

A existência de espaços em que seja possível exercer uma prática da psicologia coerente com a realidade brasileira é urgente e importante. O estágio em psicologia clínica voltado para pessoas negras funcionou como um espaço de fortalecimento coletivo e individual: proporcionou recursos para a formação de psicólogos, preparando-os para lidar com questões raciais na clínica; contribuiu para a valorização da presença de pessoas negras na psicologia; criou-se um espaço de atendimento psicoterapêutico e acolhimento para pessoas negras no espaço clínico.

A maior parte das estagiárias estava começando os primeiros atendimentos clínicos. No início, foi comum relatos sobre receios e inseguranças quanto ao desempenho nas atividades e sobre a responsabilidade atribuída à figura da psicóloga. Compartilhar experiências em um grupo que tinha expectativas e medos semelhantes, e ao mesmo tempo demandas, procedimentos e formas de condução diferentes, enriqueceu as trocas entre as estagiárias. O olhar atento aos aspectos étnico-raciais possibilitou enxergar e debater sobre conexões e discrepâncias entre os casos atendidos, compreendendo como aspectos macrossociais e estruturais de raça se faziam presentes no cotidiano singular de cada uma das pessoas atendidas. Nesse cenário, a maneira com que cada caso se desenvolveu ocorreu de maneira distinta. Cada processo é único e, mesmo sob a mesma supervisão, repetição de demandas iniciais, ou aplicando metodologias comuns ao grupo, como a *Árvore da Vida* (Denborough, 2016; Ncube, 2006), os casos se desenvolvem de maneira particular. Sobre a experiência no grupo de supervisão, as estagiárias teceram os comentários a seguir.

Durante as supervisões tínhamos um espaço acolhedor para levar todas essas questões e a partir de um olhar empático e técnico refletir sobre os possíveis caminhos de condução do processo terapêutico. Considerando a estrutura hegemônica que é mantida dentro dos espaços acadêmicos, ambientes como esse, que proporcionam um espaço de escuta e reflexões de forma em que a racialidade seja central, são extremamente ricos e complementam a minha graduação. O estágio permitiu eu me preparar para ser uma profissional atenta a diversos fenômenos sociais, pois a saúde mental não se refere a uma equação simples e sim um fenômeno atravessado pelo contexto em que se está inserido, por gênero, raça e classe (Nathália - Estagiária).

Sob apoio e supervisão, o grupo composto por mulheres negras constituiu um espaço seguro para discussões dos casos, e as vivências das terapeutas dentro e fora do campo de atendimento contribuíram para a construção de alternativas de intervenção e empoderaram o grupo com recursos para melhor condução de seu trabalho terapêutico. Apesar da Terapia Narrativa não se destinar especificamente ao acolhimento e acompanhamento de pessoas não-brancas, nem se restringir a nenhum grupo historicamente marginalizado, ela se mostrou uma grande aliada na composição deste grupo para além do *setting* terapêutico, reforçando a importância da troca de experiências e a reflexão dos múltiplos aspectos que compõem uma narrativa (Renata- Estagiária).

Esta oportunidade não se limitou a expandir meu conhecimento técnico, ela também desempenhou um papel fundamental no fortalecimento da minha confiança e no desenvolvimento de um senso de pertencimento à equipe. O ambiente colaborativo e solidário propiciou um espaço de crescimento profissional. Cada desafio enfrentado e cada experiência compartilhada contribuíram para um aprimoramento contínuo. Além disso, é essencial destacar o papel

crucial das discussões de caso na progressão dos atendimentos e na nossa formação profissional. Estas sessões não apenas forneceram *insights* valiosos sobre abordagens e estratégias de intervenção, mas também serviram como um catalisador para o desenvolvimento de habilidades analíticas e críticas. Através do diálogo e da reflexão conjunta, fomos capazes de aprofundar nossa compreensão dos desafios enfrentados pelas pessoas que atendemos e explorar novas perspectivas (Isadora - Estagiária).

Nesse sentido, a constituição de um grupo de estágio construído também em uma perspectiva horizontalizada foi bastante importante para fortalecer o olhar atento às questões étnico-raciais, uma vez que possibilitou uma maior troca de conhecimentos e informações sobre o tema. A horizontalidade foi importante para não somente compreender o impacto das relações étnico-raciais nos atendimentos para os pacientes, mas também para as terapeutas que os atendiam. O grupo se tornou importante espaço para diálogo sobre narrativas de pacientes que mobilizaram a partir da identificação ou percepção da diferença racial entre terapeutas e pacientes, inseguranças das terapeutas sobre as melhores formas de conduzir e dificuldades entre equilibrar os atendimentos com o resto das atividades de graduação e vida (Silvia - Estagiária).

Considerações finais

Para finalizar, destaca-se a importância do desenvolvimento de letramento racial por parte da(do) terapeuta para que possa estar na relação com pessoas atendidas de forma a conseguir abordar aspectos ligados às vivências raciais. Evidentemente, esse processo passa também pelo reconhecimento das relações de poder estabelecidas na relação terapêutica. O processo de letramento racial é importante para compreender as relações de poder que constituem as relações raciais e

que estão presentes nos atendimentos. Soma-se a esse último aspecto, além da relação profissional que socialmente é construída também na lógica da hierarquia, a hierarquia simbólica entre pessoas brancas e não brancas produzida pelo racismo. Pontua-se também que a presença de homens negros no grupo de estágio poderia ter enriquecido mais as construções reflexivas. Ademais, é importante que eles também ocupem esse espaço de construção do saber. Por fim, espera-se que o relato dessa experiência de estágio, além de contribuir para a visibilidade de tais iniciativas, possa servir de inspiração para profissionais que desenvolvem intervenções com indivíduos, grupos e comunidades.

Referências

- Almeida, S. (2019). **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra.
- Alves, C. de O. *et al.* (2023). Formação em psicologia clínica e relações étnico-raciais: relato de uma construção coletiva. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 16, num. esp.
- Alvim, M. B. (2020). O Estético-Político em Merleau-Ponty e a Fenomenologia Crítica: Notas Preliminares sobre Relações Raciais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 4, 1232-1252.
- Belandi, C., & Gomes, I. (2023, 22 dezembro). **Censo 2022**: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 03 fev. 2024.
- Brasil (2011). Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE Nº 5/2011, aprovado em 15/03/2011, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**, Brasília.
- Carey, M. & Russel, S. (2002). Externalising: Commonly asked questions. **International Journal of Narrative Therapy & Community Work**, v. 2002, nº 2, 76-84.
- Carneiro, S. (2023). **Dispositivo da racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Carone, I., & Bento, M. A. S. (2016). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes.
- Carrijo, R. S., & Rasesa, E. F. (2010). Mudança em psicoterapia de grupo: reflexões a partir da terapia narrativa. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 125-140. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652010000100008;lng=pt;nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Carvalho, A., Souza, C., & Macedo J. P. (2020). Relações de Gênero e Étnico-Raciais nos Currículos de Psicologia: Aproximações e Desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e20197, jan.. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/DnyMSGZXkjt5yKNBdFdSFGx/#>. Acesso em: 10 mar 2024

- Castelar, M., & Santos, C. C. de O. (2012). Relações raciais no ensino de psicologia: uma experiência de sensibilização. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 1, n. 1, 75-86. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/43>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- Denborough, D. (2016). Atendendo crianças que vivenciaram traumas: a árvore da vida. **Nova Perspectiva Sistêmica**, [S. l.], v. 20, n. 39. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/192>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Fanon, F. (2008). **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA.
- Fernandes, R. M. C., Brock, A. G., Johann, M. L. P., & Domingos, A. (2020). Questão Indígena, Violações e Resistências: os Caminhos de uma investigação. In R. M.C. Fernandes, & A. Domingos (Kaigang) (Orgs.), **Indigenistas Políticas Contribuições para Afirmação e Defesa Dos Direitos Indígenas**, pp. 22-54. Porto Alegre: UFRGS Editora/CEGOV. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218334>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Fernandes, S. L., Galindo, D. C. G., & Valencia, L. P. (2020). Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas. **Psicologia em Estudo**, v. 25. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45031> Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218334>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Foucault, M. (2016). **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes.
- Hordge-Freeman, E. (2020). **A cor do amor**: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras. São Carlos: EdUFSCar.
- Khouri, J. G. R., & Castelar, M. (2016). Percepções de Estudantes sobre o Debate das Relações Raciais na Formação em Psicologia. **Psicologia Ensino e Formação**, v. 7, n.2, 53-62. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.21826/2179-58002016725562>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Kilomba, G. (2019). **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Krenak, A. Ecologia Política (2018). **Ethnoscintia**, v. 3, n. 2., e. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/ethnoscintia.v3i2.10225>. Acesso em: 10 mar. 2024.

- Lessa, L. F. (2020). O que o racismo fez com você? **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 25, 51-69.
- Lima, S. (2020). "Nós negros e LGBT estamos aqui!": raça, gênero e sexualidade na ação política em universidades brasileiras. **Conexão Política**, v. 8, n. 1, 71-89. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/9389>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- Lion, C. M. (2017). Caminhando no contexto das práticas colaborativas e narrativas: experiências profissionais transformadas. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 26, n.57, 21-36. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412017000100003;lng=pt;tlng=pt. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Lopes, D. C., & Sathler, C. N. (2022). O Papel da(o) Psicóloga(o) na Saúde Indígena. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e240841. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003e240841>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Malaquias, M. C. (2020). **Psicodrama e relações étnico-raciais**. São Paulo: Ágora.
- Matheus, M. S., & Bolze, S. D. A. (2022). Michael White: marcos teóricos da Prática Narrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 34, e28539. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/28539>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Meireles, J., Feldmann, M., Cantares, T. da S., Nogueira, S. G., & Guzzo, R. S. L. (2019). Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 14(3), 1-15. Recuperado de http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3181. Acesso em: 10 fev. 2024.
- Mendes, A. S. (2023). **A Clínica Psicológica em Preto e Branco: Reações de psicoterapeutas negras no atendimento a pessoas brancas**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/39960>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- Milanez, F., Sá, L., Krenak, A., Cruz, F. S. M., Ramos, E. U., & de Jesus, G. dos S. (2019). Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas / Existence and difference: racism against indigenous peoples. **Revista Direito & Práxis**, 10(3), 2161-2181. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3SxDNnSRRkLbfh3qVFtmBDx/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar.2024.
- Munanga, K. (2003). **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações

Raciais e Educação - PENESB-RJ, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 10 fev. 2024.

Nascimento, R. G. (2021). A universidade não está preparada para a diversidade: racismo, universidades e povos indígenas no Brasil. **Universidades**, v. 87, n.1, 73-89. Disponível em: <http://udualerreu.org/index.php/universidades/article/view/57>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Ncube, N. (2006). Part one: using narrative ideas in work with vulnerable children in Southern Africa. **The International Journal of Narrative Therapy and Community Work**, (1), 3-16.

Nogueira, I. B. (1998). **Significações do corpo negro**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sacco, A. M., Couto, M. C. de P., & Koller, S. H. (2016). Revisão Sistemática de Estudos da Psicologia Brasileira sobre Preconceito Racial. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 1, 233-250. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513754276012.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2024.

Santana, R. A. R., Akerman, M., Faustino, D. M., Spiassi, A. L., & Guerriero, I. C. Z. (2019). A equidade racial e a educação das relações étnico-raciais nos cursos de Saúde. **Interface** (Botucatu, Online), 23, art. e170039 [15]. doi:10.1590/interface.170039. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fcFjjTxbDtytgD9dXxdVcJK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Santos, A. de O. dos, & Schucman, L. V. (2015). Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogos(as). **Revista EPOS**, v. 6, n. 2, 117-140.

Schucman, L. V. (2018). **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA.

Schucman, L. V., & Gonçalves, M. M. (2020). Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, n. SPE, 109-123. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672020000300009&script=sci_arttext. Acesso em: 3 fev. 2024.

Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2017). A psicologia e o discurso racial sobre o negro: do "objeto da ciência" ao sujeito político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. Especial, p. 172-185. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/?lang=pt> Acesso em: 03 fev. 2024.

- Silva, M. L. (2005). Racismo e os efeitos na saúde mental. In L. E. Batista, & S. Kalckmann (Orgs.), **Seminário Saúde da População Negra do Estado de São Paulo 2004**, pp. 129-132. São Paulo: Instituto de Saúde.
- Sousa, N. S. (1983). **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Tavares, J. S. C., & Kuratani, S. M. de A. (2019). Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “tornaram negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, e184764. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/PS556GX8mQ7CgwwzvVgYts/> Acesso em: 03 fev. 2024.
- Vygotsky, L. S. (1999). **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes.
- Williams, D. R., & Priest, N. (2015). Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. **Sociologias**, v. 17, 124-174. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/TdR6VJTKrwxhqWChf9VM9Fp/?lang=pt> Acesso em: 3 fev. 2024.
- Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e sociedade**, v. 25, 535-549. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?lang=pt> Acesso em: 04 fev. 2024.
- White, M. (2012). **Mapas da prática narrativa**. São Paulo: Roca.



SAÚDE MENTAL, RACISMO AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA ANTIRRACISTA

Rachel Gouveia Passos

Introdução

No início de janeiro de 2024, identificamos uma série de reportagens alertando sobre a aceleração das mudanças climáticas no mundo. A *Folha de São Paulo* tratou de destacar que “2023, ano mais quente da história, teve média 1,48°C acima dos níveis pré-industriais”¹, partindo dos dados e análises publicizados pelo Observatório *Corpenicus*, vinculado à Agência Espacial Europeia. Segundo a matéria, 2023 foi o ano mais quente da história da humanidade e, pode ser, o mais quente ou um dos mais quentes dos últimos 100 mil anos. As sucessivas ondas de calor ocorridas em todo o mundo bateram recordes em 2023. Um dos fatores críticos diz respeito ao aumento das temperaturas nos oceanos, que cresceu de abril a dezembro, levando ao aceleração do derretimento do gelo na Antártica e no Ártico.

Cabe recordar a 21ª Conferência das Partes (COP21) da *United Nations Climate Change* (UNFCCC), realizada em Paris, no ano de 2015, onde se adotou um novo acordo aprovado por 195 países. O objetivo era fortalecer estratégias de nível global contra a ameaça das mudanças climáticas e estimular a qualificação dos países para liderarem o

1 Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/01/2023-ano-mais-quente-da-historia-teve-media-1480c-acima-dos-niveis-pre-industriais.shtml#:~:text=2023%20foi%20marcado%20por%20eventos%20de%20calor%20extremo&text=O%20novo%20relat%C3%B3rio%20indica%20ainda,segundo%20as%20estimativas%2C%20419%20ppm](https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/01/2023-ano-mais-quente-da-historia-teve-media-1480c-acima-dos-niveis-pre-industriais.shtml#:~:text=2023%20foi%20marcado%20por%20eventos%20de%20calor%20extremo&text=O%20novo%20relat%C3%B3rio%20indica%20ainda,segundo%20as%20estimativas%2C%20419%20ppm.). Acesso realizado em 12.01.2024.

desenvolvimento sustentável. Entretanto, pouco avançamos em relação à adoção de estratégias.

O Brasil, no final de 2023, assumiu a presidência do G20, adotou o lema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável”, e passou a sediar as atividades do grupo, que ocorrerão no país. O G20 é um fórum de cooperação composto por representantes de dezenove países e a União Europeia, ou seja, as principais economias do mundo, tendo como objetivo tratar de assuntos diversos, como o desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, o Brasil, durante a sua presidência adotou três prioridades: aliança global contra a fome e a pobreza; mobilização global contra a mudança no clima estimulando o desenvolvimento sustentável; e a mudança das instituições de governança global.

Segundo Estephanio, Burger e Moreira (2023, 29 novembro), em relação ao debate da saúde existe um grupo de trabalho específico no G20, criado em 2017, para qualificar o diálogo acerca das questões no âmbito da saúde global. Sendo o Brasil o país sede, o Ministério da Saúde assume a liderança do Grupo de Trabalho de Saúde. Assim, alguns pontos estratégicos foram elencados, a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no Objetivo 3 - Saúde e Bem-estar, para direcionarem os trabalhos (Brasil, 2024):

- equidade em saúde;
- preparação e resposta a pandemias, para a produção local e regional de medicamentos, vacinas e produtos estratégicos;
- promoção da saúde digital, para a expansão da telesaúde, integração e análise dos dados dos Sistemas Nacionais de Saúde;
- e as relações entre mudanças climáticas e saúde.

Consideramos importante destacar a premissa da equidade em saúde como um tema basilar para a construção dos caminhos do desenvolvimento sustentável, pois a distribuição geográfica-política-social-racial

desigual afeta direta e intensamente a população em vulnerabilidade social. No caso brasileiro, não é possível pensar as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável sem reconhecer os impactos da violência promovida pela degradação ambiental que se faz presente em diferentes territórios ocupados pelos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, além da falta de acesso ao saneamento básico, falta de acesso a água potável, insegurança alimentar, dentre outras injustiças sociais e ambientais.

Além disso, para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde mental precisa estar como prioridade nos planos de ação sobre mudanças climáticas. Para a agência, as mudanças climáticas rebatem diretamente na saúde mental e no bem-estar das pessoas gerando sérios riscos. Tal preocupação foi divulgada em 2022, época da publicização do estudo realizado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)², que incluiu problemas relacionados ao sofrimento emocional, a ansiedade, a depressão, o luto e ao comportamento suicida. Além disso, os impactos das mudanças climáticas atravessam as pessoas de maneiras diferentes, principalmente, quando partimos da intersecção entre gênero, raça e classe.

Dessa maneira, o presente capítulo pretende relacionar as mudanças climáticas com o conceito de racismo ambiental e a saúde mental. Partimos das seguintes questões para nos guiar: qual a noção de saúde mental da qual estamos partimos? O que é racismo ambiental? Como a saúde mental e a atenção psicossocial podem contribuir com a construção de caminhos para as mudanças climáticas e as desigualdades ambientais? Tais perguntas vão nos guiar para que possamos abrir o diálogo para a construção de uma agenda antirracista e ambientalista na Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas.

2 Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/185205-oms-quer-sa%C3%BAde-mental-como-prioridade-em-planos-de-a%C3%A7%C3%A3o-clim%C3%A1tica>
Acesso realizado em 12.01.2024.

Por uma agenda antirracista e ambientalista na saúde mental

Inicialmente, desejamos sinalizar que iremos trabalhar com a ferramenta da interseccionalidade para analisar a realidade. Não é o objetivo aqui apresentar as diferentes perspectivas que disputam a interseccionalidade, mas desejamos manuseá-la para realizarmos uma análise que trate das contradições da sociedade brasileira. Nessa esteira, compreendemos que as opressões/explorações de gênero, raça e classe não se sobrepõem, porém encontram-se imbricadas, atravessando todas as esferas da vida social.

Partimos da perspectiva trabalhada por Collins e Bilge (2021, p. 53), que a entendem como uma “forma de investigação crítica [que] invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais”. A interseccionalidade, aqui compreendida, possui a tarefa de realizar uma leitura crítica da realidade, pautada na historicidade, na totalidade e na contradição, como também ser uma prática crítica capaz de desafiar o *status quo* e direcionar-se para a transformação das relações de poder (Collins, & Bilge, 2021).

De acordo com Collins e Bilge (2021, p. 132), a interseccionalidade está sendo acionada para a compreensão de “projetos globais de justiça ambiental, bem como no conjunto cada vez maior de pesquisas sobre as mudanças climáticas e as questões ambientais”. Como a questão ambiental e climática é um problema urgente e atual, há uma busca de construção de projetos e ações, protagonizada pela juventude, direcionados para a proteção ao meio ambiente e à necessidade de mudanças radicais no consumo coletivo. Para as autoras, “o campo dos estudos críticos sobre justiça ambiental parece estar alinhado sobretudo a muitas das premissas e ideias principais da interseccionalidade” (Collins, & Bilge, 2021, p. 32). Portanto, existe uma compreensão que a desigualdade interseccional que hierarquiza a sociedade em humanos e não-humanos também produz especismo (uma espécie é superior a

outra) e diferencia a vivência no meio ambiente, afetando diretamente a vida dos animais e plantas em um contexto global.

Retomando o pensador martinicano, Frantz Fanon, em seu famoso livro *Condenados da Terra*, que vem sendo explorado mais recentemente no Brasil, é preciso lembrar que a colonização instituiu uma “negação sistematizada do outro, uma decisão obstinada de recusar ao outro todo atributo de humanidade” (Fanon, 2015, p. 288). Isso significou destituir de humanidade a *Outridade* (Fanon, 2008), retirando toda a sua história, identidade, religiosidade, cultura, ética e estética; atribuindo-lhe, inclusive, uma patologia social – afirmando uma anormalidade –; e a necessidade da criação de instituições, saberes e práticas que controlem e subjuguem a destruição e a morte. Entretanto, não foi só o colonizado que foi subjugado, mas toda a diversidade de vida que compõe a natureza e instituído uma dominação global de todas as existências.

Primeiramente, desejamos explorar a compreensão de normalidade e de patológico e, para isso, recuperamos Audre Lorde para falarmos das armadilhas das diferenças que são justificadas pelos múltiplos saberes, dentre eles a psiquiatria. De acordo com Lorde (2019, p. 239), “grande parte da história da Europa ocidental nos condiciona a ver as diferenças humanas segundo uma oposição simplista: dominante/subordinado, bom/ mau, no alto/embaixo, superior/inferior”. Essa simplificação reduz e padroniza as múltiplas formas de existir a partir de uma noção colonial de ser delineada pela Europa.

A constituição de saberes e práticas que justifiquem as diferenças foram fundamentais para propagar a narrativa hegemônica de que a concepção de homem universal, europeu/branco/burguês/masculino/cisheteronormativo, é a representação ideal da humanidade e que aqueles que fogem à regra, os diferentes, apresentam alguma anormalidade e necessitam de correção, adequação ou cura. Criou-se instituições que justificassem as estratégias de controle dos corpos e subjetividades, já que não existe diferença para o homem universal e, sim, anormalidade. Dessa forma, aprendemos a odiar e a temer as diferenças humanas e

lidarmos da seguinte maneira: “ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las se acharmos que são dominantes, ou destruí-las se acharmos que são subordinadas” (Lorde, 2019, p. 240).

Podemos dizer que a oposição razão e desrazão também compõe a redução simplista das diferenças. Conforme assinala Quijano (2005), há uma separação radical entre “razão/sujeito” e “corpo”, distinguindo racionalidade e emoção a partir das localizações na “zona do ser” e na “zona do não ser” (Fanon, 2008). Ou seja, a razão é parte daqueles que são identificados como humanos e os demais, os não humanos, que agem por impulsos da natureza, ficam reduzidos as experiências corporais. Essas distinções foram constituídas pela colonização da Europa nas Américas, nomeando as múltiplas experiências e produzindo as hierarquizações das diferenças, impondo o seu conhecimento, as suas tradições e concepções de mundo como ideal de humanidade, de saber e poder (Quijano, 2005).

Costa (1983) problematiza que o modelo de identificação normativo-estruturante apresentado para o negro é o do fetiche branco, o que significa que suas diferentes realidades psíquicas, econômicas, sociais e culturais foram tornadas uniforme e universal. Logo, a forma de pensar, desejar, existir foram moldadas pelo fetiche branco e assimiladas pelos negros. Portanto, há uma violenta produção de sofrimento que faz parte da estrutura da sociedade e reproduzida pelas instituições e relações sociais.

Partimos do entendimento de que a própria concepção de loucura e as experiências de sofrimento e adoecimento psíquico são atravessadas pelo fetiche do homem universal como modelo de racionalidade e sanidade. E aqui não estamos negando a experiência de sofrimento e adoecimento psíquico, mas fazendo um esforço de decolonizar a produção do cuidado em saúde mental a partir de um olhar que destitui a psiquiatria como resposta basilar.

O paradigma da normalidade, imposto pela modernidade, instituiu saberes, práticas e instituições para promover a reprodução

da dominação imposta pela colonização. Aqui podemos destacar o manicômio e todo o seu aparato – saber e poder médico, violência, internação, isolamento – como um dos mecanismos de subjugação e controle dos corpos e subjetividades negras. No caso brasileiro, podemos reconhecer a naturalização da patologia social destinada ao negro, através das identidades sociais atribuídas: crioulo doido e negra maluca (David, & Vicentin, 2020).

Nesta esteira, compreendemos que a noção de saúde mental forjada na modernidade impõe ao negro o lugar da loucura e desrazão. Isso implica diretamente em como a sociedade construiu caminhos e respostas para o sofrimento. Se por um lado o manicômio e seu aparato fazem parte das estratégias instituídas pelo fetiche branco da anormalidade, por outro temos a Luta Antimanicomial propondo uma radicalidade antirracista. Isso significa reconhecer que a necessidade de desnortear a saúde mental e a Reforma Psiquiátrica se faz urgente (David, 2022).

Mas afinal, o que é antimanicomial? A Luta Antimanicomial, diferente das Reformas Psiquiátricas que ocorreram nas mudanças dos modelos assistenciais e legislativos em diferentes países (Amarante, 2007; Barros, 1994), questiona as bases da psiquiatria tradicional e seu aparato (institucional, legislativo, social, cultural, ético, econômico) instituídos como saber-fazer. Ocorre a crítica que compreende a lógica manicomial como fruto da exploração/opressões da sociedade capitalista e cumpre a função de controlar, subalternizar e subjugar corpos e subjetividade através da patologização, medicalização, internação e isolamento, não deixando de considerar o sofrimento e adoecimento psicossocial. Destacamos a atuação de Franco Basaglia, na Itália, e Franz Fanon, na Argélia, como importantes atores na constituição da Luta Antimanicomial, já que romperam com a institucionalidade manicomial, sendo influenciadores fundamentais para a construção da experiência brasileira (Passos, 2019; Passos, 2018).

Nesse caminho, assinalamos que a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial inauguraram o campo da atenção psicossocial tendo

como base as seguintes dimensões: acadêmico-científica, ético-política, jurídico-legislativa, técnico-operacional e sociocultural. Em segundo, são essas dimensões que subsidiam a proposta central do campo: o cuidado em saúde mental. E, em terceiro, a produção de um novo lócus do saber-fazer em saúde mental. Portanto, é nesse novo campo que a luta antirracista é incorporada a partir das produções acadêmicas e militantes de atores que apontam para a lacuna do debate na saúde mental, na Reforma Psiquiátrica e na Luta Antimanicomial brasileira (Passos, 2018; David, 2022; David, Passos, Faustino & Tavares, 2021; Duarte, 2021).

Após um período longo de desmonte da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, por meio da ocupação das forças conservadoras no espaço institucional, tivemos, a partir de 2023, uma mudança significativa com a criação do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (Desmad/Saes/MS). Logo, a saúde mental deixa de ser uma área técnica e passa a ser um departamento, tendo a sua primeira diretora, sendo uma mulher negra, enfermeira e nordestina.

Cabe destacar que no governo Lula III (2023-2026), instituiu-se o Sistema de Participação Social no âmbito da administração pública federal direta, através do Decreto nº 11.407, de 31 de janeiro de 2023, buscando estruturar o diálogo entre o governo Federal e os diferentes segmentos da sociedade civil. No interior do Sistema de Participação tem-se o órgão central representado pela Secretaria Executiva da Secretaria Geral da Presidência da República e os órgãos setoriais que são as Assessorias de Participação Social e Diversidade dos Ministérios e as unidades administrativas responsáveis pela participação social.

A proposta estabelecida pelo governo Federal pretendeu reestabelecer o diálogo com os movimentos sociais, logo após longos anos de esvaziamento dos espaços deliberativos, como os conselhos. Para isso, instituiu-se assessorias que fossem ocupadas por interlocutores de pautas reivindicadas pelos movimentos sociais, objetivando mudanças no interior das políticas públicas. No caso do Ministério da

Saúde, o gabinete da Ministra possui dois assessores direcionados para participação social e diversidade, sendo focados na equidade racial e diversidade territorial.

Tal movimento possibilitou que as Secretarias, Departamentos e Coordenações também incorporassem essa diretriz e estabelecessem assessorias direcionadas para participação social e diversidade. No caso da saúde mental, com a criação do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (Desmad/Saes/MS), incluiu-se em seu organograma uma assessoria técnica especializada para tratar dos assuntos relacionados às relações de gênero, raça/etnia e sexualidade e sua intersecção com a saúde mental e atenção psicossocial.

Com essa proposta inédita na estrutura governamental, tornou-se urgente a incorporação dos assessores para a elaboração do planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas; nos processos de constituição dos conselhos e colegiados; no processo de participação social nos territórios; no Plano Plurianual (PPA) participativo e o Orçamento Participativo. Além disso, um dos desafios é incorporar os marcadores sociais da diferença nos sistemas de monitoramento do Sistema Único de Saúde (SUS), já que está previsto na Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde.

No caso do Desmad/Saes/MS, a assessoria técnica especializada, traçou um plano de trabalho que instituiu as ações a serem desenvolvidas durante a gestão do governo Lula III. Uma delas é a construção de estratégias para a promoção da saúde mental realizada em parceria com o Ministério da Igualdade Racial e a Coordenação de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde. Assumir o princípio da equidade, componente basilar do Sistema Único de Saúde, não é uma tarefa fácil, uma vez que compreendemos que o racismo estrutural possui diferentes manifestações, o que exige a criação de estratégias permanentes para combatê-lo.

Para propormos caminhos para uma agenda antirracista, vinculada à Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, torna-se urgente reconhecermos os impactos das mudanças climáticas e do racismo ambiental no cotidiano da População Negra, Quilombola, Povos tradicionais, Povos de Terreiros e Ciganos. Essa não é uma tarefa simples, uma vez que exige o reconhecimento de que saúde mental não significa apenas a viabilização de serviços especializados, e, sim, o direito à terra, moradia, saneamento básico, água potável, segurança alimentar etc.

A agenda da questão ambiental não é nova no cenário internacional e nacional, mas ainda não foi incorporada no campo da saúde mental e da atenção psicossocial, o que implica diretamente na operacionalização do cuidado, viabilizada na clínica ampliada, e também pelo direcionamento político. Isso significa que necessitamos de estudos e orientações para relacionarmos a questão ambiental com a saúde mental.

Cabe recordar que durante os anos 2020 e 2022 vivenciamos em todo o cenário global a pandemia de Covid-19, que demandou “respostas” do campo da saúde mental para o cenário de intenso sofrimento e agravamento das desigualdades étnico-raciais. Tal cenário demonstrou as diferenças existentes, seja pelo acesso aos serviços e cuidados em saúde ou pelas condições de moradia, alimentação e renda. Dessa maneira, é preciso reconhecer que o racismo promove distinção ao acesso à natureza e ao meio ambiente, uma vez que os colonizadores subjugaram a dominação do outro, visto como não-humano, e da natureza.

A degradação ambiental e a reprodução de injustiças socioambientais no contexto brasileiro, [evidenciam] que os recursos não são igualmente partilhados e que, comumente, os locais em que estão concentradas as populações indígenas, negras ou de poucos recursos econômicos são as mais afetadas pela degradação ambiental e por seus impactos (Rangel, 2016, p. 129).

Segundo Herculano (2006, s/p.), racismo ambiental é um “conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população”. Dessa maneira, compreendemos que o racismo ambiental é uma das manifestações do racismo estrutural (Almeida, 2018), demonstrando que a negação à terra, à moradia, ao saneamento básico, à água potável, à segurança alimentar etc. compõe as bases da formação social brasileira, o que significa que a degradação e a injustiça ambiental fazem mal à saúde e à saúde mental.

Podemos recordar a tragédia humanitária e sanitária que acontece com o povo indígena Yanomami, que resulta das ações sistemáticas de violações de direitos humanos, ocasionando desnutrição, malária e pneumonia, além da permanente violência perpetrada pelos garimpeiros ilegais. O território indígena tem cerca de 9 milhões de hectares e encontra-se localizado nos estados do Amazonas e de Roraima, fazendo fronteira com a Venezuela. Com as atividades ilegais de garimpo, ocorre a contaminação dos rios e abusos sexuais contra crianças e mulheres. Em janeiro de 2023, o governo Lula anunciou medidas para lidar com a calamidade e o Ministério da Saúde decretou o estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional³.

Outra situação alarmante diz respeito às comunidades quilombolas Jacú e Mocó, no estado do Alagoas, localizadas na zona rural do município Poço das Trincheiras. Segundo a reportagem da *Folha de São Paulo*⁴, publicada no dia 23 de junho de 2023, grande parte das

3 Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/noticias/2023/01/24/situacao-dos-yanomami-expoe-abandono-dos-indigenas-pelo-estado> Acesso realizado em: 16.01.2024.

4 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/quilombolas-em-alagoas-sofrem-com-casos-de-ansiedade-e-depressao.shtml> Acesso realizado em: 16.01.2024.

casas das comunidades é de barro, a localidade fica em uma área alta com árvores e montanhas, além de ruas de terra batida. Entretanto, a chamada da reportagem causa alerta: “Quilombolas em Alagoas sofrem com casos de ansiedade e depressão”. A matéria retrata a demanda de atendimento especializado, apenas na figura do médico, destaca os possíveis diagnósticos e destaca que mais de 300 pessoas, em um universo de 150 famílias, tomaram remédio e pararam ou relatam sofrer com sintomas similares, segundo a associação de moradores.

Ambas as situações demonstram a produção do sofrimento e adoecimento psicossocial produzidos pelo processo de violação e pauperização da população. Se por um lado temos a desnutrição, a malária, a pneumonia, a violência armada e sexual, por outro identificamos o etnocídio, a pauperização e a negação do cuidado integral à saúde/saúde mental. Portanto, destacamos que as mudanças climáticas e os conflitos de terras rebatem de maneiras diferentes nas populações e precisam ser olhadas com atenção, pois isso está relacionado à forma de existir e sofrer.

Considerações finais

A Rede de Atenção Psicossocial (Raps) se faz necessária como serviço, estratégia e/ ou cuidado no território, viabilizando uma promoção de saúde mental que contribua com a produção da existência, ou seja, de “fazer viver”. A construção coletiva de uma agenda antirracista não pode apenas ficar limitada aos espaços institucionais da política pública, como precisa ser incorporada nas pautas dos coletivos e movimentos sociais antimanicomiais. Isso implica em pensarmos estratégias que combatam a degradação ambiental e viabilizem o cuidado em saúde mental. Dessa maneira, já que destruição do meio ambiente impacta diretamente na existência humana e somos parte da totalidade da vida na Terra, não seria urgente a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial incorporarem as pautas das lutas ecossociais?

Referências

- Almeida, S. (2018). **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento.
- Amarante, P. (2007). **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Barros, D. D. (1994). **Jardins de Abel: desconstrução do manicômio de Trieste**. São Paulo: Lemos Editorial, Editora da Universidade de São Paulo.
- Brasil (2024, 03 janeiro). **SUS é exemplo para a proposta brasileira sobre saúde no G20**. Brasil: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/sus-e-exemplo-para-a-proposta-brasileira-sobre-saude-no-g20> Acesso realizado em: 12.01.2024.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Boitempo.
- Costa, J. F. (1983). Prefácio. In N.S. Sousa, **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal.
- David, E. C. (2022). **Saúde mental e racismo: saberes e saber-fazer desnordeado na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicolonial**. Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- David, E. C., & Vicentin, M. C. G. (2020). Nem crioulo doído nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, especial nº 3, 264-277.
- David, E. C., Passos, R. G., Faustino, D. M., & Tavares J. S. C. (Orgs.) (2021). **Racismo, subjetividade e saúde mental: pioneirismo negro**. São Paulo: Hucitec.
- Duarte, M. J. O. (2021). Racismo, subjetivação e saúde mental: contribuições para a reforma psiquiátrica antimanicomial. In E. C. David *et al.* (Orgs.). **Racismo, subjetividade e saúde mental: pioneirismo negro**. São Paulo: Hucitec.
- Estephanio, J.M., Burger, P., & Moreira, M. (2023, 29 novembro). Saúde no G20: Contagem regressiva e expectativas crescentes. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Brasil. Disponível: <https://diplomatique.org.br/saude-g20/> Acesso realizado em: 12.01.2024.
- Fanon, F. (2015). **Condenados da Terra**. 3ª reimpressão. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF.
- Fanon, F. (2008). **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora EDUFBA.

- Herculano, S. (2006). Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. In **Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**, v.1, 200, Fortaleza, 2006. **ANAIS...**
- Lorde, A. (2019). Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In H. B. Holanda, (Org.), **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**, pp. 246-256. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo.
- Passos, R. G. (2019). Frantz Fanon, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no Brasil: o que escapou nesse processo? **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v.25, nº3, 74-88.
- Passos, R. G. (2018). "Holocausto ou Navio Negreiro?": Inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 10, nº3, 10-22.
- Quijano, A. (2005). **A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso.
- Rangel, T. L. V. (2016). Racismo ambiental às comunidades quilombolas. **RIDH**, Bauru, v. 4, nº2, 129-141.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS, SAÚDE MENTAL E RACISMO AMBIENTAL: AMEAÇAS GLOBAIS INTER(DES) CONECTADAS

Izabelle Luiza Moreira Lopes

Renísia Cristina Garcia Filice

Sheila Giardini Murta

Introdução

O ano de 2023 foi o mais quente dos últimos 174 anos e novos recordes em temperatura estão previstos para 2024 (World Meteorological Organization–WMO, 2023). Eventos climáticos extremos afetaram diversas partes do mundo, a exemplo das inundações ocorridas na Grécia, Bulgária, Turquia e Líbia, às ondas de calor no Havaí, Canadá e na Europa (WMO, 2023). No Brasil, também foram registrados extremos climáticos com ocorrência de ondas de calor no Centro-Oeste, Sudeste e parte do Nordeste; secas sem precedentes no Norte e inundações no Sul do país se agravam.

A importância desse dado orbita por fenômenos distintos, tratados muitas vezes como sinônimos, ainda que guardem diferenças: efeito estufa, aquecimento global e mudanças climáticas. Por efeito estufa, entende-se o mecanismo natural de retenção da parte da energia solar, aquela não absorvida pelos oceanos e superfície terrestre, que ao ser refletida de volta ao espaço em forma de calor, é parcialmente bloqueada por barreira de gases de efeito estufa – GEEs, presente na atmosfera terrestre. Como o nome sugere, ao absorverem radiação infravermelha, os GEEs operam tal qual uma estufa, regulando a temperatura da terra dentro de faixa ideal à manutenção da vida (Soares, & Higuchi, 2006). O

problema se configura no espessamento anormal da barreira de GEEs, devido ao aumento na concentração desses gases. Isso implica em excessiva retenção de calor, conseqüente elevação da temperatura do planeta e alteração do sistema climático global (Soares, & Higuchi, 2006).

Entre 2011-2020, em comparação ao período de 1850-1900 a temperatura da superfície da Terra aumentou 1,1°C. O aquecimento global é inquestionavelmente causado e agravado por conta das crescentes emissões de GEEs oriundas das atividades humanas. A ação antropogênica atrelada ao uso insustentável de combustíveis fósseis para geração de energia, mudança da paisagem e uso da terra, estilos de vida e padrões de produção e consumo entre regiões, países e pessoas, faz com que a distribuição de emissões se dê de forma histórica, ininterrupta e desigual (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC, 2023, p. 20).

Então, as mudanças climáticas correspondem a alterações no clima, devido à influência antrópica, que se configuram de modo gradual e/ou extremo. Associadas ao aquecimento global, colocam em risco a sobrevivência e manutenção da vida humana e não humana na Terra, visto que permeia questões que vão desde desorganização dos ciclos biogeoquímicos, extinção de espécies, àquelas ligadas à sobrevivência, como escassez de água e comida, poluição, epidemias, violações de direitos humanos, doenças físicas e mentais (IPCC, 2023; WMO, 2023; APA, 2022).

Os impactos na saúde mental individual e comunitária relacionados às mudanças climáticas são apresentados por Bourque e Cunsolo Willox (2014) como diretos e indiretos, variando de acordo com o tipo de evento, se agudo ou extremo, caso de furacões, severas tempestades, inundações; subagudos, ao exemplo de secas, e ondas de calor; e mudanças ambientais crônicas ou de longo prazo, como desertificação, erosão, e perda de biodiversidade.

Para eventos extremos e desastres, os autores apontam como impactos diretos à exposição ao perigo, injúria e morte, o estresse agudo, trauma e alto risco de distúrbios pós-traumáticos e indiretos.

Nos eventos subagudos, riscos relacionados à desesperança, depressão e eventualmente suicídio, por exemplo, podem aumentar em decorrência de danos aos ecossistemas, comprometimento das atividades humanas, ou deslocamento forçado (Bourque, & Cunsolo Willox, 2014). A seca histórica do Rio Negro, Amazonas, Brasil, no ano de 2023, e as inundações no Estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, exemplificam bem como eventos dessa magnitude possuem potencial de impactar a subjetividade das pessoas que têm suas vidas perturbadas de diferentes maneiras.

Saúde mental

Segundo a World Health Organization, a saúde mental compõe a saúde e o bem-estar e é um direito humano fundamental (2022, p. 14). Trata-se de um bem público global e de extrema relevância para o desenvolvimento sustentável planetário (Patel et al., 2018). De modo amplo, a saúde mental se configura como um contínuo de experiências que oscilam desde um estado de completo bem-estar para outros debilitantes com presença de sofrimento e dor emocional (WHO, 2022). Elementos individuais, sociais, geopolíticos, e estruturais interagem de modo complexo e dinâmico, podendo resguardar ou minar a saúde mental, alterando o estado desse contínuo (WHO, 2022). Assim sendo, “a saúde mental de cada pessoa é produto de sua trajetória única; resultado exclusivo da interação de fatores ambientais, biológicos e de desenvolvimento ao longo do curso da vida” (Patel et al., 2018, p. 33).

Em todos os países, o acesso a tratamentos de saúde mental de qualidade é praticamente inexistente, com frequentes violações de direitos humanos e abusos associados a pessoas com transtornos e deficiências mentais graves (Patel et al., 2018; WHO, 2022). O desequilíbrio entre a necessidade crescente por cuidados em saúde mental, incapacidade de assistência e baixos investimentos governamentais na área, por si só caracteriza uma crise global de saúde, mesmo não considerando os

efeitos advindos das mudanças climática (Lawrance, E. L., Thompson, R., Newberry Le Vay, J., Page, L., & Jennings, N., 2022). Do outro lado, há o reconhecimento que as alterações do clima configuram ameaça global de saúde mental (WHO, 2022). Portanto, ao que parece, trata-se de crises mundiais em saúde que apesar de se inter-relacionarem, recebem escassa atenção quanto à conexão que estabelecem e às causas que compartilham (Lawrance et al., 2022).

Parte do desafio está em mensurar como o clima alterado afeta o bem-estar e a saúde mental, seja por conta da dificuldade em atribuir uma causa à outra, seja pela própria complexidade da saúde mental e amplitude de resultados ou porque esses resultados podem advir da sobreposição de causas profundas (Chalupka, Anderko, & Pennea, 2020). Ainda que as mudanças no clima, aparentemente, não tenham propensão de criar transtornos mentais diferentes dos já descritos (Lawrance et al., 2022), o clima em colapso pode multiplicar riscos, agravar vulnerabilidades, e acumular desigualdades, como fome, pobreza, deslocamentos forçados e violência, aumentando o risco de desencadear sintomas de distúrbios mentais, e/ou intensificando-os nos casos pré-existentes (Bourque, & Cunsolo Willox, 2014; WHO, 2022).

Mais recentemente, ao compreender que as mudanças climáticas atuam prejudicialmente sobre os determinantes de saúde mental e bem-estar, Lawrance e colaboradores (2022) apresentam estrutura conceitual em que esses determinantes são categorizados em cinco camadas que se inter-relacionam, modelam influência do tempo, frequência de exposição e gravidade de eventos. Do centro, que diz respeito à saúde mental e bem-estar, para as bordas, essas camadas representam: 1. demografia e jornada pessoal; 2. estado psicológico e estilo de vida; 3. redes comunitárias e sociais; 4. condições de vida e trabalho; e 5. condições ambientais, socioeconômicas, políticas e culturais. Na perspectiva de ocorrências ao longo de um contínuo, os autores prevêem impactos diretos e indiretos, imediatos e de longo prazo relacionados à alteração climática.

Para além dos impactos do clima sobre a saúde mental amplamente elencados, tais como distúrbios de ansiedade e humor, estresse agudo e pós-traumáticos, elevação do abuso de substâncias, conflitos e violências, medo, desamparo, ideação suicida, diminuição do senso de identidade e reações de luto (Berry, Bowen, & Kjellstrom, 2010), há ainda o fenômeno da ecoansiedade. Este termo, presente na literatura do campo da ecopsicologia, desde a década de 1990, se refere a um medo crônico do colapso ambiental (Foster, 2022; Brophy, Olson, & Paul, 2023).

Em 2005, Glenn Albrecht cunhou o termo solastalgia (Albrecht, 2005), referindo-se ao sofrimento pela perda do território, algo como dor, doença, sensação de impotência ligada ao estado atual da casa ou ambiente de alguém (Galway, Beery, Jones-Casey, & Tasala, 2019). Experiência equivalente ao que os moradores do município de Brumadinho, Minas Gerais, tiveram após o rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, em 2019. Na literatura emergente, ainda na tentativa de melhor compreender os chamados sofrimento relacionados ao clima, outros termos aparecem como possíveis descritores, caso de eco-culpa e luto ecológico (Mallett, 2012; Cunsolo, & Ellis, 2018; Ágoston et al., 2022).

Fato é que estudos sobre as ligações entre saúde mental, mudança climática, poluição e desmatamento crescem linearmente, enquanto as agendas de pesquisa que relacionam essas questões à injustiça ambiental seguem negligenciadas (Wigand, Timmermann, Scherp, Becker, & Steger, 2022).

Racismo ambiental

Sim, todo o globo é impactado pelas mudanças climáticas, porém seus efeitos não são experimentados da mesma maneira, tampouco a contribuição para seu agravamento se dá proporcionalmente (Boeckmann, & Zeeb, 2016; Chalupka; Anderko; Pennea, 2020; (Cianconi; Bettrò; Janiri,

2020); Wigand et al., 2022; Royal College of Psychiatrists, 2021; WMO, 2023). Conforme o Intergovernmental Panel on Climate Change – Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – IPCC, a vulnerabilidade à alteração do clima é alavancada “por padrões de desenvolvimento socioeconômico interconectados, uso insustentável do oceano e da terra, iniquidade, marginalização, padrões históricos e contínuos de iniquidade como o colonialismo e governança” (IPCC, 2023, p. 69).

No Sul Global, os efeitos do estresse climático sobre as populações são devastadores por ausência de intervenções de mitigação e adaptação (Ngcamu, 2023) e potencializam-se por conta da sobreposição de fatores (Royal College of Psychiatrists, 2021), como a desigualdade sociopolítica, econômica, de raça, de classe e gênero. Ainda que a vulnerabilidade de qualquer grupo esteja atrelada à sensibilidade das pessoas aos riscos para a saúde, nível e simultaneidade de exposições de ameaças, capacidades de resposta e adaptativa (Chalupka, Anderko, & Pennea, 2020; Trombly; Chalupka; Anderko, 2017), certo é que a vulnerabilidade climática se exacerba proporcionalmente conforme o grau de restrição ao desenvolvimento de territórios e indivíduos (IPCC, 2023, p. 21).

Portanto, são os grupos historicamente negligenciados: minorias étnicas, pessoas negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, campesinas, imigrantes, periféricas, em fragilidade socioeconômica e demográfica, as contributárias irrisórias do aquecimento global e aquelas que mais sofrem com as ameaças do clima (IPCC, 2023). As mudanças climáticas imprimem uma “dupla desigualdade”, ao distribuir inversamente maior risco àqueles menos responsáveis por sua causa (Ingle, 2020; Barrett, 2013). Isso se deve, inegavelmente, ao fato desses grupos historicamente se encontrarem mais expostos, devido às sobrepostas iniquidades advindas do processo de colonização, mas que se resignificam sem mudar as raízes da desigualdade em termos de raça, classe e gênero, não só, mas em destaque. Causas e condições do passado colonial e escravocrata não enfrentado fazem com que determinados grupos

sejam mais suscetíveis às condições desfavoráveis, e em cenário de ameaça climática, apresentem limitada capacidade de mitigação, adaptação e sobrevivência.

Segundo Gomes (2019) e o projeto *Slave Voyages* (2023), 12.521.337 seres humanos embarcaram em navios negreiros para atravessarem o Atlântico entre 1500 e 1867, em aproximadamente 36 mil viagens (Gomes, 2019, p. 255; *Slave Voyages*, 2023). Quanto o trabalho de pessoas escravizadas sustentava e, ainda hoje, ajustado aos moldes atuais, sustenta sociedades ao redor do globo? Sem adentrar a questão da discrepância entre salários e posições entre negros e brancos, o comércio de pessoas e a mão de obra escravizada são realidades contemporâneas, provêm meios de acumulação de capital e obtenção de lucro e, num cenário de colapso climático, pode escalar de modo incontrolável. Soa extremo, mas não impossível.

Vide os impactos relacionados aos pontos de inflexão, ou pontos de não retorno do planeta, que apontam haver cinco grandes sistemas em risco iminente de cruzar pontos de ruptura ao atual nível de aquecimento global: as camadas de gelo da Groelândia e da Antártida Ocidental; os recifes de coral de águas quentes; a circulação do Giro Subpolar do Atlântico Norte (desaceleração da circulação termohalina, que é movida principalmente pelas diferenças de temperatura e salinidades entre regiões equatoriais e polares); e as regiões de permafrost (solo congelado do Ártico), que já se sabe, “será pior sentido pelas comunidades mais vulneráveis dentro e entre as nações, com impactos indiretos para desigualdade global, a estabilidade da economia mundial, e geopolítica” (Lenton et al., 2023, p. 10).

Por tudo isso, deveria ser inconcebível tratar de problemas globais importantes como a mudança do clima, a saúde, e o racismo, que atravessam desigual e diretamente determinadas pessoas, invisibilizando suas vulnerabilidades e potenciais de enfretamento. Todavia, é o que tem sido feito, desta vez, também no campo discursivo do aquecimento global. Trata-se de mais uma faceta do racismo estrutural em operação,

nesse caso, o racismo ambiental, a discriminação racial no campo das políticas ambientais.

O termo racismo ambiental foi estabelecido nos anos 80, seguindo estudos empíricos de acadêmicos afro-americanos sobre a relação entre raça, localização geográfica e poluição ambiental. Segundo o ativista dos direitos civis, professor e reverendo Benjamin Franklin Chavis, a alocação desproporcional dos prejuízos ambientais refletia uma falha democrática, pois implicava um tratamento diferenciado de indivíduos baseado em raça (Pereira, & Amparo, 2023). Um “continuum colonial” nas palavras de De Jesus (2020), em que o racismo ambiental é um fato histórico que nasce com os navios de escravizados e se recompõe nas periferias e favelas (De Jesus, 2020). “Significa que práticas racistas, voluntárias e/ou involuntárias, são um fator de determinação das condições ambientais a que estão submetidos grupos vulnerabilizados, em razão de algum fator conferidor de identidade, a exemplo de raça, classe social, gênero e origem nacional” (Santos de Souza, 2015, p. 24).

Uma violação ao direito à vida forjado pela colonialidade, visto que evidências atestam que vítimas de racismo ambiental, por conta da especificidade de suas condições, possuem risco aumentado de terem a saúde física e mental comprometida, por exposição às ameaças climáticas (Rottke et al., 2023). Czyzewski (2011) desenvolve isso ao explicar sobre a necessidade em se reconhecer o colonialismo como um determinante social de saúde mental, uma vez que o trauma herdado de gerações passadas afeta de forma adversa a existência e o estado psicológico dos indivíduos contemporâneos, evidenciando o colonialismo como uma fonte de desigualdades específicas e situações de injustiça, com o poder de influenciar a saúde.

Lidar com um planeta em colapso climático exige abordagens que não se furtem a discutir e conectar causas e efeitos do aquecimento global e mudanças climáticas, às questões estruturais da magnitude do racismo. É de extrema relevância social entender se esse pressuposto tem orientado grupos e instituições de pesquisa globais que se dedicam

a gerar dados sobre saúde mental no âmbito das alterações do clima, que consequentemente influenciarão políticas públicas subsequentes.

Partindo dessa premissa, formulou-se a hipótese de que pessoas pesquisadoras e campos científicos que articulam os fenômenos mudanças climáticas, saúde mental, e justiça ambiental evitam racializar suas problemáticas de estudo. Para examiná-la, conduzimos uma revisão de escopo em combinação com análise lexicométrica, descrita no presente artigo, com os objetivos de 1) levantar a produção científica que se predispõe a articular os fenômenos: mudanças climáticas, saúde mental, e racismo ambiental, a partir de seus títulos, palavras-chave e resumos; 2) e verificar as conexidades e afastamentos entre seus campos de sentido. Ao tentar compreender de que maneira os pesquisadores estão articulando essas questões cruciais do nosso tempo aos seus diferentes campos de pesquisa, pretende-se a partir do já pavimentado, contribuir e encorajar perspectivas futuras, e nem por isso menos urgente, de articulação entre aquecimento global, saúde e racismo estrutural.

Método

Desenho de pesquisa

Realizou-se uma análise lexicométrica baseada numa revisão de escopo sobre estudos que tratam sobre a articulação dos fenômenos mudanças climáticas, saúde mental e racismo ambiental. A revisão de escopo foi feita para dar uma visão geral das evidências da articulação dos três tópicos pela literatura e como tentativa de direcionar futuros esforços de pesquisa. A lexicometria, por sua vez, teve por propósito analisar qualitativamente o conteúdo dos artigos, de maneira a identificar os direcionadores e descrever o estado da arte da articulação proposta. A combinação de revisões de literatura e análises lexicométricas é um recurso metodológico útil quando há pretensão de oferecer um panorama analítico das pesquisas disponíveis na literatura ao estudar questões multidisciplinares (Macke,

Sarate, Domeneghini & Silva, 2018; Mandják et al., 2019; Rizzoli, Norton, & Sarrica, 2021), portanto propício para o campo discursivo de conexão entre mudanças climáticas, saúde mental e racismo ambiental.

Revisão de escopo e análise lexicométrica

De acordo com Arksey e O'Malley (2005) há quatro razões que se prestam a revisão de escopo: 1. examinar a extensão, o alcance e a natureza da atividade de investigação; 2. determinar a relevância e viabilidade de realização de uma revisão sistemática completa; 3. resumir e divulgar os resultados das pesquisas; 4. identificar lacunas de pesquisa na literatura existente (p. 21). Segundo as autoras, a revisão de escopo pode servir como um método por si só, publicizando resultados de pesquisa, uma vez delineada para atender qualquer das duas últimas finalidades (Arksey, & O'Malley, 2005). O presente estudo cobre as 1ª e 4ª finalidades elencadas, e considerando isso, a escolha da revisão de escopo se mostra oportuna.

A estrutura em cinco estágios de Arksey e O'Malley (2005) para revisões de escopo orienta esse estudo. As autoras apontam a necessidade de formulação de questão de pesquisa no estágio 1. Dessa maneira, a questão de pesquisa que norteia essa revisão é: Como tem sido feita a articulação entre os fenômenos: mudanças climáticas, saúde mental e racismo ambiental nas pesquisas indexadas em bases da psicologia/comportamento, das ciências biomédicas e em bases multidisciplinares? O estágio 2 implica em identificar os estudos relevantes, por meio da busca em bancos de dados eletrônicos.

Os estágios 3 e 4 da estrutura dizem respeito, respectivamente à seleção dos estudos, e criação de gráficos análise dos dados, momento de extrair informações orientadas ao estudo. Por fim, o estágio 5 abarca o agrupamento, resumo e relato dos resultados.

Todos os artigos recuperados a partir da sentença de pesquisa: ("climate crisis" OR "climate emergency" OR "climate change" OR "global

warming”) AND (“mental health”) AND (“environmental racism” OR “climate justice” OR “environmental justice” OR “environmental injustice”), para títulos, palavras-chave e resumos, nas bases de dados Web of Science, Scopus, PsycInfo e PubMed, tornaram-se elegíveis para fins desse estudo, independente do ano ou da língua de publicação. Os critérios de exclusão foram: o artigo recuperado não tratar, de ao menos dois dos três campos de articulação; não apresentar resumo (abstract) e/ou se tratar de estudo não publicado em periódico.

Os termos crise climática, emergência climática e aquecimento global foram adicionados para conferir amplitude a amostra. As expressões que evocam justiça climática foram utilizadas pelo mesmo motivo. No entanto, cabe salientar que se trata de termo “mais europerizado, e quase sempre não reflete as realidades de nações como as americanas, latinas, africanas e asiáticas e que, por isso, exige de teóricos e militantes a necessária luta por um discurso inclusivo, racializado e justo” (Pereira, & Amparo, 2023, p. 10).

Na base We of Science todos os 40 documentos recuperados passaram pelos critérios de inclusão e foram incorporados na amostra. Foi a base que retornou o artigo mais antigo das buscas, o ano de 2011. Quanto à Scopus, a sentença de pesquisa retornou 38 documentos, desses três eram livros, dois capítulos de livros, duas notas, uma carta, um editorial e um artigo de conferência, sendo assim, para fins dessa revisão, foram incluídos mais 19 artigos e nove revisões. Numa segunda triagem, dois artigos foram retirados da análise por não apresentarem resumo, restando 26 documentos aptos para análise. Foi recuperado um artigo em língua alemã, e por apresentar resumo em língua inglesa, foi incluído no estudo.

Dos 31 documentos recuperados da base PsycInfo, três eram livros, três dissertações, dois artigos de correção, e uma carta, e foram excluídos por não se tratar de artigo e/ou revisão publicado em periódico, restando 22 documentos elegíveis. Por fim, a base PubMed resgatou 17 documentos, dois deles não apresentaram resumos,

tornando-os inelegíveis, restando 15 artigos a serem incorporados a amostra. Na segunda triagem, mais um artigo foi retirado pela ausência de resumo. Os registros foram dispostos em uma planilha do editor Excel, para ser feita a caracterização quanto ao ano de publicação, área do conhecimento e triagem para posterior confecção do corpus de análise. As buscas foram realizadas entre os dias 30 de janeiro e 1 de fevereiro de 2024, tendo resultado em 64 artigos (assinalados com arêsculo nas referências bibliográficas) que compuseram o corpus de análise, publicados entre 2011 e 2024 (Figura 1).

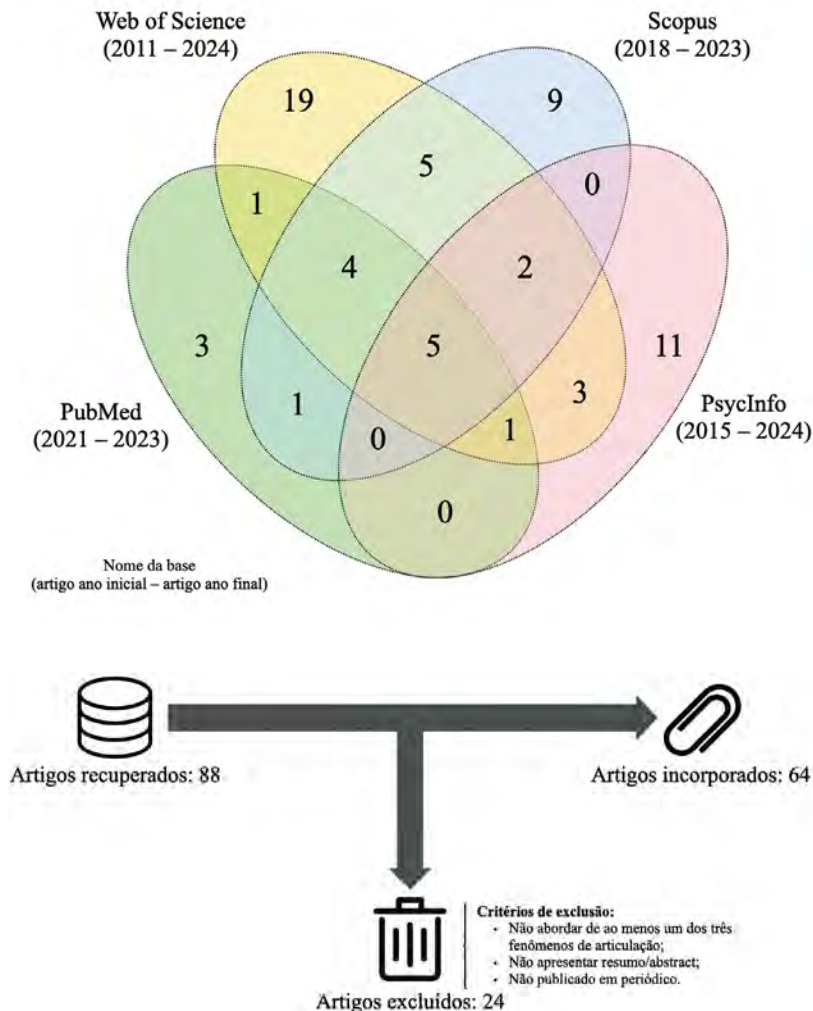
A lexicometria refere-se ao aparato de técnicas que com base em critérios específicos, processam estruturalmente um texto ou conjunto de textos, de modo a permitir que seu vocabulário seja analisado estatisticamente (Sousa, 2021). Os títulos, palavras-chave e resumos da produção científica levantada foram compilados e organizados em um corpus textual e submetido à análise lexical, através do software Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) versão alpha 0.7 (Ratinaud, 2009), ancorado no ambiente estatístico do software R (R Development Core Team, version 4.1.3).

Resultados e discussão

Os 64 artigos (Figura 1) recuperados foram publicados entre 2011 e 2024, em periódicos provenientes de diferentes áreas do conhecimento, entre eles, psicologia, epidemiologia e estudos urbanos (Figura 2).

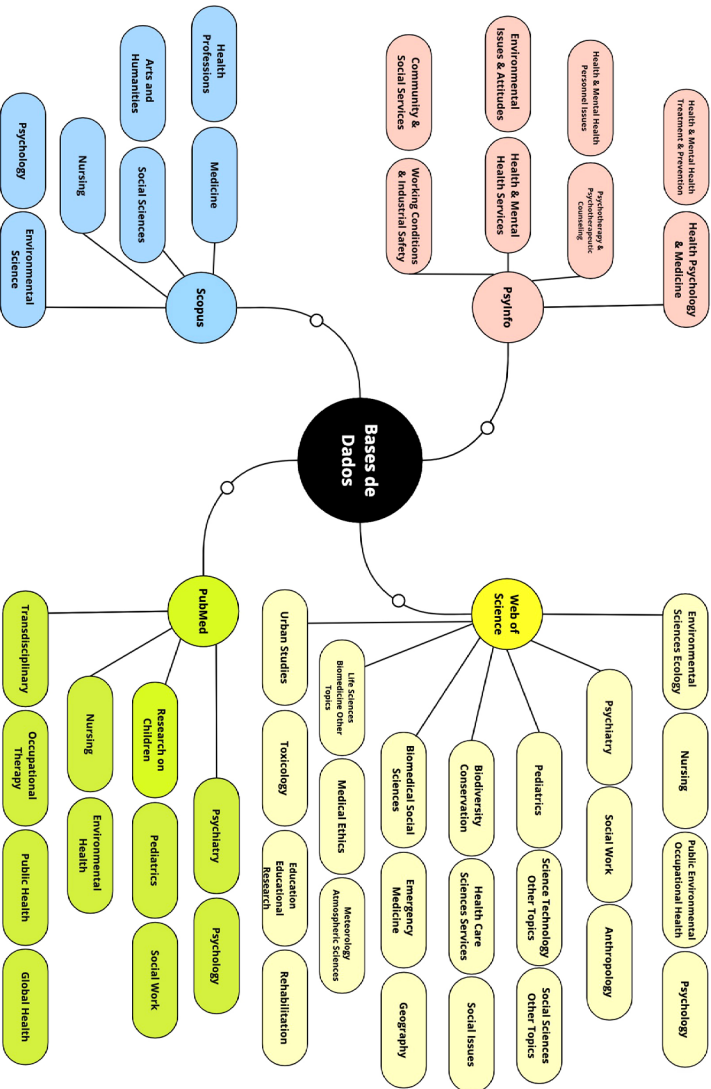
A análise lexical dos títulos, palavras-chave, e resumos resultou em corpus distribuído em seis classes de sentido (Figura 3), com 88,24% dos segmentos de texto classificados. O dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente dispõe visualmente a estatística dos dados, visto que distribui as palavras que emergem do corpus em suas respectivas classes (cluster), ou seja, ordena em campos léxico-semânticos. As classes serão descritas na ordem em que são apresentadas na Figura 3: Classe 2, Classe 1, Classe 5, Classe 4, Classe 3 e Classe 6.

Figura 1. Diagrama de bases com publicações científicas que articulam mudanças climáticas, saúde mental e racismo ambiental, recuperadas por bases de dados



Fonte: Autoras.

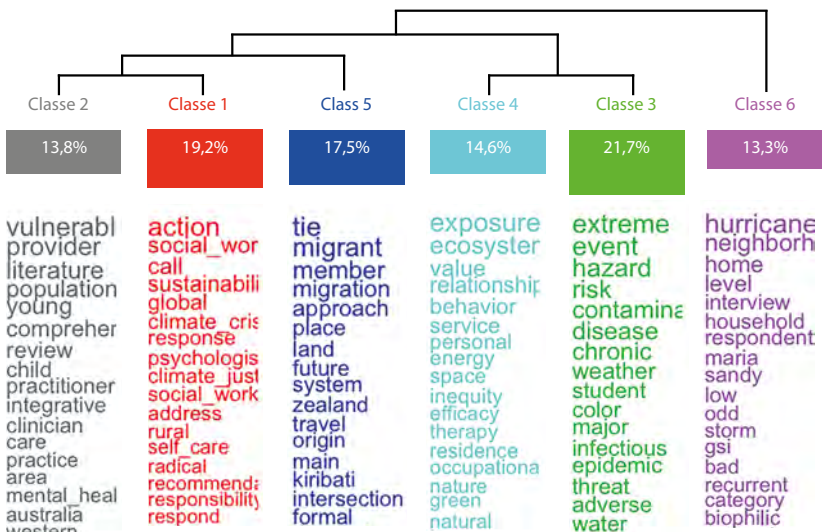
Figura 2. Áreas temáticas de publicações científicas que articulam mudanças climáticas, saúde mental e racismo ambiental



Fonte: Autoras.

As classes 2 e 1 relacionam-se entre si (Figura 3), e isso se dá em virtude dos assuntos se complementarem no retorno das palavras nas classes. A classe 2 (13,8% de abrangência de vocabulário), intitulada “mudanças climáticas e saúde mental de crianças e jovens”, retornou agrupamento com as palavras: vulnerável, prestador, literatura, população, jovem, compreensível, revisão, criança, profissional, integrativo, clínica, cuidado, prática, área, saúde mental, Austrália, mudanças climáticas, emergência, que se correlacionam entre si (p value<0,001). O conjunto de palavras recuperado articula-se sobre dois dos fenômenos propostos, mudança do clima e saúde mental de crianças e jovens. ‘Vulnerável’ provém de segmentos de texto de nove artigos, e é a palavra que encabeça a lista, remetendo o sentido que mais se aproxima da dimensão racismo ambiental e justiça climática.

Figura 3. Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente – CHD aplicada aos títulos, palavras-chave e resumos que articularam mudanças climáticas, saúde mental e racismo ambiental



Fonte: Autoras

A classe 2 expressa a interdependência entre vulnerabilidade de pessoas e ecossistemas ao retornar estudos que abordam a articulação entre os fenômenos saúde mental e mudanças climáticas (prestador, profissional, integrativo, clínica, cuidado, prática, área, saúde mental, mudanças climáticas, emergência) em populações e alguns grupos específicos (população, jovem, criança), investigando e/ou considerando suas vulnerabilidades.

Mudanças climáticas e saúde mental de crianças e jovens

Dos artigos selecionados na classe 2, a concordância da palavra 'criança' resgatou segmentos de texto de estudos que discorrem sobre os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde mental de populações vulneráveis globalmente (White et al., 2023); e sobre a saúde infantil (Fuller, Cavanaugh, Green, & Duderstadt, 2022). Juntas, as palavras 'criança' e 'jovem' retomaram os estudos sobre eco-ansiedade em jovens (Brophy, Olson, & Paul, 2023) e mudanças climáticas, ativismo e apoio à saúde mental de crianças e jovens (Godden et al., 2021). Isto evidencia que o corpus de análise conseguiu captar pesquisas que investigam impactos das mudanças climáticas sobre a saúde mental de grupos vulneráveis, entre eles, crianças e jovens, como ilustrado no fragmento de um dos estudos:

Artigo 22: Pessoas vulneráveis à terra (devido à ocupação ou localização geográfica), pessoas indígenas, crianças, idosos e migrantes climáticos estavam entre as populações vulneráveis cuja saúde mental foi mais afetada pela das alterações climáticas (White et al., 2023, p. 1).

Corroborando com os artigos retomados na classe, a avaliação da vulnerabilidade às mudanças do clima são problemas robustos e atuais (Kasthala, Parthasarathy, Narayanan, & Inamdar, 2024), e ainda que não faça sentido um ranqueamento de vulnerabilidades, na perspectiva

da justiça intergeracional, o impacto significativamente maior nas gerações mais jovens (Rottke et al., 2023) representa cruel e duplo quinhão para as crianças e adolescentes. Mantidos os rumos atuais de aquecimento, alguém que nasça em 2024, para atingir a velhice, experimentará viver numa realidade sem precedentes, e com o peso de arcar com as consequências de escolhas que não tiveram nenhuma condição de intervir ou gerenciar. Prova disso é que não importa os cenários de emissões futuros, a economia do planeta encolherá 19% nos próximos 26 anos (Kotz, Levermann, & Wenz, 2024). Até meados de 2050, ao menos que haja aporte pesado de recursos em adaptação e resiliência dos serviços sociais, as 4,2 bilhões de crianças que virem a nascer enfrentarão ameaças relacionadas à sobrevivência e bem-estar (Unicef, 2023).

Chamado à tomada de consciência e ação

A classe 1 (19,2% de abrangência de vocabulário), nomeada “chamado à tomada de consciência e ação”, retornou agrupamento com as palavras: ação, serviço social, chamado, sustentabilidade, global, crise climática, resposta, psicóloga(o), justiça climática; assistente social, endereçar, rural, autocuidado radical, recomendação, responsabilidade, responder, cliente, agenda, que se correlacionam entre si (p value < 0,001). Com foco para os profissionais do cuidado, a classe sustenta as ideias levantadas na classe 2. No entanto, estabelece novas conexões relativas ao apelo à tomada de consciência e ação, rótulo sugerido da classe.

A classe traz palavras ligadas aos profissionais (serviço social, psicóloga(o), assistente social) que, no que tange a saúde mental, estão em contato direto com pessoas afetadas pela hostilidade climática (cliente, rural). Remonta segmentos de texto de artigos que convocam explicitamente para tomada de consciência a respeito da situação climática global (chamado, crise climática) e alerta quanto a necessidade tardia e urgente dos profissionais do cuidado, em responder de maneira ética e

informada à essa ameaça (ação, resposta, responsabilidade, responder, agenda). Por fim, as pesquisas arroladas abordam a necessidade de adaptação da práxis (recomendação, sustentabilidade), e direcionamento de cuidados clínicos presentes e futuros, alinhados aos cenários de colapso climático iminentes (autocuidado radical, justiça climática).

A palavra mais evocada foi ‘ação’ que remeteu 12 artigos, dos quais cinco compartilhados com o termo ‘chamado’, aparecendo em mais outros três estudos. Na classe, houve o ‘chamado’ que se mostra na convocação dos profissionais de cuidado, psicólogos (Ingle, 2020); psiquiatras (Zhang et al., 2021); enfermeiros (Evans-Agnew, Leclair, & Sheppard, 2023) e assistentes sociais (Willet, & Sears, 2020) quanto à responsabilidade ética da práxis informada pela justiça climática. Enquanto Willet e Sears (2020) incitaram o desenvolvimento de intervenções de apoio aos deslocados e refugiados ambientais, Doherty e Clayton (2011) apelaram por maior letramento ecológico e competência dos psicólogos em abordagens que consideram as alterações do clima.

E, por fim, ainda articulado à justiça climática, os outros artigos da classe abarcaram o ‘chamado’ à ação direcionado ao combate a insegurança hídrica (Wutich, 2020); e a alocação dos povos aborígenes (Godden et al., 2021) e indígenas (Billiot, Beltrán, Brown, Mitchell, & Fernandez, 2019) no centro das respostas às mudanças climáticas. O colapso global tanto perfoma distúrbio na esfera biofísica quanto na esfera social e psicológica (Doherty, & Clayton, 2011) e, por ser assim, as estratégias de adaptações não podem se resumir àquelas que digam respeito a biodiversidade e geofísica, há de se empreender esforços para apoiar a adaptação psicológica e resiliência emocional de indivíduos e comunidades (Lawrance et al., 2022). Tal perspectiva é ilustrada no seguinte fragmento de artigo:

Artigo 56: Os psiquiatras têm um papel vital a desempenhar na melhoria da consciência e da compreensão científica dos mecanismos estruturais que perpetuam estas desigualdades, e na resposta ao

chamado global à ação para promover a justiça climática e a resiliência, que são alicerces centrais para uma boa saúde física e mental (Zhang et al., 2021, p. 1).

Nesta direção, a Associação Americana de Psicologia (American Psychological Association – APA), em trabalho de força tarefa para Mudanças Climáticas, resumiu recomendações de metas e estratégias concernentes a crise do clima. A APA salienta que os profissionais em psicologia possuem vasta oportunidade de promover saúde, bem-estar e justiça individuais e coletivos em cenários de câmbio climático; por outro lado, adverte que há muito por fazer. O chamado a atuação é proposto para ampliação de impactos em seis campos distintos: pesquisa, na clínica, educação, advocacy (defesa do clima), comunicação e redução de GEEs/incremento em sustentabilidade (APA, 2022). No Brasil, a Sociedade Brasileira de Psicologia integra a Aliança Global de Psicologia (GPA), e tal qual a APA, traz recomendações centradas nos campos da educação, advocacy e na comunicação para combater a crise climática em frentes de mitigação, adaptação e justiça (Global Psychology Alliance, 2022).

Povos tradicionais e direitos humanos

A classe 5 (17,5% de abrangência de vocabulário), intitulada “povos tradicionais e direitos humanos”, se aproxima discretamente das classes 2 e 1. As formas mais significativas que se correlacionam entre si ($p \text{ value} < 0,001$) foram: laços, migrante, membro, migração, abordagem, lugar, terra, futuro, sistema, Nova Zelândia, viagem, origem, principal, Kiribati (um dos lugares mais vulneráveis à crise climática no planeta (Yates, Groot, Manuela, & Neef, 2022); país insular no Pacífico Central), interseccional, convencional, discussão, destino, cidadania, Aotearoa (Nova Zelândia na língua Māori), América (referência aos Inuítes, nação indígena esquimó da América do Norte), segurança,

Pacífico, interseccionalidade, justiça, política, vida. É possível inferir que a classe reteve os artigos de cunho mais transdisciplinar em que as linhas investigativas, para além dos aspectos relacionados as causas e efeitos, se propuseram a centrar nas pessoas e suas vivências, a partir e para além dos impactos do clima.

A classe apresenta palavras que denotam perspectivas atreladas aos direitos humanos e aos povos tradicionais, o rótulo da mesma, portanto. A maior parte dos segmentos de texto recobram os artigos que versam sobre indivíduos e grupos oriundos de comunidades tradicionais ou localidades em extrema vulnerabilidade climática (migrante, membro, lugar, Nova Zelândia, Kiribati, Aotearoa, América) que estão com seus modos de vida e a própria existência (laços, terra, futuro, sistema, viagem, origem, principal, convencional, vida) ameaçados, e se veem forçados a abandonar seus modos de vida e/ou territórios (migração, destino, segurança) em resposta ao câmbio climático.

A perspectiva dos direitos humanos atravessa esse tema de maneiras distintas, uma vez que, de um lado, há a violência abrupta do deslocamento e da migração compulsória e a seara de adversidades que os deslocados e refugiados climáticos são obrigados a enfrentar (Torres, & Casey, 2017) e, de outro, a promulgação de uma “violência lenta” e dolorosa aos grupos e comunidades diaspóricas que enfrentam restrições à sua mobilidade seja pela hostilidade do clima (Yates et al., 2023), ou muito além dela, devido à “política colonial contemporânea e a desigualdade” (Davis et al., 2022). Vale mencionar que foi do trabalho de Davis e colaboradores (2022) duas das quatro ocorrências de palavras ligadas ao colonialismo de todo o corpus, a saber, ‘colonial’ e ‘colonialismo’. As outras menções foram ‘decolonizando’ (Billiot et al., 2019) e ‘colonização’ (Godden et al., 2021).

Ainda no horizonte dos direitos humanos, a palavra ‘membro’ remete ao estudo que trata de injustiças fundiárias e ambientais na comunidade mineira de Rustenburg, África do Sul (Barnwell, Stroud, & Watson, 2020). A palavra ‘justiça’, por sua vez, aponta estudos que vinculam alteração

do clima e justiça reprodutiva (Sasser, 2023); introduz uma escala de “justiça climática para a saúde” que avalia custos de desigualdades socioespaciais em saúde (McDonald et al., 2015); argumenta sobre a necessidade de promover justiça, através de ação baseada em ética e solidariedade, na criação de lugares destinados às pessoas deslocadas (Eckenwiler, 2018); e, por fim, aborda a educação para a justiça climática como propulsora de saúde mental juvenil (Vamvalis, 2023). O fragmento do estudo a seguir ilustra esta classe:

Artigo 7: As crianças e os jovens das Primeiras Nações estão particularmente em risco devido à perda de lugar, identidade, cultura, terra e costumes informados pelas relações de parentesco com a Terra; enquanto as práticas sustentáveis de uso da terra e a ligação ao país e à comunidade podem aumentar a resiliência climática (Godden et al., 2021, p. 1).

O termo “cultericídio”, cunhado por Hofmann (2014), parece caber para explicar parte do que ocorre nas violações aludidas nos estudos recuperados, que em comum carregam o fato de que para alguns povos, muito além da dimensão biogeográfica, o existir coemerge com o ambiente. Caso dos nomeados Habitantes de Chuuk, dos Estados Federados da Micronésia, como explica Hofmann, e o sofrimento experimentado pela destruição de elementos, como o habitat, que sustentam suas conformações de identidade, propriedade intelectual e patrimônio cultural. Trata-se de um genocídio cultural advindo das mudanças climáticas (Hofmann, 2014). Em oposição, há também um transbordamento de sentido que diz respeito a prospecções de futuro global atreladas ao reencontro com as populações tradicionais, seus conhecimentos e costumes ancestrais, uma transformação profunda da sociedade calcada no paradigma da justiça climática, uma transição justa centrada nos povos e para os povos (Plataforma Latinoamericana y del Caribe por la Justicia Climática, 2023).

Desigualdade em exposições ambientais

A classe 4 (14,6% de abrangência de vocabulário) estabelece contato com a classe 3 (Figura 3). Os sentidos abarcados por ambas ora se complementam, ora se sobrepõem, refletido pela duplicidade de alguns artigos retomados por elas. Pertencem a este grupo as palavras: exposição, ecossistema, valor, relacionamento, comportamento, serviço, pessoal, energia, espaço, desigualdade, eficácia, terapia, residência, ocupacional, natureza, verde, natural, problema, crença, equidade, ansiedade, significativamente, socioeconômico, civil, humano, urbano, justiça ambiental, que se correlacionam entre si ($p \text{ value} < 0,001$). 'Exposição' é o termo mais evocado e que melhor capta o sentido retratado pela classe, cujo rótulo é desigualdade em exposições ambientais. Nos segmentos de texto que compõem a classe, a palavra exposição traduz questões relacionadas, por um lado com as disparidades na distribuição equitativa dos serviços ecossistêmicos e a saúde humana (Anneser, Levine, Lane & Corlin, 2024; Chen, Li, Luo, Su, Xie, Zang, & Kinoshita, 2024; Keeler et al., 2019; Tao, Chai, Zhang, Yang, & Kwan, 2021; Vera; Hartranft-Mulcahy; Graham, 2024) e, por outro, com a desigualdade nas exposições que provocam danos à saúde e risco à vida, caso dos poluentes atmosféricos (Tao et al., 2021); deslizamento de terra (Burrows et al., 2021); exposição cumulativa a desastres naturais (Meltzer, Zacher, Merdjanoff, Do, Pham, & Abramson, 2021) e térmica nos espaços carcerários (Colucci, Vecellio, & Allen, 2023).

O segmento de texto que traz a palavra 'exposição', num dos contextos mencionados, é reproduzido abaixo:

Artigo 61: Nos espaços carcerários, a exposição térmica agrava essas situações já complexas, moldando uma confluência de várias interseccionalidades econômicas, políticas e ecológicas. Esta síntese contextualiza os estudos em curso sobre alterações climáticas, exposição térmica, ambiente construído e políticas públicas, para examinar

as desigualdades térmicas vividas pelas populações encarceradas (Colucci, Vecellio, & Allen, 2023, p. 1).

É indiscutível que o ambiente conservado é de extrema importância para a manutenção da vida, e não à toa o usufruto esbarra nas iniquidades interseccionais, tais quais o racismo e a discriminação de gênero, forjadas no interior do sistema patriarcal colonialista (Rottke et al., 2023). Se “a natureza saudável é um determinante distribuído de forma desigual da ocupação, do bem-estar e da saúde humana” (Hammell, 2021, p. 1), isso só acontece devida à permanência e reedição de violações coloniais e erosão contínua de direitos.

Racismo ambiental

A classe 3 (21,7% de abrangência de vocabulário) retornou agrupamento com as palavras: extremo, evento, perigo, risco, contaminação, doença, crônico, clima, estudante, cor, principal, infeccioso, epidemia, ameaça, desfavorável, água, calor, grupo, doença, ambiental, poluição, dengue, temperatura, comida, período, vetor, representa, Peru (no contexto representa epidemia de dengue), participativo, surto, que se correlacionam entre si ($p \text{ value} < 0,001$). A classe remonta os artigos que dissertam sobre experiências de discriminação racial no âmbito ambiental, o racismo ambiental, ainda que não usem essa nomenclatura para se referirem ao arcabouço de violações de direito que configuram o fenômeno.

O termo justiça ambiental entrou nas buscas desse estudo para driblar a baixa incidência do termo racismo ambiental nas publicações científicas. No entanto, no corpus textual criado, mesmo a palavra ‘racismo’ apareceu apenas uma vez (Chalupka, Anderko, & Pennea, 2020). Em todo o corpus analisado, composto pelos títulos, palavras-chave e resumos dos 64 artigos, a expressão ‘racismo ambiental’ ocorreu apenas cinco vezes, e em três estudos: Wutich (2020), Berberian, Gonzalez,

& Cushing (2022) e Neimanas (2022). Esse último, discorreu sobre as dimensões históricas, econômicas e políticas das alterações climáticas e do racismo ambiental.

Berberian et al. (2022), em revisão de escopo, levantaram evidências recentes (2017–2022) da disparidade na saúde de ‘pessoas de cor’ nos EUA devido às mudanças climáticas, configurando-se como o único artigo da presente pesquisa que se aproximou da articulação aqui proposta, como ilustrado a seguir:

Artigo 51: Vários estudos sobre calor, frio extremo, furacões, inundações e incêndios florestais encontram evidências de que pessoas de cor, incluindo comunidades negras, latinas, nativas americanas, das ilhas do Pacífico e asiáticas, correm maior risco de impactos na saúde relacionados ao clima do que os brancos, embora esse nem sempre seja o caso (Berberian, Gonzalez, & Cushing, 2022, p. 1).

Enquanto a classe anterior refletiu a perpetuação da desigualdade do acesso ao ‘meio ambiente ecologicamente equilibrado’ (Brasil, 1988; Art. 225, caput), as palavras recuperadas nessa classe provêm de segmentos de textos que atrelam ameaças ao bem viver à grupos que resistem para existir, seja de uma perspectiva clínica e epidemiológica (perigo, risco, contaminação, doença, crônico, infeccioso, epidemia, ameaça, desfavorável, água, calor, grupo, doença, ambiental, poluição, dengue, temperatura, comida, período, vetor, representa, Peru, surto), seja do aspecto socioeconômico ecológico (extremo, evento, clima, cor, ambiental, temperatura, comida).

Como explica a pensadora negra brasileira Tania Pacheco, o racismo ambiental é caracterizado pela imposição de desigualdades sociais e ambientais sobre grupos étnicos e populações historicamente mais vulneráveis, e “não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto ‘racial’, não obstante a intenção que lhes tenha dado

origem” (Brasil, 2024). Ainda que grupos não sejam homogêneos, são as crianças, mulheres, idosos, pessoas LGBTQIAP+, portadores de deficiências e doenças pré-existentes, pertencentes a comunidades negras, quilombolas e indígenas, os mais suscetíveis aos agravos em saúde física e mental advindos do clima alterado. Essas pessoas com sua ‘dupla desigualdade’ estão alocadas na ‘linha de frente’ (Ingle, 2020) das injustiças que remontam o histórico colonial, e o presente climático. Vide o exemplo do Brasil, hoje, mulheres, idosos, pessoas pretas, pardas ou com baixa escolaridade, tem maior risco de morrer por conta do calor (Dos Santos et al., 2024). Em cenários futuros, a taxa de sobremortalidade desses grupos, por conta das exposições as ondas de calor, tende a se acentuar.

Desastres climáticos

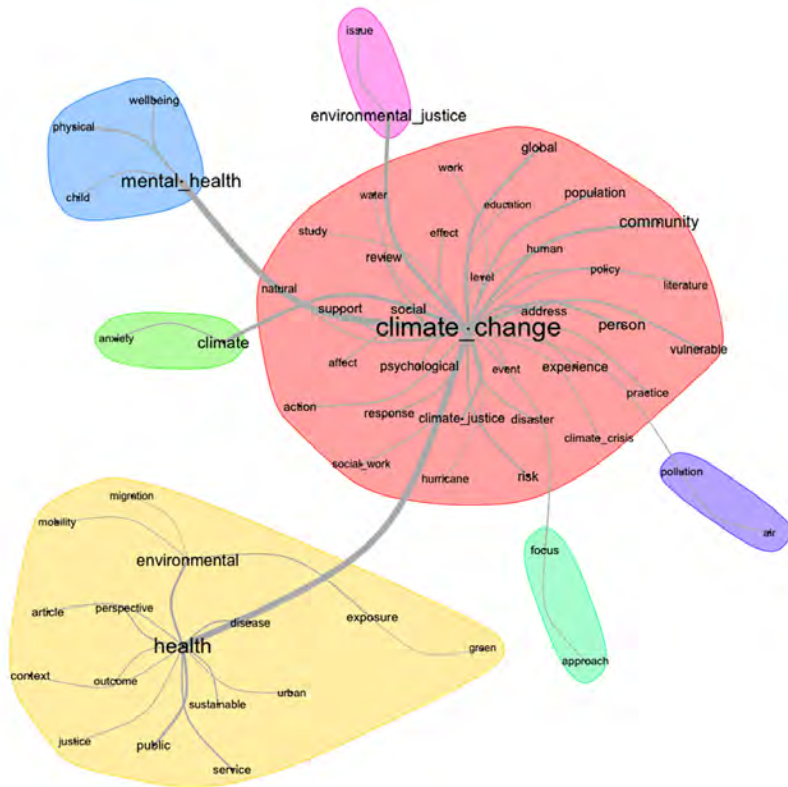
Por fim, a classe 6 (13,3% de abrangência de vocabulário), rotulada como “desastres climáticos”, retornou agrupamento com as palavras: furacão, vizinhança, casa, nível, entrevista, doméstico, entrevistados, Maria, Sandy, baixa, probabilidade, tempestade, GSI (Green Stormwater Infrastructure/Infraestrutura Verde de Águas Pluviais), ruim, recorrente, categoria, biofilico, padrão, mar, justiça climática, residente, plano, percepção, USA, urbano, análise, estrutura, que se correlacionam entre si (p value < 0,001), e é a de maior independência em relação às demais classes, como confirmado pela Análise Fatorial de Correspondência (Figura 4).

É possível inferir que a maior parte das palavras apuradas diz respeito aos artigos que abordaram desastres climáticos e, devido a isso, este foi o rótulo adotado para a classe. Segmentos de texto que abordam eventos extremos ou agudos e sub-agudos (furacão, Maria, Sandy, tempestade, inundações), remontam experiências e prejuízos ligadas a eles (casa, vizinhança, doméstico, baixa, ruim, justiça climática, residente, recorrente, USA) e apontam indícios de medidas de preparação e adaptação a serem feitas nas cidades (estrutura, plano).

Considerando que eventos climáticos extremos, como tempestades e furacões, causam enormes danos à vida e ao patrimônio, é de se esperar que o corpus estruturado espelhasse corpo de pesquisas que abordam a importância da preparação e a desigualdade na resposta à eventos dessa magnitude, alertando quanto o aumento em constância e severidade em cenários de incremento na temperatura global (Burger, & Gochfeld, 2017; Meltzer et al., 2021; Melendez, & Saltzman, 2021; Nicholas, & Breakey, 2019). A classe também refletiu, mesmo que de maneira mais discreta, pesquisas que de alguma maneira apontam para medidas adaptativas para as cidades, como o planejamento urbano biofílico (Meenar, Heckert, & Adlakha, 2022).

Coerentemente, o corpus refletiu duas temáticas que estão altamente conectadas, as abordagens de adaptação baseada em ecossistemas e a gestão de risco de desastres, uma vez que investimentos em ecologia urbana, restauração de zonas úmidas e ecossistemas florestais a montante são recursos imprescindíveis no enfrentamento e prevenção dos riscos de enchentes e calor urbano (IPCC, 2023). Compreensível também o retorno de pesquisas sobre eventos climáticos extremos, considerando a urgência em serem mais bem elucidados e precocemente sinalizados, os mencionados furacões Katrina, Sandy e Maria de 2005, 2012 e 2017, por exemplo, causaram US\$ 125, US\$ 65 e US\$ 90 bilhões em danos, respectivamente (CNN, 2022), além da perda de vidas humanas e não humanas, sem possibilidades de reparação. E o cenário posto é de aumento em ocorrência e magnitude de extremos climáticos e meteorológicos, segundo o IPCC (2023), até 2040. Considerando que a temperatura global se mantenha nos 1,5°C, esses extremos se concretizarão em consequências severas e difusas, que podem ir desde a mudança geoespacial e política do planeta, com riscos transfronteiriços projetados nos setores de alimentos, energia e água e deslocamentos em massa de refugiados climáticos, até interferência na longevidade humana, uma vez que crianças e jovens que experimentam privações oriundas de degradação climática podem ter os ciclos de suas vidas comprometidos (Unicef – United Nations Children’s Fund, 2023).

Figura 5. Análise de Similitude dos títulos, palavras-chave e resumos que articularam mudanças climáticas, saúde mental e racismo ambiental



Fonte: Autoras

A análise textual também foi enriquecida com a Análise de Similitude (Figura 5), que por sua vez, mostra grafo em que na centralidade há o termo mudanças climáticas, com 201 repetições em todo o corpus, proveniente de 58 artigos (Anna Hayward, & Joseph, 2018; Calyx, Weerasuriya, & White, 2023; Evans-Agnew, Leclair, & Sheppard, 2023; Kam; Hwang; Parker, 2023; Pearson et al., 2023; Rom et al., 2023; Rothschild; Haase, 2023; Rottke et al., 2023; Willis et al., 2023; Barnwell, Stroud, &

Watson, 2020; Espinoza, 2021; Hilert, 2020; McDonald et al., 2015; Pratt, 2022; Swim, 2022; Thompson, 2021; Vera, Hartranft-Mulcahy, & Graham, 2024; White et al., 2023; Willett, & Sears, 2020; Yates et al., 2023; Allen, 2020; Antadze, 2020; Brown, White, & Nicholas, 2022; Burger, & Gochfeld, 2017; Doherty, & Clayton, 2011; Godden, Wijekoon, & Wrigley, 2022; Larson et al., 2021; Lindsay et al., 2023; Meltzer et al., 2021; Berberian, Gonzalez, & Cushing, 2022; Billiot et al., 2019; Brophy, Olson, & Paul, 2023; Burrows et al., 2021; Davis et al., 2022; Hammell, 2021; Lawrance et al., 2022; Melendez, & Saltzman, 2021; Nicholas et al., 2020; Powers, & Engstrom, 2020; Sasser, 2023; White, 2020; Wigand et al., 2022; Wutich, 2020; Anneser et al., 2024; Fuller et al., 2022; APA, 2022; Chalupka, Anderko, & Pennea, 2020; Colucci, Vecellio, & Allen, 2023; Godden et al., 2021; Neimanas, 2022; Nicholas, & Breakey, 2019; Schmitt, & Sullivan, 2022; Simmonds, Breakey, & Nicholas, 2022; Torres, & Casey, 2017; Vamvalis, 2023; Versey, 2021; Wu, Greig, & Bryan, 2022) e dele partem uma série de ligações, as quais as mais fortes se estabelecem com os termos: saúde, repetido 137 vezes, e saúde mental com 112 repetições. Duas outras conexões mais discretas, porém, ainda significativas se estabelecem com as palavras 'climática(o)' e 'justiça ambiental'. Esse último, termo de articulação proposto nesse estudo para apreender o sentido de racismo ambiental.

Aparentemente, na produção científica angariada há alguma articulação entre os campos de sentido dos fenômenos mudanças climáticas, saúde mental e racismo ambiental. No entanto, ao observarmos os três campos em separado, notamos que as conexões entre eles, quando acontecem, se estabelecem com certa insubstancialidade, ainda há tanto por se interconectarem. Vide as conexões do termo saúde mental, mesmo que pouco expressivas, há ligações com termos que enviesam no âmbito da justiça ambiental. Contudo, a completa ausência de termos que tragam a ideia contrária, ou seja, que se articulem com o campo da injustiça ambiental, e em sua completude com o do racismo ambiental, é um indicativo de que não houve

significância entre os trabalhos que articulam os dois fenômenos. Isto evidencia um hiato nas agendas de pesquisa interessadas em estabelecer diálogo entre esses dois campos.

Por sua vez, observando o termo do centro do grafo, mudanças climáticas, percebe-se a vastidão de termos circundantes, com ligações que variam discretamente entre seus calibres. De um lado, este dado reflete o quão transversal foram os temas e as áreas de conhecimento captadas pelo corpus construído para esse estudo; por outro, abrange a realidade do campo de pesquisa dedicada a estudar esse fenômeno. No que diz respeito a investigação proposta, as fracas ligações entre os campos de sentido mudanças climáticas e 'vulnerabilidade', 'iniquidade', 'risco', 'desastre', 'poluição', ou mesmo ausências de conectividade, certificam a indisposição em articular questões que só permanecem deslocadas devido, dentre outras coisas, ao racismo. Isto corrobora a hipótese inicial de que pessoas pesquisadoras e campos científicos que articulam os fenômenos mudanças climáticas, saúde mental, e justiça ambiental evitam racializar suas problemáticas de estudo.

Isso se deve a uma sobreposição de fatos, que vão desde a ausência de pessoas pesquisadoras negras e indígenas encabeçando pesquisas, ínfimos recursos financeiros destinados para estudos que incluam raça em seu escopo, aos "cala-boca" institucionais que se fazem por meio dos obstáculos inerentes a pautas dissidentes das costumeiras. Trata-se de uma censura acadêmica, como já dito por Grada Kilomba: "Quem pode falar, o que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?" (Kilomba, 2019, p. 33).

Tal como enfatiza Fanon, (1968, p. 26) "o colono que fez e continua a fazer o colonizado". A dominação colonial se reimprime e perdura, e segue operando de modo a influenciar como colonizados e seus descendentes se enxergam e são vistos, dentro e fora de contextos específicos, em câmbio constante a serviço da branquitude (Bento, 2022). Exemplo disso, respalda a hipótese inicial dessa pesquisa e remete ao termo solastalgia.

Enquanto os corpos atravessados pelo trauma e angústia existencial, advindos do desterro (Batista de Lima, 2019) de seus locais de origem, modos de vida e identidade, eram os corpos de pessoas negras e indígenas, ínfimo era o interesse no estudo e compreensão dessa experiência. Isso muda quando, graças a variáveis distintas, entre elas a mudança do clima, desastres climáticos e eventos extremos, pessoas brancas passam a vivenciar a devastação e perda de seus ambientes. A partir daí, cresce a necessidade de elucidar essas manifestações, e assim foi feito, atestando que o imperativo continua sendo o de salvaguardar determinadas vidas e existências em detrimento de outras. Ainda que caiba a ressalva de solastalgia ser palavra cunhada na colonialidade, logo incapaz de abarcar, entender e transmitir as experiências vividas por povos indígenas (Galway et al., 2019, p. 14) e afrodiaspóricos.

Outro exemplo dessa interferência colonial no auto-reconhecimento e no modo “outridade” de reconhecimento se impõe na recidiva exclusão de pessoas negras, indígenas, ciganas, de minorias étnicas, e povos tradicionais nas discussões da crise climática. Há uma apartação deliberada, que de um lado inculca a ideia de que são assuntos que não lhe dizem respeito e, por outro, subjulga a capacidade desses grupos em gerir a crise do clima, enquanto na realidade, o mais sensato é transicionar as sociedades centrando estratégias e esforços nos povos e para os povos.

Talvez só aí teremos alguma brecha em “segurar o céu”, como traz a cosmovisão Yanomami, e frear o fim do nosso mundo, como bem explica Ailton Krenak:

Eu não percebo esse momento quem que estamos vivendo como uma situação-limite, acho que o que estamos passando é uma espécie de ajuste de foco no qual temos a oportunidade de decidir se queremos ou não apertar o botão da nossa auto-extinção, mas todo o resto da Terra vai continuar existindo (Krenak, 2020, p. 58).

Considerações finais

Os achados do presente estudo revelam que a hipótese inicial de que pessoas pesquisadoras e campos científicos que articulam os fenômenos mudanças climáticas, saúde mental, e racismo ambiental evitam racializar suas problemáticas de estudo foi corroborada. Contemplando o primeiro objetivo, temos que o panorama do campo que se predispõe a articular os três fenômenos mostrou-se transdisciplinar, com pesquisas que investigam impactos das mudanças climáticas sobre a saúde mental de grupos vulneráveis, entre eles, crianças e jovens; defesa do clima; estudos considerando grupos étnicos, povos tradicionais e violação de direitos. E também estudos que tratam de desastres climáticos, que discorrem sobre disparidades no usufruto de serviços ambientais e na exposição perigosa as condições insalubres relacionadas ao clima e ambiente, práticas que em seu cerne traz violações de direitos e históricos de espoliação das populações negras e indígenas, o racismo ambiental, a despeito de relacionarem a esse fenômeno.

Ao verificarmos as conexidades e afastamentos entre os campos de sentido dos estudos angariados, observamos que pesquisadores/as de diferentes áreas temáticas, da emergência médica à antropologia, versaram sobre os três fenômenos, articulando-os em menor ou maior medida. Os achados demonstraram que, apesar de considerarem vulnerabilidades sociais e, por vezes até étnicas, o histórico colonial e a variável racial foram negligenciados nas pesquisas. As condições de vulnerabilidade contemporâneas pouco foram associadas com a repisada marginalização da população negra e indígena herdada do processo colonial, logo, não as alocando como desigualdades raciais e, portanto, oriundas do racismo.

Considerar e problematizar a dimensão da vulnerabilidade, seja em um dos campos de articulação proposta nesse estudo, seja na intersecção deles, sem reconhecer os atravessamentos do racismo nessa dinâmica,

denota alguma conivência com o arcabouço de violações historicamente vividas por essas populações, haja vista que, ao não racializar as pesquisas, consequentemente, as políticas públicas embasadas nesses estudos não refletirão a realidade. E por ser assim, num ciclo retroalimentado, ausências e violações estatais seguirão em curso, já que não se trata de coincidência que, por exemplo, localidades como a Cidade Estrutural, região administrativa do Distrito Federal nascida de um lixão, possua a maior concentração de pessoas pretas e pardas do DF (Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal, 2022). Ou, ainda, que as áreas mais atingidas pelas enchentes no extremo climático ocorrido no Rio Grande do Sul, em 2024, tenham por composição étnico-racial a população negra (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2024), reiterada é a faceta do racismo na contemporaneidade.

Continuar negando o viés de raça em agendas de problemas globais, caso das alterações do clima e saúde mental, para além de reeditar violências discriminatórias que possuem raízes cravadas na colonialidade, é deliberadamente seguir por um modelo de desenvolvimento de ‘apartheid climático’ (ONU, 2024). Modelo esse em que o restante da população mundial sucumbe, enquanto os ricos conseguem pagar para se manterem incólumes ao sobreaquecimento, às doenças, à fome e aos conflitos.

Por todo o exposto, podemos apontar o racismo como um elo crucial de ligação entre os fenômenos mudanças climáticas e saúde mental, ao mesmo tempo que guarda no colonialismo uma de suas causas mútuas. Essa constatação aloca a perpetuação do racismo como um possível inviabilizador da existência de humanos e não humanos na Terra, ao tempo que advoga por um “projeto de libertação” (Fanon, 1968, p. 44), contextualizado à atualidade, que urge em ser forjado pelas mãos e não através do sangue do colonizado. Em outras palavras, que outras cosmologias, afrodiáspóricas, indígenas, quilombolas, aborígenes, andinas, esquimós, periféricas, sejam acionadas a protagonizar o manejo da ameaça global. E isso pode e deve começar a ser feito com

as agendas hegemônicas de pesquisa traçando o percurso reparacional, primeiro reconhecendo as contribuições do passado colonial no nosso presente climático para, a partir daí, influenciar no desmantelamento da branquitude de comando que toma as decisões quanto ao futuro climático do planeta.

Em termos práticos, o presente estudo evidencia a falta de priorização de ações de enfrentamento da invisibilidade das pessoas negras, indígenas, e minorias étnicas no que tange aos cuidados psicossociais no âmbito das mudanças climáticas. Por conseguinte, advogamos pela criação de um fundo global com vistas a financiar: i) o fortalecimento de políticas de inclusão e manutenção de pessoas negras, indígenas e minorias étnicas em espaços de literacia climática, de modo a propiciar construção de arcabouço de medidas de adaptação climática em saúde mental para/e informada pelos povos; ii) a participação de pessoas pesquisadoras negras, indígenas e minorias étnicas em fóruns de discussão e cúpulas decisórias no âmbito da saúde mental em cenário de mudanças climáticas; iii) pesquisas sobre agravos e promoção da saúde mental no âmbito das mudanças climáticas que incluam as variáveis histórico colonial e racismo em seus escopos; e iv) formações em literacia climática para profissionais de saúde mental e bem-estar em universidades e instituições públicas de saúde de países afrodiaspóricos, de modo a capacitá-los para poderem atuar nas instâncias acima mencionadas.

Esse estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. A primeira delas é o fato de se tratar de coleção de estudos estrangeiros e, devido a isso, há de se olhar para os resultados com cautela ao extrapolá-los para a realidade brasileira. Também nesse sentido, o uso de expressões que evocam justiça climática, ainda que tenham sido usadas para contornar a baixa incidência do termo racismo ambiental, pode não refletir completamente a experiência de racismo ambiental vivido por pessoas descendentes de escravizados e oriundas de territórios com histórico de migração forçada e redefinição identitária, caso das

sociedades afrodiaspóricas, como o Brasil. A segunda limitação diz respeito à articulação dos três fenômenos aqui estudados. Adotamos como critério de inclusão a articulação de ao menos dois dos três campos propostos, fazendo com que nem todos os artigos recuperados abordassem os três fenômenos, ao menos de modo explícito. Deste modo, mesmo havendo atravessamentos pertinentes a saúde mental, nem todos os estudos sobre migrações climáticas e eventos extremos mencionaram o fenômeno saúde mental. Por fim, o corpus foi composto por partes específicas dos artigos recrutados, ao invés de estudos completos, assumindo que o título, as palavras-chave e o resumo seriam capazes de captar o sentido primordial do estudo completo. No entanto, é possível que esses elementos não representem fielmente seus estudos, salientando a importância de construções robustas de títulos, resumos e escolhas de palavras-chave para o melhor avanço do conhecimento científico.

Para agenda de pesquisas futuras, acreditamos que esforços devem ser empreendidos na construção de intervenções com foco em ações de enfrentamento à invisibilidade dos grupos marginalizados e vulneráveis no que se refere aos cuidados psicossociais no âmbito das mudanças climáticas. Estudos de mapeamento e avaliação de necessidades são cruciais para a mudança da realidade exposta nessa pesquisa. Sugerimos, também, que estudos futuros se empenhem em investigar estratégias de adaptação psicológica de diferentes grupos étnicos, em especial a população negra e indígena, no âmbito das mudanças climáticas. Elucidar essas questões é avançar na construção de um arcabouço de medidas de adaptação climática para e informada por esses grupos.

Referências

- Ágoston, C., Csaba, B., Nagy, B., Kőváry, Z., Dúll, A., Rácz, J., & Demetrovics, Z. (2022). Identifying Types of Eco-Anxiety, Eco-Guilt, Eco-Grief, and Eco-Coping in a Climate-Sensitive Population: A Qualitative Study. **International Journal of Environmental Research and Public Health** **19**(4), 2461. <https://doi.org/10.3390/ijerph19042461>
- Albrecht, G. (2005). "Solastalgia" A New Concept in Health and Identity Solastalgia: the Origins. PAN: Philosophy, Activism, **Nature**, n. 3.
- *Allen, M. D. (2020). Climate change in Alaska: Social workers' attitudes, beliefs, and experiences. **International Journal of Social Welfare**, v. 29, n. 4, 310–320.
- *Anna Hayward, R., & Joseph, D. D. (2018). Social work perspectives on climate change and vulnerable populations in the Caribbean: Environmental justice and health. **Environmental Justice**, v. 11, n. 5, 192–197.
- * Anneser, E., Levine, P., Lane, K. J., & Corlin, L. (2024). Climate stress and anxiety, environmental context, and civic engagement: A nationally representative study. **Journal of environmental psychology**, **93**, 102220. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2023.102220>
- *Antadze, N. (2020). Moral Outrage as the Emotional Response to Climate Injustice. **Environmental Justice**, v. 13, n. 1, 21–26.
- *APA – American Psychological Association (2022). Addressing the Climate Crisis: An Action Plan for Psychologists (Summary). **American Psychologist**, v. 77, n. 7, 799–811.
- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: Towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology: Theory and Practice**, v. 8, n. 1, 19–32.
- *Barnwell, G. C.; Stroud, L.; Watson, M. (2020). "Nothing green can grow without being on the land": mine-affected communities' psychological experiences of ecological degradation and resistance in Rustenburg, South Africa. **Community Psychology in Global Perspective**, v. 6, n. 2–2, 87–109, 2020.
- Barrett, S. (2013). Local level climate justice? Adaptation finance and vulnerability reduction. **Global Environmental Change**, v. 23, n. 6, 1819–1829.

- Batista de Lima, D. (2019). A história do contato e o desterro tapayuna: um massacre anunciado. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 11, n. 2, 69–86.
- Bento, C. (2022). **O pacto da branquitude**. [S.l.]: Companhia das Letras.
- *Berberian, A. G., Gonzalez, D. J. X., & Cushing, L. J. (2022). Racial Disparities in Climate Change-Related Health Effects in the United States. **Current Environmental Health Reports**, v. 9, n. 3, 451–464.
- Berry, H. L., Bowen, K., & Kjellstrom, T. (2010). Climate change and mental health: A causal pathways framework. **International Journal of Public Health**, v. 55, n. 2, 123–132.
- *Billiot, S., Beltrán, R., Brown, D., Mitchell, F. M., & Fernandez, A. (2019). Indigenous Perspectives for Strengthening Social Responses to Global Environmental Changes: A Response to the Social Work Grand Challenge on Environmental Change. **Journal of community practice**, 27(3-4), 296–316. <https://doi.org/10.1080/10705422.2019.1658677>
- Boeckmann, M., & Zeeb, H. (2016). Justice and equity implications of climate change adaptation: A theoretical evaluation framework. **Healthcare (Switzerland)**, v. 4, n. 3.
- Bourque, F., & Cunsolo Willox, A. (2014). Climate change: The next challenge for public mental health? **International Review of Psychiatry**, v. 26, n. 4, 415–422.
- Brasil (1988). **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.
- Brasil (2024). **O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis**. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2023/3/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis>>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- *Brophy, H., Olson, J., & Paul, P. (2023). Eco-anxiety in youth: An integrative literature review. **International Journal of Mental Health Nursing**, v. 32, n. 3, 633–661, 1 jun.
- *Brown, M. J., White, B. P., & Nicholas, P. K. (2022). Mental Health Impacts of Climate Change: Considerations for Nurse Practitioners. **Journal for Nurse Practitioners**, v. 18, n. 4, 359–363.
- *Burger, J., & Gochfeld, M. (2017). Perceptions of severe storms, climate change, ecological structures and resiliency three years post-hurricane Sandy in New Jersey. **Urban Ecosystems**, v. 20, n. 6, 1261–1275.

- * Burrows, K., Pelupessy, D. C., Khoshnood, K., & Bell, M. L. (2021). Environmental Displacement and Mental Well-Being in Banjarnegara, Indonesia. **Environmental health perspectives**, **129**(11), 117002. <https://doi.org/10.1289/EHP9391>
- * Calyx, C., Weerasuriya, R., & White, S. J. (2023). Embedding telehealth for sustainable health services linking Oceania. **Family Practice**, **v. 40**, n. 3, 505–507.
- * Chalupka, S., Anderko, L., & Pennea, E. (2020). Climate Change, Climate Justice, and Children’s Mental Health: A Generation at Risk? **Environmental Justice**, **v. 13**, n. 1, 10–14.
- * Chen, J., Li, H., Luo, S., Su, D., Xie, J., Zang, T., & Kinoshita, T. (2024). Estimating changes in inequality of ecosystem services provided by green exposure: From a human health perspective. **The Science of the total environment**, **908**, 168265. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2023.168265>
- Cianconi, P., Betrò, S., & Janiri, L. (2020). The Impact of Climate Change on Mental Health: A Systematic Descriptive Review. **Frontiers in Psychiatry**, **v. 11**.
- CNN, 2022. Relembre os furacões que causaram mais danos aos Estados Unidos. **CNN Brasil**, São Paulo, 26 ago. 2020. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/relembre-os-furacoes-que-causaram-mais-danos-aos-estados-unidos/>>. Acesso em: 9 jul. 2024.
- * Colucci, A. R., Vecellio, D. J., & Allen, M. J. (2023). Thermal (In)equity and incarceration: A necessary nexus for geographers. **Environment and Planning E: Nature and Space**, **v. 6**, n. 1, 638–657.
- Cunsolo, A., & Ellis, N. R. (2018). Ecological grief as a mental health response to climate change-related loss. **Nature Climate Change**, **v. 8**, 275–281.
- Czyzewski, K. (2011). Colonialism as a Broader Social Determinant of Health. *The International Indigenous Policy Journal*, **v. 2**(1). doi:<https://doi.org/10.18584/iipj.2011.2.1.5>
- * Davis, Katy, James D. Ford, Claire H. Quinn, Anuszk Mosurska, Melanie Flynn, IHACC Research Team, & Sherilee L. Harper (2022). “Shifting Safeties and Mobilities on the Land in Arctic North America: A Systematic Approach to Identifying the Root Causes of Disaster”. **Sustainability (Switzerland)**, **14**, no. 12: 7061. <https://doi.org/10.3390/su14127061>
- De Jesus, V. (2020). Racializing the (Sociological) view on environmental health in the sanitation of the black population: A colonial continuum called environmental racism. **Saúde e Sociedade**, **v. 29**, n. 2.

- *Doherty, T. J., & Clayton, S. (2011). The Psychological Impacts of Global Climate Change. **American Psychologist**, v. 66, n. 4, 265–276.
- Dos Santos, D. M. et al. (2024). Twenty-first-century demographic and social inequalities of heat-related deaths in Brazilian urban areas. **PLoS ONE**, v. 19, n. 1 January.
- *Eckenwiler, L. (2018). Displacement and solidarity: An ethic of place-making. **Bioethics**, v. 32, n. 9, 562–568.
- *Espinoza, M. I. (2021). Conflicting diagnostic and prognostic framing of epidemics? Newspaper representations of dengue as a public health problem in Peru. **Social Science and Medicine**, v. 289.
- *Evans-Agnew, R., Leclair, J., & Sheppard, D. A. (2023). Just-relations and responsibility for planetary health: The global nurse agenda for climate justice. **Nursing Inquiry**, 1 jan. 2023.
- Fanon, F. (1968). **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Foster, S. J. (2022). Eco-anxiety in everyday life: facing the anxiety and fear of a degraded Earth in analytic work. **Journal of Analytical Psychology**. 67(5), 1363–1385. <https://doi.org/10.1111/1468-5922.12860>
- * Fuller, M. G., Cavanaugh, N., Green, S., & Duderstadt, K. (2022). Climate Change and State of the Science for Children’s Health and Environmental Health Equity. **Journal of pediatric health care: official publication of National Association of Pediatric Nurse Associates & Practitioners**, 36(1), 20–26. <https://doi.org/10.1016/j.pedhc.2021.08.003>
- Galway, L. P., Beery, T., Jones-Casey, K., & Tasala, K. (2019). Mapping the Solastalgia Literature: A Scoping Review Study. **International journal of environmental research and public health**, 16(15), 2662. <https://doi.org/10.3390/ijerph16152662>
- Global Psychology Alliance (2022). **A psicologia e a Crise Climática - Um quadro de Ação Climática da População - “Pessoas e o Planeta-estamos todos juntos nisso”**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <[https://www.sbponline.org.br/arquivos/GPA_Quadro_de_A%C3%A7%C3%A3o_Clim%C3%A1tica_\(Janeiro_2024\)_-port.pdf](https://www.sbponline.org.br/arquivos/GPA_Quadro_de_A%C3%A7%C3%A3o_Clim%C3%A1tica_(Janeiro_2024)_-port.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- *Godden, N. J. et al. (2021). Climate change, activism, and supporting the mental health of children and young people: Perspectives from Western Australia. **Journal of Paediatrics and Child Health**, v. 57, n. 11, 1759–1764. Doi: <https://doi.org/10.1111/jpc.15649>

*Godden, N. J., Wijekoon, D., & Wrigley, K. (2022). Social (In)justice, climate change and climate policy in Western Australia. **Environmental Sociology**, v. 8, n. 4, 377–387.

Gomes, L. (2019). **Escravidão: volume I - do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. 1. ed. São Paulo: Globo Livros.

*Hammell, K. W. (2021). Occupation in Natural Environments; Health Equity and Environmental Justice. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, v. 88, n. 4, 319–328.

*Hilert, A. J. (2020). Climate Change and the International Context of Counseling. **Journal of Asia Pacific Counseling**, v. 10, n. 1, 27–36.

Hofmann, R. (2014). Culturecide in changing Micronesian climates? About the unintentionality of climate change. **International Journal of Human Rights**, v. 18, n. 3, 336–349.

*Ingle, H. E. (2020). Perspectives on climate justice for psychology. **Clinical Psychology Forum**, v. 2020, n. 332, 16–21.

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (2022). **Retratos Sociais 2021 Pessoas Negras**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/RETRATOS-SOCIAIS-COR-RAC%CC%A7A-SUMA%CC%81RIO-FINAL.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2024.

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (2024). **Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetroplites.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 1 jul. 2024.

IPCC –Intergovernmental Panel on Climate Change 2023: Summary for Policymakers. (2023). In Core Writing Team; Lee, H.; Romero, J. (Eds.). **Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Geneva: IPCC.

*Kam, S., Hwang, B. J., & Parker, E. R. (2023). The impact of climate change on atopic dermatitis and mental health comorbidities: a review of the literature and examination of intersectionality. **International Journal of Dermatology**, v. 62, n. 4, 449–458.

- Kasthala, S., Parthasarathy, D., Narayanan, K., & Inamdar, A. B. (2024). Classification and Evaluation of Current Climate Vulnerability Assessment Methods. **Social Indicators Research**, v. 171, n. 2, 605–639.
- *Keeler, B. L. et al.(2019). Social-ecological and technological factors moderate the value of urban nature. **Nature Sustainability**, v. 2, n. 1, 29–38, 1 jan. 2019.
- Kilomba, G. (2019). **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó.
- Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kotz, M., Levermann, A., & Wenz, L. (2024). The economic commitment of climate change. **Nature**, v. 628, n. 8008, 551–557. Doi: <https://doi.org/10.1038/s41586-024-07219-0>
- *Larson, P. S. et al. (2021). Recurrent home flooding in detroit, mi 2012–2020: Results of a household survey. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 14. <https://doi.org/10.3390/ijerph18147659>
- * Lawrance, E. L., Thompson, R., Newberry Le Vay, J., Page, L., & Jennings, N. (2022). The Impact of Climate Change on Mental Health and Emotional Wellbeing: A Narrative Review of Current Evidence, and its Implications. **International review of psychiatry** (Abingdon, England), 34(5), 443–498. <https://doi.org/10.1080/09540261.2022.2128725>
- Lenton, T. M. et al. (2023). Global Tipping Points Report 2023: ‘Summary Report’. In T. M. Lenton et al. (Eds.). **The Global Tipping Points Report 2023**, pp. 2–32. Exeter, UK.: University of Exeter.
- * Lindsay, S., Hsu, S., Ragunathan, S., & Lindsay, J. (2023). The impact of climate change related extreme weather events on people with pre-existing disabilities and chronic conditions: a scoping review. **Disability and rehabilitation**, 45(25), 4338–4358. <https://doi.org/10.1080/09638288.2022.2150328>
- Macke, J., Sarate, J. R., Domeneghini, J., & Silva, K. (2018). Where do we go from now? Research framework for social entrepreneurship. **Journal of Cleaner Production**, v. 183, 677–685.
- Mallett, R. K. (2012). Eco-guilt motivates eco-friendly behavior. **Ecopsychology**, v. 4, n. 3, 223–231.
- Mandják, T., Lavissière, A., Hofmann, J., Bouchery, Y., Lavissière, M.C., Faury, O. & Sohler, R. (2019). Port marketing from a multidisciplinary perspective: A systematic

literature review and lexicometric analysis. **Transport Policy**, v. **84**, 50–72.
Doi: 10.1016/j.tranpol.2018.11.011

- * McDonald, Y. J., Grineski, S. E., Collins, T. W., & Kim, Y. A. (2015). A scalable climate health justice assessment model. **Social science & medicine** (1982), **133**, 242–252. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.10.032>
- * Meenar, M., Heckert, M., & Adlakha, D. (2022). “Green Enough Ain’t Good Enough:” Public Perceptions and Emotions Related to Green Infrastructure in Environmental Justice Communities. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. **19**, n. 3.
- * Melendez, K., & Saltzman, B. (2021). Puerto Ricans One Year after Hurricane Maria: Secondary Analysis of Factors Affecting Stress Due to Hurricane Effects. **Environmental Justice**, v. **14**, n. 1, 33–41.
- * Meltzer, G. Y., Zacher, M., Merdjanoff, A. A., Do, M. P., Pham, N. K., & Abramson, D. M. (2021). The effects of cumulative natural disaster exposure on adolescent psychological distress. **The journal of applied research on children: informing policy for children at risk**, **12**(1), 6.
- * Neimanas, N. (2022). Historical, Economic, and Political Dimensions of Environmental Racism. **Journal of Poverty**, 1-14. doi: 10.1080/10875549.2022.2128981
- Ngcamu, B. S. (2023). Climate change effects on vulnerable populations in the Global South: a systematic review. **Natural Hazards**, **118**, 977-991. <https://doi.org/10.1007/s11069-023-06070-2>
- * Nicholas, P. K. et al. (2020). Mental Health Impacts of Climate Change: Perspectives for the ED Clinician. **Journal of Emergency Nursing**, v. **46**, n. 5, 590–599. <https://doi.org/10.1016/j.jen.2020.05.014>
- * Nicholas, P. K., & Breakey, S. (2019). The Economics of Climate Change and the Intersection with Conflict, Violence, and Migration: Implications for the Nursing Profession. **Nursing Economics**, v. **37**, n. 1, 23–34.
- ONU (2024). **World faces ‘climate apartheid’ risk, 120 more million in poverty: UN expert**. Disponível em <<https://news.un.org/en/story/2019/06/1041261>> Acesso em 25 abr. 2024.
- Patel, V., Saxena, S., Lund, C., Thornicroft, G., Baingana, F., Bolton, P., , ... Unützer, J. (2018). The Lancet Commission on global mental health and sustainable development. **Lancet**, **392**(10157), 1553–1598. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)31612-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31612-X)

- * Pearson, A. R., White, K. E., Nogueira, L. M., Lewis, N. A., Green, D. J., Schuldt, J. P., & Edmondson, D. (2023). Climate change and health equity: A research agenda for psychological science. **The American psychologist**, **78**(2), 244–258. <https://doi.org/10.1037/amp0001074>.
- Pereira, D., & Amparo, T. de S. (2023). Raça, clima e direito: um debate sobre justiça climática. **Diálogos Socioambientais**, **v. 6**, n. 17, 10–12.
- Plataforma Latinoamericana y del Caribe por la Justicia Climática (2023). **Glossário Ilustrado da Justiça Climática**. Santarém, PA: Z Edições.
- * Powers, M. C. F., & Engstrom, S. (2020). Radical Self-Care for Social Workers in the Global Climate Crisis. **Social Work** (United States), **v. 65**, n. 1, 29–37.
- * Pratt, B. (2022). Sustainable global health practice: An ethical imperative? **Bioethics**, **v. 36**, n. 8, 874–882.
- Ratinaud, P. (2009). **IRaMuTeQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. Version 0.7 alpha 2**. Toulouse. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org>>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- R Core Team. (2023). **R: A language and environment for statistical computing. Version 4.1.3**. Vienna: R Foundation for Statistical Computing. Disponível em: <<https://www.R-project.org>>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- Rizzoli, V., Norton, L. S., & Sarrica, M. (2021). Mapping the meanings of decarbonisation: A systematic review of studies in the social sciences using lexicometric analysis. **Cleaner Environmental Systems**, **v. 3**.
- * Rom, W. N., Rao, A., Hoepner, L., & Dickey, C. (2023). A New Model of Learning: Environmental Health in a Global World. **International journal of environmental research and public health**, **20**(12), 6146. <https://doi.org/10.3390/ijerph20126146>
- * Rothschild, J., & Haase, E. (2023). The mental health of women and climate change: Direct neuropsychiatric impacts and associated psychological concerns. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, **v. 160**, n. 2, 405–413. <https://doi.org/10.1002/ijgo.14479>
- * Rottke, D. et al. (2023). Public mental health and climate crisis. **Public Health Forum**, **v. 31**, n. 3, 158–161.
- Royal College of Psychiatrists (2021). **Position Statement PS03/21: Our planet's climate and ecological emergency**. England, Wales and Scotland: Royal College of Psychiatrists.

Santos de Souza, A. (2015). **Direito e racismo ambiental na diáspora africana: Promoção da justiça ambiental através do direito**. Salvador: EDUFBA.

*Sasser, J. S. (2023). At the intersection of climate justice and reproductive justice. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, **15**. 10.1002/wcc.860. Doi: <https://doi.org/10.1002/wcc.860>

*Schmitt, H. J., & Sullivan, D. (2022). Communities Living With Chronic Environmental Contamination: Leveraging Interdisciplinarity to Address Environmental Justice Issues. *Translational Issues in Psychological Science*, **v. 8**, n. 4, 473–488.

*Simmonds, K., Breakey, S., & Nicholas, P. K. (2022). Educating Nurse Practitioners About Climate Change, Health, and Climate Justice. *Journal for Nurse Practitioners*, **v. 18**, n. 4, 429–433.

Slaves Voyages (2023). Tráfico Transatlântico de Escravos. **Slave Voyages**. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates> Acesso em: 1 abr. 2023.

Soares, T. de J., & Higuchi, N. (2006). A convenção do clima e a legislação brasileira pertinente, com ênfase para a legislação ambiental no Amazonas. *Acta Amazonica*, **v. 36**, n. 4, p. 573–580.

Sousa, Y. S. (2021). O. O Uso do Software Iramuteq: Fundamentos de Lexicometria para Pesquisas Qualitativas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, **v. 21**, n. 4, 1541–1560.

*Swim, J. K. (2022). Psychological Contributions to Advancing Global Health. *Translational Issues in Psychological Science*, **v. 8**, n. 4, 441–447.

*Tao, Y., Chai, Y., Zhang, X., Yang, J., & Kwan, M. P. (2021). Mobility-based environmental justice: Understanding housing disparity in real-time exposure to air pollution and momentary psychological stress in Beijing, China. *Social science & medicine* (1982), **287**, 114372. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.114372>

*Thompson, H. E. (2021). Climate “psychopathology”: The Intersection of Mental and Physical Health in the Climate Emergency. *European Psychologist*, **v. 26**, n. 3, p. 195–203.

*Torres, J. M., & Casey, J. A. (2017). The centrality of social ties to climate migration and mental health. *BMC Public Health*, **v. 17**, n. 1, p. 600.

Trombley, J., Chalupka, S., & Anderko, L. (2017). Climate change and mental health. *The American journal of nursing*, **117**(4), 44–52. <https://doi.org/10.1097/01.NAJ.0000515232.51795.fa>.

Unicef – United Nations Children’s Fund (2023). **The climate-changed child: A children’s climate risk index supplement**. New York: Unicef.

*Vamvalis, M. (2023). “We’re fighting for our lives”: Centering affective, collective and systemic approaches to climate justice education as a youth mental health imperative. **Research in Education**, v. 117, n. 1, 88–112.

*Vera, E. M., Hartranft-Mulcahy, E., & Graham, A. (2024). Health service psychology trainees’ use of ecotherapeutic interventions with clients: The roles of environmental justice beliefs and training experiences. **Training and Education in Professional Psychology**, 18(2), 168–175. <https://doi.org/10.1037/tep0000470>

*Versey, H. S. (2021). Missing Pieces in the Discussion on Climate Change and Risk: Intersectionality and Compounded Vulnerability. **Policy Insights from the Behavioral and Brain Sciences**, v. 8, n. 1, 67–75.

*White, B. P., Breakey, S., Brown, M. J., Smith, J. R., Tarbet, A., Nicholas, P. K., & Ros, A. M. V. (2023). Mental Health Impacts of Climate Change Among Vulnerable Populations Globally: An Integrative Review. **Annals of Global Health**, v. 89, n. 1. <https://doi.org/10.5334/aogh.4105>

*White, R. G. (2020). Mental wellbeing in the Anthropocene: Socio-ecological approaches to capability enhancement. **Transcultural Psychiatry**, v. 57, n. 1, 44–56.

WHO – World Health Organization (2022). **World mental health report: transforming mental health for all**. Geneva: World Health Organization.

*Wigand, M. E., Timmermann, C., Scherp, A., Becker, T., & Steger, F. (2022). Climate Change, Pollution, Deforestation, and Mental Health: Research Trends, Gaps, and Ethical Considerations. **GeoHealth**, 6(11), e2022GH000632. <https://doi.org/10.1029/2022GH000632>

*Willett, J., & Sears, J. (2020). Complicating our understanding of environmental migration and displacement: The case of drought-related human movement in Kenya. **International Social Work**, v. 63, n. 3, p. 364–370.

*Willis, M. D., Cushing, L. J., Buonocore, J. J., Deziel, N. C., & Casey, J. A. (2023). It’s electric! An environmental equity perspective on the lifecycle of our energy sources. **Environmental epidemiology** (Philadelphia, Pa.), 7(2), e246. <https://doi.org/10.1097/EE9.0000000000000246>

WMO – World Meteorological Organization (2023). Provisional State of the Global Climate 2023 Report. [s.l.] **World Meteorological Organization 2023. v. 6**

- *Wu, H., Greig, M., & Bryan, C. (2022). Promoting Environmental Justice and Sustainability in Social Work Practice in Rural Community: A Systematic Review. **Social Sciences**, v. 11, n. 8.
- *Wutich, A. (2020). Water insecurity: An agenda for research and call to action for human biology. **American Journal of Human Biology**, v. 32, n. 1.
- *Yates, O. E. T., Groot, S., Manuela, S., & Neef, A. (2023). "There's so much more to that sinking island!"—Restorying migration from Kiribati and Tuvalu to Aotearoa New Zealand. **Journal of Community Psychology**, v. 51, n. 3, 924–944, 2023. Doi: <https://doi.org/10.1002/jcop.22928>
- * Zhang, S., Braithwaite, I., Bhavsar, V., & Das-Munshi, J. (2021). Unequal effects of climate change and pre-existing inequalities on the mental health of global populations. **BJPsych bulletin**, 45(4), 230–234. <https://doi.org/10.1192/bjb.2021.26>



SOBRE AUTORAS E AUTORES

Cláudia de Oliveira Alves

Psicóloga. Especialista em Terapia Familiar e de Casais. Mestre e doutora em Psicologia Clínica e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-Raciais, Interseccionalidade e Saúde Mental (Neprins/UnB). Atua como Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Associada e membro do grupo diretor da Associação Brasileira de Pesquisa em Prevenção e Promoção em Saúde (Brapep) no biênio 2023-2024. Integra a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(os) (ANPSinep).

Clélia Prestes

Pós-Doutoranda no Diversitas/FFLCH (USP), com a pesquisa “Concepções de saúde e de futuro”. Doutora e mestre em Psicologia Social (USP). Foi Pesquisadora Visitante no Departamento de Estudos Africanos e Afro-Diaspóricos (University of Texas at Austin, 2017). Tese: Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver. Especialista em Psicologia Clínica Psicanalítica (UEL). Coordenadora de Formação no Amma Psique e Negritude. Participou do Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância, na Harvard University - Center on the Developing Child. Diretora da Matria (Consultoria em saúde, relações raciais e de gênero).

Isadora Bezerra Araújo

Estudante indígena graduanda em Psicologia na Universidade de Brasília (UnB). Dedicar-se ao estudo das interseções entre saúde mental e questões indígenas.

Izabelle Luiza Moreira Lopes

Graduada em Ciências Biológicas. É mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Pesquisadora em Justiça Climática e Saúde Mental no Grupo de Estudos em Prevenção e Promoção de Saúde no Ciclo de Vida (GeppsVida - www.geppsvida.com.br). Consultora em Meio Ambiente e Mudanças do Clima na Environmental Wise Paths (EWP - <https://www.ewp.eco.br/>).

Jeane Saskya Campos Tavares

Psicóloga, mestre em Saúde Comunitária e doutora em Saúde Pública. Professora da Área de Conhecimento Saúde Coletiva e do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Saúde da População Negra e indígena da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Saúde Coletiva da UFRB (Gipesc). Pesquisadora associada do Grupo de Pesquisa e Cooperação Técnica Fasa: Comunidade, Família e Saúde (Fasa- ISC/UFBA). Coordenadora do Ambulatório de Atenção Psicológica a Pessoas que Vivem com Condições Crônicas (APC/UFRB). Membro colaborativo do GT de Saúde da População Negra da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC). Publica textos em jornais, magazines e audiovisual para popularização da ciência nas redes sociais com o perfil @saudementalpopnegra.

Lia Vainer Schucman

Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo com estágio de Doutorado no Centro de Novos Estudos Raciais pela Universidade da Califórnia. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadora de Psicologia e Relações étnico-raciais. Autora dos livros “Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo” (Veneta 2020), “Famílias Inter-Raciais: tensões entre cor e amor” (Fósforo 2023) e organizadora do livro “Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo” (Fósforo 2023).

Loyde Cardoso

Mestre e doutoranda em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília/UnB, e integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero (Geppherg/UnB) e do grupo de pesquisa Literatura e Corpo/UnB, onde se dedica à literatura de mulheres negras através dos aportes conceituais da Amefricanidade e Interseccionalidade. Atua como Educadora Social na Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, com perspectiva para a educação das relações étnico raciais no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Maria Lúcia da Silva

Psicóloga clínica e Psicanalista. Desenvolve suas atividades privilegiando uma abordagem psicossocial no tratamento da exclusão, particularmente da discriminação de gênero e raça. Cofundadora do Amma Psique e Negritude: Pesquisa e Formação e Referência em Relações Raciais e da Articulação Nacional de Psicólogos(os)

Negras(os) e Pesquisadoras(os) (ANPSinep). Empreendedora social da Ashoka Brasil. E-mail:londirasilva@gmail.com

Nathália Ferreira Honorio

Psicóloga, formada na Universidade de Brasília. Iniciou sua trajetória na pesquisa na área da socioeducação fazendo parte do grupo de pesquisa “Gaia” (Grupo de Ações e Investigações da Adolescência). A partir daí buscou experiências em estágios no contexto escolar atuando com adolescentes de escola pública no Distrito Federal; também fez parte do grupo de pesquisa e extensão “Autonomia”, refletindo sobre o processo de inclusão na educação infantil. Somada à sua trajetória no ativismo político começou a estudar sobre o impacto do racismo nos processos psíquicos e foi assim que chegou ao grupo “Encontros” de estágio em psicoterapia, espaço em que se aprofundou nos debates e reflexões sobre racialidade e psicologia.

Pedro Henrique Antunes da Costa

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre e Doutor em Psicologia pela UFJF. Professor do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB).

Rachel Gouveia Passos

Pós-Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Assessora técnica especializada do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde (Desmad/Saes/MS). Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão ‘Luta Antimanicomial e Feminismo’. E-mail: rachel.gouveia@gmail.com

Renata Ramos de Souza

Bacharela e Psicóloga pela Universidade de Brasília, e, no presente momento, residente pelo Programa de Residência Multiprofissional em Terapia Intensiva da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (PRMTI/SES-DF/Fepecs). Participou da consolidação da primeira liga acadêmica da Psicologia: a Liga Acadêmica de Psicologia da Saúde e Interprofissionalidade (Lapsi-UnB) na diretoria de comunicação e divulgação científica; estagiou por um ano na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Universitário de Brasília (HUB); e teve como foco, ao longo da graduação, pesquisas envolvendo o envelhecimento de mulheres negras e a relação com o luto, trabalhos com estimulação cognitiva de idosos pós-pandemia, e participação na liga de cuidados com alimentação, comunicação e audição de idosos. Com particular interesse, dentro da área da saúde, por temas como: alta complexidade, terminalidade, cuidados paliativos, e envelhecimento com qualidade de vida.

Renísia C. Garcia Filice

Professora Associada da Faculdade de Educação/UnB. Pós-Doutora em Relações Internacionais e Diplomacia Econômica (Uni-CV,2022), em Comunicação (Universidade Lusófona do Porto/2022), em Sociologia (UMinho,2017). Líder do grupo CNPq Geppherg/UnB. Autora artigos, capítulos de livros, e organizadora das coletâneas Tecendo Redes Antirracistas (2019,2020,2023); e das obras Identidade Fragmentada. Um estudo sobre o negro na história da educação brasileira. 1993-2005 (2007) e Raça e Classe na Gestão da Educação Básica. Atua na área do Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira, Educação e Direitos Humanos, Gestão de Políticas Públicas, Políticas Afirmativas e transversalidade, intersectorialidade e interseccionalidade.

Sheila Giardini Murta

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; especialista em Análise Política e Políticas Públicas; mestre e doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, com estágio de doutoramento na Queensland University of Technology, Brisbane/Austrália; e pós-doutora pela Universidade Federal de São Carlos, Universidade de Maastricht/Holanda e Oxford Brookes University/Reino Unido. Foi pesquisadora visitante na University of Oxford/Reino Unido. Coordenadora do Grupo de Estudos em Prevenção e Promoção de Saúde no Ciclo de Vida. Foi presidente da Associação Brasileira de Pesquisa em Prevenção e Promoção da Saúde. Desenvolve pesquisas relativas à prevenção e promoção da saúde mental e atua como Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Silvia Beatriz Moreno Diniz

Mineira, belo-horizontina, bissexual e graduada em psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Atuou enquanto estagiária clínica no grupo Encontros, atendendo estudantes indígenas da UnB. Atualmente é pesquisadora na linha de interseccionalidades no desenvolvimento, com ênfase em sexualidade, gerontologia e educação. Faz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-Raciais, Interseccionalidade e Saúde Mental (Neprins/UnB).

Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

Psicóloga e Pedagoga pela Universidade de Brasília, com mestrado em Psicologia pela Universidade de Brasília (1997) e doutorado em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília

(2013). Atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura e da graduação em Psicologia na Universidade de Brasília. Atuou como coordenadora do Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (Caep), serviço-escola de Psicologia na UnB e também foi editora associada do periódico *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. É coordenadora do Laboratório de Família, Grupos e Comunidade (Labfam), na UnB. Orienta mestrado e doutorado em temas relacionados às Intervenções Psicossociais no campo das vulnerabilidades. Os projetos de pesquisas mais recentes envolvem temáticas como sexting, violência sexual, gênero, empregabilidade de travestis e transexuais, medidas socioeducativas, políticas públicas na área de direitos humanos. Desenvolve orientações também no campo das Intervenções terapêuticas, principalmente voltadas aos adolescentes e jovens e suas famílias, na abordagem sistêmica. Contato: srmlordello@gmail.com

Virginia Teles Carneiro


Psicóloga graduada pela Universidade Federal da Paraíba, mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco e doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Professora associada do curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande. Coordenadora do grupo de pesquisa *Atualiza*. Atua como supervisora em diferentes modalidades clínicas (psicoterapia individual, plantão psicológico e grupos de apoio). Adota a interseccionalidade como ferramenta analítica, especialmente no que se refere a raça, classe, gênero e sexualidade. É parceira no projeto *Pluriverso ACP* (@pluriverso.acp), a partir do qual semeia diálogos para a construção de uma Abordagem Centrada na Pessoa e de uma clínica crítica e localizada ética e politicamente.

Willamys da Costa Melo

Willamys da Costa Melo é Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutorando pela mesma universidade. Colaborador do Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política (Nupra/UFSC) e pesquisador de Psicologia e Relações étnico-raciais. Tem experiência na área da Psicologia Social, principalmente nos seguintes temas: estudos críticos da branquitude; supremacia branca e teoria crítica da raça.

William Gualberto Gonçalves de Souza

É Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da UnB (PGPSICC, 2020). Doutorado em curso também pelo PGPSICC (2024 - em curso). Docente da Universidade do Distrito Federal (UNDF) e Especialista Socioeducativo - Psicologia na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania Distrito Federal. Experiência de atuação nas Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação em Estabelecimento Educacional. Foi Conselheiro Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente. Compôs Grupo de Trabalho para produção de documentos técnicos e rotinas de atendimento socioeducativo. Tem por interesses: relações étnico-raciais, relações de gênero, desenvolvimento humano e intervenções psicossociais promotoras de desenvolvimento.



O livro tem o mérito de reunir esforços de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões do país com um único objetivo: reparar – ainda que tardiamente – o grande silenciamento sobre o racismo no campo da psicologia, psicanálise e saúde coletiva no Brasil. Notável é o esforço de colocar em diálogo diferentes perspectivas que têm amadurecido nas últimas décadas a partir de pesquisas históricas, clínicas e teóricas.

Flavia Rios